



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Fonte: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/229>. Acesso em: 29 ago. 2022.

Referência

PESCATORI, Carolina; ALIAGA, Maribel (org.). **Entre arquiteturas, cidades e feminismos**: pesquisas do observatório amar é linha. 1. ed. Brasília, DF: LaSUS FAU: Editora Universidade de Brasília, 2022. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/229>. Acesso em: 29 ago. 2022.

ENTRE
ARQUITETURAS,
CIDADES E
FEMINISMOS

PESQUISAS DO
OBSERVATÓRIO
AMAR.É.LINHA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Entre arquiteturas, cidades e feminismos [livro eletrônico] : pesquisas do observatório amar é linha / organização Carolina Pescatori, Maribel Aliaga. -- 1. ed. -- Brasília, DF : LaSUS FAU : Editora Universidade de Brasília, 2022.
PDF.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-84854-05-5

1. Arquitetura 2. Cidades 3. Feminismo
4. Mulheres arquitetas 5. Mulheres - Aspectos sociais 6. Urbanismo I. Pescatori, Carolina.
II. Aliaga, Maribel.

22-122453

CDD-720

Índices para catálogo sistemático:

1. Arquitetura 720

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

ENTRE
ARQUITETURAS,
CIDADES E
FEMINISMOS

PESQUISAS DO
OBSERVATÓRIO
AMAR.É.LINHA

SUMÁRIO

7 Entre palácios e mulheres

Maribel Aliaga

16 Apresentação

Maribel Aliaga; Carolina Pescatori

21 Da cozinha para a rua

A afirmação da mulher como arquiteta

Luiza Rego Dias Coelho

parte 1
Teoria

41 Arquiteturas feministas

Ana Carolina Medeiros

61 A arquitetura feminina invisibilizada de Brasília

Apagamento das mulheres em catálogos arquitetônicos

Júlia Moreira

87 Senzala moderna

A permanência dos “quartos de empregada” em Brasília

Sarah Gabrielle Lucena Silva

parte 2
Violência

105 Arquitetura de fronteir[a]

Mulheres entre Brasil/Venezuela

Júlia Coutinho; Ricardo Trevisan

125 Refugiadas urbanas

Design tático para repensar o trajeto das mulheres em situação de rua na Asa Norte de Brasília

Nádia Vilela

153 O acolhimento social da mulher indígena no Brasil e aspectos habitacionais

O caso de Dourados (MS)

Maitê Campos Vieira

parte 3
Pandemia

177 Cartografia da covid-19

A situação da classe das trabalhadoras domésticas no Distrito Federal

Lorrany da Silva Arcanjo

193 Mulheres na pandemia

Costuras sobre narrativas e números

Júlia Bianchi

parte 4
Perspectivas

215 Direito à cidade para mulheres:

Análise dos planos diretores do Distrito Federal

Sara Cristina de Carvalho Zampronha

247 Montando o Ferro's Bar

Reivindicando a memória lésbica no Brasil

Alyssa Volpini

278 Sobre as autoras

ENTRE PALÁCIOS E MULHERES

Maribel Aliaga



Figura 1

Oscar Niemeyer para a campanha da Rhodia “A personalidade da moda para o inverno”, reportagem da revista Manchete. Foto de Otto Stupakoff – 1961.

Disponível em:



Acesso em: 08
ago. 2022

A nossa trajetória de pesquisas feministas está muito conectada com os eventos da sociedade, com suas demandas e lutas. É interessante perceber como a democracia e a conquista pelos direitos humanos é um exercício cotidiano. Na história recente do país, desde a redemocratização, muito se conquistou, mas talvez tenham sido conquistas um tanto ilusórias, pois depois de tantos anos ainda não incluem a todas e todos. O direito mínimo à dignidade deu às pessoas outras vozes que eclodiram nas marchas de 2013, “foi nesse quadro que o feminismo ganhou o terreno e se tornou o maior representante da continuidade da nova geração política. Na sequência das grandes marchas, as mulheres conquistaram o primeiro plano e roubaram a cena da resistência ao cenário conservador que ameaça o país”¹. Como resultado, demoramos um pouco para entender que a organização agora é outra, as hierarquias se transformavam em processos horizontais, na forma de coletivos.

Na FAU-UnB não foi diferente. O debate sobre a questão de gênero eclodiu por volta de 2013, tanto nos corredores, como em espaços virtuais; assim como os movimentos da rua, foi espontâneo. As discussões se multiplicaram e elevaram o tom, resultando na articulação de vários coletivos com perspectivas e olhares distintos, mas todos com o viés de gênero. Toda essa movimentação nos fez entender que era imperativo compreender o contexto que nos cercava, bem como a nossa história e contá-la sob um novo ponto de vista: o feminino. Além das rodas, debates e exposições, em 2015, tivemos uma série de ensaios teóricos que abordavam invisibilidades e ausências das mulheres na história da arquitetura, do *design* à cidade.

Para entender melhor esse percurso, contamos aqui como o entendimento e as abordagens sobre o tema vão se transformando à medida das demandas, além de como as pesquisas vão incorporando novas questões que vão além da invisibilidade, mas que na verdade não deixam de ser variações sobre o tema, invisibilidades, apagamentos e violências.

A INVISIBILIDADE NA PRODUÇÃO DA ARQUITETURA

Depois dessa primeira lufada de trabalhos acadêmicos, começamos a nos questionar como os temas de gêneros eram abordados pelas leituras que estávamos acostumadas a utilizar nas

1. “A Rua” texto de Maria Bogado. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de; BOGADO, Maria (Orgs.). **Explosão feminista:** arte, cultura, política e universidade. 1ª edição. São Paulo, SP: Companhia Das Letras, 2018.

pesquisas e nas salas de aula. Quem escrevia nossas bases teóricas e com que abordagens? Mesmo trabalhando com questões de gênero desde 2014, percebemos que para a pesquisa ter continuidade, ela não deveria se fechar em si mesma. Por isso, em 2016, criamos o projeto de pesquisa **ELAS da FAU: 50 anos de egressas da FAU-UnB**, buscando compreender a participação feminina no mercado de trabalho local, na gestão pública, na política e na academia, tudo sob a ótica feminina das alunas egressas ao longo de 50² anos de curso.

2. Em tempos de esquecimento, vale lembrar que o curso de Arquitetura e Urbanismo foi um dos três primeiros a iniciar as atividades na recém-criada Universidade de Brasília, e que conseguiu formar a sua primeira turma no ano de 1967. A primeira turma, com um total de onze alunos, teve duas arquitetas. Essa relação de mulheres em menor número no curso se manteve por boa parte dos anos setenta e oitenta do século passado, realidade que começou a mudar nos anos noventa e que visivelmente inverteu a situação na década passada. Hoje, as alunas de graduação representam aproximadamente 80% do curso e têm 61% de participação no mercado de trabalho.

No início de 2017, fomos convidadas a participar do Seminário Internacional: **Onde estão as Mulheres Arquitetas**, no Centro Cultural São Paulo: textos, debates, apresentações, oficinas, exposições. Uma imersão coletiva e um questionamento instigante: existe uma arquitetura feminina? Para entender esse novo olhar, a pesquisa foi no sentido de desenvolver propostas de projetos de arquitetura e urbanismo com novas abordagens, resultados de longos debates. Para melhor ilustrar, as pranchas do trabalhos eram no pantone do ano, o rosa *millennial*.

Em 2018, ajudamos a elaborar as bases do concurso **028 – Monumento à Memória Feminina**, do Portal Projetar, em conjunto com a Coletiva Arquitetas Invisíveis. Estávamos na estrada desde 2013, procurando entender a participação das mulheres na arquitetura. Acompanhamos o crescimento do debate tanto dentro da FAU-UnB quanto em várias outras universidades no Brasil. O que no começo era visto como uma manifestação pontual, transformou-se em diversos estudos acadêmicos de graduação e pós-graduação, abrangendo tanto a teórica como a prática projetual no âmbito da academia. Acreditávamos ter avançado muito, mas, com o resultado do concurso, percebemos que ainda tínhamos muito a aprender e discutir. Não cabia a nós questionar a autonomia do corpo de juradas e o resultado surpreendente do concurso. Porém, podíamos questionar e refletir sobre os motivos que levaram ao resultado. Dentre eles, entendemos que o projeto vencedor pouco dialogava com o edital do concurso.

Não questionamos o projeto, que seria adequado para qualquer lugar e qualquer tema, por sua fluidez e elegância, mas a adequação ao simbolismo da proposta do concurso, o que traz à luz a invisibilidade do feminino. Não é uma questão quantitativa de representação, numericamente estamos presentes (dos projetos vencedores, 5 dos 8 participantes eram mulheres), o júri

era feminino, o edital foi elaborado por mulheres com textos de mulheres.

Entendemos que no processo de transformação a estrada era longa. Havia muitas hipóteses, perpassando o que era considerado como uma boa arquitetura. A representatividade qualitativa de trabalhos femininos, o conforto masculino em assumir protagonismo em todos os lugares e a opção de neutralidade de projeto arquitetônico como forma de diálogo com o que está posto. E, afinal, o que é uma boa arquitetura? O que é uma arquitetura para mulheres? Esse impasse reafirmava a necessidade de continuar estudando e trabalhando o feminino na arquitetura.

Hoje, na profissão, já somos mais de 60% de mulheres, e na graduação e futura formação profissional, já nos aproximamos dos 80%. A partir das indagações sobre o espaço das arquitetas no desenho e construção da cidade e da Universidade, resolvemos que era importante revisar esse percurso e voltamos nosso olhar para as mulheres egressas do curso, principalmente para as que aqui estiveram no início para fazer seu mestrado.

A Universidade de Brasília teve, em seu início, três cursos-tronco, dentre eles, temos o curso de Arquitetura e Urbanismo ligado inicialmente ao Instituto Central de Artes (ICA). O curso se desenvolveu paralelamente à cidade em construção. Apesar desse apelo construtivo e intelectual ligado à Arquitetura Moderna, a cidade ainda era pouco amigável para jovens senhoritas. Mesmo assim, o contexto cultural criado pela UnB atraiu várias arquitetas recém-formadas, propiciando, no início dos anos 1960, condições de participação feminina raramente vistas.

Brasília é um contexto muito particular, tanto na criação da cidade, como na sua importância política. No entanto, o papel da mulher arquiteta se dilui na predominância de ícones masculinos da arquitetura moderna. Em Brasília, há muitas Brasília e nem todas cabem em um quadrado. As narrativas e histórias sobre a capital costumam enaltecer a empreitada da construção de uma cidade em cinco anos, como sonhava Juscelino Kubitschek, sua arquitetura e seus palácios. E como cidade inventada que só nasceu pelo traço do arquiteto, foi através do **Concurso para o Plano Piloto de 1957** que o desenho se tornou realidade.

Pouco a pouco, e com a participação ativa da Universidade de Brasília, a capital se transforma em um importante polo cultural do país. A demanda construtiva da cidade que surgiu no cerrado

3. IPHAN (Org.).
Relatório do Plano piloto de Brasília. 3ª edição. Brasília: Secretaria de Estado e Cultura do Distrito Federal, 2014.

4. SÁ, Flávia Carvalho de.
Profissão: Arquiteta. Formação profissional, mercado de trabalho e projeto arquitetônico na perspectiva das relações de gênero. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

5. BRAGA, Milton; KON, Nelson; WISNIK, Guilherme. **O concurso de Brasília**: sete projetos para uma capital. São Paulo, SP, Brasil: Cosac Naify : Imprensa Oficial : Museu da Casa Brasileira, 2010.

6. “A polícia usava de todos os expedientes, alguns deles ilegais, para acabar com a ZBM. Desta vez, as autoridades haviam montado uma grande operação para expulsar as mulheres, as “borboletas”, como diziam os gebianos. As prostitutas foram arrancadas à força dos cabarés, algumas ainda nos braços dos parceiros, jogadas em cima da carroceria de um caminhão e soltas no meio do mato. Passaram a noite inteira no ermo, seminuas, tremendo de frio” (BÉU, 2012, p. 165).

7. BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Orgs.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil, Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos.** São Paulo, SP, Brasil: FAPESP: Edusp, 2017. A “Breve cronologia do movimento feminista no Brasil” proposta em Blay e Avelar (2017) tem como seu último verbete, no ano de 2015, a aprovação da Lei do Femicídio, “tornando assassinato de mulheres por razões de gênero, crime hediondo”.

criou muitas possibilidades de trabalho. Outra questão relevante para a profissão era a participação na gestão de políticas públicas tanto para a cidade como para o país. Mesmo que aos olhos leigos dois ou três nomes de arquitetos homens sejam símbolos, muitos foram os profissionais envolvidos no processo, entre eles, algumas mulheres que, como tantas outras pioneiras, deixaram aqui seu legado. Porém, pouco se sabe dessa participação.

A começar pelo edital do concurso, estavam habilitadas a participar “pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, regularmente habilitadas para o exercício da engenharia, da arquitetura e do urbanismo”³. O documento não faz distinção de gênero. Entretanto, “o primeiro registro feminino no livro do IAB é de 1948, sendo que em 1959 as mulheres representavam 2% das inscritas do CREA-RJ”⁴. E se pensarmos na representação feminina nas sete equipes premiadas no concurso, temos um total de 70 membros participantes, destes, apenas 7 eram mulheres⁵. Mesmo com 10% de representatividade, sabemos pouco sobre quem são e quais foram suas reais participações, informações que esta pesquisa pretende organizar a partir de acervos históricos.

A INVISIBILIDADE NA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

A desigualdade social e territorial é ainda maior quando acrescentamos as questões de gênero. Algumas dessas cidades carregaram até os dias de hoje os traços da violência⁶, por exemplo, Ceilândia é líder entre 31 outras localidades na ocorrência de violência doméstica, ocupando ainda a primeira posição em relação a outras 12 regiões do DF para crimes de feminicídio⁷. Esse eixo que contempla regiões administrativas do DF como Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, e municípios do entorno, como Águas Lindas de Goiás, é uma das regiões mais populosas e onde se concentram as vulnerabilidades, da violência à incidência de contaminação e morte por covid-19, como demonstram os números levantados por nossa pesquisa.

Outra das marcas da violência contra as mulheres, neste caso contra as meninas, se traduz na relativização ao acesso a direitos comuns de ambos os sexos, como o caso de visitas íntimas, permitidas apenas para meninos, e a prioridade na utilização do espaço físico, ou seja, as meninas infratoras não podem ao menos ter garantidos os seus direitos. Há a Brasília de JK, a do concurso, a de Lucio Costa, a dos candangos e das borboletas, porém, hoje,

este texto se propõe a chamar atenção para a violência das várias Brasília e suas desigualdades.

Por outro lado, as candangas, ou mesmo as pioneiras de Brasília, tinham a sua invisibilidade também reforçada por questões estruturais e territoriais, desde os anos 1950 já era conhecido que falar em Brasília “não apenas implicava reconhecer a existência de outras formas de ocupação urbana no território do DF como também constatar que a população vivendo no entorno candango sempre foi maior que a do Plano Piloto”⁸, mesmo que seu criador Lucio Costa defendesse que as cidades-satélites não deveriam em caso algum tornar-se cidades dormitórios, “mas representar um meio de controle da expansão urbana”⁹.

POR UMA LEITURA FEMINISTA DA CIDADE

Entre a arquitetura e o feminismo é preciso encontrar interseções e limites, para tanto, em 2020, iniciamos o projeto **Leituras Feministas** com pesquisadoras de diversos lugares do país. Esse trabalho é parte de esforço coletivo para resenhar material sobre arquitetura e feminismo com livros, dissertações e teses em português, inglês e espanhol. O trabalho buscava difundir o conhecimento, com as perspectivas de pesquisa e diálogos proporcionadas nos estudos sobre feminismo e gênero no campo da arquitetura e do urbanismo. O projeto tinha como intuito fomentar o debate do feminismo dentro da arquitetura e urbanismo através de leituras e seminários de discussão. A pesquisa é vinculada ao projeto de Educação e Popularização de C & T — Observatório de estudos feministas em Arquitetura e Urbanismo “Amar.é.linha”.

Na segunda quinzena de março de 2020, foi decretado o isolamento com a intenção de diminuir a velocidade da contaminação por covid-19 no Distrito Federal, e, ao acompanhar os boletins sobre a contaminação local, percebemos que ainda estávamos em curva ascendente. Homens de 20 a 39 anos apresentavam maior contato com o vírus; porém, entre as mulheres de 40 a 49, podíamos observar que a curva se inverte. Outro dado importante era que, comparados os últimos cinco anos, 2020 tinha um número menor de notificações de violência doméstica, porém com altos índices de feminicídio. Assim como no resto país, o rastro do vírus que começou nos bairros nobres se encaminhou

8. SCHLEE, Andrey Rosenthal. **Narrativas históricas e culturais de Brasília**. Brasília, DF: Editora UnB, 2014. (Brasília 50+50: cidade, história e projeto).

9. VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa à Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX–XX)**. Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

10. A questão da mulher na pandemia é tratada por Silvia Federici no seu texto **Capitalismo, reprodução e quarentena**: “então: como mulheres, como feministas, temos um olhar particularmente claro sobre a importância da reprodução da vida. Quais são nossas vulnerabilidades e quais necessidades temos. Podemos

ver que precisamos de uma luta muito ampla. Uma luta que conecta mulheres de áreas urbanas com áreas rurais para criar novas estruturas, novos laços de solidariedade e novas formas de reprodução. Sempre inspirado no conceito de que a reprodução da vida, o propósito da sociedade, deve ser o bem-estar, a boa vida e não o lucro privado”.

para as Regiões Administrativas do DF. Por isso, o projeto tinha como objetivo observar e mapear o percurso da covid-19 e os impactos desde a propagação, contaminação, isolamento social e pós-pandemia nas mulheres¹⁰ do Distrito Federal, entendendo que a pandemia podia incidir de maneira desigual entre homens e mulheres, e, mesmo entre mulheres, os impactos poderiam ter resultados diferentes.

Como sabemos, a casa, que é o lugar da prevenção e do abrigo, também pode ser o lugar da violência e opressão. Nesse momento de confinamento, a situação da mulher se tornou ainda mais vulnerável tanto do ponto de vista epidemiológico como de resguardo físico e mental. Para melhor entender a casa e suas relações de cuidado, é preciso entender a relação das mulheres com o abrigo no sentido amplo, pois existem as mulheres sem abrigo que estão na rua, as periféricas que habitam espaços pequenos, insalubres e dividem esse espaço com várias pessoas, as que se mantêm cativas de relações abusivas por falta de opção e as que, apesar de não sofrerem nenhuma dessas mazelas, depararam com uma nova realidade: a CASA.

Considerando que as atribuições sociais são ainda consideradas cuidados femininos, é preciso mapear essas diversidades femininas e propor soluções adequadas a cada segmento. É necessário (re)aprender sobre os limites do espaço doméstico e sobre cuidado, mas, para isso, é incontornável entender a pluralidade e diversidade que há na domesticidade.

Como metodologia, o trabalho coletou e analisou dados, com a transformação destes em mapas e relatórios, cruzando informações da Secretaria da Saúde, Secretaria de Segurança Pública, do Registro Civil e da Codeplan-DF. Cartografamos o comportamento de transmissão do vírus entre mulheres nas RAs do DF, especialmente regiões de menor renda familiar e maior precariedade de infraestrutura, utilizando *software* de geoprocessamento, e categorizamos essas situações, para compreender as mulheres em diversas dimensões. Como resultado, procuramos entender e informar os impactos da covid-19 na vida das mulheres do DF, levando em consideração a atuação no mercado de trabalho, em casa e na sociedade e partindo da premissa de que para propor qualquer ação de prevenção é preciso entender a diversidade e como os corpos ocupam os espaços privados e públicos.

11. RAGO, Margareth. EPISTEMOLOGIA FEMINISTA, GÊNERO E HISTÓRIA. In: PEDRO, JOANA, Grossi, Miriam (Org.). **MASCULINO, FEMININO, PLURAL.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

Disponível em:



Acesso em:
31 jul. 2020

POR UMA LEITURA CUIDADOSA

No processo de construção de uma arquitetura feminista, desde o início temos procurado estabelecer novas lógicas de produção e de pensamento, assim como diz Margareth Rago¹¹, buscamos uma construção cultural feminina com uma marca “tendencialmente libertária, emancipadora”. Mesmo que Judith Butler em seu texto **Por uma leitura cuidadosa** se oponha à necessidade de uma pedagogia feminista, entende que “o que existe de politicamente imediato é um conjunto de desafios que são historicamente provisionais, mas que não são, por esse motivo, menos merecedores de engajamento”. Refuta a ideia de uma definição filosófica ou epistemológica, defendendo que é preciso “avaliar o mundo de modo político ou de nos engajarmos de maneira ativa em seus problemas com o objetivo de transformação”¹².

“Como poderemos, então, construir uma teoria feminista adequada ou mesmo diversas teorias, pós-modernas ou não? Onde iremos encontrar conceitos e categorias analíticas livres das deficiências patriarcais? Quais serão os termos apropriados para dar conta do que fica ausente, invisível, emudecido?”. Esses questionamentos, colocados por Sandra Hardin em seu texto **A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista**, nos fazem refletir sobre a dinâmica do processo e como ela propõe que percebamos que “há dois modos de encarar a situação”, ou pelas lutas políticas ou com a mudança de paradigmas¹³.

Esta pesquisa surge como inquietação quanto à invisibilidade na produção da arquitetura e a partir da constatação das ausências, o entendimento de que era necessário começar a descobrir a participação feminina na construção de Brasília. Este estudo histórico nos colocou diante de outras invisibilidades, como a invisibilidade na ocupação do território, por exemplo. Para compreender essa ocupação, é importante adotar uma nova epistemologia, por uma leitura feminista da cidade.

A pesquisa propõe uma abordagem multidisciplinar sobre a participação das mulheres enquanto arquitetas e urbanistas, e a arquitetura para mulheres. A primeira, de ordem teórica, tem como premissa a investigação contextualizada da evolução das conquistas femininas ao longo da história, inserida nas discussões sobre profissão, projeto e cidade. A segunda abordagem trata da revisão da historiografia e da construção de estudos histórico-

12. BUTLER, Judith. Por uma leitura cuidadosa. In: **Debates feministas**: um intercâmbio filosófico. Trad. Federica VERÍSSIMO. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 23.

13. “Por um lado, podemos usar a força da razão e da vontade, modeladas pelas lutas políticas, para reunir o que vemos diante dos nossos olhos na vida e na história contemporânea numa imagem conceitual clara e coerente, usando parte de um discurso aqui, outro ali, improvisando de modo criativo e inspirado, e revendo assiduamente nossos esquemas teóricos enquanto continuamos a descobrir outros androcentrismo nos conceitos e nas categorias que viemos utilizando. Poderemos, então, voltar nossas atenções para a instabilidade das categorias analíticas e a falta de um esquema permanente de construção das explicações. (Afinal, precisa haver algum

progresso na direção de um discurso entre “normal” em nossas explicações, se quisermos criar uma orientação coerente para o conhecimento e a ação). Por outro lado, é possível aprender a aceitar a instabilidade das categorias analíticas, encontrar nelas a desejada reflexão teórica sobre determinados aspectos da realidade política em que vivemos e pensamos usar as próprias habilidades com recursos de pensamento e prática. Não à “ciência normal”; para nós não! Recomendo aceitar essa mesma solução, apesar de se tratar de uma meta incômoda pelas razões que seguem” (HARDING, 2019, p. 98—99).

14. 4º
ARQUITECTURA,
CIUDAD Y
GÉNERO EN
TIEMPOS DE
COVID-19.

Disponível em:



Acesso em: 8
ago. 2022

analíticos sobre os as arquitetas que construíram e constroem a cidade.

O estudo feminista em arquitetura e urbanismo não se restringe apenas a pesquisas teóricas ou históricas, mas faz parte de uma linha de trabalhos e investigações no âmbito da graduação (ensaios teóricos, trabalhos finais de graduação, projetos de extensão e pesquisas de iniciação científica) e pós-graduação (seminários, simpósios e orientações de mestrado) desenvolvidas sistematicamente desde 2014 na FAU-UnB.

POR UMA EPISTEMOLOGIA FEMINISTA DE PESQUISA

No processo de construção de uma arquitetura feminista, desde o início temos procurado estabelecer novas lógicas de produção e de pensamento, buscamos uma construção cultural feminina com uma marca “tendencialmente libertária, emancipadora”. Portanto, a pesquisa propõe uma abordagem multidisciplinar sobre a participação das mulheres enquanto arquitetas e urbanistas, e a arquitetura para mulheres. A primeira, de ordem teórica, tem como premissa a investigação contextualizada da evolução das conquistas femininas ao longo da história, inserida nas discussões sobre profissão, projeto e cidade. A segunda abordagem trata da revisão da historiografia e da construção de estudos histórico-analíticos sobre as arquitetas que construíram e constroem a cidade.

A compreensão histórica nos colocou diante de outras invisibilidades, como a invisibilidade na ocupação do território, por exemplo. Para compreender essa ocupação, é importante adotar uma nova epistemologia, **por uma leitura feminista da cidade**. No caso da arquitetura, uma boa possibilidade de compreensão do território e suas relações é o mapeamento como explicou a arquiteta argentina Ana Falú¹⁴.

Se a cidade é “muitas”, qual o papel da mulher nesta cidade?

APRESENTAÇÃO

Maribel Aliaga

Carolina Pescatori

A presente coletânea foi produzida pelo Observatório Amar.é.linha, que tem se dedicado a discutir o papel e as relações entre arquitetura, mulher e cidade. São pesquisas teóricas ou práticas que transitam e integram o trabalho das pesquisadoras Maribel Aliaga e Carolina Pescatori, entre graduação e pós-graduação, mantendo uma tradição da Universidade de Brasília desde a sua criação.

Inserida na linha de pesquisa “Arquitetura, cidade e território” da área de concentração “Teoria, história e crítica” do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, obteve apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, por meio do Edital 04/2021 – Demanda espontânea.

Este primeiro livro do Observatório tem como proposta mostrar a diversidade de abordagens que as pesquisas com recorte de gênero podem ter. Partimos de uma chamada ampla às alunas de graduação que defenderam seus trabalhos principalmente desde 2018. O diálogo com outros pesquisadores da FAU trouxe dois textos que se incorporam ao conjunto, ampliando a diversidade.

A ideia principal desta publicação é trazer para a prática e a pesquisa em Arquitetura e Urbanismo o debate de gênero e suas muitas possibilidades ainda na formação de novas pesquisadoras, mostrando caminhos, abordagens, percursos e bibliografias. Esperamos que possa servir de referência a alunas e pesquisadoras que ainda estão se estruturando, bem como criar trocas e diálogos com outros grupos de pesquisa em gênero na arquitetura e no urbanismo, nacionais e internacionais.

A publicação se inicia com uma narrativa da trajetória, desde 2014, contando sobre eventos, percursos das pesquisas e realinhamento dos pensamentos teóricos e políticos. A seguir, há

as autoras e seus textos, que se dividem em quatro partes, a Teoria, a Violência, a Pandemia e as Perspectivas.

A primeira que consideramos teórica está ligada à história e historiografia, trata do percurso trilhado pelas pioneiras na conquista do acesso à profissão, em **Da cozinha para rua**; das resistências teóricas e práticas das **Arquiteturas Feministas**; e das invisibilidades e apagamentos, por vezes institucionais, em **A arquitetura feminina invisibilizada de Brasília**.

A segunda parte trata de um tema delicado: a violência contra as mulheres. Desde a física e espacial, descrita no texto **Senzala moderna**, como a violência das mulheres que emigram em busca de um futuro melhor, em **Arquitetura de fronteir[a]**. Com uma abordagem interseccional de gênero e raça, temos as **Refugiadas urbanas** e **O acolhimento social da mulher indígena no Brasil e aspectos habitacionais**.

A terceira parte trata de um tema atual, a pandemia, mas que escancara temas e vulnerabilidades sociais que insistem em nos assombrar, como em **Cartografia da covid-19** — a situação da classe das trabalhadoras domésticas no Distrito Federal; e em **Mulheres na pandemia** — costuras sobre narrativas e números.

A quarta e última parte, como propõe o título, nos apresenta perspectivas, como em o **Direito à cidade para mulheres** — análise dos planos diretores do Distrito Federal; e também recontam a história em **Montando o Ferro's Bar** — reivindicando a memória lésbica no Brasil, como um prenúncio de outras possibilidades de pesquisa em patrimônio.

Assim, o trabalho que se apresenta constitui um apanhado de pesquisas teóricas e práticas que evidenciam a necessidade de tratar, de maneira detida e particular, da presença de temas relacionados às mulheres nas casas e nas cidades.

DA COZINHA PARA A RUA A AFIRMAÇÃO DA MULHER COMO ARQUITETA

Luiza Rego Dias Coelho

RESUMO

A trajetória feminina na arquitetura e no urbanismo é marcada por uma série de dificuldades, como as mulheres serem impedidas de estudar e exercer a profissão e não receberem o devido reconhecimento, além dos poucos registros dessa trajetória. A limitação de registros da contribuição da arquiteta acaba por ajudar a manter o tema desconhecido e pouco debatido para a maioria das pessoas. O trabalho inicia com as primeiras inquietações femininas e pela busca dessas mulheres por novas áreas de atuação além da casa. Em seguida, são apresentados dois inícios cruciais para a existência da mulher arquiteta: o acesso ao ensino e a inserção no mercado de trabalho. Nesse momento, é possível apresentar não só uma visão regional sobre o ensino e o mercado de trabalho, mas também apontar e comparar o que acontecia em outros países. Por último, é apresentando o outro problema da questão de gênero na arquitetura, agora que a mulher já está inserida nesse meio: o reconhecimento. Ao analisar, na literatura disponível, os acontecimentos que possibilitaram o acesso da mulher ao estudo da arquitetura e posteriormente às áreas de trabalho, é possível perceber que isso ocorre graças ao esforço feminino, mas também com o trabalho em conjunto entre homem e mulher para mudar a situação. A falta de conhecimento e debate entre arquitetas e arquitetos sobre a questão de gênero na arquitetura prejudica e retarda a mudança de cenário para que haja uma real equidade entre homens e mulheres.

PALAVRAS-CHAVE

mulheres; profissão; arquitetura; historiografia.

INTRODUÇÃO

Mulheres são como fantasmas na arquitetura moderna: presentes em todos os lugares, cruciais, mas estranhamente invisíveis¹.

No Brasil, o **Coletivo Arquitetas Invisíveis** nasce a partir de questionamentos acerca da posição da mulher na arquitetura e no urbanismo e da constatação de que a maioria dos profissionais apresentados na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, e em várias outras faculdades, são homens. O Coletivo busca aumentar o repertório dos estudantes e profissionais de arquitetura, o reconhecimento das arquitetas e promover o debate sobre arquitetura e gênero, já que no país esse tema é pouco abordado, mesmo 61%² dos profissionais de arquitetura sendo mulheres.

Com o envolvimento com o **Coletivo Arquitetas Invisíveis**, nos demos conta de que nossas referências de arquitetura e urbanismo eram extremamente influenciadas pela formação acadêmica, sobretudo pelas pouquíssimas referências femininas, arquitetas e urbanistas, nos anos de estudos. Com o Coletivo, foi possível entender que havia uma forma de minimizar o problema da falta de referências de profissionais femininas, mas que também havia uma história a ser contada: a da mulher na arquitetura.

Ao tentar contar essa história, deparamos com algumas limitações. A primeira era em relação ao conteúdo disponível, a participação feminina de forma histórica é algo pouco abordado. A segunda, em relação à origem do conteúdo. No Brasil, por exemplo, quase não há informações antes da metade do século XX. A forma encontrada para contornar essas limitações foi desenvolvendo um texto histórico, baseado cronologicamente na bibliografia disponível. Um aspecto a ressaltar em relação a bibliografia é que toda ela é de autoria feminina, são momentos da história da mulher contados por ela.

O texto inicia com as primeiras inquietações femininas, representadas aqui pelas mulheres estadunidenses e pela busca dessas mulheres por novas áreas de atuação para além da casa. Em seguida, são apresentados dois inícios cruciais para a existência da mulher arquiteta: o acesso ao ensino e a inserção no mercado de trabalho. Nesse momento, é possível apresentar não só uma visão regional sobre o ensino e o mercado de trabalho, mas

1. Ensaio do catálogo de 2010 do Museu de Arte Moderna: *Morden Women*, escrito por Beatriz Colomina, historiadora especializada em história da arquitetura.

2. Fonte dos Dados: Censo do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de 2012.

também apontar e comparar o que acontecia em outros países. Por último, é apresentado o outro problema da questão de gênero na arquitetura, agora que a mulher já está inserida nesse meio: o reconhecimento. Uma questão extremamente atual e que nos últimos dois séculos pouco se avançou.

Por fim, o trabalho aponta os principais desafios para a igualdade de gênero na arquitetura e no urbanismo e sugere algumas formas para alcançá-la.

1. MULHER TRANSITÓRIA

A industrialização do meio rural estadunidense e o aumento da urbanização durante o final do século XVIII e até meados do século XIX alteraram a organização social estabelecida nos Estados Unidos da América. Ou seja, mais pessoas estavam indo viver nas cidades, mudando, assim, o balanço social, econômico e político de até então. Antes, a propriedade rural definia a organização básica da vida doméstica e econômica das famílias locais, mas a passagem para a cidade passou a alterar drasticamente essa organização.

Desse modo, homens e mulheres tinham papéis e responsabilidades claramente definidos, segundo Doris Cole³: o homem era o provedor, o protetor e o legislador, enquanto a mulher era a preservadora, a professora e o modelo ideal da sociedade. A autora ainda afirma que a mulher era tida como a mantenedora e preservadora da cultura. Esse papel de preservar a cultura pode ser entendido com uma função atribuída e assumida pelas mulheres estadunidenses a fim de garantir o bem-estar físico e cultural, tanto de sua família quanto da comunidade na qual ela estava inserida. Essa forma de se inserir na sociedade influenciou as escolhas das áreas de atuação feminina na recém-formada sociedade urbana industrial.

As obrigações domésticas iam além das de mãe, esposa e responsável pela qualidade do lar e da preservação dos círculos de relações sociais. Tais círculos, geralmente, estavam vinculados às comunidades, à igreja, a grupos de costura e a trabalhos voluntários. Assim, criou-se um percurso “natural” que levava a mulher para as áreas de enfermagem e serviço social. A atuação feminina nessas áreas estava sendo cada vez mais aceita

3. Doris Cole.
**From tipi to the
Skyscraper: a
history of women
in Architecture.**

pela sociedade, especialmente para mulheres que possuíam necessidades financeiras.

Em 1885, Kate Gannet Well⁴ escreveu o artigo “Mulheres Transitórias”, em que descreve o estado de inquietação dessas mulheres que buscavam outras atividades além da doméstica. Segundo Wells, a mulher transitória do século XIX era tomada por inquietações, buscava por um propósito, por algo além das aspirações socialmente aceitas. Essas mulheres não estavam satisfeitas com as funções domésticas, que pareciam cada vez mais sem sentido, sem influência e irritantes, em vista das suas inquietações. Desse modo, a mulher transitória busca formas de ser valorizada, de formar opinião e, principalmente, de expandir seus campos de atuação além da cozinha.

A arquitetura era uma das áreas de interesse da mulher transitória, mais ainda havia muita resistência para a sua entrada. O interesse por arquitetura, como explica Cole (1973), era reforçado pelo dever creditado pela sociedade a essa mulher, visto que as mulheres tinham a obrigação de garantir à sua família o melhor ambiente para se viver. Isso quer dizer que era de responsabilidade feminina buscar soluções que melhorassem e otimizassem a qualidade de vida de suas famílias.

O ambiente doméstico carecia de soluções práticas para uma série de problemas arquitetônicos. As mulheres que buscavam solucionar os problemas arquitetônicos cotidianos, primeiramente de sua casa e aos poucos de suas comunidades, passaram a se dar conta de como a arquitetura podia ser parte da solução de vários problemas sociais derivados de um ambiente físico inadequado, embora a sociedade da época não considerasse essas soluções como arquitetura.

Mesmo assim, elas começaram a ter reconhecimento pelas soluções práticas dadas aos problemas de suas casas e comunidades, como sendo habilidades de um arquiteto. A capacidade de solucionar problemas arquitetônicos estava diretamente relacionada com conexão da mulher e seus lares. Tanto as mulheres ricas quanto as pobres tinham que trabalhar com as condições de ambientes, muitas vezes inadequadas, na tentativa de criar um lar confortável para sua família e o desenvolvimento de uma sociedade adequada.

Outro fator relevante para o papel feminino na busca de soluções para problemas técnicos e práticos da casa era a visão

4. Kate Gannet Wells é filantropa, escritora estadunidense e incentivadora do acesso da mulher à educação e à profissão.

que os arquitetos profissionais faziam de si próprios, e que não incluía tais soluções. Segundo Cole, mesmo que os arquitetos profissionais se envolvessem em problemas técnicos e práticos relacionados aos projetos de seus edifícios, eles se viam como artistas. Artistas que criavam edifícios ao invés de pinturas e esculturas, e que consideravam interesses utilitaristas e práticos, vulgares, e que não deveriam interferir nas prerrogativas do *design* puro do projeto.

Era esse envolvimento íntimo da mulher com o planejamento, com a economia e a utilização eficiente de sistemas de aquecimento, ventilação e estrutura de uma edificação que faltava na arquitetura civil dos EUA. Mas além dos fatores já mencionados, que excluíam a mulher desse meio, havia outro obstáculo que as impediam de entrar profissionalmente na arquitetura: a organização do mundo dos negócios.

O mundo dos negócios era, e ainda é, um campo de ocupação majoritariamente masculino, considerado impróprio para as mulheres. Áreas como ensino, enfermagem e serviço social não eram consideradas e nem vinculadas aos negócios, portanto, eram locais de trabalho feminino socialmente aceitáveis. Já a arquitetura é tanto um negócio quanto uma arte. Um arquiteto precisava de clientes, e os ideais eram os que vinham de setores industriais, políticos e financeiros, que podiam arcar com os custos do projeto e execução da obra. Nesses setores, as mulheres tinham pouquíssima ou nenhuma influência e credibilidade.

Ainda havia as limitações legais femininas que as impediam de votar, de assumir cargos públicos e até mesmo de assinarem contratos perante a lei. Todos esses fatores criavam um cenário quase impossível para o desenvolvimento formal arquitetônico feminino. Como efeito disso, é negado à mulher estadunidense assumir posições relevantes na sociedade fora de suas próprias casas. Além de serem impedidas de construir uma carreira profissional na arquitetura, também foi restringido o seu acesso à educação formal.

A Lei *Morril Land-Grant*, de 1862, que foi responsável por regulamentar o ensino superior do país, afirmava, na teoria, que o acesso à universidade era universal. Mas a teoria era diferente da prática, pois poucas mulheres recebiam diplomas de arquitetura no século XIX e a maioria teve que esperar aproximadamente 40 anos para começar a ter oportunidade de estudar arquitetura.

Ainda assim, elas não eram bem-vindas ou encorajadas no meio acadêmico e profissional. Era uma constante luta para serem admitidas:

Bertha Yerex Whitman ainda se lembra das ácidas palavras do reitor de Arquitetura da Universidade de Michigan quando ela, em 1914, solicitou estudar arquitetura. Ele declarou sem rodeios que “nós não queremos você, mas já que a universidade é mista e de propriedade do Estado, nós teremos que te aceitar se você insistir”. Essa era a atitude da época, as mulheres eram vistas como intrusas, não só no mundo dos negócios, mas também nos escritórios de admissão das universidades⁵.

2. A CONQUISTA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

A regulamentação do ensino superior nos Estados Unidos da América pela Lei *Land-Grant* possibilitou a oficialização das universidades locais, como o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês), em 1868; a Universidade de Cornell e a Universidade de Illinois, em 1871, entre outras. Como apontado anteriormente, a regulamentação do ensino superior também garantia o acesso universal à educação em relação ao gênero. Mas a atitude no final dos anos de 1800 para com a mulher era de que ela era uma intrusa nos diversos campos de dominação masculina, e a universidade era um desses campos.

Mantendo a tradição das tutorias, ainda no século XIX, nos Estados Unidos da América, havia duas formas de estudar e ensinar arquitetura. Uma delas envolvia contratar um tutor particular ou fazer estágio em escritórios de arquitetura. A outra, era conseguindo entrar em uma das Escolas de Arquitetura recém-estabelecidas. Para as mulheres, as duas opções eram de difícil acesso e exigiam muita insistência da parte delas para alcançá-las.

As poucas mulheres que conseguiam entrar na Escola de Arquitetura tinham outro desafio, além do curso em si, que era o de conseguir receber o diploma. Mary L. Page foi a primeira mulher a receber um diploma de arquitetura na Universidade de Illinois, em Urbana-Champaign, no ano de 1880. Somente outras duas universidades locais — a Universidade de Cornell e a Universidade de Syracuse — concederam alguns poucos diplomas para mulheres no século XIX.

5. “Bertha Yerex Whitman still remembers the biting words of the Dean of Architecture at the University of Michigan when, as a young woman in 1914, she asked to study architecture. He bluntly stated that “we don’t want you, but since the school is coeducational and state owned, we have to take you if you insist. This was the attitude of the times; women were looked upon as intruders, not only on the business ladder but in the admission offices of universities as well” (COLE, 1973, p. 54).

3. A ESCOLA DE CAMBRIDGE

6. Henry Atherton Frost era, em 1915, instrutor de desenhos arquitetônicos da Escola de Arquitetura de Harvard.

7. James Strurgis Pray foi diretor e professor da Escola de Paisagismo de Harvard.

8. “I had [...] decided that tutoring the Tuscan orders on a teetering card table in a lady’s parlor produced a certain sense of unreality [...], and I had told my student that if she wished to continue, it must be at a solid drafting table in my office where I could drop in every day [...]. If I had expected this would end it all, and there is no proof that such was my motive, I sadly misjudged the modern young woman of that day”. Trecho original de Henry Atherton Frost, manuscrito da autobiografia — não publicada, 1943, p. 6.

9. Bremer Pond, arquiteto, paisagista e sócio de Henry Frost.

No final de 1915, Henry Frost⁶ recebeu de James Pray⁷ o pedido para lecionar desenho arquitetônico a uma “jovem moça”, já que não era a ela permitido estudar em Harvard. Frost aceitou o pedido de Pray e começou a ensinar desenho arquitetônico para a jovem moça. As aulas aconteciam duas vezes por semana na casa da moça e ocorreram de outubro a dezembro de 1915. Após algumas aulas, ficou claro para Frost a inadequação do espaço disponível, na casa de sua aluna, para o ensino de história da arquitetura e de desenho arquitetônico. Dessa forma, Frost resolveu propor continuar com as aulas em seu escritório:

Eu havia decidido que lecionar as ordens de Tuscan em uma mesa de jogos na sala de uma senhora dava uma certa sensação de irrealidade [...], e eu havia falado para a minha estudante que se ela quisesse continuar os estudos, as aulas deveriam passar para uma mesa apropriada de desenho em meu escritório [...]. Se eu tinha esperanças de que isso acabaria com tudo, e não há nenhuma prova de que essa não foi a minha intenção, eu, infelizmente, havia julgado mal a mulher moderna de hoje⁸.

Assim, não só a jovem moça aceitou com entusiasmo a mudança do local das aulas, como também havia mais outras cinco mulheres requisitando aulas. Com o consentimento e ajuda de seu sócio Bremer Pond⁹, eles decidem dar aulas para as seis mulheres.

Essas seis mulheres eram o mais longe que ele, Frost, chegaria para que o funcionamento do escritório não fosse prejudicado pelas aulas. Alguns amigos mais espirituosos de Frost e Pond se referiam às alunas e às aulas como a “creche de Frost e Pond”, enquanto as próprias alunas se referiam à situação como “a pequena escola”. Tanto Frost quanto Pond se recusavam a aceitar o que para as mulheres já estava claro, que ali havia uma escola de arquitetura. Assim, começou a Escola de Arquitetura e Paisagismo de Cambridge, a primeira e única escola de arquitetura para mulheres dos EUA.

Os fundadores da Escola de Cambridge, a princípio, não compreendiam a real importância da escola para a inserção da mulher no meio acadêmico da arquitetura. Tampouco

compreendiam a vontade feminina de adquirir esse e outros tantos direitos. Em sua autobiografia, Frost comenta como admirava aquelas mulheres, que lutavam pelo acesso à educação superior e pelo direito ao voto.

Apesar da fundação da Escola de Cambridge ser um grande passo para o acesso das mulheres à educação, o primeiro currículo da escola era voltado e baseado na convicção de que as habilidades femininas para arquitetura se limitavam à esfera doméstica. O objetivo de Frost e Pond era ensinar arquitetura doméstica para suas alunas, mas não era esse o objetivo de suas alunas.

Essas mulheres estavam em busca de aprender tudo que elas podiam, e logo expandiram os limites da esfera doméstica. Essas seis primeiras mulheres e muitas outras que vieram depois redefiniram a arquitetura doméstica, incluíram escolas, hospitais, pavilhões, clubes e até mesmo o planejamento de vilas inteiras. Além de expandir a arquitetura doméstica, o currículo da escola passou a contar com a interdisciplinaridade entre o ensino da arquitetura e o do paisagismo, que na época eram ensinados como cursos distintos.

A estabilidade da Escola de Cambridge se deve principalmente ao fato de que o ensino dado lá às mulheres não ocorria de forma passiva ou como uma profissão intelectual, mas como garantia de que elas poderiam praticar suas profissões após a conclusão do curso. Dessa forma, a escola priorizava as mulheres que estavam interessadas na prática profissional. Por esses diversos fatores, a Escola de Cambridge atraía alunas não só dos diversos estados, mas também de diversos países, como Inglaterra, França, Canadá e México.

A Escola de Arquitetura e Paisagismo de Cambridge foi fundada como escola em 1916 e teve suas atividades encerradas em 1942. Em seus mais de 25 anos de funcionamento, passaram mais de 400 mulheres pela instituição. Em seu auge, 83% das mulheres formadas estavam exercendo ativamente a profissão e desse total, 60% eram casadas. Ao finalizar as atividades da Escola de Cambridge, as alunas que ainda não haviam concluído o curso foram transferidas para a Escola de Arquitetura de Harvard, que, com isso, se tornou uma instituição mista. A Escola de Cambridge foi um pequeno acontecimento de um movimento maior em que

as mulheres começaram a exigir direitos educacionais iguais ao de seus irmãos (COLE, 1973).

4. BAUHAUS

Concomitante à Escola de Cambridge, na Alemanha, foi fundada a Bauhaus (1919–1933), que ainda hoje é tida como um dos mais significantes modelos de ensino de arquitetura, artes e *design* do século XX. Diversos profissionais e produtos desenvolvidos na Bauhaus ainda são referências em distintos campos, como o arquiteto Walter Gropius, seu fundador, e no *design* temos a cadeira Brno, de Lilly Reich e Mies Van Der Rohe.

10. Ana Gabriela Godinho Lima é professora e pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Segundo Ana Gabriela Godinho Lima¹⁰ em seu trabalho “Reverendo a história da arquitetura: uma perspectiva feminista”, Gropius tinha o objetivo de construir o “homem moderno”, criando uma nova identidade para o cidadão, em que tanto a educação quanto a arquitetura possuíam um papel relevante. Assim, a Bauhaus se tornou um meio para implementação desse projeto.

A princípio, o ensino na Bauhaus era misto e igualitário tanto para homens quanto para mulheres, essa era a ideia que foi reforçada por Gropius em seu primeiro discurso para os estudantes da escola. Mas, na prática, assim como ocorria nos EUA, o acesso da mulher para a educação era dificultado, e, quando permitido, elas eram destinadas a ocupar posições secundárias.

A presença e a quantidade de estudantes mulheres incomodavam a Gropius, que sugeriu, em 1920, ao Conselho de Mestres da Bauhaus, que houvesse uma seleção mais “rigorosa desde o princípio, particularmente no caso do sexo feminino”.

A maioria das mulheres que conseguia vencer as barreiras de entrada acabava sendo excluída do estudo da arquitetura e sendo direcionada para áreas mais “femininas”, como a tecelagem. Além disso, tinha seu trabalho considerado muito “feminino” ou “artesanal”, dessa forma, a imagem criada pelos membros da Bauhaus de arquiteto foi feita a partir de um cenário majoritariamente masculino.

Essa imagem estabelecida pela escola desconsiderava a contribuição feminina como contribuição significativa apesar de todas as adversidades e dificuldades enfrentadas:

A fase conclusiva da discriminação e desvalorização da identidade feminina como profissionais e participantes do processo de criação e produção da Bauhaus está no banimento ou diminuição de seus nomes e seus trabalhos dos catálogos e livros produzidos sobre a escola¹¹.

5. NO BRASIL

Apesar da existência de um curso de arquitetura, o estabelecimento de novas escolas de arquitetura no Brasil foi demorado, já que pouco se construiu no país até o final da primeira República. O número limitado e quase inexistente de escolas de arquitetura provocou o atraso da inserção masculina na profissão e, conseqüentemente, adiou também o acesso das mulheres em alguns anos. Mesmo com as dificuldades impostas às mulheres, pode-se entender que em nenhum momento houve uma restrição explícita ao ingresso destas nas escolas de arquitetura brasileiras.

Apesar do conhecimento em relação aos primeiros cursos brasileiros, informações relacionadas ao gênero e à participação feminina são praticamente inexistentes. Os primeiros dados disponíveis relativos ao gênero na arquitetura brasileira são provenientes da regulamentação profissional de 1933, que constituía-se no número de profissionais mulheres registradas, sem informação das suas escolas de origem. Assim, a maioria das informações nacionais sobre gênero no ensino da arquitetura são provenientes de escolas mais recentes, como da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Rio Grande do Sul (FAU-UFRGS) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB).

Entre 1952 e 2009, na FAU-USP, formaram-se 5.368 profissionais, sendo 2.805 homens e 2.563 mulheres¹². É possível constatar que 47,74% dos profissionais formados pela escola, até 2009, foram mulheres. Ao analisar as informações de forma mais detalhada, ainda é possível identificar que os números de mulheres formadas pela FAU-USP apresentam um percentual de aumento, quase que constante, chegando a ultrapassar o número de homens em 1985.

11. LIMA, Ana Gabriela Godinho Lima. **Arquitetas e Arquiteturas na América Latina do Século XX**. Altamira, São Paulo, 2012.

12. Fonte dos dados SÁ (2010).

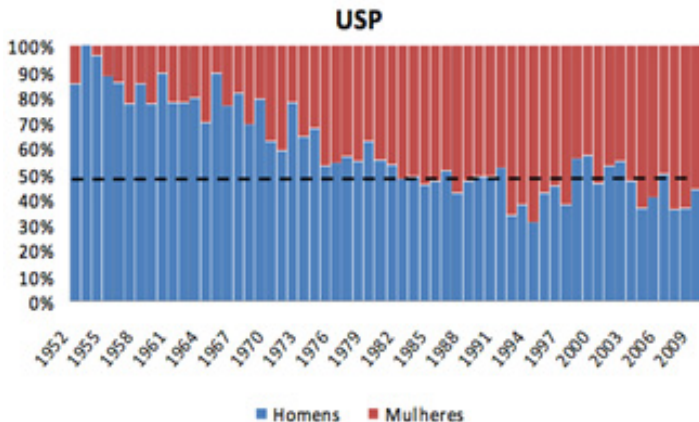


Figura 1

Gráfico da formação de profissionais na FAU-USP.

Fonte: Salvatori, 2008.

Assim como a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, a FAU-UFRGS foi fundada em 1952, e em seus primeiros 50 anos de existência formou 2.670 arquitetos, sendo 1.425 homens e 1.245 mulheres¹³. Ou seja, 46,6% dos profissionais formados pela FA-UFRGS foram mulheres. Embora de forma geral a quantidade de mulheres formadas seja inferior a de homens, analisando de forma mais detalhada o gráfico a seguir, verifica-se, assim como na USP, um aumento gradativo das mulheres egressas, chegando a ultrapassar o número de homens em 1976.

13. Fonte dos dados Salvatori (2008).

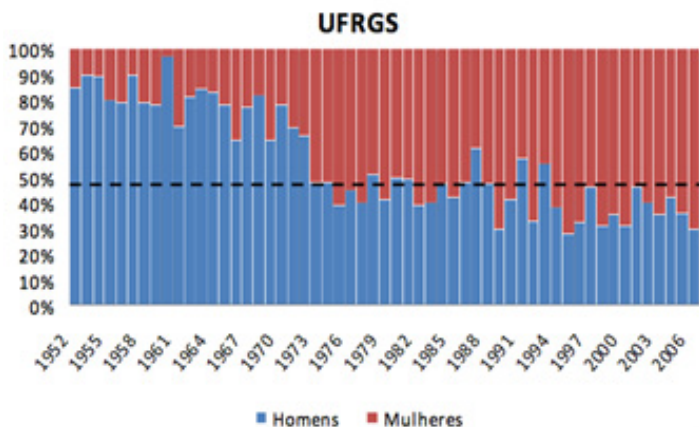


Figura 2

Gráfico da formação de profissionais na FAU-UFRGS.

Fonte: Salvatori, 2008.

A FAU-UnB formou, de 1967 a 2013, 2.546 arquitetos. Desse, 1.150 homens e 1.396 mulheres, ou seja, 54,83% dos profissionais formados foram mulheres. Nos primeiros anos da FAU-UnB, a quantidade de homens era maior que a de mulheres, só havendo inversão a partir de 1977, mesmo tendo de forma percentual geral formado mais arquitetas que arquitetos.

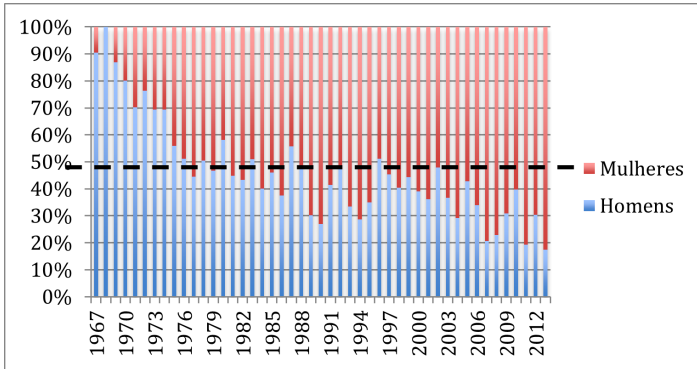


Figura 3

Gráfico da formação de profissionais na FAU-UnB.

Fonte: FAU-UnB.

Como se pode observar por meio dos dados das três escolas de arquitetura, durante as décadas de 1970 e 1980, havia uma equiparação entre o número de homens e mulheres formados, de forma geral, e a crescente participação feminina a partir de então.

Para Flavia Sá (2010), o aumento da partição feminina, tanto acadêmica quanto no meio profissional, pode ser explicada pela desaceleração econômica do período, o que dificultava a absorção dos recém-formados no mercado de trabalho. Isso provocou um abandono do campo pelos homens, que buscavam profissões mais seguras, abrindo espaço para as mulheres optarem pela carreira na arquitetura.

6. OS PRIMEIROS TRABALHOS

Como foi dito anteriormente, a inserção profissional das mulheres no campo da arquitetura nos EUA e na Europa ocorreu no final do século XIX, com a inquietação feminina de saída do lar. Esse processo se deu de forma lenta e gradual, sendo a maioria dos trabalhos referentes à arquitetura doméstica. A grande atuação e a tão defendida aptidão feminina para o doméstico não garantiam

o direito da mulher arquiteta de projetar mesmo nessa área, salvo algumas exceções.

Esse cenário, que deixava a arquiteta à margem de sua profissão, só começou a se modificar de forma mais perceptiva em circunstâncias extraordinárias, ou seja, na Primeira Guerra Mundial, na Grande Depressão Americana e na Segunda Guerra Mundial. Durante os anos de guerras, as profissões dominadas por homens sofreram com a falta de profissionais masculinos disponíveis, pois estes estavam no serviço militar. Nos anos de depressão, a arquitetura era tida como uma profissão instável, o que também provocou a migração dos arquitetos para outras áreas mais estáveis da economia.

As vagas de trabalho disponíveis, até então ocupadas por arquitetos, ficavam a cargo das arquitetas, que aceitavam a instabilidade da área e remunerações menores comparada com a dos homens e ainda faziam mais horas de trabalho. Foi por causa da Primeira Guerra Mundial que mais arquitetas tiveram a oportunidade de mostrar que sua capacidade de trabalho era igual à dos arquitetos, ao ocupar e executar suas antigas funções. Com o final da guerra e a volta dos homens do serviço militar, a maioria das arquitetas foram convidadas a deixarem seus empregos para que os homens pudessem assumir seus antigos postos.

Os cenários Europeu e Estadunidense se alteraram um pouco durante os anos da Segunda Guerra Mundial. Agora, não só os arquitetos americanos estavam deixando seus trabalhos a serviço da guerra, como os grandes arquitetos europeus estavam deixando a Europa para estabelecerem seus escritórios nos EUA, como foi o caso de Walter Gropius, que ao chegar aos Estados Unidos fundou o escritório de arquitetura *The Architects Collaborative*, juntamente com mais quatro sócios, sendo duas arquitetas formadas pela Escola de Cambridge, Sarah Pillsbury e Jean Bodman Fletecher.

Outra mudança social no cenário local era que as mulheres não queriam ter de escolher entre o casamento e a vida profissional. No século XIX, era impensável para a mulher casada trabalhar fora de casa. Depois, no século XX, a mulher não queria só ter um trabalho, mas um marido também. Dessa forma, a solução encontrada por muitas para ter os dois era de se casar com seus colegas arquitetos, principalmente as arquitetas da Escola de Cambridge, pela proximidade e contato com os arquitetos de Harvard. Para Cole, o casamento com colegas de profissão

garantia que o marido entendesse e simpatizasse com as dificuldades da arquitetura e as condições de trabalho. Sendo também, uma “solução” para a questão de espaço no escritório, visto que possibilitava a coparticipação no escritório e tornava mais fácil a organização da vida doméstica da família. A autora aponta que esse tipo de casamento só funcionava quando o marido concordava que a arquitetura era um domínio compartilhado entre ambos, homens e mulheres.

Além do casamento como um relacionamento amoroso, havia as parcerias profissionais, extremamente comuns na Europa e nos EUA. As parcerias possibilitavam que os projetos de coautoria das arquitetas fossem executados e levados a sério, o que aumentava a área de atuação extrapolando o doméstico. Muitas das parcerias que aconteceram durante o século XX tendiam a subjugar a participação feminina quando não excluía totalmente sua autoria dos livros, revistas e catálogos especializados. A necessidade de um figura masculina legitimar o trabalho das mulheres acabou deixando diversas arquitetas à sombra de seus parceiros por quase toda uma vida, como é o caso de Eillen Gray com Le Corbuseir e de Lilly Reich com Mies Van Der Rohe.

7. NO BRASIL

Diferentemente da Europa e dos Estados Unidos, a arquitetura brasileira ainda não estava firmada como profissão no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX. Durante os primeiros anos da nova República, a indústria da construção do país pouco se modificou e pouco produziu, causando uma certa demora na constituição de institutos de ensino de arquitetura, e, por consequência, da consolidação da profissão.

A primeira regulamentação profissional brasileira aconteceu no ano de 1933, no Rio de Janeiro, com o CREA-RJ¹⁴. Nesse ano, havia 2.037 profissionais filiados ao órgão, sendo 2.023 homens e 14 mulheres, ou seja, menos de 0,7%¹⁵ dos profissionais eram mulheres. No ano de 1959, o percentual de mulheres filiadas no CREA-RJ subiu dos inexpressivos 0,7% para os, também baixos, 2%. Já no ano de 1970, o percentual subiu para 31%. Segundo Flávia Sá, esse fenômeno se dá pela participação tardia da mulher brasileira no mercado de trabalho, que data do fim dos anos de 1960 e início dos 1970.

14. Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, regulamenta e fiscaliza as áreas de engenharia, agronomia, geologia, geografia e, até 2012, arquitetura.

15. Fonte dos dados Sá (2010).

As dificuldades enfrentadas pelas arquitetas brasileiras e suas conquistas foram pouquíssimo documentadas, de forma que a maioria das informações disponíveis sobre a mulher na arquitetura são os dados em relação ao gênero dos profissionais inscritos nos conselhos regionais.

Uma forma de avaliar a representatividade das arquitetas no Brasil é o levantamento feito por Flávia Sá, nas revistas *AU* e *Projeto e Design*, da quantidade de projetos de autoria feminina reproduzidos nessas revistas. No levantamento, feito nas edições de 1991 a 2001, foram encontrados 405 projetos de edificações de autoria femininas. Destes, 20% foram elaborados somente por arquitetas, 7% por equipes de projetos constituídas unicamente por mulheres, 12% por equipes com membros de ambos os sexos e 61% por duplas, de homens e mulheres. Essa maioria absoluta dos projetos feitos por casais confirma o que já acontecia e acontece nos Estados Unidos e na Europa: a necessidade de um arquiteto para validar e qualificar o trabalho feminino.

8. E O RECONHECIMENTO?

Na maior parte da metade século XX a maioria das mulheres interessadas em arquitetura estavam mais preocupadas em encontrar uma forma de se inserirem no meio, tanto acadêmica quanto profissionalmente. Assim, várias dessas mulheres aceitavam condições de trabalho instáveis e também a falta de reconhecimento. O problema de gênero na arquitetura estava deixando de ser somente a ausência da mulher na área e vindo a ser também a marginalização da arquiteta.

Segundo da editora do livro *Architect: Reconstructing Her Practice*, Francesca Hughes¹⁶, durante o século XX, nos Estados Unidos, poucas mulheres tiveram coragem de afirmar sua feminilidade na arquitetura, por medo de que isso prejudicasse suas carreiras e suas oportunidades. Várias dessas mulheres rejeitavam o rótulo de “*woman architect*”¹⁷, além da sua feminilidade, na busca de que o seu talento e habilidade fossem considerados de forma igualitária, independentemente de gênero. As arquitetas que conseguiram alcançar posições de prestígio e ter acesso aos fóruns de debate de arquitetura só conseguiam alcançar esses postos com a aprovação de seus colegas homens, como exceções que poderiam ser consideradas “homens honorários”.

16. Francesca Hughes é arquiteta, foi professora na Escola Barlett de Arquitetura em Londres e é autora de diversos livros sobre arquitetura.

17. O termo *woman architect* se refere à arquiteta. *Architect* na língua inglesa se refere ao profissional de arquitetura, sem a identificação de gênero masculino e feminino.

O aumento do número de arquitetas formadas nos Estados Unidos durante a década de 1960 e 1970 levou à criação de diversas organizações de classes voltadas às mulheres arquitetas, que buscavam melhorar a representatividade e o reconhecimento feminino. Em conjunto com o estabelecimento das instituições de classe de arquitetas ocorria o fortalecimento de diversos movimentos sociais, principalmente o feminismo. O movimento feminista promoveu diversos debates sobre a mulher na arquitetura, o que incentivou um maior número de arquitetas nos EUA a buscarem reconhecimento e melhores oportunidades sem terem que necessariamente renunciar ao feminino.

O crescimento da busca feminina pelo reconhecimento começou a dar mostras de transformações na sociedade americana. A partir do ano de 1980, as mulheres passaram a ser consideradas nas premiações da área, os números de estudantes mulheres e homens nas universidades começaram a ser semelhantes, chegando, em alguns lugares, o número de mulheres ser maior que o de homens. Em 1985, o Instituto Americano de Arquitetos (AIA, na sigla em inglês), criou um banco de dados internacional de mulheres na arquitetura (o IAWA, também na sigla original), com o objetivo de documentar e preservar documentos e estudos históricos do envolvimento das mulheres na arquitetura e urbanismo. Em 1988, o AIA desenvolveu a primeira exposição sobre a contribuição participação da mulher na arquitetura, a “*The Expectational One*” — *Women in American Architecture 1888–1988*, apresentando a trajetória de diversas arquitetas e questionando o lugar da mulher na arquitetura.

Apesar de todos os avanços em relação ao acesso à educação e dos debates sobre o reconhecimento e valorização trabalho da arquiteta, a representatividade e o reconhecimento ainda é, em vários países, uma questão com poucos avanços. As últimas pesquisas feitas em 2013–2014 pelo *Architect Journal* nos Estados Unidos e na Europa mostram que mais de 55% das mulheres acreditam que há mais oportunidades na arquitetura para arquitetos do que para arquitetas, e menos de 20% dos escritórios de arquitetura são liderados por mulheres. Essa dificuldade de acesso das mulheres a posições influentes e altos cargos na arquitetura, e assim como a omissão de diversas coautorias significativas no século XX, acaba criando um cenário em que a maioria dos arquitetos estudados nas universidades são homens, colaborando com o pouco reconhecimento do trabalho feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória feminina na arquitetura e no urbanismo é marcada por uma série de dificuldades, como serem impedidas de estudar e exercer a profissão e não receberem o devido reconhecimento, além dos poucos registros dessa trajetória. A limitação de registros da contribuição da arquiteta acaba por ajudar a manter o tema desconhecido e pouco debatido para a maioria das pessoas.

Ao analisar, na literatura disponível, os acontecimentos que possibilitaram o acesso da mulher ao estudo da arquitetura e posteriormente as áreas de trabalho, é possível perceber que isso ocorre graças ao esforço feminino, mas também com o trabalho em conjunto entre homem e mulher para mudar a situação. A falta de conhecimento e debate entre arquitetas e arquitetos sobre a questão de gênero na arquitetura prejudica e retarda a mudança de cenário para que haja uma real equidade entre homens e mulheres.

Portanto, para que os avanços na igualdade na profissão continuem, é importante que o debate permaneça sendo promovido, juntamente com o aumento do recolhimento da produção feminina, assim como o conhecimento acerca da história da mulher na arquitetura.

REFERÊNCIAS

ABEA — ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Informações gerais**. [s.d.]. Disponível em: www.abea-arq.org.br/?class=Textos&method=onListar&tipo=InformacoeszsGerais. Acesso em: 12 ago. 2022.

AIA — American Institute of Architects. [s.d.]. Disponível em: www.aia.org/index.htm. Acesso em: 12 ago. 2022.

ARCHDAILY. Disponível em: www.archdaily.com.br. Acesso em: 12 ago. 2022.

AWA — ASSOCIATION FOR WOMEN IN ARCHITECTURE. [s.d.]. Disponível em: www.awa-la.org. Acesso em: 12 ago. 2022.

COLE, Doris. **From tipi to skyscraper: a history of women in architecture**. Boston: s/c, 1973.

CREA-RJ — CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: www.crea-rj.org.br. Acesso em: 12 ago. 2022.

HUGHES, Francesca. **The Architect: Reconstructing Her Practice**. MIT Press, 1998.

LIMA, Ana Gabriela Godinho Lima. **Revendo a história da arquitetura: uma perspectiva feminista**. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2004.

_____. **Arquitetas e Arquiteturas na América Latina do Século XX**. Altamira, São Paulo, 2012.

SÁ, Flávia Carvalho. **Profissão: Arquiteta** — Formação profissional, mercado de trabalho e projeto arquitetônico na perspectiva das relações de gênero. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (mestrado), 2010.

SALVATORI, Elena. **De arquitetura e gênero no Rio Grande do Sul**. Conselho em Revista — CREA-RS, Porto Alegre, p. 27, 31 jul. 2009.

MEC — MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: emec.mec.gov.br. Acesso em: 12 ago. 2022.

THE AMERICAN ARCHITECTURAL FOUNDATION. “That Exceptional One” — Women. *In: American Architecture 1888–1988*, The American Architectural Foundation, 1988.

ARQUITETURAS FEMINISTAS

Ana Carolina Medeiros

RESUMO

Este trabalho aborda a trajetória feminina na arquitetura partindo da invisibilidade e da falta de espaço na área para mulheres, chegando às produções arquitetônicas feministas. Por meio de revisão bibliográfica e conceituação teórica, são explorados o impacto de uma profissão convencional pautada em profissionais masculinos, o não reconhecimento do trabalho de arquitetas e a falta — e conseqüente necessidade — do olhar feminista. Objetiva-se compreender de quais formas se dão as abordagens feministas no ofício da arquitetura e suas contribuições para o espaço construído. Como exemplos de abordagens feministas na arquitetura, são apresentadas as obras de Franziska Ullmann, Susana Torre e Lori Brown.

PALAVRAS-CHAVE

arquitetura feminista; abordagem; prática; convencional; paradigma.

INTRODUÇÃO

A trajetória profissional de mulheres como arquitetas e urbanistas é relativamente recente. O seu acesso à graduação aconteceu entre o fim do século XIX e meados do século XX. O ingresso era dificultado pelas instituições de ensino que consideravam as mulheres inaptas para a área da construção, ideia fortalecida pela associação da figura feminina ao trabalho e ao espaço domésticos¹. Já aquelas que conseguiam passar pela barreira da educação, tinham dificuldades em se inserir no mercado de trabalho.

No século XX, as mulheres aproveitavam tempos de depressão econômica ou guerra para ocupar o mercado de trabalho, enquanto homens migravam para o serviço militar ou outras áreas em que a remuneração fosse maior². Submetidas a salários reduzidos, eram dispensadas quando os homens arquitetos retornavam à profissão.

As posições de prestígio vinham por meio de parcerias com colegas homens. Em alguns casos, como com Lilly Reich, com Ludwig Mies Van der Rohe, e Charlotte Perriand e Eileen Gray, com Le Corbusier, arquitetas à sombra dos grandes mestres modernistas, o reconhecimento nem mesmo acontecia.

O *Pritzker*³, considerado o maior prêmio em arquitetura, foi atribuído a uma arquiteta apenas em 2004, com Zaha Hadid, única mulher que ganhou desacompanhada de um homem até hoje. Somente 6 mulheres foram premiadas em 43 anos, sendo que 3 delas ganharam o prêmio participando de equipes com arquitetos homens.

Atualmente, as arquiteturas que conhecemos e estudamos nos cursos e universidades são, em sua maioria, formadas por concepções masculinas. A invisibilidade feminina na profissão é alarmante, com pouca representatividade de projetos feitos por mulheres sendo estudados na academia.

Tendo em vista a desigualdade de gênero que permeia a profissão, seria natural propor um ensaio teórico que fizesse um apanhado sobre as produções de arquitetas. Entretanto, este ensaio teórico visa a um passo a mais: investigar as produções feministas na arquitetura.

Feministas, pois, primeiramente, dividir o modo de projetar entre feminino e masculino seria ilógico: ao se analisar uma obra arquitetônica, sem antes saber quem a projetou, não há como

1. STRATIGAKOS, Despina. *Where Are the Women Architects?* (2016).

2. COELHO, Luíza Rego Dias. **Da cozinha para a rua (1880-2014): A afirmação da mulher como arquiteta** (2015).

3. O *Pritzker*, premiação anual estabelecida pela família *Pritzker* em 1979, nos EUA, tem como objetivo honrar um ou mais arquitetos vivos em função de seus projetos construídos como forma de impulsionar a profissão. O prêmio consiste em uma medalha de bronze e 100 mil dólares.

4. LIMA, Ana
Gabriela Godinho.
**Gênero e Processo
de Projeto** (2017).

5. O termo mais
utilizado para
definir a ideia
da arquitetura
pensada pelo
olhar masculino
é *mainstream*;
uma tradução
sugerida que será
utilizada neste
ensaio é a palavra
convencional.

6. STRATIGAKOS,
Despina. *Where
Are the Women
Architects?* (2016).

7. Idem.

8. Em inglês,
o substantivo
architect não
possui flexão
de gênero; daí
a ideia de que
women architect,
pois usualmente
architect se referia
a um profissional
homem, quando
deveria se referir
a um profissional
sem gênero
expresso no
substantivo.

distinguir se foi homem ou mulher⁴. Segundo, porque percebe-se uma urgência para a elucidação das abordagens teóricas e das práticas projetuais feministas.

Assim, o presente trabalho propõe-se a investigar as abordagens feministas na arquitetura e no urbanismo por meio de um olhar histórico, analisando o ensino e a produção arquitetônica pautados por um convencional⁵ excludente. Busca-se compreender a ausência de questões feministas na arquitetura e quais são as práticas das profissionais que percebem a necessidade de um projetar voltado para a inclusão das mulheres nos espaços.

1. O CONVENCIONAL DA PROFISSÃO E O IMPACTO NA EDUCAÇÃO E NOS ESPAÇOS CONSTRUÍDOS

A arquitetura foi, por muitos séculos, uma atividade dominada exclusivamente por homens. Apenas no final do século XIX, as mulheres conseguiram começar a se inserir no campo profissional, quando algumas universidades passaram a aceitar alunas. Porém, serem graduadas em arquitetura não garantiu espaço no mercado de trabalho: a figura da mulher foi historicamente⁶ associada ao trabalho doméstico, fazendo com que muitos duvidassem da capacidade feminina de exercer a profissão de arquiteta e diversas outras consideradas inadequadas para mulheres.

Em 1902, Thomas Raggle Davison escreveu um artigo intitulado “*May Women Practice Architecture?*”, em que ele conclui que para o bem das mulheres e da arquitetura, é melhor que não haja “mulheres arquitetas”. Em seu entendimento, o maior problema era que as mulheres eram não tinham o temperamento qualificado desqualificadas para a profissão, pois faltavam nelas qualidades como firmeza e critérios para praticarem a boa arquitetura⁷. Nessa época, era comum o termo *women architecture*⁸, que diferenciava o profissional arquiteto da profissional “mulher arquiteta”, evidenciando a clara diferença de gênero presente na profissão.

Os obstáculos que as mulheres tinham de vencer para praticar a profissão eram inúmeros. Políticas acadêmicas que dificultavam o acesso às universidades, associações profissionais que só admitiam profissionais homens, escritórios que só contratavam arquitetos homens e, quando contratadas, salários reduzidos para elas. Conquistar espaço em um meio tão dominado pela figura masculina foi e é um grande desafio.

Uma das maneiras que as mulheres encontraram para conseguir participar da esfera da arquitetura foi através do doméstico. Aquilo que funcionava como “a prisão do gênero” serviu também como ponto de partida para que elas pudessem opinar e formular propostas sobre a habitação. O domínio do espaço público era declaradamente do homem, enquanto o domínio das mulheres era o privado — mais especificamente, o lar⁹.

Outra forma de se inserir no campo da arquitetura era por meio de parcerias com arquitetos homens. Ser coautora de um projeto era uma forma de extrapolar a arquitetura doméstica, projetando edifícios, pontes e obras de maior porte. Entretanto, nem sempre o trabalho era creditado. Um fenômeno comum e já conhecido pelos estudos feministas era a abreviação do nome das arquitetas seguido de seu sobrenome, suprimindo o gênero das projetistas, como é o caso de Alicia Gazzaniga, coautora da Biblioteca de Buenos Aires¹⁰.

A parceria de Charlotte Perriand, Le Corbusier e Pierre Jeanneret de 1927 a 1937 resultou na série de mobiliários LC. Quando foram patenteados pela primeira vez, a autoria era na seguinte ordem: Charlotte Perriand, Pierre Jeanneret e Le Corbusier. Ao ser repassada para a marca italiana Cassina, Le Corbusier vem como primeiro autor, e Charlotte, como última. Na seguinte negociação com a marca, o nome dela não aparece¹¹, exemplificando a falta de reconhecimento. Atualmente, os nomes de Charlotte e Pierre aparecem na patente, porém, o protagonismo continua atribuído a Le Corbusier.

As parcerias entre arquitetos e arquitetas eram formas de validar a participação feminina no processo projetual¹², um método das arquitetas para terem seus trabalhos reconhecidos. O que faltava a elas era o reconhecimento. A consequência primária era a invisibilidade, resultando em muitos projetos que não seriam divulgados, bem como os nomes das arquitetas.

Invisíveis, seus projetos não eram referências para estudantes de arquitetura, contribuindo com o convencional que exaltava arquitetos homens e não dava o reconhecimento devido às profissionais mulheres. O convencional da profissão também tende a privilegiar grandes obras¹³ — edifícios em altura, pontes, edifícios do governo —, sendo que as tipologias mais acessíveis às arquitetas eram as residenciais, contribuindo com essa invisibilidade.

9. ANTUNES, Lia Pereira Saraiva Gil. **A arquitetura nunca mais será a mesma. Considerações sobre gênero e espaço(s)** (2016).

Disponível em:



Acesso em: 24 ago. 2018

10. SEMINÁRIO INTERNACIONAL ONDE ESTÃO AS MULHERES ARQUITETAS? (2017).

11. ADAME, Telmi; RUBINO, Silvana; SANTORO, Paula. **Arquitetura e a Questão de Gênero: A mulher na Arquitetura e na Cidade** (2015).

Disponível em:



Acesso em: 20 ago. 2018

12. COELHO, Luiza Rego Dias. **Da cozinha para a rua (1880-2014): A afirmação da mulher como arquiteta** (2015).

13. MONTEIRO,
Paula. **Mulheres
Invisíveis.
Princípios para
uma reconstrução
do discurso em
Arquitetura**
(2016).

Disponível em:



Acesso em: 24
ago. 2018

O impacto do convencional é significativo. Nas escolas de arquitetura, a maioria das obras referências nas salas de aula são projetos feitos por arquitetos homens, que se tornam embasamentos para os projetos dos estudantes. Os grandes mestres modernistas são homens. Os poucos nomes femininos citados nas faculdades são os de Lina Bo Bardi, Denise Scott Brown e Zaha Hadid.

A presença feminina na arquitetura começa a mudar a partir da década de 1960, em que há um aumento no número de mulheres tanto em faculdades como nos campos profissionais — fenômeno diretamente relacionado aos movimentos da segunda onda feminista.

Contudo, o grande avanço das arquitetas aconteceu na década de 1990, após o forte aumento de mulheres no corpo discente das universidades a partir da década de 60. Essas arquitetas, já formadas, expõem seus olhares sobre a desigualdade no campo da arquitetura e urbanismo por meio de publicações.

“*Sexuality and Space*”, de Beatriz Colomina (1992), “*The Sex of Architecture*”, de Diana Agrest, Patricia Conway e Leslie Kanes Weisman (1996), “*The Architect, Reconstructing Her Practice*”, de Francesca Hughes (1996) e “*Architecture and Feminism*”, de Debra Coleman, Elizabeth Danze e Carol Henderson (1997) são exemplos de publicações que denunciam o controle da arquitetura e o domínio dos espaços por homens, além da desigualdade de gênero.

Esses livros, assim como muitos outros publicados na década de 90, são coletâneas de textos que mostram o prejuízo nos espaços e na arquitetura devido à concentração da produção em mentes masculinas, que tomavam sua experiência como universal. Porém, esse universal excluiu mulheres — tanto como usuárias quanto como arquitetas.

2. A AUSÊNCIA DO FEMINISMO NA ARQUITETURA — E A SUA NECESSIDADE

A ideia de gênero parte do princípio de que feminino e masculino são construções sociais de condutas a serem adotadas por mulheres ou homens¹⁴. Assim, determinadas características são tidas como femininas, outras como masculinas, fazendo uma

14. GARCIA,
Carla Cristina.
**Breve História do
Feminismo** (2015).

divisão de identidades, competências, e até mesmo de direitos e deveres. Entretanto, as experiências masculinas são tomadas como universais — tanto que usualmente a espécie humana é reduzida ao termo o homem. Em “O Segundo Sexo” (1949), Simone de Beauvoir denuncia: “o homem representa a um tempo o positivo e o neutro a ponto de dizermos ‘os homens’ para designar os seres humanos”. Isso é o androcentrismo, ideia de atribuir ao homem a noção de universalidade, excluindo e ignorando a experiência das mulheres.

O discurso androcêntrico faz uso da arquitetura como sua aliada. Extremamente vinculado à manutenção do patriarcado¹⁵, sua manifestação arquitetônica mais conhecida é a atribuição do lar como espaço feminino. A casa é utilizada como tipologia de domesticação da mulher, forma de mantê-la em domínio privado. Esse controle é tido pelo homem, que habita todos os espaços livremente, tanto os privados quanto os públicos¹⁶.

No texto “*Untitled: The Housing of Gender*”¹⁷, Mark Wigley expõe a presença de distinções de gênero nos mais variáveis níveis do discurso de arquitetura. Ele cita “*De re aedificatoria*”, tratado arquitetônico escrito por Alberti no século XV, em que o autor reflete sobre o lugar da mulher na casa, sugerindo lugares dedicados à religião e à castidade para elas. Ele entende a casa como ferramenta de ordem, de modo que, para funcionar, as mulheres devem se localizar na porção mais interior, especialmente as mais jovens; enquanto isso, os homens podem se localizar mais perto do vestíbulo e do quarto de hóspedes.

Um exemplo mais recente da aplicação do homem como medida universal pode ser encontrado na obra de Le Corbusier. O modernista propôs em 1948 um novo sistema de proporções denominado Modulor, revisto em 1957 (Modulor II), em que ele busca “uma medida harmônica para a escala humana, universalmente aplicável à arquitetura e mecanismos” (CORBUSIER *apud* CURTIS, 1986). Ele apresenta o Modulor como um homem de 6 pés de altura (aproximadamente 1,83m), que, com o braço levantado, chega a 2,26m. A ergonomia é proposta para esse corpo, que deveria pautar o padrão a ser reproduzido em larga escala em mobília¹⁸. O arquiteto desconsiderou uma possível versão feminina do Modulor, excluindo de seu projetar a ergonomia pensada também para as mulheres.

É diante desse tipo de cenário de dominação masculina que surge o feminismo, termo utilizado a partir de 1911, definido como

15. No livro “**Feminismo e Consciência de Classe**”, de Mirla Cisne, ela define patriarcado como: “a dominação do pai sobre a mulher e sobre os(as) filhos(as) estabelece as bases para o que chamamos de patriarcado”. Segundo Christine Delphy (2009b, p. 174), “patriarcado vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arke* (origem e comando). [...] Portanto, o patriarcado é literalmente a autoridade do pai”. De acordo com Delphy (2009b, p. 171), na acepção feminista, o patriarcado “designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres”.

16. WIGLEY, Mark. *Untitled: The Housing of Gender* (1992).

17. Idem.

18. CURTIS, William J. R. *Le Corbusier: Ideas and Forms* (1986).

tomada de consciência da condição opressora, filosofia política e movimento social que busca a igualdade entre homens e mulheres. Seu grande objetivo é acabar com a forma de organização social ditada pelo patriarcado¹⁹.

19. GARCIA,
Carla Cristina.
**Breve História do
Feminismo** (2015).

Aplicado à arquitetura, pode-se compreender o feminismo inicialmente como uma forma de quebrar o paradigma do convencional da profissão, ou seja, reconhecer e visibilizar a contribuição de projetistas mulheres. Contudo, é necessário pensar também no projeto arquitetônico. O feminismo pode ser lido na arquitetura como forma de pensar o espaço com o objetivo de alcançar a igualdade nas experiências de corpos femininos e masculinos²⁰.

20. MUXI, Zaida. **A
cidade próxima:
o urbanismo sem
gênero** (2014).

Contudo, o paradigma a ser quebrado está extremamente consolidado dentro das faculdades de arquitetura e reproduzidos nos escritórios. Os estudantes têm como principais referências profissionais homens brancos, estadunidenses ou europeus, que concebem projetos tidos como universais — dentro do padrão do parcial masculino que é tomado como universal. Ao projetar, esses estudantes, por vezes, buscam replicar esse modelo, suprimindo questões de raça, gênero, classe e cultura local²¹. Como então esses estudantes irão projetar soluções sensíveis para espaços plurais e para seus públicos diversos?

21. WEISMAN,
Leslie Kanes.
**Diversity By
Design: Feminist
Reflections on
The Future of
Architectural
Education and
Practice** (2011).

A solução parece estar contida na educação. Os icônicos modelos universais arquitetônicos cristalizados pelos modernistas devem ser ensinados, mas com uma leitura crítica, com o objetivo de perceber que o universal proposto não foi alcançado. Além disso, é necessário também resgatar contribuições esquecidas em função do convencional.

Em “*Room at the top? Sexism and the Star System in Architecture*” (1989), Denise Scott Brown revela episódios de discriminação em sua carreira enquanto arquiteta. Quando Robert Venturi, seu marido e colega, se consolidou como guru da arquitetura, muitos trabalhos que eram colaborações entre os dois foram atribuídos apenas a ele, chegando até mesmo ao ponto em que Venturi teve de adicionar uma nota no início do livro “*Learning From Las Vegas*” (1972), pedindo que as ideias contidas na publicação não fossem atribuídas somente a ele, explicando a colaboração entre Denise e ele e a importância do trabalho dela.

Ainda nessa dissertação, Denise discorre sobre a necessidade do movimento feminista: “Ao perceber seus colegas homens alcançando cada vez mais o sucesso, as mulheres que não têm

uma consciência feminista provavelmente sentirão que sua incapacidade de alcançar o mesmo patamar deles é culpa delas mesmas²². Alcançar posições de prestígio e ascender na profissão se torna mais difícil ao passo que muitos acreditam que as tarefas delegadas ao profissional seriam de muita responsabilidade para uma mulher.

A partir da percepção de que o modelo e o convencional da profissão propagam um sistema falho e exclusivo de arquitetura, a busca lógica é por um novo modelo aplicável. O modelo sugerido é um que busque a reconceitualização dos valores²³ aplicados ao projeto, o compromisso com todos os possíveis usuários do espaço, com sua segurança, conforto e acessibilidade, consciente da responsabilidade e do impacto da arquitetura. Essa é a forma de projetar feminista que, no entanto, não precisa estar focada no feminino. Não há necessidade de uma nova busca pelo parcial, e sim de uma busca pelo total.

A interdisciplinaridade pode ser uma ferramenta para a produção desse novo modelo. Aumentar os limites da arquitetura é uma forma de considerar seu papel político, social e material, de forma a produzir uma reconfiguração do modelo prático a ser aplicado no projeto. É perceber a qualidade que se obtém ao cruzar áreas do conhecimento como feminismo e arquitetura, oferecendo uma alternativa feminista à prática convencional.

Assim, torna-se imprescindível compreender como se dá a prática feminista na arquitetura, quais são suas abordagens, como o tema sai da manifestação teórica e se cristaliza na prática, materializando o discurso no espaço construído.

3. ABORDAGENS E PRÁTICAS FEMINISTAS NA ARQUITETURA

As abordagens feministas na arquitetura estão presentes de diversas formas. Através do trabalho de coletivos, como *muf*, que soluciona questões arquitetônicas por meio de objetos que permeiam arte e arquitetura; *ArchiteXX* e suas publicações reconhecendo o trabalho de inúmeras arquitetas, bem como encontros entre arquitetas sobre suas diversas formas de práticas feministas; e *FATALE*, um coletivo sueco que pesquisa teorias e práticas feministas e seus efeitos no ambiente construído.

Além dos coletivos, diversas publicações que reúnem coletâneas de textos sobre diferentes olhares que se tem da arquitetura,

22. Idem.

23. BROWN, Lori (Org.). *Feminist Practices: Interdisciplinary Approaches to Women in Architecture* (2011).

como “*The Architect — Reconstructing Her Practice, Architecture: A Womans Profession e Feminist Practices*” (1998), além de livros que denunciam espaços e públicos esquecidos pelo discurso teórico da arquitetura convencional, como “*White Papers, Black Marks: Architecture, Race, Culture*” (2000), que explora condições de raça e identidade; e “*Contested Spaces: Abortion Clinics, Women’s Shelters and Hospitals*” (2013), em que Lori Brown reflete sobre espaços não convencionais.

Outras abordagens envolvem resgatar a história e presença de mulheres cuja participação na área foi de extremo valor, contudo, não reconhecidas. É o caso do coletivo Arquitetas Invisíveis e de seu trabalho através de publicações periódicas e exposições que relembram a importância do trabalho de várias arquitetas; e é também o caso da exposição “*Women in American Architecture. A Historic and Contemporary Perspective*” (1977), de Susana Torre, que se tornou um livro.

A seguir, serão melhores exploradas as diversas contribuições feministas de três arquitetas: Franziska Ullmann, Susana Torre e Lori Brown.

3.1. FRANZISKA ULLMANN

Franziska Ullmann é uma arquiteta austríaca, formada em 1975 em Viena. Suas obras construídas possuem formas resolvidas com conceitos e geometrias simples. Ela será apresentada em virtude de seu trabalho para o concurso do Conjunto Habitacional Margarette Schutte Lihotzky, também conhecido como *Frauen-Werk-Stadt I*.

No início da década de 1990, o Instituto da Mulher da prefeitura de Viena fez uma análise da produção de moradias públicas da cidade e constatou a ausência de soluções propostas por arquitetas. Dirigido por Eva Kalil, percebeu-se a oportunidade para um concurso público. A proposta a ser desenvolvida era um plano urbano que solucionasse condições habitacionais pensadas para mulheres, buscando facilitar questões da vida cotidiana feminina²⁴.

Os objetivos do concurso eram dois: solucionar a ausência de profissionais mulheres no planejamento urbano e habitacional e alinhar a arquitetura local às demandas da mulher contemporânea. Notou-se uma grande mudança no papel social da

24. MUXI, Zaida. *A cidade próxima: o urbanismo sem gênero* (2014).

mulher, inicialmente dona de casa e mãe, que passa também a ser trabalhadora fora do doméstico. Contudo, notou-se também que a arquitetura não acompanhou esse avanço. O principal critério para a avaliação das propostas foi a inclusão das múltiplas facetas da mulher. Com esse concurso, observa-se que o manifesto teórico feminista pode sair da teoria e ser convertido em prática por meio de um arranjo espacial que solucionasse questões de gênero ainda não consideradas na arquitetura.

O plano urbano vencedor foi o de Franziska Ullmann e o conjunto habitacional foi dividido entre ela e mais três arquitetas participantes: Gisela Podreka, Elsa Prochazka e Liselotte Peretti, com um edifício para cada arquiteta.

Inicialmente, a proposta era de um bairro exclusivamente de uso residencial. Entretanto, Franziska percebeu que o uso residencial não era facilitador da vida atribulada das mulheres. Considerando especialmente os fluxos desempenhados por uma mãe na cidade, ela percebeu a necessidade de mercado, comércio, escola e creche no bairro — entende-se que muitas mulheres são responsáveis por levar os filhos à escola, fazer as compras da casa, trabalhar, buscar os filhos na escola, cuidar do lar etc. Assim, ela solicitou uma mudança no regulamento do uso do solo, sugerindo o uso misto, que foi acatado pelo júri e pela prefeitura.

O projeto urbano era constituído por 4 blocos residenciais, creche, praça, espaços cobertos para lazer, *playground*, áreas de lazer para jovens, comércio e delegacia. Os locais para adolescentes estavam mais próximos à rua e possuíam área para jogos; os espaços para idosos se encontravam em áreas mais tranquilas e silenciosas; os espaços de brincadeiras para crianças menores eram mais resguardados e longe da rua, buscando segurança e visibilidade a partir das janelas das cozinhas. A ideia era que os pais pudessem ver a criança da janela do apartamento, conciliando as atividades domésticas com a vigia de seus filhos em momentos de lazer²⁵. A cozinha, inclusive, era um elemento central dos apartamentos e sempre integrada com a sala, uma forma de não excluir as mães que passam longas jornadas envolvidas no trabalho doméstico do convívio familiar.

25. CORADIN, Renata. **Arquitetura e Gênero. Três projetos em Viena.** (2016).

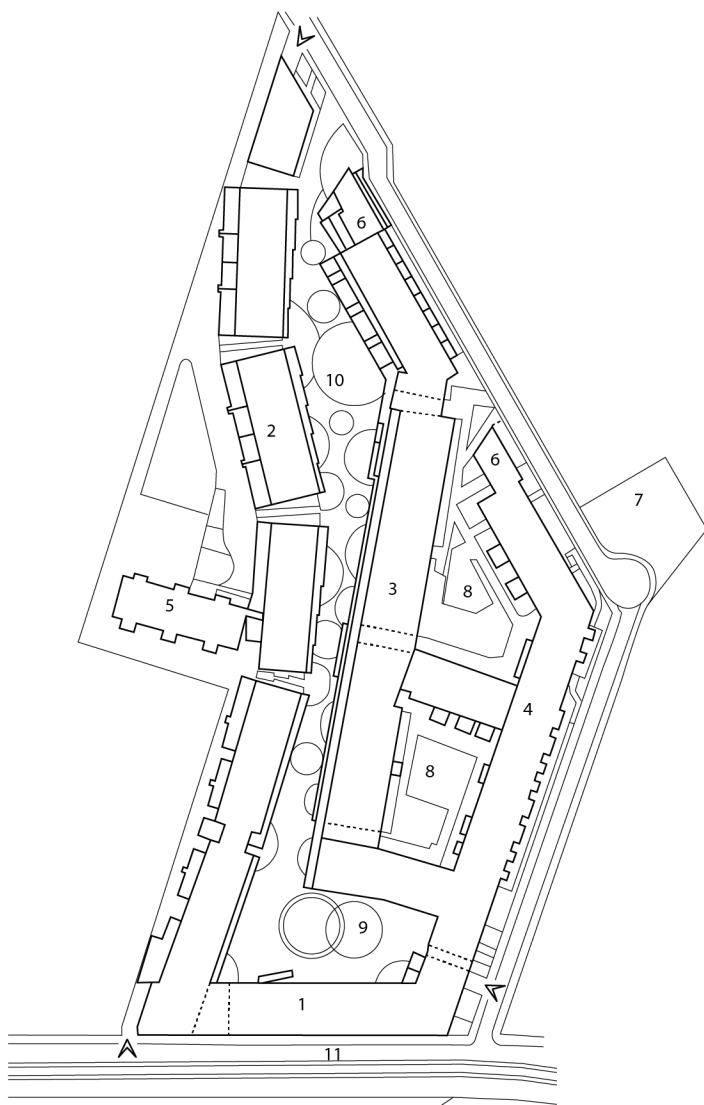


Figura 1

Planta
esquemática do
projeto urbano
desenvolvido
para o *Frauen-
Werk-Stadt I*.

Fonte: Elaborada
pela autora.

LEGENDA:

- 1 EDIFÍCIO FRANZISKA ULLMANN | 2 EDIFÍCIO ELSA PROCHAZKA
3 EDIFÍCIO GISELA PODREKA | 4 EDIFÍCIO LISELOTTE PERETTI | 5 CRECHE
6 ESPAÇOS COBERTOS PARA LAZER | 7 ÁREAS DE LAZER PARA JOVENS | 8 PLAYGROUND
9 PRAÇA CENTRAL | 10 VIA VERDE | 11 TRANVIA
A ENTRADA DOS ESTACIONAMENTOS



Figura 2

Diversidade de plantas alcançada com a proposta do bloco residencial de Franziska Ullmann.

Fonte: Elaborada pela autora.

O grande trunfo do projeto estava, também, na “variedade de tipologias com máxima flexibilidade de uso”. Franziska Ullmann usou a ideia de Jane Jacobs de *social eyes* — janelas e varandas com visuais para os espaços comunitários, permitindo uma vigilância e transparência que tinha como resultado a segurança das pessoas. Ela também considerou alternâncias de tipologias em fachadas, conseqüentemente, não havia uma fachada tipicamente noturna ou diurna, e sim fachadas vivas²⁶.

O projeto foi um sucesso. De 1993 a 1997, foram construídos os edifícios com cerca de 350 unidades residenciais e 1.000 moradores no total. O *Frauen-Werk-Stadt I* provou ser tão eficiente ao ponto de serem elaborados mais dois conjuntos habitacionais seguindo os mesmos princípios, os *Frauen-Werk-Stadt II* e *III*²⁷.

3.2. SUSANA TORRE

Nascida em 1944 em Puan, Buenos Aires, Susana Torre estudou arquitetura e planejamento na Argentina, formando-se em 1968. No ano seguinte, ingressou na pós-graduação em Columbia, Nova

26. Idem.

27. Prefeitura de Viena. *Alltags – und Frauengerechter Wohnbau*.

Disponível em:



Acesso em: 11 nov. 2018

York, onde se estabeleceu. Em 1971, foi uma das cofundadoras do Arquivo das Mulheres na Arquitetura, projeto da Liga de Arquitetura de Nova York, o que guiou seu interesse para a relação das mulheres no espaço²⁸.

28. TORRE,
Susana. *Making
room for women*.

Disponível em:



Acesso em: 12
nov. 2018

29. Idem

Propôs-se a melhorar a situação da mulher na arquitetura por meio da percepção de como usuários ocupam o espaço e como os espaços reproduzem papéis definidos por gênero. Seu objetivo era quebrar os estereótipos de gênero através de projetos inovadores, pensados a partir das necessidades das mulheres, gerando espaços em que convivem homens, mulheres, jovens, idosos e crianças de forma democrática²⁹.

Em 1977, fez a exposição denominada “*Women in American Architecture: A Historic and Contemporary Perspective*”, no *Brooklyn Museum*, em Nova York. Seu interesse era resgatar as contribuições de mulheres esquecidas ou rejeitadas pela profissão tipicamente masculina e mostrar a diversidade e a qualidade de seus trabalhos. A exposição foi organizada na forma de pranchetas, similar a um atelier de arquitetura, em que as pranchas mostravam as arquitetas e seus projetos. Susana Torre dividiu o conteúdo em três partes: *designers* e teóricas de ambientes domésticos; profissionais arquitetas mulheres; e edifícios feitos por mulheres³⁰. A exposição foi um sucesso, e resultou em um livro homônimo e conseqüentemente em uma persistente urgência pela adequação de seus espaços projetados às necessidades das mulheres.

30. TORRE,
Susana. *Women
in american
architecture*.

Disponível em:



Acesso em: 12
nov. 2018

Nesse âmbito, seu projeto mais reconhecido é o “*Fire Station Five*”, um posto de bombeiros pensado para as mulheres que desempenham essa profissão. O complexo de bombeiros foi requisitado pela prefeita da cidade de Columbus, percebendo que a profissão era tipicamente masculina e que as poucas mulheres que entravam para o corpo de bombeiros dificilmente ficavam por muito tempo no ofício.

Susana Torre, então, estudou alguns projetos de postos de bombeiros. Sua conclusão foi a de que os espaços onde os funcionários se socializavam eram os dormitórios ou os vestiários, espaços nos quais a presença das poucas mulheres era inadequada ou rejeitada. Contudo, é de extrema importância a socialização entre esses profissionais, visto que é fundamental a construção de confiança em profissões que lidam com situações de risco de vida.

A solução apresentada foi associar espaços de convívio à cozinha e ao ginásio, acabando com os dormitórios coletivos

e substituindo-os por quartos individuais. Para assegurar que o número de profissionais mulheres fosse equivalente ao de profissionais homens, a arquiteta criou uma simetria na planta do edifício, resolvendo o aparato técnico da profissão em um dos lados e destinando o outro para os aposentos dos funcionários — o número de quartos para homens é propositalmente igual ao de quartos para mulheres, ambos localizados no primeiro andar³¹.

3.3. LORI BROWN

Lori Brown faz parte do corpo docente da Escola de Arquitetura da Universidade de Syracuse (Nova York) desde 2001. A partir do início de sua carreira docente, percebeu que, no início da faculdade de arquitetura, as turmas eram compostas por aproximadamente 50% de estudantes homens e 50% de estudantes mulheres, mas, no último ano, o número de estudantes mulheres caía 17%³². A arquiteta e professora parte do pressuposto de que a arquitetura não é um campo diverso o suficiente.

Na introdução de seu livro *“Feminist Practices: Interdisciplinary Approaches to Women in Architecture”* (2016), ela cita um dado do *“American Institute of Architects”*: apenas 13,3% dos arquitetos atuantes nos Estados Unidos da América são mulheres. A partir desses dados, Lori Brown busca entrelaçar diversas áreas à arquitetura e ao ensino de arquitetura na Universidade de Syracuse, tais como artes, geografia, estudos sobre mulheres e políticas públicas e ciências sociais. A ideia é que a intersecção dessas áreas de estudo pode levar a uma esfera feminista dentro da arquitetura.

A arquiteta também é uma das cofundadoras do coletivo ArchiteXX, coletivo com a missão de transformar a profissão e buscar a equidade de gênero por meio de conexões entre o acadêmico e o prático, aumentando a visibilidade da diversidade na profissão e valorizando o trabalho de arquitetas³³. Os focos são publicações sobre os trabalhos de arquitetas da atualidade com ênfase no impacto dos projetos e nas práticas profissionais e eventos que despertem o ativismo feminista no campo da arquitetura, dentro e fora das universidades.

Uma das ações mais emblemáticas do ArchiteXX foi *“Private Choices Public Spaces”*, uma chamada de soluções projetuais para a cerca da última clínica de aborto no Mississippi, *Jackson Women’s*

31. TORRE, Susana. *Fire station five*.

Disponível em:



Acesso em: 12 nov. 2018

32. BROWN, Lori (Org.). *Feminist Practices: Interdisciplinary Approaches to Women in Architecture* (2011).

33. O coletivo ArchiteXX se apresenta e aponta seus objetivos dessa maneira, como descrito na página da web:



Acesso em: 10 nov. 2018

Health Organization. Acessar a clínica se torna uma tarefa difícil em função dos protestos que acontecem diariamente na rua, a partir das 7 horas da manhã. Para resolver a questão de segurança e de assédio que as 200 pacientes mensais enfrentam na zona de protesto e na área pública antes de entrar na clínica, foi feita uma chamada para ideias de *design*, em vez de um concurso tradicional de arquitetura³⁴. Embasando-se na ideia de conscientizar o papel do *design* aplicado em políticas públicas, o objetivo era solucionar o espaço pessoal e social da clínica, assim como as áreas de acesso, prezando pela privacidade das pacientes, mas ainda possibilitando as zonas de protesto.

34. BROWN, Lori.
*Private Choices,
Public Spaces.
Field notes from
Mississippi's
last remaining
abortion clinic.*
(2016).

Disponível em:



Acesso em: 10
nov. 2018

35. Idem.

Private Choices Public Spaces ganhou uma instalação na 5ª Avenida, em Nova York, na “*The Arnold and Sheila Aronson Galleries at Parson’s The New School for Design*”³⁵. Cabos de aço delimitavam o espaço de uma mesa e cadeiras, para debates sobre uma possível solução para a cerca da *Jackson’s Women’s Health Organization*. Nesses cabos de aço, ficavam clipados cartões postais para que visitantes pudessem sugerir soluções, bem como cartões com algumas das soluções já sugeridas. Entretanto, a renovação da cerca e da área de acesso da clínica ainda não fora realizada.

Sua contribuição e abordagem acontece principalmente por meio de suas publicações. A primeira, feita em 2011, é o livro “*Feminist Practices: Interdisciplinary Approaches to Women in Architecture*”, uma coletânea de textos dividida entre práticas arquitetônicas nas áreas do *design*, da pedagogia, da pesquisa e das comunidades. Entre as colaboradoras, estão Despina Stratigakos, Jane Rendell e o coletivo muf. O objetivo do livro é desvendar como podem ser aplicadas metodologias feministas em ambientes construídos. De 2007 a 2009, o conteúdo do livro era uma exposição itinerante pelos Estados Unidos e Austrália.

Outra publicação de Lori Brown é “*Contested Spaces: Abortion Clinics, Women’s Shelters and Hospitals*”, de 2013. O livro é uma investigação sobre o efeito da legislação americana em espaços como hospitais, clínicas de aborto e abrigos para mulheres — espaços necessários, porém, controversos, especialmente no caso das clínicas de aborto por suas conexões com o espaço público — acessos comprometidos por zonas de protesto.

CONCLUSÃO

As mulheres conquistaram espaço na arquitetura saindo do domínio do privado, mais especificamente da casa, e chegando a espaços públicos estruturalmente associados ao masculino. Todos os espaços ganham com a diversidade de seus usuários, porém, alguns parecem necessitar mais de um urgente olhar feminista. A agenda feminista da arquitetura deve olhar com atenção demandas por locais como abrigos para mulheres, órfãos e comunidade LGBTQIA+, núcleos de atendimento à mulher (social e psicológico), delegacias para mulheres, centros de acolhimento para imigrantes, clínicas de aborto. É indispensável pensar espaços que fogem do convencional, mas são de vital importância.

Como pudemos ver, as contribuições feministas à arquitetura têm muito a acrescentar aos espaços construídos. Abordagens teóricas em publicações reforçam o discurso feminista na arquitetura e norteiam a prática a ser aplicada em soluções projetuais que definam projetos sensíveis às questões de gênero. A meu ver, projetos feministas são aqueles que percebem a relação dos diferentes corpos com o espaço construído e se tornam acessíveis e possíveis a todos. A arquitetura pautada no feminismo é a arquitetura humana, uma resposta ao androcentrismo e à falsa ideia de universal cristalizada pelo convencional da profissão.

REFERÊNCIAS

ADAME, Telmi; RUBINO, Silvana; SANTORO, Paula. **Arquitetura e a Questão de Gênero: A mulher na Arquitetura e na Cidade.** *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE ARQUITETOS, 2015, São Paulo. SASP, 2015. Disponível em: youtu.be/za4Bvx4J2mA. Acesso em: 20 ago. 2018.

AGREST, Diana, CONWAY, Patricia, WEISMAN, Leslie Kanes (Org.). **The Sex of Architecture.** 1. ed. Nova York: Harry N. Abrams, 1996.

ANTUNES, Lia Pereira Saraiva Gil. A arquitetura nunca mais será a mesma. Considerações sobre gênero e espaço(s). **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade,** Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 2-23, out. 2016. ISSN 1982-0569. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8642600. Acesso em: 24 ago. 2018. DOI: doi.org/10.20396/urbana.v7i2.8642600.

ARCHITEXX: We Ask How Not Y. Disponível em: www.architexx.org/about. Acesso em: 10 nov. 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016

BROWN, Denise Scott. Room at the top? Sexism and the Star System in Architecture. *In*: BERKELEY, Ellen Perry; MCQUAID, Matilda (Org.). **Architecture: A Place for Women.** 1. ed. Washington, Smithsonian Institution Press, 1989. p. 237-246.

BROWN, Lori. Private Choices, Public Spaces. Field notes from Mississippi's last remaining abortion clinic. **ARPA Journal**, mai. 2016. Disponível em: www.arpajournal.net/privatechoices-publicspaces. Acesso em: 10 nov. 2018.

BROWN, Lori (Org.). **Feminist Practices: Interdisciplinary Approaches to Women in Architecture.** 1. ed. Nova York: Ashgate, 2011.

COELHO, Luiza Rego Dias. **Da cozinha para a rua (1880-2014): A afirmação da mulher como arquiteta.** 2015. Ensaio Teórico (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

COLOMINA, Beatriz (Org.). **Sexuality and Space**. 1. ed. New Jersey: Princeton Architectural Press, 1992.

COLOMINA, Beatriz. Battle Lines: E1027. *In*: HUGHES, Francesca (Org.). **The Architect: Reconstructing Her Practice**. Cambridge, The MIT Press, 1998.

CORADIN, Renata. **Arquitetura e Gênero**. Três projetos em Viena. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo.

CURTIS, William J. R. **Le Corbusier: Ideas and Forms**. 1. ed. Londres: Phaidon, 1986.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. 3. ed. São Paulo: Claridade, 2015.

Intellectuals and power: A conversation between Michel Foucault and Gilles Deleuze. Disponível em: libcom.org/library/intellectuals-power-a-conversation-between-michel-foucault-and-gilles-deleuze. Acesso em: 13 nov. 2018.

LIMA, Ana Gabriela Godinho. Gênero e Processo de Projeto. **Monolito: Mulheres Arquitetas**, São Paulo, n.36, p. 48-51, 2017.

KULLACK, Tanja (Org.). **Architecture: A Woman's Profession**. 1. ed. Berlim: Jovis, 2011.

MONTEIRO, Paula. Mulheres Invisíveis. Princípios para uma reconstrução do discurso em Arquitetura. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 55-64, out. 2016. ISSN 1982-0569. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8642604. Acesso em: 24 ago. 2018. DOI: doi.org/10.20396/urbana.v7i2.8642604.

MOORE, Rowan. Eileen Gray's E1027 — Review. **The Guardian**, Londres, 30 jun 2013. Disponível em: www.theguardian.com/artanddesign/2013/jun/30/eileen-gray-e1027-corbusier-review. Acesso em: 26 out. 2018.

MUXI, Zaida. A cidade próxima: o urbanismo sem gênero. *In*: MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida. **Arquitetura e Política. Ensaios Para Mundos Alternativos**. 1. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2014. cap. 5.

RUBINO, Silvana Barbosa. Editorial Dossiê Gênero e Espaço I. **URBANA**: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 1, out. 2016. ISSN 1982-0569. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8647056. Acesso em: 25 ago. 2018. DOI: doi.org/10.20396/urbana.v7i2.8647056.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL ONDE ESTÃO AS MULHERES ARQUITETAS?, 2017, São Paulo. **Monolito**: Mulheres Arquitetas. São Paulo, Editora Monolito, 2017.

STRATIGAKOS, Despina. **Where Are the Women Architects?** 1. ed. New Jersey: Princeton University Press, 2016.

SYRACUSE Architecture. **Lori Brown**. Disponível em: soa.syr.edu/live/profiles/14-lori-brown. Acesso em: 10 nov. 2018

TORRE, Susana. **Fire Station Five**. Disponível em: www.susanatorre.net/architecture-and-design/making-room-for-women/fire-station-five. Acesso em: 12 nov. 2018.

TORRE, Susana. **Making room for women**. Disponível em: www.susanatorre.net/architecture-and-design/making-room-for-women. Acesso em: 12 nov. 2018.

TORRE, Susana. **Women in American Architecture**. Disponível em: www.susanatorre.net/architecture-and-design/making-room-for-women/women-in-american-architecture. Acesso em: 12 nov. 2018.

ALLTAGS — UND FRAUENGERECHTER WOHNBAU. Disponível em: www.wien.gv.at/stadtentwicklung/alltagundfrauen/wohnbau.html. Acesso em: 11 nov. 2018.

WEISMAN, Leslie Kanes. Diversity By Design: Feminist Reflections on The Future of Architectural Education and Practice. *In*: BROWN, Lori (Org.). **Feminist Practices**: Interdisciplinary Approaches to Women in Architecture. 1. ed. Nova York: Ashgate, 2011. cap. 2.

WIGLEY, Mark. Untitled: The Housing of Gender. *In*: COLOMINA, Beatriz (Org.). **Sexuality & Space**. New Jersey: Princeton Architectural Press, 1992. p. 327-389.

A ARQUITETURA FEMININA INVISIBILIZADA DE BRASÍLIA

APAGAMENTO DAS MULHERES EM CATÁLOGOS ARQUITETÔNICOS

Júlia Moreira

RESUMO

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise das representações da cidade de Brasília como símbolo da modernidade nacional, e mostrar como as representações implicam em um processo de invisibilização feminina por meio da exclusão de obras de arquitetas que compõem o acervo arquitetônico memorial da cidade. Para isso, será investigada uma série de documentos e registros sobre a cidade, mais especificamente panfletos, guias arquitetônicos e, também, publicações recentes de livros que têm aspecto catalográfico. Essa curadoria foi feita, principalmente, a partir do acervo público do Distrito Federal e alguns de acervo pessoal, expondo qual o ponto de vista transmitido pela história e arquitetura desses documentos. Em oposição a essa visão excludente, este trabalho traz uma breve análise de obras realizadas por mulheres na capital, e mostra novas iniciativas que já se obtêm para reversão do cenário de apagamento feminino na arquitetura e história de Brasília.

PALAVRAS-CHAVE

Brasília; arquitetura; arquitetura feminina; modernismo; apagamento.

INTRODUÇÃO

Brasília, sendo símbolo da modernidade nacional, tem uma história que impacta a nossa própria identidade como nação. Olhando os documentos e registros que existem sobre essa cidade, vemos que é uma história narrada sempre do ponto de vista masculinizado, com homens sendo os heróis do país e do desenvolvimento da nação. A arquitetura, como reflexo da estrutura social, também é uma projeção dessa história cujo ponto de vista tende a ser masculino e que acarreta uma invisibilização das mulheres. Nesse contexto, a história de Brasília é um exemplo chave em que o acervo de figuras masculinas que compõem a arquitetura da cidade é imenso, ao mesmo tempo em que essa narrativa hegemônica esconde o papel de protagonismo das mulheres em vários projetos de Brasília que também definiram essa paisagem modernista. Isso inclui arquitetas como Alda Rabello Cunha, Anna Maria Niemeyer¹ e várias outras.

Este artigo busca refletir sobre essa invisibilização, mostrando como um processo de apagamento se dá em múltiplas e inter-relacionadas dimensões. Para tanto, analisaremos elementos fundamentais na construção do imaginário urbano, normalmente, de descrição e patrimonialização da cidade, como guias turísticos e livros catalogados sobre Brasília. Tais guias e livros foram pesquisados no Arquivo Público do Distrito Federal e em outros de aquisição pessoal.

Os guias turísticos são o primeiro contato que o público tem para entender a cidade, seus projetos e sua história, bem como os livros representantes das obras arquitetônicas em Brasília. Na maioria dos casos, eles apresentam essa produção arquitetônica masculinizada, com algumas diferenças ao longo do tempo. Os mais recentes são iniciativas de mapas culturais que colocam as mulheres no campo da visibilidade. Esse ponto será central na narrativa. A partir disso, será concluído com potenciais políticas públicas para dar mais visibilidade à produção feminista na cidade de Brasília.

1. A INVISIBILIZAÇÃO DA MULHER NA ARQUITETURA

A invisibilização das mulheres na arquitetura é um processo longo, extenso e datado de décadas no Brasil e no mundo.

1. Alda Rabello Cunha foi uma paisagista que apresentou diversos trabalhos na capital, como o paisagismo do edifício Camargo Corrêa. Anna Maria Niemeyer, filha de Oscar Niemeyer, desenhou e confeccionou vários móveis para projetos na capital, incluindo os do Palácio da Alvorada.

Exemplo dessa história de mulheres arquitetas talentosas é o da Denise Scott Brown. Arquiteta e professora nascida em Zâmbia, teve sua carreira principalmente nos Estados Unidos da América. Casada com o também arquiteto Robert Venturi, Denise viu sua carreira brilhante sendo escondida atrás do nome de seu marido, que recebia prêmios, jantares comemorativos e eventos, enquanto a arquiteta permanecia excluída. Isso se dava porque, na década de 1970, a profissão ainda permanecia, majoritariamente, em um clube de homens, apesar do papel central que arquitetas, como as arquitetas da Bauhaus, tiveram na formação do movimento moderno, como por exemplo Eileen Gray.

Denise Scott Brown, em seu ensaio intitulado “*Sexism and the Star System in Architecture*” (1975), retrata essa hegemonia e cita um caso que aconteceu com ela e que exemplifica essa posição das arquitetas de sua época:

2. No mesmo ensaio “*Sexism and the Star*

System in Architecture”,

Brown aborda que ambos explicavam às instituições e jornalistas que a autoria do trabalho era do casal, mas insistiam em deixá-la como coadjuvante.

Para evitar erros de atribuição, nosso escritório fornece uma folha de informações descrevendo nossas formas preferidas de atribuição — o trabalho para nossa empresa, a escrita para a pessoa que assinou o artigo ou o recanto. O resultado é que alguns críticos agora fazem uma pro forma de maneira apagada; em seguida, no corpo do texto, o desenho da obra e as ideias da escrita são atribuídas a Robert Venturi [...]. Isso seria bom, exceto que a Comunidade Crosstown foi meu trabalho e foi atribuída como tal em nosso livro; Duvido que, durante um período de dois anos, Bob tenha passado duas tardes nisso.

3. Um abaixo

assinado pelo [site change.org](http://site.change.org) foi criado para reconhecimento do trabalho de Denise Scott Brown no prêmio de 1991, atribuído a Robert Venturi, e para pressionar Martha Thorne (diretora-executiva do Prêmio *Pritzker*) a reconhecer Brown. Ele já fora assinado por 21.755, até 2022, e ainda está aberto para assinaturas.

A arquiteta via seu trabalho sendo diminuído durante toda sua carreira e o ápice foi quando seu marido, Robert Venturi, em 1991, recebeu o prêmio *Pritzker* individualmente, ainda que a maior parte das obras tenha sido realizada em conjunto com Denise Scott Brown que, mesmo assim, foi invisibilizada pelo prêmio. Denise e seu marido levantaram a discussão de revolta² à instituição, que, até hoje, premia prevalentemente figuras masculinas. Um exemplo dessa exclusão é a primeira mulher arquiteta a ter recebido o prêmio ter sido Zaha Hadid, em 2004, mesmo a premiação tendo sido criada em 1979.

A revolta de várias comunidades pelo mundo foi presente diante do caso de Denise Scott Brown. Foram realizados abaixo-assinados³ para o prêmio reconhecer a arquiteta como também

merecedora do *Pritzker*. A instituição diz admirar o trabalho da Denise⁴, mas não premiou até hoje a arquiteta no mesmo ano que seu marido. Jornais pelo mundo como *The New York Times*, *The New Yorker*, *Archdaily* e a própria Denise escreveram artigos sobre esse caso, motivo de pauta até hoje⁵.

change.org

Detalhe do abaixo-assinado

**The Pritzker Architecture Prize Committee:
Recognize Denise Scott Brown for her work in
Robert Venturi's 1991 Prize**



NEW YORKER

Arch

CHANGE.ORG

WHAT ABOUT DENISE?

By Denise Scott
Last 10/1/2011

In 1991, the Philadelphia architect Robert Venturi was honored with the Pritzker Prize, the profession's equivalent of the Nobel Prize. He was widely considered a deserving choice and, if anything, overdue for the honor. His firm, Venturi, Scott & Associates, had played a central role in freeing American architecture from the grip of postwar modernism, which by 1960 had devolved from its bracing glory days to orthodoxy and hollow glass-and-steel corporate veneer. Scott Brown was honored for a few famous works, like the Sainsbury Wing of the National Gallery on London's Trafalgar Square, but even more for the foundation it laid for the team against modernism. Their books, *Complexity and Contradiction in Architecture* (1966) and *Learning from Las Vegas* (1972), opened for an embrace of the messy and the vernacular, a rejection of blandness, and an appreciation of ornament. Both volumes



Denise Scott Brown Demands Recognition from Pritzker



The Pritzker Architecture Prize

Architect Robert Venturi is named the 1991 Pritzker Architecture Prize Laureate

Robert Venturi, who has always been cited himself as a Postmodern architect, has whose projects are international in scope has been selected to receive the Pritzker Architecture Prize of 1991, generally acknowledged as architecture's highest award. Unlike other laureates, he is one of the most original talents in contemporary architecture. He has not only made his mark with his work, but with his writings, teaching and theories.

He has been credited with making modern architecture more useful by making it possible to accept the result and the imperfection. After Venturi issued his now famous, "Less is a bore," response to the Max and the Ruth modernist dictum, "Less is more," architecture has not been the same.

In making the announcement, Bill Latta, secretary to the international panel of jurors that elects the Laureate, quoted from the jury citation lauding Venturi: "He has expanded and redefined the limits of the art of architecture in this century in a profound and lasting way, though his theories and his work."

The prize, consisting of \$100,000 given as a medal and formal certificate will be presented by Jay A. Pritzker, president of The Inghel Foundation, in a ceremony on May 18 at Palazzo in Parkside in Parkside in Mexico City, Mexico. Robert Venturi is the seventh American to become a laureate since the prestigious prize was established by The Inghel Foundation in 1979. Several other architects from an even greater list have been

Room at the Top? Sexism and the Star System in Architecture

BY DENISE SCOTT BROWN

4. Na nota de anúncio do prêmio *Pritzker* a Robert Venturi (1991), Brown é mencionada apenas como sua esposa e colaboradora.

5. Artigo do *The New York Times* intitulado "Proposta para o *Pritzker* reconhecer Denise Scott Brown" (2013); *The New Yorker*: "E Quanto a Denise?" (2013); *Archdaily*: "Denise Scott Brown exige reconhecimento para o *Pritzker*" (2013); "Sexism and the Star System in Architecture" (BROWN, 1989).

Figura 1 Artigos e abaixo-assinado pelo reconhecimento do *Pritzker* a Denise Scott Brown.

Fonte: Montagem da autora, 2021.

Esse processo de invisibilização das mulheres na arquitetura não é apenas registrado na história da arquitetura global como um todo, mas também em Brasília e suas representações. Na capital, existem diversos projetos de mulheres e eles não têm a mesma proeminência dos projetos masculinos que são representados por Oscar Niemeyer, o urbanismo de Brasília pensado por Lúcio Costa, diversos edifícios e projetos de José Galbinski, os painéis de

Athos Bulcão, mais edifícios por João Filgueiras Lima, paisagismo de Burrell Marx e muitos outros que são conhecidos e reconhecidos por suas obras.

Além do viés arquitetônico, ao se tratar da construção de Brasília, muito se conhece sobre os candangos, em sua maior parte figuras masculinas, e também sobre os feitos de Juscelino Kubitschek. De fato, na época, os acampamentos das construtoras aceitavam prioritariamente homens solteiros, além de a moradia e condição de vida da população naquele momento da história ser precária e insalubre. A presença de mulheres na construção de Brasília foi algo gradual e elas foram contribuindo silenciosamente na construção da capital. Ainda assim, muitas mulheres foram marcantes na formação da identidade de Brasília.

Eleonora Quadros foi uma das fundadoras da construtora M. M. Quadros e foi a primeira mulher a comandar uma empresa na capital⁶. A construtora existia antes mesmo da inauguração de Brasília. Outra mulher marcante na história inicial da cidade foi Neiva Chaves Zayala, a primeira caminhoneira do Brasil e fundadora do Vale do Amanhecer⁷. Mais um exemplo é Coracy Pinheiro, mulher de Israel Pinheiro (presidente da Novacap), que liderou as Pioneiras Sociais, instituição filantrópica que deu início à Rede Sarah⁸. O papel dessas e de várias outras mulheres foi fundamental para o sucesso de Brasília. E apesar de serem mulheres importantes na fundação da capital, raras pessoas as conhecem e valorizam a sua importância na formação de Brasília.

Figura 2

Neiva Chaves Zayala (Tia Neiva), a primeira caminhoneira do Brasil.

Fonte: A Voz Delas, 2020

Disponível em:



Ainda sobre o início da história de Brasília, no concurso de urbanismo da capital, muito se sabe a respeito dos projetos premiados e nenhum deles tem um nome feminino como parte

de sua autoria. No entanto, um dos projetos mais destacados, ao menos na historiografia, é o projeto do qual fazia parte a arquiteta Liliana Guedes, junto com Joaquim Guedes, Carlos Milan e Domingos Azevedo. Liliana era arquiteta e tinha seus trabalhos produzidos junto com seu marido, Joaquim Guedes⁹.

O projeto principal para o Concurso do Plano Piloto de Brasília, de 1957, seria de uma cidade aberta para que esse aumento territorial fosse possível, acompanhando o crescimento populacional proporcionalmente¹⁰. Hoje, em Brasília, observa-se que no Plano Piloto não existe essa possibilidade de aumento territorial.



Concurso para o Plano Piloto de Brasília, 1957

Joaquim Guedes, Carlos Milan, Liliana Guedes e Domingos Azevedo

- | | |
|---|---------------------------------------|
| 1 ESTAÇÃO FERROVIÁRIA | 9 HOSPITAIS, CEMITÉRIOS, ETC. |
| 2 ENTREPÓSOS | 10 QUARTÉIS |
| 3 ESTAÇÃO RODOVIÁRIA | 11 USO AGRÍCOLA, FUTURA EXPANSÃO |
| 4 ZONA INDUSTRIAL | 12 RESIDÊNCIAS ISOLADAS |
| 5 AEROPORTO | 13 ESPORTES DE CAMPO |
| 6 CENTRO CULTURAL, COMERCIAL,
RECREATIVO E POLÍTICO-ADMINISTRATIVO | 14 CRECHES, ESCOLAS, PARQUES INFANTIS |
| 7 PÁTIO FERROVIÁRIO | 15 FAIXA RESIDENCIAL |
| 8 CAIXA D'ÁGUA | 16 ESPORTES NÁUTICOS |

9. Vitruvius.
**Interiores da
Casa de Liliana
e Joaquim
Guedes** (2019).

10. **Arquitetura
Brasileira
após Brasília/
Depoimentos.**
Instituto dos
Arquitetos do
Brasil, RJ (1978).

Figura 3

Concurso para o
Plano Piloto de
Brasília, 1957.
Joaquim Guedes,
Carlos Milan,
Liliana Guedes
e Domingos
Azevedo.

Fonte: Arquitetura
Brasileira
Após Brasília/
Depoimentos,
1978.

A despeito dessa invisibilização das mulheres na arquitetura do mundo, do Brasil e de Brasília, pode-se observar que os projetos não são escassos, mas mal documentados e pouco vistos. A falta de documentação e divulgação de projetos leva à desinformação do público acerca de tais obras. Flávio Marinho Rêgo expõe sobre a falta de informação da arquitetura e sua relação com o entendimento geral no livro “Arquitetura Brasileira Pós-Brasília” (1978):

[...] há uma desinformação total da nossa arquitetura (Brasil). A gente está muito acostumado a tomar conhecimento de tudo o que se faz no mundo inteiro, através de revistas estrangeiras muito boas, que a gente recebe. Agora, ninguém está informado do que se faz no Brasil porque não existe divulgação.

A falta de documentação acontece não somente no campo da arquitetura brasileira em relação à arquitetura vista no exterior, mas também na falta de documentação para se tornarem reconhecidas as obras arquitetônicas de autoria feminina, para maior visibilidade em relação à arquitetura feita por homens, em sua maioria brancos, que fazem parte da história brasileira.

Um desses exemplos de falta de documentação são guias patrimoniais e turísticos, bem como livros catalogados de obras em Brasília. Ambos são gêneros literários urbanos produzidos abundantemente sobre a capital. Os guias físicos e digitais são essenciais para o maior conhecimento a respeito de um local, portanto eles serão analisados quanto a sua constituição ao longo dos anos em Brasília para explorar a presença de figuras femininas.

2. EVOLUÇÃO DE CATÁLOGOS E GUIAS

2.1. LIVROS-CATÁLOGOS

Uma das principais maneiras de acesso de uma população às arquiteturas de uma cidade é por meio de livros expositivos da dita cidade. Serão analisados, em sua composição, dois livros-catálogos. O primeiro livro, denominado “Brasília — edição ‘arquitetura e engenharia’” edição de julho-agosto de 1960, que expõe em vários capítulos arquitetura e história brasilienses e é de fácil acesso no Acervo Público do DF. O segundo livro-catálogo,

“Brasília, História e Modernidade” (2020), de Luciano Figueiredo, Andrey Rosenthal Schlee e Leonardo Finotti, é um catálogo de acervo pessoal sobre as diversas obras da capital.

Um grande exemplo da escassa visibilidade dos projetos feitos por mulheres em Brasília é muito notado no livro “Brasília — edição ‘arquitetura e engenharia’”, mencionado anteriormente, em que são encontrados diversos itens evidenciando a arquitetura brasiliense, citando José Bonifácio como precursor de Brasília; a história de criação de Brasília; um capítulo sobre homens que realizaram Brasília; um tópico citando todos os projetos premiados do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, o Concurso de Brasília e diversos projetos arquitetônicos pela capital como o Conjunto Residencial — Banco do Brasil; Conjunto Residencial do IBC; apartamentos para funcionários do Banco do Brasil; Centro de Recuperação Motora; Teatros Oficiais; Instituto de Resseguros do Brasil; Aeroporto Internacional e vários outros projetos e em nenhum deles, porém, encontra-se o nome de uma arquiteta e paisagista. Somente homens em todo o sumário e conteúdo do livro.

Ainda a respeito de obras que retratam a história de Brasília, é encontrado no recente livro publicado chamado “Brasília, História e Modernidade” (2020), um compilado de 129 projetos da capital fotografados por Leonardo Finotti. Nele, são apresentadas imagens de todos os projetos mencionados no livro-catálogo.

Fazendo uma porcentagem, vemos que a presença feminina ainda continua sendo sub-representada. Apenas 2 projetos citam mulheres arquitetas em sua concepção: Maloca — Centro de Convivência Multicultural dos Povos Indígenas da UnB (2011), por Alberto Alves de Faria, Sônia Almeida e Renata Brazil; e a Embaixada da Suíça (1977) de Annemarie e Hans Hubacher. Esses dois únicos projetos representam 1,55% das obras do livro/guia da arquitetura brasiliense, claramente sub-representando a participação feminina na arquitetura da capital. Nesse sentido, talvez não por acaso, todos os três autores da publicação — Luciano Figueiredo, Andrey Rosenthal Schlee e Leonardo Finotti —, relatam uma perspectiva historiográfica ainda pautada na hegemonia masculina.



Figura 4

Capa do livro
“Brasília – edição,
arquitetura e
engenharia”.

Fonte: acervo da
autora, 2021.

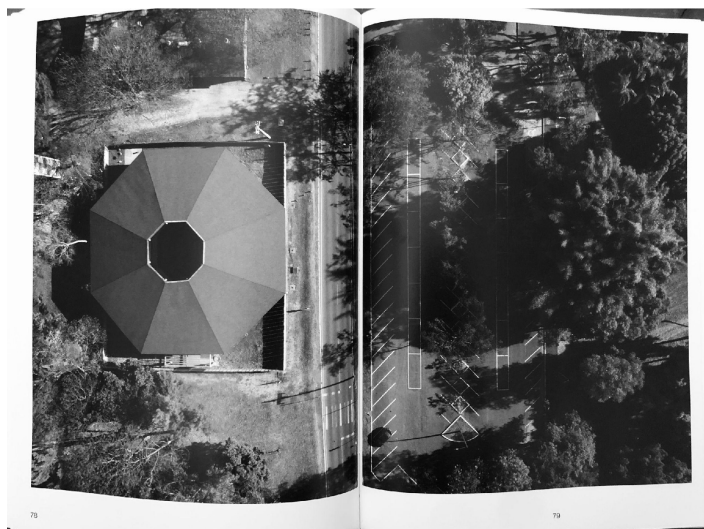


Figura 5

Maloca – Centro de Convivência Multicultural dos Povos Indígenas da UnB (2011).

Fonte: Brasília: História e Modernidade (FINOTTI, 2020).



Figura 6

Embaixada da Suíça em Brasília (1977).

Fonte: Brasília: História e Modernidade (FINOTTI, 2020).



Figura 7

Montagem de todos os 129 projetos do livro Brasília: História e Modernidade e somente 2 obras em destaque com autoria feminina.

Fonte: Brasília: História e Modernidade (FINOTTI, 2020).

2.2. GUIAS ARQUITETÔNICOS E PATRIMONIAIS

Esse processo de invisibilização, a despeito do crescimento do movimento feminista e da crescente demanda por representações femininas no campo da arquitetura, segue corrente até os dias de hoje. Não apenas nos livros catalogados de obras da capital, mas inclusive em guias arquitetônicos de Brasília, que buscam narrar a história dos projetos arquitetônicos. Serão analisados três guias encontrados no Acervo Público do Distrito Federal. Todos existentes na biblioteca do Acervo Público e de fácil acesso ao público que anseia conhecer a cidade. O primeiro, “Guia turístico de Brasília” do ano de 1972; por ordem cronológica, o próximo a ser analisado é o “Guia de Urbanismo, Arquitetura e Arte de Brasília”, de 1997. Por último, o mais atual é o “Guiarquitetura Brasília”, do ano 2000.



Figura 8

Capa dos guias analisados.

Fonte: acervo da autora.

Começando pelo “Guia turístico de Brasília” do ano de 1972. Nele, são apresentados vinte e dois projetos arquitetônicos e paisagísticos para conhecer Brasília, não contém foto em nenhum deles, sendo um mapa de conhecimento de Brasília para apresentar os projetos existentes na capital, listados um a um. Apenas um projeto é de autoria feminina. A obra é o Rito dos Ritmos (1959), uma escultura localizada nos fundos do Palácio da Alvorada, da escultora Maria Martins.

No “Guia de Urbanismo, Arquitetura e Arte de Brasília”, escrito por Andréa da Costa Braga e Fernando A. R. Falcão, de 1997, observam-se obras de arte femininas por Brasília como no Panteão da Pátria Tancredo Neves, por Marianne Peretti; a mesma autora foi responsável pela cobertura da nave da Catedral de Brasília, sendo o vitral composto por 16 peças em fibra de vidro, “inseridas entre os pilares de concreto que formam a estrutura do edifício” (Guia de Urbanismo, Arquitetura e Arte de Brasília, 1997). Ainda por Marianne Peretti, é apresentada a escultura em bronze polido no *foyer* da Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional Cláudio Santoro, sendo nomeada “O Pássaro”, e no Memorial JK, na Sala do Túmulo, Marianne Peretti foi autora do vitral em fibra de vidro, acima do sarcófago do presidente. Outra obra é a escultura cinética denominada “Ponto de Encontro”, de Mary Vieira, no Palácio do

Itamaraty, e, por fim, a última obra de arte feminina encontrada no guia é localizada nos jardins internos do Palácio da Alvorada, Maria Martins foi autora da escultura em bronze chamada de “Rito dos Ritmos”. Por se tratar da arquitetura de Brasília, nesse mesmo guia observamos o projeto e construção da Agência Taguanorte – Banco do Brasil (1993), elaborado por Yeda Virgínia Barbosa, Mirian Nardelli Costa e Antônio Carlos Rios; a Gráfica do Banco Central, localizada no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), tem Helena Magalhães Alonso como uma de suas projetistas; o edifício da Advocacia Bettiol conta com o nome de Andréa da Costa Braga no projeto de 1996, finalizando com Márcia Almeida, que foi uma das autoras do Bloco de Apartamentos da Superquadra Norte (SQN) 208.

Analisando o último guia físico, o “Guiarquitetura Brasília”, de 2000, notamos ser um guia de viagem que auxilie os turistas, e até mesmo os moradores de Brasília, para conhecerem a cidade. Nele, são apresentados diversos pontos turísticos como obras e projetos arquitetônicos. O índice dessas obras é segregado por cada área da cidade, começando pelas preexistências, acampamentos e primeiras obras, que mostra alguns projetos pioneiros da cidade, e nenhuma dessas obras conta com um nome feminino.

Em seguida, é apresentado o Eixo Monumental Leste, contendo Catedral, Praça dos Três Poderes e, inclusive, o Panteão da Pátria, que é representado pelo vitral de Marianne Peretti, mas só é citada a pintura de João Câmara, também deixando de representar a arquitetura feminina. Logo depois vem o Eixo Monumental Oeste, que não apresenta nenhuma obra feita por mulheres.

Na Área Central, o primeiro projeto representado por mulher, e que aparece em todo esse guia, é o paisagismo dos edifícios Camargo Corrêa e Morro Vermelho, por Alda Rabello Cunha, localizados no Setor Comercial Sul (SCS). Alda Rabello também é responsável pelo paisagismo do Hospital Sarah Kubitschek que também é apresentado no guia.

O próximo item é sobre os projetos da Asa Sul e Asa Norte. Os projetos femininos que aparecem são os Blocos C e da Superquadra Norte 208, por Márcia Almeida, projeto de 1988. Além disso, o edifício da Advocacia Bettiol no Setor de Grandes Áreas Norte 601, por Andréa da Costa Braga; mais uma vez, o paisagismo de Alda Rabello na Distribuidora Brasileira de Veículos (Disbrave).

Sobre os projetos da Universidade de Brasília, a arquiteta

feminina representada é a Marisa Maass, uma das projetistas do Posto Ecológico da Petrobras, e Nícia Paes Bormann, que projetou o Centro de Convivência, localizado ao lado do Restaurante Universitário, que possui a livraria da Editora da UnB, o Café das Letras e a agência do Banco do Brasil. Do Setor de Embaixadas não é apresentado nenhum projeto por mulheres, mesmo existindo a Embaixada da Suíça, por exemplo, projetada por Annemarie e Hans Hubacher. Sobre o entorno do Lago, também não são apresentados projetos femininos, e, por último, sobre as Obras, Parques e Setores Industriais, é apresentado o projeto do Aeroporto Internacional de Brasília, que conta com arquitetas no projeto de ampliação, em que Fabiana Torres Mendonça é uma das colaboradoras, além do paisagismo de Rosa Grena Kliass.

Por último, o projeto do Banco do Brasil. A agência de Taguatinga também se encontra no guia, pela projetista Miriam Nardelli Costa e pela paisagista Yeda Virgínia P. B. Barbosa. No total, são apresentados apenas nove projetos femininos.

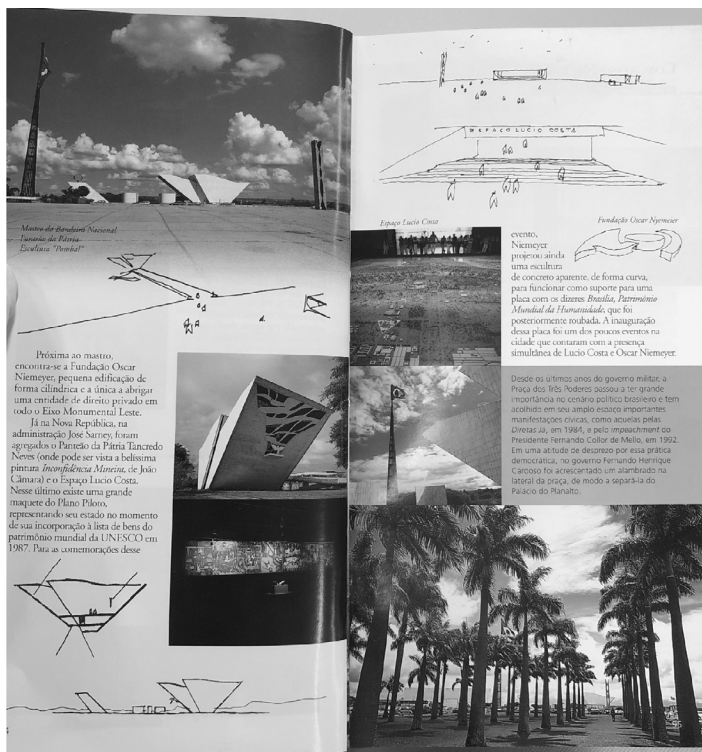


Figura 10

Página do
Guiarquitetura
Brasília (2000),
em que é
apresentado o
Panteão da Pátria
sem mencionar
Marianne Peretti.

Fonte:
Guiarquitetura
Brasília (2000).

Dentro da apresentação de guias arquitetônicos dispostos pela cidade de Brasília, existem também os guias virtuais, geralmente de mais fácil acesso ao público quando se buscam locais para conhecer em uma cidade. Alguns dos *websites* que apresentam as obras, arquiteturas, monumentos e artes de Brasília nomeiam diversos projetos pela capital, principalmente os mais icônicos, onde, geralmente, os projetos femininos são preteridos e sub-representados.

Um exemplo disso é o Guia de arquitetura de Brasília (2019), do *website Archdaily*, escrito por Julia Daudén. Nesse guia, são apresentados 16 projetos para conhecer Brasília e todos são projetos feitos por homens. Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, obviamente, aparecem em diversos projetos. Marcelo Campello e Sérgio Rocha como idealizadores da Superquadra Sul 208, com jardins de Burle Marx; a sede do SEBRAE de Grupo SP em conjunto com Luciano Margotto; a Embaixada da Itália, de Pier Luigi Nervi; e o Hospital Sarah Kubistchek, de Lelé. Nesse último, poderia ter sido apresentado, por exemplo, o paisagismo de Alda Rabello Cunha, sendo o projeto paisagístico do hospital extremamente relevante para o resultado final do conceito adotado. O acesso às áreas verdes, por exemplo, é essencial para a administração de exercícios ao ar livre para os doentes, mas, ainda assim, esse projeto foi subtraído do guia virtual, colocando as mulheres, mais uma vez, no campo da invisibilidade.

3. CONTRA-CARTOGRAFIAS

As maneiras que existem de tornarem visíveis os trabalhos de arquitetas são diversas, mas a maior exposição dessas obras de arquitetas em Brasília, que podem ser observadas, é o melhor que se deve fazer para conseguir maior alcance das obras e para que o público em geral tenha entendimento delas.

Sendo os guias e catálogos arquitetônicos femininos na capital. O protagonismo das mulheres pode ser observado em diversos projetos, analisando e compilando todos os encontrados nos guias, mapeando projetos de arquitetas, *designers*, artistas, urbanistas e paisagistas, como uma alternativa para viabilizar o maior acesso do público às obras feitas por mulheres em Brasília.

A iniciativa da arquiteta Luiza Dias Coelho, de mapear e criar um aplicativo sobre as obras femininas em Brasília, é um projeto

adotado para garantir o maior acesso das obras femininas para o público em geral, e que seja de fácil acesso. Além de um mapa, o guia também é um aplicativo interativo, que o espectador pode acessar pelo celular e enviar, também, indicações de projetos de mulheres pela cidade de Brasília. Essa é uma das iniciativas que contrapõem os guias tradicionais da capital, que protagonizam os homens mais reconhecidos.

Figura 11
Guia de Bolso desenvolvido pela arquiteta Luiza Coelho.

Fonte:



Essa iniciativa é apenas uma dentre várias que devem ser implementadas na cidade para que o acesso às obras femininas seja mais viável e fácil às pessoas. Atitudes como essa são o primeiro passo para que as obras e os nomes femininos fiquem mais difundidos para o público em geral, para que se saiba o real valor das mulheres arquitetas e artistas e o papel desempenhado por elas na cidade de Brasília.

O artigo “As arquitetas (mulheres) que fizeram a capital”, de Maribel Aliaga Fuentes, Carolina Pescatori e Luiza Dias Coelho, demonstra essa falta de representatividade das arquitetas femininas. Nele, são citados nomes de diversas arquitetas que fizeram parte da história de Brasília que não foram mencionadas em nenhum dos livros-catálogos e guias analisados.

Maria Elisa Modesto Guimarães Costa, filha de Lúcio Costa, por exemplo, trabalhou em projetos da construção de Brasília como

a de calçadas das quadras 700 e a plataforma da Rodoviária. As arquitetas Mayumi Watanabe Souza Lima e Philomena Chagas Ferreira são arquitetas acadêmicas fundamentais para o estudo em Brasília, sendo a última responsável pela primeira proposta de levantamento climático da cidade e sua aplicação nas construções de Brasília (ALIAGA; COELHO; PESCATORI, 2020). A arquiteta Sonia Marlene de Paiva Cole também aparece em autoria de projetos, um deles é o projeto do Centro Paroquial Santa Rita de Cássia. Outra arquiteta influente em Brasília é a Márcia Aguiar Nogueira Batista, também acadêmica, trabalhou no CEPLAN e na NOVACAP, participou do desenvolvimento do projeto do zoológico de Brasília. Esses são apenas alguns dos nomes de muitas outras arquitetas citadas no artigo, mas que não aparecem nos guias e são pouco reconhecidas pelo público.

CONCLUSÃO

Brasília, sendo a cidade ícone da modernidade nacional, tem uma história que impacta a nossa própria identidade como nação. Grande parte dessa identidade é revelada a partir de sua arquitetura, representada por desenhos de edifícios e projetos predominantemente feitos por homens. Não por acaso, a história que é narrada da perspectiva masculina, por meio da figura do presidente Juscelino Kubitschek e os candangos da construção da cidade de Brasília, fez com que o reflexo desse protagonismo masculino na arquitetura se tornasse previsível. Essa justificativa dos ídolos serem sempre pautados na masculinidade pode e deve ser alterada, tendo em vista que muitas mulheres fizeram e continuam fazendo parte da história e arquitetura de Brasília e merecem o devido reconhecimento e representatividade.

As mulheres, que muitas vezes são protagonistas, são colocadas em lugares de figurantes, quando em grande parte são elas as verdadeiras agentes da história. Exemplo muito claro dessa minimização é o da arquiteta Denise Scott Brown, que teve seu trabalho diminuído quando somente seu marido, Robert Venturi, recebeu o prêmio *Pritzker*.

Essa invisibilização das mulheres na arquitetura é presente até hoje. Não somente no mundo, como também em Brasília, que tem toda a história narrada por homens, mas o cenário atual está dando os primeiros passos para que isso seja revertido. Essa

reversão está sendo possível quando se utilizam de novos guias e mapas culturais para inserção das obras das mulheres em Brasília. Tendo sido feita a análise de diversos livros/catálogos da cidade, de escritores arquitetos amplamente reconhecidos, e também de guias e mapas culturais existentes ao longo dos anos, encontramos artistas como Marianne Peretti, Mary Vieira e Maria Martins, arquitetas como Anna Maria Niemeyer, Alda Rabello Cunha e Márcia Almeida, muito embora exista essa sub-representação dos projetos das arquitetas e de outras que fizeram parte da história de Brasília como Mayumi Watanabe de Souza Lima, que não aparece em nenhum livro, catálogo ou guia analisado.

A história está sendo revisitada e é necessária essa apresentação de projetos femininos para que exista a democratização de reconhecimento das obras das mulheres, e para que cada vez mais arquitetas se sintam encorajadas para terem seus trabalhos reconhecidos e representados.

REFERÊNCIAS

ARCHDAILY. **Denise Scott Brown Demands Recognition from Pritzker**. Disponível em: www.archdaily.com/349920/denise-scott-brown-demands-recognition-from-pritzker. Acesso em: 31 de mar. 2022.

BRAGA, Andréa da Costa; FALCÃO, Fernando A. R. **Guia de Urbanismo, Arquitetura e Arte de Brasília**. Brasília: Fundação Athos Bulcão, 1997.

BRASÍLIA, Agência. **As mulheres que ajudaram na construção de Brasília**. Agência Brasília, 2019. Disponível em: www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/07/18/as-mulheres-que-ajudaram-na-construcao-de-brasilia. Acesso em: 25 de jan. 2022.

_____. **Nascidas com Brasília**: as ocupações pioneiras. Agência Brasília, 2019. Disponível em: www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/10/24/nascidas-com-brasilia-as-ocupacoes-pioneiras. Acesso em: 31 de mar. 2022

ARQUITETURA E ENGENHARIA. **Brasília edição “arquitetura e engenharia”**. Edição especial. 1960.

COELHO, Luiza R. D. **Arquitetas de Brasília**. Disponível em: arquitetasdacidade.glideapp.io. Acesso em: 27 de mar. 2022.

CHANGE. **The Pritzker Architecture Prize Committee**: Recognize Denise Scott Brown for her work in Robert Venturi’s 1991 Prize. Disponível em: www.change.org/p/the-pritzker-architecture-prize-committee-recognize-denise-scott-brown-for-her-work-in-robert-venturi-s-1991-prize?redirect=false. Acesso em: 13 de mar. 2022.

DAUDÉN, Julia. **Guia de arquitetura de Brasília**: 16 projetos para entender as escalas da capital brasileira. Archdaily, 2019. Disponível em: www.archdaily.com.br/br/925485/guia-de-arquitetura-de-brasilia-16-projetos-para-entender-as-escalas-da-capital-brasileira. Acesso em: 10 de fev. 2022.

DELAQUA, Victor. **Da utopia à realidade**: Brasília faz 60 anos. Archdaily, 2020. Disponível em: www.archdaily.com.br/br/937940/da-utopia-a-realidade-brasilia-faz-60-anos. Acesso em: 10 de fev. 2022.

FONTENELE, Tânia. **Mulheres na construção de Brasília** — Muitas histórias para contar.

FRAGA, Emerson Fonseca. **Denise Scott Brown**: Trabalho era conjunto, mas só o marido recebeu o Pritzker. CAU/BR, 2020. Disponível em: www.caubr.gov.br/denise-scott-brown-trabalho-era-conjunto-mas-so-marido-recebeu-o-pritzker. Acesso em: 8 de fev. 2022.

FRANCK., Karen A.; PAXSON, Lynn. **Women and Public Space**. Pleum Press. Cidade: New York. 1989.

GRAEFF, Edgar; MARINHO RÊGO, Flávio; GUEDES, Joaquim; FILGUEIRAS LIMA, João; **Arquitetura Brasileira após Brasília** / Depoimentos. Instituto dos Arquitetos do Brasil. Rio de Janeiro, 1978.

Guia Turístico de Brasília. C. R. EDITORA LTDA. 1972.

Guarquitetura Brasília. Roteiro Turístico da Capital Federal. Empresa das Artes. Editora Abril, 2000.

LATERZA, Ana; MORENO, Júlio. **Visão completa sobre a presença da mulher na arquitetura e urbanismo**. Vitruvius, 2019. Disponível em: vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/18.207/7288. Acesso em: 11 de fev. 2022.

NEW YORK TIMES. **Partner Without the Prize**. Disponível em: www.nytimes.com/2013/04/18/arts/design/bid-for-pritzker-prize-to-acknowledge-denise-scott-brown.html?pagewanted=all&_r=0. Acesso em: 31 de mar. 2022

REIS, Marcelo Rodrigues dos. **Tia Neiva**: a trajetória de uma líder religiosa e sua obra, o Vale do Amanhecer (1925-2008). 2008. Disponível em: repositorio.unb.br/handle/10482/4780. Acesso em: 31 de mar. 2022

ROSENTHAL SCHLEE, Andrey; FIGUEIREDO, Luciano; FINOTTI, Leonardo. **Brasília: História e modernidade.** Companhia Brasileira. 2020.

SCOTT BROWN, Denise. **Sexism and the Star System in Architecture.** Mas Context. 2015. Disponível em: www.mascontext.com/issues/27-debate-fall-15/room-at-the-top-sexism-and-the-star-system-in-architecture. Acesso em: 31 de mar. 2022

THE NEW YORKER. **What About Denise?** Disponível em: www.newyorker.com/culture/culture-desk/what-about-denise. Acesso em 28 jun. 2022.

THE PRITZKER ARCHITECTURE PRIZE. **Announcement:** Robert Venturi. Disponível em: www.pritzkerprize.com/announcement-robert-venturi.

VITRUVIUS. **Os interiores das casas de Liliana e Joaquim Guedes.** Uma perspectiva de gênero. 2019. Disponível em: vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.232/7524. Acesso em: 31 de mar. 2022.

SENZALA MODERNA

A PERMANÊNCIA DOS “QUARTOS DE EMPREGADA” EM BRASÍLIA

Sarah Gabrielle Lucena Silva

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a permanência dos quartos de empregada no setor Noroeste de Brasília, sobre a perspectiva do racismo estrutural. Investiga como ele afeta o cotidiano das empregadas, em sua maioria mulheres negras, na luta por legislações trabalhistas e tratamento humanizado, assim como o impacto nas decisões e concepções arquitetônicas desse espaço de segregação, tendo em vista sua origem escravocrata. Por meio do levantamento de plantas de apartamentos da Asa Sul e da Asa Norte, encontradas no livro “Invenção da superquadra”, entende-se o relacionamento que a cidade tem com o cômodo. Parte-se para as plantas do Noroeste, encontradas nos *sites* das construtoras. Existem familiaridades entre as soluções de 1960–1980 e as produzidas atualmente, mesmo com uma redução na quantidade desses quartos. Conclui-se que há um longo caminho a ser percorrido na luta das empregadas por melhores condições de vida e dos arquitetos e urbanistas em romper com tradições escravocratas e identificar o que a arquitetura produzida realmente comunica.

PALAVRAS-CHAVE

racismo; quarto de empregada; arquitetura residencial; segregação.

INTRODUÇÃO

O Brasil é o país que abriga o maior contingente de empregadas domésticas no mundo. Existem, aproximadamente, três trabalhadoras domésticas para cada grupo de cem habitantes, número que cresce ao longo dos anos, principalmente quando se trata da presença de mulheres negras. Em 2015, elas correspondiam a aproximadamente quatro milhões, enquanto as mulheres brancas contabilizavam dois milhões no ramo. Em 2017, o trabalho doméstico correspondeu a quase 15% dos empregos formais exercidos por mulheres (PRETA RARA, 2020, p.11).

Vivemos em uma sociedade estruturada no racismo, dependente da desigualdade para se desenvolver. Por exemplo, para trabalhar 40 horas semanais, uma família que possui filhos depende de alguém que possa cuidar das crianças. Geralmente, a pessoa responsável pelo cuidado com os filhos não recebe nada por isso (uma avó ou parentes da família) ou recebe muito pouco pelo serviço (professoras, babás e empregadas domésticas¹) pois, se elas recebessem de maneira equivalente aos pais, praticamente todo o dinheiro seria destinado a esses serviços. Outra opção seria contar com creches, escolas de período integral e outras políticas públicas que contemplem as demandas familiares de distintas classes sociais. Esse tipo de mecânica, dentre várias outras, beneficia a desigualdade e a dependência, reforçando-as (SCHUCMAN, 2020). Sílvio de Almeida chama isso de racismo estrutural:

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade [...]. Se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas (ALMEIDA, 2021, p. 48).

Ser racista, nesse contexto, é algo intrínseco à participação em sociedade, portanto, o racismo atinge a todos, deixa de ser uma questão apenas moral e passa a ser a maneira como as coisas

1. Apesar de o termo “empregada doméstica” poder ser visto com conotação racista, decidimos utilizá-lo em conformidade com o livro “Eu, Empregada Doméstica” e demais literaturas apresentadas neste texto.

funcionam. Como evidenciado na epígrafe desta introdução, as empregadas domésticas são, em sua maioria, mulheres negras, muitas vezes por não conseguirem alcançar outras oportunidades justamente pela naturalização de que esse é o “lugar delas”. O trabalho doméstico, quando vislumbrado pela legislação trabalhista, pode ser considerado subemprego, e da perspectiva de parte da sociedade ainda é uma responsabilidade da mulher. Essa somatória gera sobrecarga para as mulheres, articulada de maneira firme, mas espalhada em vários aspectos da sociedade, praticamente imperceptível para algumas e completamente palpável para tantas outras.

A arquitetura e o urbanismo, por estarem vinculados à estrutura social existente, não escapam à regra e são capazes de reproduzir o racismo em suas concepções. Por esse motivo, trataremos sobre a permanência dos quartos de empregada, e outros espaços de segregação, nas plantas de apartamentos do setor Noroeste, em Brasília, por meio de levantamento realizado por divulgações das construtoras. Tendo que o cômodo é um resquício da escravidão nos dias atuais, partindo de uma evolução e adaptação das senzalas, pode ser visto como um símbolo racista escondido à plena vista, entre a cozinha e a área de serviço (VIANA, 2016).

Dentro desse panorama, analisaremos o impacto do racismo no dia a dia das trabalhadoras, na luta por legislações trabalhistas e tratamento humanizado, desde o período colonial até os dias atuais, entendendo o processo histórico que insere algumas dificuldades nessa luta, assim como a existência desse espaço de segregação na arquitetura brasiliense, como a legislação que envolve o tema aborda o assunto, e refletiremos sobre o papel dos arquitetos nesse contexto.

Partiremos, portanto, da compreensão do “devido lugar” destinado às empregadas e sua relação de trabalho a partir de relatos. Por meio da literatura existente, fica demonstrado que a origem do quarto de empregada é a senzala, portanto, essa também é a origem do tratamento recebido por essas trabalhadoras. Em um segundo momento, trataremos sobre o avanço das leis trabalhistas de maneira cronológica. Ainda sobre legislação, dessa vez relacionada à arquitetura, buscaremos encontrar o que se diz sobre o cômodo em si. Seguiremos com as análises das plantas, com o levantamento sobre as soluções encontradas nas superquadras de Brasília e com a identificação da permanência desses espaços de segregação no Noroeste.

1. METODOLOGIA

Foi considerado quarto de empregada todo cômodo que possuía conexão apenas com a cozinha e/ou área de serviço, independentemente do nome que era apresentado na planta. Ao manter a mesma configuração espacial, ainda que o nome seja depósito, vestuário, dentre outros, continua-se a admitir o uso como quarto, portanto, não muda seu valor para a pesquisa. Foram observados banheiros de serviço, entradas secundárias e elevadores de serviço apenas para considerações adicionais, pois o quarto serviu como gerador desses outros espaços que servem para complementar a passagem da trabalhadora desde o térreo até o apartamento.

[...] o “quartinho”, mesmo desvinculado de qualquer quintal, herdou características progressas e permaneceu em ambiente excluído e isolado, na área de serviço, próximo à cozinha, e, em muitos casos, como uma alcova, sem janela para o exterior. Para acessá-lo a partir da rua, criou-se a entrada, o elevador e a porta de serviço [...] (VIANA, 2016, p. 11).

O Setor Noroeste em Brasília é o mais novo setor do Plano Piloto e atualmente se mostra um enorme canteiro de obras alvo de investimentos das principais construtoras. A ideia é entender as propostas quando o assunto é o quarto de empregada, para vislumbrar tendências do mercado brasiliense, mas principalmente quantificar a existência desse cômodo.

É necessário entender historicamente a relação da cidade com o quarto. Desse modo, foram utilizadas as plantas existentes no livro “Invenção da Superquadra”, de Ferreira e Gorovitz (2009), para levantamento dos apartamentos da Asa Norte e da Asa Sul, das décadas de 60 a 80 do século passado. As obras presentes no livro foram concebidas quando a arquitetura modernista brasileira tinha seus olhos voltados para as experimentações de Brasília e poderiam ter sido consideradas grande influência para outros arquitetos.

Ao todo, foram analisadas 182 plantas de apartamentos, sendo 86 das Asas Norte e Sul, e 96 do Noroeste. Constatou-se que as plantas ainda seguem lógica parecidas, com segregação de acessos

e espaços. Apenas 5 das 86 plantas analisadas do livro “Invenção da Superquadra” não possuíam o quarto de empregada, enquanto no Noroeste a proporção foi 45 de 96 plantas. Apesar da diminuição considerável, observou-se que a configuração espacial dos quartos ainda é similar. Também não há muita novidade nos banheiros de serviço ou na estrutura de acesso, em que a entrada secundária e o elevador de serviço são recorrentes.

2. O MEU DEVIDO LUGAR

Continuei a estudar na minha casa — quero dizer: casa dela, mas que era destinada a ser o meu devido lugar — de madrugada, assim passei na universidade federal, me formei pedagoga e, no último ano, tornei-me Mestre em Educação (PRETA RARA, 2020, p. 101).

Como já dito anteriormente, a origem do quarto de empregada é a senzala. Em sua análise histórica, Viana (2016) demonstra como a DCE (Dependência Completa de Emprego) como conhecemos hoje tem evoluído e se adaptado desde o período da escravidão. Encontrada em diversas tipologias, desde casas térreas a edifícios residenciais, apoiada por uma estrutura de acessos e setorizações, desde os *halls* de serviço até a entrada secundária no apartamento, para diferenciar os diferentes usuários e deixar claro o devido lugar de cada um.

Há quem diga que tal estrutura de acessos serve para “delimitar usos, não pessoas” como Benjamim Souza Cunha, vice-presidente de condomínio no ano de 1995, para Biancarelli (1995b), autor do jornal Folha de S. Paulo que fez uma série de entrevistas sobre a proposta da Lei nº 11.995, aprovada em 1996, que trata sobre a discriminação no acesso aos elevadores. Para Benjamin, além da funcionalidade, disciplina e segurança, os funcionários se sentem mais à vontade ao usar o elevador de serviço. Em uma dessas entrevistas, o arquiteto Davison Becato comenta que a ideia da separação dos elevadores remonta aos tempos da casa grande e senzala. Para ele, “os senhores utilizavam uma entrada, os escravos, outra”. A projeção dos arquitetos da época era de que as novas construções manteriam os elevadores separados porque os compradores queriam assim (BIANCARELLI, 1995b).

Na prática, o elevador serviria, e talvez ainda sirva, para distinguir pessoas e não usos. Biancarelli (1995a) afirma que “a maioria deles ‘sabe’ seu lugar e seu caminho: vai direto ao elevador de serviço. Se estiver quebrado, subirá pelas escadas. Ou terá de pedir permissão ao zelador para tomar o elevador social. Nem sempre será atendido”. No mesmo artigo, comenta-se sobre a empregada Sandra, que subia 13 andares para chegar ao apartamento onde trabalhava: “Toda segunda o elevador de serviço estava parado. O zelador só apontava o caminho da escada”. Além de elas não se sentirem mais à vontade em usar o elevador de serviço, consideraram ainda que a lei era uma questão de dignidade.

João Soares Pena (2020) parte da morte do menino Miguel e seu contexto para desvelar o racismo, a desigualdade e os preconceitos que se relacionam com o quarto de empregada e a profissão de empregada doméstica. Miguel, de 5 anos de idade, foi deixado sob os cuidados de Sari Corte Real, esposa de Sérgio Hacker, prefeito de Tamandaré, município de Pernambuco, enquanto sua mãe, Mirtes, empregada doméstica, passeava com o cachorro do casal, em plena pandemia decorrente da covid-19. Ele foi conduzido ao elevador, por Sari, pois estava chorando por querer estar com a mãe. Desacompanhado pelos corredores à procura da mãe, Miguel acabou caindo do nono andar.

Ao mesmo tempo que esse caso nos causa revolta, ele revela a verdadeira face da elite branca brasileira [...]: pouco se importa com a vida daquelas e daqueles que cuidam da sua e, mais ainda, se negam a virar a página de um passado colonial e escravagista relativamente recente (PENA, 2020, p. 113).

Pena demonstra em seu texto como a setorização, especificação dos materiais e metragem do quarto de empregada são parte do estabelecimento de uma relação hierárquica entre empregadas e empregadores. A arquitetura existente indica para essas mulheres qual sua posição dentro daquele apartamento, ao negligenciar conforto e salubridade também se nega a humanização para elas. “[...] Essa arquitetura residencial nos lembra que a escravidão não foi há tanto tempo assim e que essa mentalidade colonial e escravagista continua a influenciar na configuração espacial e nas relações sociais” (PENA, 2020, p. 115). O mesmo autor continua:

Sendo o racismo algo que é estrutural em nosso país, ele se expressa das mais distintas maneiras e nas mais diferentes dimensões de nossa sociedade. Não seria diferente no tocante à forma como nossas cidades se estruturam, tampouco na produção da arquitetura residencial dessa elite (PENA, 2020, p. 113).

O racismo gera sentimentos como o de Carolina Maria de Jesus em seu livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, em que relata o dia a dia enquanto moradora da favela do Canindé/SP, catadora de lixo, mãe solo de 3 filhos, mulher negra e escritora. Durante seu relato, ela descreve como se sente caminhando pela cidade e ao chegar no local em que ela resiste em chamar de casa:

Quando estou na cidade, tenho a impressão de que estou na sala de visita com seus lustres de cristais [...]. E quando estou na favela, tenho a impressão de que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (JESUS, 2014, p. 37).

Para ela, a favela é o espaço dedicado ao despejo da sociedade. Pena ainda ensina: “[...] do mesmo modo que o quarto de empregada, a morte de Miguel nos mostra, mais uma vez, o desvalor que é atribuído às vidas pretas no Brasil” (PENA, 2020, p. 113).

3. O QUE VOCÊ CHAMA DE AMOR, EU CHAMO DE TRABALHO NÃO REMUNERADO²

É interessante observar o papel da empregada doméstica na inserção da mulher no mercado de trabalho. Ainda é comum a ideia de que as atividades domésticas, necessárias para manutenção da casa e sobrevivência de todos que moram ali, é dever da mulher. Ainda hoje, nós temos que conviver com jornadas duplas, e às vezes triplas, em que, além de trabalhar o mesmo tempo que outros homens, devemos manter a casa limpa, comida quentinha no prato, os filhos limpos e educados, ser amáveis e disponíveis para o marido, tal qual os panfletos dos séculos passados sugeriam, mas que continua acontecendo à sua maneira em pleno século XXI.

2. FEDERICI,
Silvia. **Entrevista
para o canal TV
BOITEMPO** (2020).

Disponível em:



Acesso em: 22
abr. 2021

O trabalho doméstico remunerado no Brasil reproduz um traço perverso e ambíguo comum a outras experiências nacionais: ao mesmo tempo que absorve e retém as mulheres, em especial, as mais pobres, negras e menos escolarizadas, é, também, fundamental para a liberação de outras mulheres para o ingresso no mercado de trabalho (BRITES e PICANÇO, 2014, p. 131).

Se por um lado há luta pela equidade salarial — luta por mulheres em posições de liderança e representação —, do outro, ainda existe luta pelos direitos trabalhistas básicos, luta por humanização de tratamento e luta por oportunidades, para quebrar com a hereditariedade do trabalho doméstico para várias mulheres negras. Para entender um pouco sobre o processo histórico que envolve suas vidas, faz-se necessário analisar a forma como se deu a abolição da escravidão no Brasil e a falta de ações afirmativas, após três séculos de exploração. Percebe-se que há comportamento comum de negligência que acontece até os dias atuais.

4. FEZ DE TUDO PARA SE APOSENTAR

“Fulana fez de tudo para se aposentar, não gosta de pegar no pesado” — (detalhe: Fulana trabalhou até os 67 anos, mais ou menos 7 anos na casa deles, nos últimos anos trabalha 2 vezes por semana para se “adequar” à nova lei e saiu sem receber nenhum direito) (PRETA RARA, 2020, p. 51).

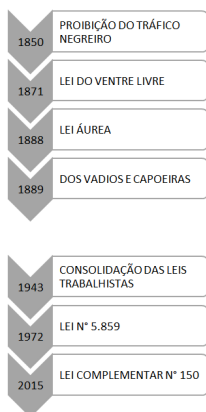


Figura 1

Essas leis foram que aboliram a escravidão gradualmente, mas era comum que negros fossem presos sobre a suspeita de serem escravos. Deveriam comprovar sua liberdade por meio de documentos oficiais, ao invés da classe senhorial comprovar a posse de propriedade escrava. forma, ainda que o tráfico estivesse proibido e muitos nascessem livres, poderiam ser escravizados novamente. Um ano depois da abolição da escravidão no Brasil, sem nenhuma ação afirmativa para auxiliar a inclusão dos escravizados na sociedade, sobre pena de prisão, pede-se a comprovação de ocupação e residência (HISTÓRIA PRETA, 2019).

Na CLT o art. 7º diferencia as empregadas de outros trabalhadores, garantindo 9 dos 33 direitos trabalhistas. Somente em 1972 uma lei sobre a profissão, acréscimos nos anos de 1980, 1989, 2001, 2006 e 2014. Em 2016 foram incluídos 16 direitos para a categoria, entre eles o FGTS, remuneração do trabalho noturno superior ao diurno, jornada de 44 horas semanais, hora extra, salário-família e igualdade de direitos entre trabalhador com vínculo e avulso (LUGULLO, 2012).

5. NÃO USARIA O MESMO SANITÁRIO QUE EU

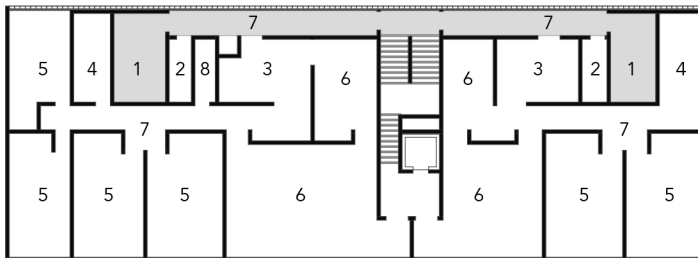
Eu estava procurando apartamento para alugar e minha sogra, querendo dar conselho para me ajudar a escolher, me alertou para que eu procurasse um que tivesse mais de um banheiro, assim a empregada não usaria o mesmo sanitário que eu (PRETA RARA, 2020, p. 96).

As legislações arquitetônicas e urbanísticas, assim como as trabalhistas, têm capacidade de impactar diretamente a vida dessas mulheres. As empregadas, por exemplo, são consideradas na NBR 5.665, que trata sobre o cálculo do tráfego nos elevadores. O subitem 5.1.1 indica como deve ser considerado o cálculo de população; em apartamentos, deve-se considerar, de acordo com a alínea “c”, 1 pessoa por dormitório de serviçal. Por exemplo, as plantas analisadas nas Asas Norte e Sul do Plano Piloto são dependentes das disposições da Norma de Gabarito (NGB) 11/89, que, nos subitens 7b.1 e 7b.2, torna obrigatória a existência de elevadores sociais e de serviço independentes, porém interligados, para todas as superquadras com exceção das 400 do Setor Habitacional Coletiva Norte e Sul, além de outras considerações sobre dependências para o zelador e para funcionários de limpeza predial.

Em um dos apartamentos analisados na quadra 405 da Asa Sul, identificou-se a entrada secundária conectada apenas pela escada, o que sugere que as empregadas provavelmente utilizaram as escadas, mesmo tendo elevador no edifício. A situação é complexa, se há um elevador social e outro de serviço cria-se uma segregação, mas, sem o elevador de serviço, mantém-se a segregação e dificulta-se o seu acesso aos apartamentos, isso partindo do pressuposto de que elas ainda não seriam “bem-vindas” para usar o elevador social e entrar pela porta da frente.

Apesar de complexo, é necessário que se busquem melhores soluções, afinal, tanto a sociedade demanda da arquitetura tais soluções, como os ambientes construídos são vetores de comportamentos e podem demandar atitudes da sociedade. Para entrar em uma piscina pública, o espaço é construído de forma a conduzir o usuário para o lava pés. As soluções são concebidas e formuladas com base em diversos fatores, seja norma, cultura, contexto social etc. O cuidado é o de ter consciência de como e quais fatores estão afetando o processo de decisão.

Por exemplo, na planta demonstrada pela Figura 2, o *hall* social também é conectado à escada de emergência, então por que fazer uma porta secundária pela cozinha? Será que para facilitar o acesso à cozinha com compras? Nesse caso, dependendo do volume, seria mais fácil utilizar o elevador, pois se carregaria o peso por menos tempo. Será que para facilitar em mudanças? Considerando que entre a entrada secundária e a cozinha existe um longo corredor, talvez seria melhor utilizar a entrada principal ainda assim. Será que essa entrada existe apenas para diferenciar o acesso das pessoas? O que a arquitetura está comunicando?



LEGENDA:

1 QUARTO DE EMPREGADA | 2 BANHEIRO DE SERVIÇO | 3 COZINHA | 4 BANHEIRO
5 QUARTO | 6 SALA | 7 CIRCULAÇÃO | 8 LAVABO

Figura 2

Apartamento na Asa Sul com entrada secundária conectada apenas à escada de emergência; destaque para quarto de empregada e conexão com escada.

Fonte: Adaptado do livro “Invenção da Superquadra”.

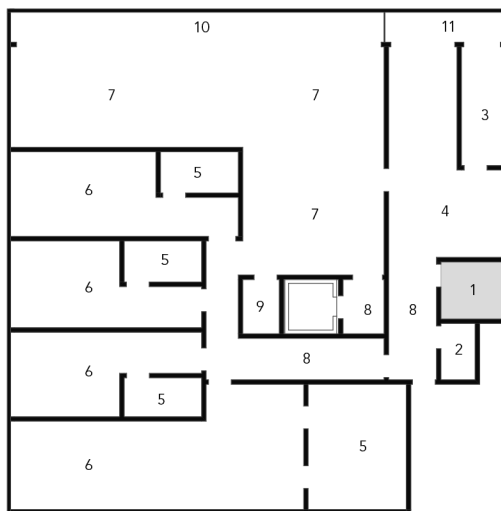
Com a norma de desempenho NBR 15.575, ficam estabelecidas aberturas para ventilação mínima em ambientes de permanência prolongada, incluindo todos os dormitórios. Como foram identificadas várias plantas com a mesma configuração espacial, mas outra nomenclatura, sem aberturas para iluminação e ventilação natural, pode ser considerada a possibilidade do não cumprimento da norma por meio da mudança de nomenclatura e mobiliário apresentados em projeto ou, ainda, ser levantado o questionamento desses cômodos possuírem ou não permanência prolongada. Considerando o perfil levantado por Brites e Picanço (2014), cada vez menos as empregadas pernoitam no emprego. Vale atentar-se para o fato de que o número não é nulo e a qualidade do ambiente fica comprometida para aquelas que moram no emprego, um possível impacto da pandemia é que mais empregadas durmam no trabalho para aumentar o isolamento. Vejamos a Figura 3:

Figura 3

Apartamento no Noroeste, cômodo intitulado “vestiário de serviço” com mobiliário de quarto, sem ventilação e iluminação natural; destaque para quarto de empregada.

Fonte: Adaptado de anúncio.

Disponível em:



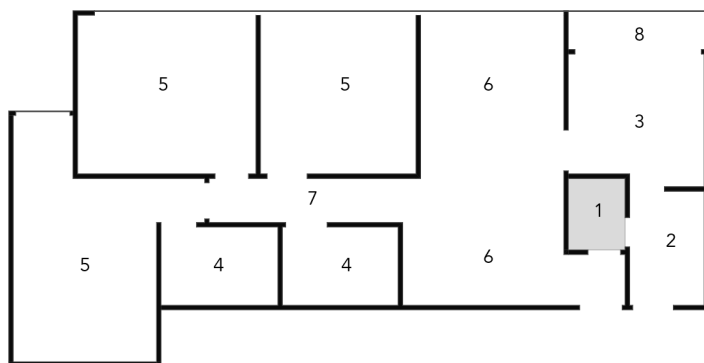
LEGENDA:

1 QUARTO DE EMPREGADA | 2 BANHEIRO DE SERVIÇO | 3 ÁREA DE SERVIÇO | 4 COZINHA
5 BANHEIRO | 6 QUARTO | 7 SALA | 8 CIRCULAÇÃO | 9 LAVABO | 10 VARANDA
11 LAJE TÉCNICA

O banheiro de serviço foi identificado em praticamente todas as plantas analisadas, independentemente da quantidade de quartos, assim como o banheiro social. A privacidade é geralmente

o conceito que garante a presença destes nas composições atuais, para diferenciar os moradores dos visitantes. Percebe-se uma segregação maior nos apartamentos onde há separação do banheiro social para os visitantes e o de serviço para as empregadas.

O filme “Histórias Cruzadas”, de Tate Taylor, demonstra que essa diferenciação pode estar associada a uma cultura racista incorporada na arquitetura. No filme, o banheiro de serviço é separado da casa. Por se passar no período de segregação racial legalizada nos Estados Unidos da América, acontece que mesmo na impossibilidade de utilizar o banheiro de serviço, as empregadas eram proibidas de utilizar o banheiro social. Defende-se neste texto repensar criticamente a motivação por trás dos cômodos para que, afinal, sejam diferenciados usos e não pessoas. Dentre as plantas analisadas, encontrou-se uma, demonstrada pela Figura 4, que integrou os não moradores, tanto visitantes quanto empregadas, o banheiro abre para a sala e para a cozinha.



LEGENDA:

1 BANHEIRO DE SERVIÇO | 2 ÁREA DE SERVIÇO | 3 COZINHA | 4 BANHEIRO
5 QUARTO | 6 SALA | 7 CIRCULAÇÃO | 8 LAJE TÉCNICA

Figura 4

Apartamento no Noroeste com banheiro com abertura para área de serviço e área social; destaque para o banheiro em questão.

Fonte: Adaptado do anúncio.

Disponível em:



Em 2010, tramitou no Senado Federal o Projeto de Lei n.º 47/2010, que tratava sobre o tamanho das dependências destinadas à moradia dos funcionários de condomínio e dos empregados domésticos. O projeto previa, em seu art. 2º B, que as acomodações de empregados domésticos fossem destinadas para uso exclusivo de repouso do trabalhador, com área útil mínima de 12 m² (quarto com 8 m², com iluminação e ventilação natural, banheiro com 4 m²); o projeto foi arquivado.

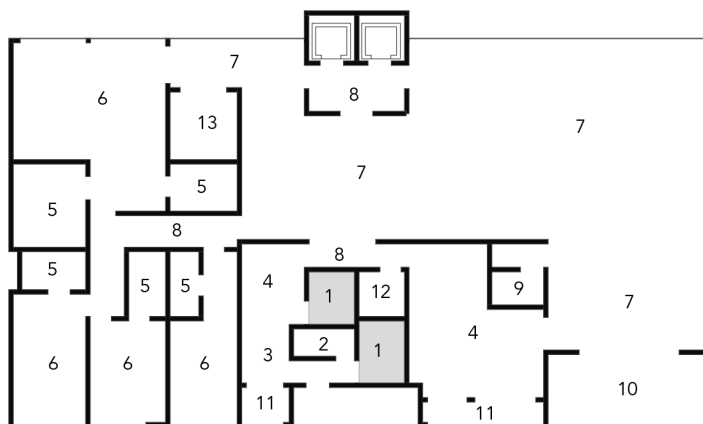
Destacaram-se nas Asas Norte Sul 8 plantas que possuíam 4 quartos e 2 quartos de serviço, visto que a tendência na época era de apenas 1 quarto de empregada por apartamento. Apesar da quantidade de quartos ter diminuído, também se encontrou um apartamento com 4 quartos e 2 quartos de serviço no Noroeste. Retoma-se aqui a discussão da qualidade desses espaços, pois, ao considerar a necessidade de dois quartos de serviço e ainda um depósito, é provável que pelo menos um deles seja de permanência prolongada para a empregada. Nesse sentido, vale observar que não há aberturas para iluminação e ventilação natural em nenhum deles, conforme pode ser visto nas Figuras 5 e 6, a seguir:

Figura 5

Apartamento no Noroeste com 2 quartos de empregada, estima-se que o projeto seja de 2015; destaque para os quartos de empregada do apartamento.

Fonte: Adaptado do anúncio.

Disponível em:



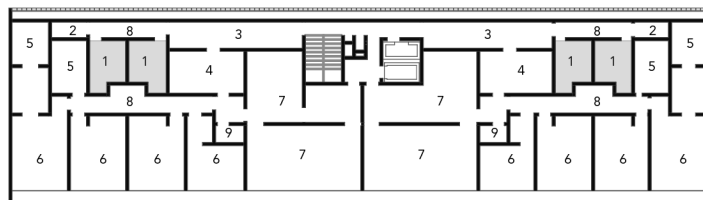
LEGENDA:

1 QUARTO DE EMPREGADA | 2 BANHEIRO DE SERVIÇO | 3 ÁREA DE SERVIÇO | 4 COZINHA
5 BANHEIRO | 6 QUARTO | 7 SALA | 8 CIRCULAÇÃO | 9 LAVABO | 10 VARANDA
11 LAJE TÉCNICA | 12 DEPÓSITO | 13 ESCRITÓRIO

Figura 6

Apartamento na Asa Sul com 2 quartos de empregada, projeto de 1961; destaque para os quartos de empregada do apartamento.

Fonte: Adaptado do livro "Invenção da Superquadra", p. 323.

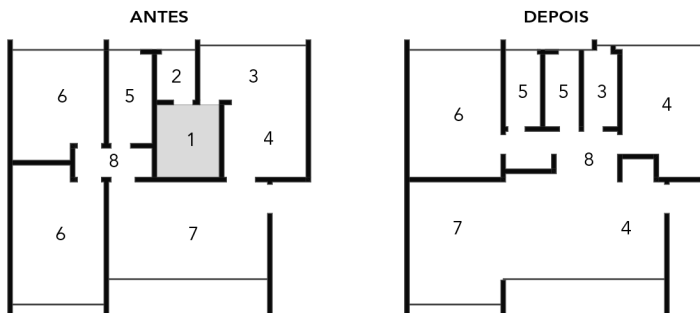


LEGENDA:

1 QUARTO DE EMPREGADA | 2 BANHEIRO DE SERVIÇO | 3 ÁREA DE SERVIÇO | 4 COZINHA
5 BANHEIRO | 6 QUARTO | 7 SALA | 8 CIRCULAÇÃO | 9 LAVABO

Na 410 Norte, em uma das plantas analisadas, foi encontrada a reforma completa de um apartamento. O projeto do edifício é de autoria de Mário Bakaj, construído entre 1966-1967, a planta original conta com sala, 1 banheiro social, 2 quartos, cozinha, área de serviço, quarto de empregada, banheiro de serviço e uma única entrada. A cozinha é integrada com a área de serviço e completamente separada da sala, algo que mudou completamente na reforma, além da retirada do quarto e banheiro de serviço (FERREIRA; GOROVITZ, 2009, pp. 490-493)

O projeto de reforma é de autoria do escritório CODA arquitetura, de 2017. Nele, o apartamento passa a ser composto por sala com cozinha integrada, uma suíte, um banheiro social, área de serviço e escritório. Ressalta-se a modificação da setorização fugindo do tradicional (social, íntimo e serviço) para uma divisão público-privada, em que as áreas de serviço se aproximam das atividades familiares; dessa forma, tanto a cozinha se integra à sala, como a lavanderia fica próxima aos banheiros e quarto, facilitando a exposição das roupas e também evitando o cheiro de comida. Uma proposta de viver e morar completamente diferente da planta original (PEREIRA, 2017). Vejamos:



LEGENDA:

1 QUARTO DE EMPREGADA | 2 BANHEIRO DE SERVIÇO | 3 ÁREA DE SERVIÇO | 4 COZINHA
5 BANHEIRO | 6 QUARTO | 7 SALA | 8 CIRCULAÇÃO

Figura 7

Reforma em apartamento da Asa Norte retirando a DCE.

Fonte: Artigo do Archdaily.

Disponível em:



CONCLUSÃO

Estamos na luta por dias melhores, para garantir nossos direitos trabalhistas até sermos respeitadas dentro do nosso local de trabalho. Estamos na luta em busca de uma relação trabalhista na qual humanizam nossa existência (PRETA RARA, 2020, p. 29).

As desigualdades incorporadas na estrutura do Brasil geraram padrões preconceituosos em diversas áreas, que, de forma geral, atingem aqueles que não são homens, brancos, heterossexuais e ricos. Assim, o processo defeituoso de abolição da escravidão, a naturalização do machismo e do racismo e a desvalorização do trabalho doméstico geraram uma cultura que reverbera na arquitetura a propagação de ambientes insalubres, ineficientes e/ou segregadores, que servem mais para declarar a hierarquia social vigente do que para fazer com que empregadas ou moradores “se sintam mais à vontade”, ignorando aspectos de conforto, funcionalidade e estética para os cômodos que envolvem o dia a dia dessas mulheres e de outros diversos espaços de despejo espalhados.

Compreender historicamente o desenvolvimento da sociedade, alinhado com as propostas arquitetônicas, ajuda a analisar o porquê das soluções arquitetônicas se darem de uma forma ou de outra, ajuda a compreender as motivações que determinam esses porquês. Cada vez mais entende-se o impacto que o ambiente construído tem nas pessoas, tanto que se desenvolveu uma área para se dedicar a esse estudo, a neuroarquitetura. Para além de pensar em como melhorar o bem-estar das pessoas por meio da arquitetura, vale analisar como as configurações já existentes influenciam essas pessoas e a sociedade.

Apesar da diminuição da quantidade de quartos de empregada, o que pode ser consequência de mudanças de pensamento coletivo, considera-se que ainda há um longo caminho a percorrer. Para Almeida (2021, p. 52), “a mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e adoção de práticas antirracistas”. Tanto a sociedade precisa romper com a mentalidade colonialista, quanto os arquitetos e urbanistas devem reconhecer e analisar o quê e como a arquitetura está comunicando e impactando a vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

BIANCARELLI, Aureliano. **Empregada usa escada se o “de serviço” falha**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 2 julho 1995. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/02/cotidiano/7.html. Acesso em: 4 nov. 2020.

_____. **Nome foi criado por construtores**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 2 julho 1995. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/02/cotidiano/3.html. Acesso em: 4 nov. 2020.

Branqueamento Racial no Brasil. Locação de: Thiago André. [S. l.]: **História Preta**, março. 2019. Podcast. Disponível em: open.spotify.com/episode/4P22mOvsurXJxNaYElludZ?si=ryWaFACfRfGm6MqFa4dIYw. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRITES, Jurema; PICANÇO, Felícia. **O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições**: alguns achados de pesquisas. Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho. 2014. vol. Ano 19, no. 31, p. 131–158.

FEDERICI, Sílvia. **Entrevista para o canal TV BOITEMPO**, [S.l.], julho. 2020. Disponível em: youtu.be/bFSI4nEB6jl v. Acesso em: 22 abr. 2021.

FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus. **A invenção da Superquadra**: o conceito da Unidade de Vizinhança em Brasília. Brasília: IPHAN / Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, 2009.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014. 10° ed.

LUGULLO, Marise. **A relatora informou que não concorda em simplesmente excluir da Constituição o parágrafo que diferencia a categoria dos demais trabalhadores**. Portal Câmara dos Deputados. 2012. Disponível em: www.camara.leg.br/noticias/378320-relatora-inclui-16-direitos-em-pec-sobre-trabalho-domestico. Acesso em: 10 abr. 2021.

PRETA RARA. **Eu, empregada doméstica**: a senzala moderna é o quartinho de empregada. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PENA, João Soares. **O quarto de empregada e a morte de Miguel.** Portal Geledes, 2020. Disponível em: www.geledes.org.br/o-quarto--de-empregada-e-a-morte-de-miguel. Acesso em: 16 fev. 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Palestra proferida. **TED Taks**, Florianópolis (Santa Catarina), fev. 2006. Disponível em: youtu.be/q6tSIHzpFTc. Acesso em: 10 abr. 2021.

VIANA, Máira Boratto Xavier. **O “Quartinho de empregada” e seu lugar na morada brasileira.** Brasília: UNB, 2016.

ARQUITETURA DE FRONTEIR[A]

MULHERES ENTRE BRASIL/VENEZUELA¹

1. O artigo foi apresentado e publicado pela primeira vez no evento VI ENANPARQ e consta em seus anais, na seção mesas temáticas eixo 1, intitulado “projeto, políticas e práticas”.

Júlia Coutinho
Ricardo Trevisan

RESUMO

Ao compreender a limiariade como uma zona fronteira — nebulosa em sua composição, imprecisa em sua definição —, trazemos à baila um caso específico: a fronteira entre Pacaraima, no Brasil, e Santa Elena de Uairén, na Venezuela. Pauta internacional no contexto atual, seja no mundo, seja no Brasil, tal tema traz consigo políticas anti-imigracionistas. Hiperconectados na nuvem, excludentes nas ações, políticos e sociedade antagonizam posturas e transformam tais zonas em campos de disputas. No contexto brasileiro, isso ocorre há alguns anos na fronteira roraimense, onde um número cada vez maior de venezuelanos busca refúgio para uma das piores crises migratórias sul-americanas do mundo moderno. Com isso, a cidade de Pacaraima sente as consequências diretas da situação no país vizinho e luta contra uma sobrecarga de sua infraestrutura. Particularmente, as mulheres e crianças são as que mais sofrem com a situação de vulnerabilidade. Mas como utilizar a Arquitetura para reverter tais cenários? O presente trabalho vem, a partir de investigação *in loco* e em fontes referenciais específicas, apresentar dados sobre fronteiras secas, como a presente entre Brasil e Venezuela, e a condição de mulheres nesse contexto.

PALAVRAS-CHAVE

arquitetura; fronteira; imigrantes; apoio; mulheres; feminismo; vulnerabilidade.

INTRODUÇÃO

Ao compreender limiariade como uma zona fronteira — nebulosa em sua composição, imprecisa em sua definição —, trazemos à baila um caso específico: a fronteira entre Pacaraima, no Brasil, e Santa Elena de Uairén, na Venezuela. Trata-se de expor a fronteira como campo de atuação de arquitetos e urbanistas. A percepção de tais paisagens fronteiriças, seu ambiente e seus usuários, se torna crucial para aqueles profissionais que vão tomá-las como suporte para seus projetos. Um cenário peculiar que passa por transformações inesperadas a depender dos contextos político-econômicos presentes nos países vizinhos. Um caso particular apresentado — fronteira entre o Brasil e a Venezuela — a fim de auxiliar melhor profissionais e demais interessados em compreender, refletir e propor soluções factíveis e direcionadas a tais zonas limiaries.

No dicionário “Michaelis”, é possível encontrar a definição de fronteira como parte que corresponde ao limite extremo de uma terra, área, região etc., a parte limítrofe de um espaço que confina com outro. Claude Raffestin (1993) afirma que as fronteiras são zonas camufladas em linhas. Já Friedrich Ratzel (1988), destaca duas características: a fronteira como zona, na forma de cidades, e a fronteira como linha, o traçado geodésico. Independentemente de ser medida por área ou delimitada de forma linear, a definição de uma fronteira sempre será baseada na dualidade entre o início e o fim de um espaço. As fronteiras podem, ainda, assumir diferentes tipos, como mostra Josep Maria Montaner e Zaida Muxi em *Arquitetura e Política* (2014), os quais pontuam três possibilidades: 1) visíveis entre países; 2) invisíveis entre os bairros; e 3) policiais nos aeroportos e lugares de embarque e desembarque. Nessa classificação, podemos dizer que as fronteiras necessariamente estabelecem limites, mas nem sempre barreiras físicas. Já Zygmund Bauman, em “*Vidas desperdiçadas*” (2005), defende que a construção de fronteiras seria uma tentativa frenética dos tempos atuais de combater os riscos e perigos do mundo contemporâneo e acrescenta que quanto mais fracassamos como sociedade mais ficamos obcecados pela ideia de segurança.

O tema surge a partir do interesse na região fronteira entre o Brasil e a Venezuela, que se destaca no contexto nacional e internacional por ser uma das maiores crises migratórias da

história da América Latina (ACNUR, 2019) e exemplo de um fenômeno contemporâneo pautado no paradoxo entre o mundo hiperconectado e as tendências anti-imigracionistas. Dentro do contexto das cidades de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena de Uairén (Venezuela), esse paradoxo começou a ser sentido após uma intensa crise político-econômica na Venezuela que desestabilizou a região, antes interdependente. A complementaridade das duas cidades deu lugar à sobrecarga dos sistemas de infraestrutura básicos, como os da saúde e educação (IDESF—Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras, 2018), gerando assim uma instabilidade que culminou em várias tentativas de bloqueio das fronteiras e atitudes xenofóbicas.



Figura 1

Mulher venezuelana em situação de vulnerabilidade na cidade de Manaus, 2019.

Fonte: a autora.

Ao observar a situação, é possível notar o aspecto dual em todos os níveis e agentes dessa equação. Conforme a ajuda humanitária chega até os venezuelanos que buscam refúgio no Brasil, o sentimento preconceituoso contra o imigrante cresce entre a população brasileira que em diversas manifestações populares demanda o fechamento do acesso ao país. Hoje, o controle de entrada e saída entre Brasil e Venezuela ainda respeita a construção dos laços desenvolvidos durante décadas entre os moradores das duas cidades fronteiriças, que estabeleceram suas relações diante da livre circulação de bens, serviços e pessoas. Contudo, essa realidade está ameaçada pela instabilidade, insegurança e medo por parte de alguns cidadãos brasileiros, que não estão dispostos a tolerar as consequências da crise.

Ao pensar na fronteira, tendemos a correlacioná-la com a ideia de controle de fluxos, passagens vigiadas e atitudes coibidas, mas esse não é o caso dessa fronteira especificamente, e não deveria vir a ser. A realidade é constituída, por exemplo, por crianças das comunidades indígenas situadas do lado venezuelano da fronteira que frequentam escolas estaduais de Roraima e criam laços que formam a identidade híbrida da região. No entanto, as circunstâncias vêm mudando e cada dia mais a livre circulação habitual é interrompida devido ao receio de não conseguirem retornar às suas casas.

Diante dessa conjuntura, levanta-se a questão sobre qual seria a contribuição da arquitetura perante a fragilidade desse espaço ameaçado por muros, câmeras e controle a qualquer custo. Seguindo a dualidade da própria problemática, a alternativa poderia vir como um contraponto a fim de reequilibrar o contexto? Nesse sentido, em oposição ao medo e ao controle, tem-se a confiança e a união que o espaço construído pode proporcionar aos seus usuários. O objetivo geral posto é encarar a fronteira Brasil-Venezuela não como uma linha divisória, mas como um espaço de conexão e entender a complexidade de um espaço definido pela própria indefinição e caracterizado pela transitoriedade.

Particularmente, este trabalho também trará um outro tema importante para o debate: o ser feminino. O silenciamento histórico perpetuado contra a mulher até os dias atuais faz com que grande parte dos questionamentos e proposições do gênero feminino sejam consideradas irrelevantes. Por esse motivo, muitas demandas reais são negligenciadas e generalizadas sob a perspectiva do gênero masculino, sem levar em conta as particularidades do sexo oposto. O resultado disso são espaços segregacionistas, que não protegem as mulheres e não consideram a sua escala, além de promover a exclusão mediante as oportunidades e uma conseqüente vulnerabilidade social associada à mulher.

Em zonas fronteiriças, como em Pacaraima (RR), a lacuna no suporte à mulher imigrante não consegue ser preenchida pelas instalações de apoio, muitas vezes devido ao seu caráter emergencial que não abrange todas as especificidades da mulher, e também em virtude da misoginia enraizada nos moldes das instituições que prestam esses serviços (o Exército, por exemplo). Questões cruciais como déficits na educação sexual feminina e

acesso a serviços de saúde adequados, a falta de oportunidade de empregos, a responsabilidade com as crianças e a desvalorização de suas áreas de atuação não são levadas em consideração. Por isso, este artigo agrega esse universo ao tema principal.

1. A SITUAÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL/VENEZUELA

A situação conturbada enfrentada pela cidade brasileira de Pacaraima (RR), situada na fronteira entre o Brasil e a Venezuela, é fruto de um êxodo de milhões de venezuelanos que, desde 2015, cruzaram as fronteiras de seu país em busca de condições de vida melhores. O principal motivo desse fenômeno é a crise política e econômica no país, que se torna também humanitária a partir do momento em que direitos como a saúde, a alimentação e a educação são restringidos à população. A realidade dos venezuelanos que chegam à cidade roraimense é resultado de longas jornadas de deslocamento, fome, desidratação e vulnerabilidade, somadas ao exaustivo processo de abandono de suas casas.

O trajeto da capital Caracas até a cidade fronteiriça venezuelana de Santa Elena de Uairén possui cerca de 1.300 km, contabilizando até 17 h de carro em uma viagem ininterrupta. Porém, pela falta de recursos, o alto valor dos transportes e a escassez de serviços, o trajeto geralmente é dividido em trechos que variam entre carros fretados, ônibus e caminhos percorridos a pé. Essa última condição expõe milhares de pessoas a situações de violência, como saques, roubos e até suposta extorsão por parte da própria polícia em práticas corruptas, como relatado por vários moradores e imigrantes durante a visita ao local.

O último destino dos imigrantes ainda em território venezuelano é a cidade de Santa Elena de Uairén, que fica a aproximadamente 15 km da brasileira Pacaraima, no estado de Roraima. Para realizar a travessia da linha que separa os dois países, a maioria dos venezuelanos — e também dos brasileiros que pretendem fazer o caminho inverso — utilizam os táxis coletivos que cobram cerca de R\$ 5 (cinco reais) por pessoa da Rodoviária de Santa Elena de Uairén até o posto da Polícia Federal, no Brasil.

A quantia pode parecer razoável aos olhos brasileiros, mas corresponde a cerca de um terço do salário-mínimo venezuelano de 250.000 bolívares ou aproximadamente 15 reais, de acordo com a cotação do dia 11 de janeiro de 2020 realizada pela agência de

notícias britânica *Reuters*, em matéria². A flutuação da moeda faz com que muitos venezuelanos na fronteira negociem a venda de dólares para garantir seu poder de compra, câmbio irregular que se tornou habitual na região.

Na saída da Venezuela, está localizada a Aduana Principal Ecológica Santa Elena de Uairén, que monitora a entrada e saída do país. A fiscalização dos carros é feita por cancelas e os agentes da Guarda Nacional venezuelana podem revistar o veículo. Existe reclamação recorrente na fronteira a respeito de suposta corrupção mantida nesse processo, pois muitos funcionários exigiriam ilegalmente dinheiro e objetos para permitir a passagem sem mais “complicações”.

A fiscalização dos pedestres fica por conta de uma estrutura temporária feita de contêineres que abrigam de 2 a 3 funcionários. O processo de controle e documentação é feito manualmente. A efemeridade do posto revela a improvisação da expansão dos meios de controle. Isso ocorre pois, antes da crise, a circulação entre as cidades de Pacaraima e Santa Elena de Uairén praticamente não existia, sendo o comércio, a infraestrutura e até os moradores livres transeuntes entre as duas localidades.

O processo de identificação e fiscalização na fronteira seca acontece de uma forma muito mais branda do que em aeroportos, por exemplo. Muitos moradores da região, tanto venezuelanos quanto brasileiros, ainda realizam o trâmite diariamente, seja para trabalhar, estudar ou por terem relações afetivas na outra cidade. Devido a esse movimento pendular frequente entre os países, não existe — de acordo com relatos obtidos no local — a preocupação de se identificar nos postos de controle por parte dos moradores, o que passa a ser habitual tanto para os cidadãos quanto para os próprios agentes de fiscalização.

Já em Pacaraima, está localizado o único posto fronteiro brasileiro entre os dois países, pelo qual é realizada a entrada legal no Brasil. Essa entrada é feita pela rodovia BR-174 (Brasil) e Troncal 10 (Venezuela). Sobre a condição da via brasileira, esta vem sofrendo impactos ao longo dos últimos anos devido ao aumento do número de caminhões de carga que saem de Boa Vista, capital de Roraima, em direção à Pacaraima para reabastecê-la — atualmente, ela apresenta um aumento na demanda de produtos básicos como alimentos, remédios e materiais de higiene a fim de suprir também as demandas venezuelanas.

2. Em 1º de outubro de 2021, entrou em vigor a nova moeda venezuelana, o bolívar digital, sendo a terceira reconversão monetária do país desde 2008. Em março de 2022, o governo venezuelano anunciou um aumento do salário mínimo e aposentadorias que passou a corresponder à cerca de 214 reais. Porém, de acordo com o Observatório Venezuelano de Finanças (OVF), essa quantia supre apenas uma semana de produtos da cesta básica alimentar.

Disponível em:



e em:



Acesso em: 26 jun. 2022

Existem ainda rotas ilegais de conexão entre os países em meio às comunidades indígenas: Tauraparu, Kaue e Bananal. Essa opção é praticada pelos imigrantes que não possuem a documentação necessária para atravessar a fronteira, principalmente por conta da dificuldade de acesso a emissão e renovação de documentos na Venezuela.

Mesmo com a Venezuela suspensa do Mercosul, o procedimento de entrada no Brasil ainda segue as mesmas regras praticadas pelo Bloco, sendo necessário apenas um documento de identidade válido e em bom estado e cartão de vacina atualizado. O mesmo acontece com os brasileiros que querem entrar no país vizinho, que precisam apresentar um documento de identidade em boas condições no posto de controle aduaneiro situado em Santa Elena de Uairén para receberem o chamado “*permiso*” — ou permissão de entrada na Venezuela.

Contudo, com o acirramento da crise migratória e o aumento do número de venezuelanos que chegam diariamente no Brasil, essa travessia vem se tornando cada dia mais militarizada e vigiada. A identificação dos imigrantes é essencial para que eles possam solicitar a condição de refúgio, a interiorização e o acolhimento nos abrigos junto ao governo federal brasileiro. As estruturas de controle fronteiriço brasileiras sofreram grandes modificações devido a essa nova dinâmica, que assiste hoje a uma das maiores crises migratórias mundiais. Como resposta, o governo brasileiro criou a chamada “Operação Acolhida”, ou seja, uma cooperação entre os governos Federal, Estadual e Municipal para estabelecer medidas de assistência emergencial em Pacaraima e realizar o acolhimento de imigrantes venezuelanos em condição de vulnerabilidade.

O objetivo da operação é recepcionar, identificar, triar, imunizar, abrigar e interiorizar imigrantes que chegam ao Brasil por meio da rodovia BR-174 e que precisam de assistência. Essa estrutura de ordenamento de fronteira em Pacaraima foi inaugurada em junho de 2018 e até o dia 16 de janeiro de 2020 foram atendidas 889.859 pessoas na fronteira, de acordo com dados oficiais do Governo Federal. Dessas, 264.032 pessoas regularizaram sua situação migratória e 129.558 solicitaram residência no Brasil, por meio da operação. Ainda de acordo com o Governo Federal, nesse mesmo período, cerca de 246.000 CPF foram emitidos e 388.010 doses de vacina foram administradas³.

3. De acordo com o Informe de Migração Venezuelana do Governo Federal, correspondente ao período de janeiro de 2017 a abril de 2022, nesse período foram emitidos 399.200 CPFs para venezuelanos no Brasil.

Disponível em:



Acesso em: 26
jun. 2022

Durante visita à base da operação, em Pacaraima, foi possível observar a quantidade de pessoas que utilizam esse espaço, cerca de 600 por dia, de acordo com estatísticas obtidas no local com funcionários da base militar. O atendimento é dividido em setores para facilitar a logística do espaço e conta com posto de recepção, posto de triagem, posto de atendimento avançado e os abrigos temporários.

A recepção é feita em um galpão separado e sua função é o controle de documentação de todos aqueles que entram no país. Anteriormente, essa atividade acontecia no Posto da Polícia Federal, localizado a menos de 100 metros de distância do novo espaço, porém, foi suspenso devido à incapacidade de abrigar um número tão elevado de pessoas diariamente no local. Ainda assim, a Polícia Rodoviária Federal continua assumindo suas atividades de fiscalização, ficando responsável pela vistoria dos carros, motos, ônibus e caminhões que cruzam a fronteira em busca de atividades ilegais, como o transporte de drogas, armas e animais silvestres, por exemplo.

Na recepção, os estrangeiros que entram no Brasil são separados em dois grupos: os turistas — que seguem viagem — e os requerentes, tanto de refúgio quanto de residência, que são imunizados pelo Ministério da Saúde, se preciso, e encaminhados para a triagem. Após a identificação na recepção e a vistoria dos documentos e cartão de vacina, o imigrante em situação de refúgio é encaminhado para o posto de triagem.

No decorrer da triagem, o exército desempenha, em parceria com diversas ONG e empresas parceiras, o serviço de acolhimento ao imigrante que vai desde a emissão de CPF e Carteira de Trabalho, até as políticas de interiorização⁴ dessas pessoas. Nesse posto, são servidos alimentos e água, assim como recreação para as crianças e atendimentos de orientação, oferecidos pela ONU, UNICEF, UNHCR, AVSI, Cruz Vermelha etc.

Se porventura algum venezuelano apresentar sintomas de doença ou precisar de socorro, as Forças Armadas disponibilizam ainda o Posto de Atendimento Avançado. Esse espaço é bem equipado e conta com leitos de internação e isolamento, assim como exames laboratoriais e atendimento especializado em pediatria, ginecologia e obstetrícia. Para situações mais graves e perduráveis, o Hospital Délio Tupinambá está situado a 2 km de distância e promete ser um ponto estratégico — equipamento

4. Políticas de interiorização são medidas do Governo Brasileiro para transferir os imigrantes venezuelanos para as cinco regiões do Brasil, com o objetivo de promover a inclusão socioeconômica dessa população.

recuperado pela própria “Operação Acolhida”. O objetivo é suprir a demanda que cresce exponencialmente na cidade e deixar um legado para Pacaraima ao final da crise⁵.

5. Não foram computadas neste trabalho as consequências da pandemia decorrente da covid-19, que chegou ao local entre março e abril de 2020.

Após o processo de orientação e eventual passagem pelo posto de atendimento avançado, o imigrante venezuelano tem a opção de passar um tempo pré-determinado no abrigo BV-8. As instalações do abrigo têm a capacidade de acomodar até 500 pessoas em galpões separados entre femininos/infantis e masculinos, e um número reduzido de módulos exclusivos para que famílias inteiras permaneçam juntas. Aulas de português são ministradas para as crianças, e são disponibilizados banheiros, produtos de higiene básicos, água potável e pontos de lavanderia.

O funcionamento do abrigo é apenas noturno, ou seja, a pessoa deve se deslocar durante o dia para a cidade com o intuito de trabalhar, estudar etc. Porém, a realidade é que nem todos os venezuelanos que chegam ao Brasil conseguem estabelecer uma vida em Pacaraima, o que gera uma grave situação de moradores de rua que não têm para onde ir nesse período do dia e acabam se expondo à vulnerabilidade.

Muitos venezuelanos não conseguem empregos na cidade e o principal motivo ainda é o preconceito. Para a população brasileira residente de Pacaraima, o grande número de venezuelanos na rua é sinônimo de insegurança. Casos de violência, roubo e furtos ganham destaque quando associados aos imigrantes, o que gera uma associação generalista dessas pessoas à criminalidade sem considerar, por exemplo, a situação de miséria em que vivem.

O número elevado de imigrantes que entram na cidade diariamente é, de fato, motivo de preocupação para o estado de Roraima, que hoje possui o menor PIB do Brasil, de acordo com o IBGE, em 2019. O acréscimo populacional gerado pela entrada dos imigrantes acaba evidenciando problemas de governança e gestão de recursos, porém, a causa não reside nos venezuelanos (NIÑO, 2018). Logo, as reações adversas a essa população fragilizada não possuem fundamento, pois carências na saúde, educação e infraestrutura são problemas estruturais no Estado.

Para tentar minimizar as consequências do acúmulo de imigrantes na região Norte do Brasil, a denominada Operação Acolhida tem como objetivo final a interiorização dessas pessoas no país, o que consiste em um processo de distribuição dos venezuelanos entre as cinco regiões brasileiras e,

consequentemente, a partilha da responsabilidade também com os estados mais ricos da União, aumentando, assim, a oferta de mais oportunidades de emprego e geração de renda para as pessoas em situação de refúgio.

De acordo com Viviane Esse (2018), subchefe da Secretaria de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, o Brasil tem capacidade para absorver os imigrantes, visto que o número de estrangeiros que entram no país ainda é inferior ao número de brasileiros que o deixa. Acrescenta, ainda, que a resposta não é a construção de mais abrigos, mas sim o ingresso dessas pessoas no mercado de trabalho em municípios que não estão esgotados, como, por exemplo, Boa Vista e Pacaraima.

Contudo, ao contrário do que a população é levada a considerar, uma recente pesquisa da ONU intitulada “A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas”⁶, de janeiro de 2020, revela que os indicadores de desenvolvimento de Roraima registraram marcas positivas de atividade econômica e diversificação exatamente a partir do período de intensificação do fluxo migratório de venezuelanos no estado. O refugiado possui grande impacto na economia, pois representa uma pessoa economicamente ativa que, como qualquer outra, procura trabalho, consome, busca serviços e paga por eles. Além disso, a diversidade surge a partir do poder do refugiado de agregar seus costumes e hábitos de origem com os costumes e hábitos brasileiros, reinventando práticas e somando-as ao aspecto cultural do Brasil, o que, por sua vez, também favorece a economia.

Por fim, é importante entender a trajetória dos imigrantes para ter um espectro total dos desafios e obstáculos vencidos que os fizeram chegar até aqui. O caminho não é fácil e o sentimento de abandonar suas casas, profissões e, por vezes, até sua família em busca de sobrevivência é inimaginável. Empatia e atenção às suas reais necessidades é o mínimo que podemos fazer para reconhecer o direito do ser humano à vida.

2. AS MULHERES EM TRÂNSITO

Em janeiro de 2020, a autora deste trabalho realizou uma viagem de campo para a cidade de Pacaraima, a fim de coletar dados e vivenciar o espaço de transição entre o Brasil e a Venezuela. O

6. ACNUR (2020).

Disponível em:



Acesso em: 26
jun. 2022

itinerário incluiu uma viagem de avião de Brasília até Manaus, uma viagem de Manaus a Boa Vista em ônibus coletivo e, o último trecho, entre Boa Vista e Pacaraima, em veículo táxi. A seguir, consta um trecho do diário de viagem elaborado durante os dias em trânsito pela região Norte do Brasil.

Boa Vista, 15 de janeiro de 2020.

Cheguei a Boa Vista na manhã de quarta-feira, às 7 h, depois de uma viagem de ônibus vinda de Manaus que durou cerca de 11 h. O próximo passo seria um trajeto de aproximadamente 3 h em direção a Pacaraima, extremo norte do estado de Roraima, que faz fronteira com a Venezuela. O percurso mais comum é feito por meio de táxis fretados, que cobram R\$ 50 por pessoa e operam sempre em lotação máxima de 6 passageiros, por meio da BR-174.

Contratamos o serviço e às 10 h da manhã estávamos esperando o motorista, que chegou acompanhado de três outros passageiros: uma venezuelana que retornava ao seu país de origem, um brasileiro que pretendia ingressar na cooperativa de transporte e D. Cleide, brasileira de aproximadamente 40 anos, vinda de Manaus. Esta perdeu o ônibus que saía da rodoviária até a cidade e teve que contratar o táxi, R\$ 20 mais caro, mas que a deixaria na porta do ateliê de sua mãe, em Pacaraima. Sorte a minha. Completadas as seis pessoas no Chevrolet, seguimos viagem.

O assunto iniciou quando perguntei o motivo da viagem para as duas mulheres ao meu lado, focando a minha atenção na estrangeira, que não deu muitas explicações. Do meu lado, D. Cleide, me mostrando uma foto, contou que ia visitar sua filha, que havia ficado na cidade de Pacaraima por conta das atividades escolares. A menina é jogadora de handebol e mora com a avó materna, costureira na cidade. Indagada sobre o motivo de sua mudança, ela alegou que a situação na cidade se tornou insustentável e em razão de uma oportunidade na compra de um sítio, no estado de Amazonas, partiu deixando parte da família e sua cidade natal.

Seu grande sonho hoje é que a filha termine os estudos e vá morar com ela na nova casa, longe da violência e do tumulto que afirma presenciar na fronteira. Todos no carro concordaram. Nessa hora, o assunto tomou a direção que eu tanto aguardava: a crise

migratória que tomou conta da cidade e modificou a vida de milhares de pessoas. Pergunto como era a relação entre as duas cidades antes de toda a situação política vigente e a resposta foi unânime: éramos amigos. Não havia distinção onde uma cidade começava e a outra terminava, muitas crianças venezuelanas frequentavam a escola no Brasil todos os dias e a região era chamada de “Pacazuella”.

Hoje, a situação é diferente. Cleide contou que a filha não tem ido aos treinos e só consegue frequentar a escola devido à militarização, de modo que assim se sente mais segura. O problema, assegura ela, não são os moradores de Santa Elena de Uairén, cidade venezuelana que faz fronteira com Pacaraima, pois aqui todos já se conhecem, mas sim os vindos do interior do país, que fogem da escassez. Há alguns meses, uma de suas amigas voltava da igreja e foi abordada na rua por quatro venezuelanos que tentaram estuprá-la. “Queremos hacer amor”, diz ela ao imitar a aproximação. A vítima, menor de idade, está traumatizada e agradece a sorte de ter conseguido correr a tempo e encontrar um local seguro.

A mãe de família desabafa: “— O pior podia ter acontecido, e ainda pode acontecer com a minha filha e com as filhas de tantas outras mães, brasileiras e venezuelanas, que por trabalharem demais não têm tempo de protegê-las 24 horas por dia”. Não importa a nacionalidade, nem a condição de cidadã ou refugiada, as situações de negligência e violência contra a mulher atingem a todas e suas consequências extrapolam o período da crise, deixando sequelas para toda a vida.

Várias mulheres venezuelanas chegam à fronteira grávidas e sozinhas, ou com mais de um filho pequeno, e culpam a dificuldade de adquirir anticoncepcionais na Venezuela. Muitas delas, devido ao desabastecimento dos hospitais, procuram o Brasil para gerar, parir e criar seus filhos em condições mínimas de segurança. A saúde materna fica na mão do Estado, que não garante métodos contraceptivos, nem condições mínimas de um parto seguro e, ainda assim, criminaliza o aborto.

Um exemplo das práticas abusivas que ocorrem na fronteira são as mulheres agredidas nos postos da Polícia Militar, situação relatada por D. Cleide. “— O exército ajuda a bater”, diz ela, e prossegue: “— É muita humilhação mesmo! Eles colocam todas em uma fila, puxam o cabelo e no dia seguinte as mulheres aparecem com marcas roxas por todo o corpo”. Diante dessa

história sinto um nó na garganta. É revoltante ver a liberdade coagida de mulheres que enfrentam diariamente situações degradantes para saírem do cenário da fome.

A venezuelana, lá do outro lado do carro, surge em meio ao diálogo e ressalta que essas mulheres, muitas vezes, largaram casas próprias, carros, empregos e carreiras bem-sucedidas por conta da falta de alimentos. Lembro imediatamente de uma entrevista que li, em meio a tantas outras sobre a crise, em que uma mãe dizia: “— É muito triste ver um filho morrer devido à falta de remédios”.

A mãe de D. Cleide, brasileira, costureira há mais de 50 anos e microempreendedora, foi juntando seu dinheirinho durante toda a carreira até abrir o seu próprio ateliê. Hoje, possui máquinas industriais que orgulhosamente exhibe, vindas de São Paulo, e faz parte da educação básica pública de Roraima, costurando uniformes para escolas de todo o estado. Em seu espaço de trabalho, emprega uma funcionária venezuelana, que ajuda na operação das máquinas e é o seu braço direito na hora de tocar o negócio. “— Eles não querem empregar os venezuelanos, imagina as mulheres venezuelanas!”, acrescentou ao me contar essa história.

Infelizmente, a crise agrava um fenômeno já conhecido entre as mulheres: o da desigualdade salarial e da inexistência de oportunidades de emprego para as profissionais do gênero feminino. A crise é tanta que muitas recorrem à prostituição, tendo a atividade crescido exponencialmente nos últimos anos no estado de Roraima. Em Boa Vista, essas mulheres ganharam o apelido de “ochenta” por conta do valor cobrado — R\$ 80, em espanhol. O problema se torna ainda maior por envolver casos de exploração sexual infantil e a propagação de infecções sexualmente transmissíveis (IST) entre as imigrantes, principalmente pela desinformação e pela falta de acesso aos serviços básicos de saúde.

No meio da viagem, após a parada para tomar um café e 2 h ininterruptas de estrada, seguimos conversando e em meio às histórias de assassinatos brutais, do clima mais fresco que surge conforme subimos no mapa, e dos indígenas que vivem naquela região, eis que deparo com um relato que não pode ser ignorado. “— Uma vez”, Cleide começa, “aluguei um quarto para uma mãe que chegou sozinha com as três filhas. Logo, viramos conhecidas e as filhas, que gostavam de arrumar o cabelo da gente, vinham

sempre fazer penteados lá em casa e ganhar um dinheirinho”. A convivência fez com que a família criasse intimidade e confiança em Cleide, que sempre convidava as meninas para comer em sua casa e tentava ajudar da forma que conseguia. Certo dia, Laura a mais nova das irmãs, de apenas 10 anos, contava para Cleide que já vinha se preparando para assumir a mesma função de sua mãe: “Ser puta”, ela disse. E Cleide franze a testa em tom de repúdio. — Foi quando eu a chamei para conversar: tem que estudar, menina, para se sustentar e ser alguém na vida. E ela me respondia: tem certeza, tia? Todas as minhas irmãs já trazem dinheiro para casa”.

As irmãs de Laura, todas menores de idade, e sua mãe, enxergaram na prostituição a única saída para alimentar a família. Em episódios como esse, a desinformação custa caro para a saúde dessas mulheres e traz graves consequências como a gravidez precoce, que aconteceu com uma de suas irmãs, de apenas 13 anos. Histórias como essa são difíceis de engolir, mas refletem a dura realidade da mulher imigrante, refugiada e pobre no nosso país.

Depois desse relato, foram mais 40 minutos em silêncio na estrada. Deixamos a venezuelana em um hotel, logo na entrada de Pacaraima. O futuro taxista, na cooperativa. D. Cleide, no ateliê da mãe. Despedi-me com um abraço e certa de que a viagem já tinha sido válida logo nas primeiras horas, pois aquela conversa já havia modificado muita coisa em mim.

A melhor parte de conhecer essa mulher foi reconhecer a personificação da resiliência, ali, do meu lado, somada à inquietude diante das injustiças com o feminino e a “sororidade” em prática, viva. A empatia natural entre mulheres levou Cláudia a chamar o Policial Militar acusado de bater nas venezuelanas para conversar. Ela, com no máximo 1,60 m de altura, me contou que não conseguia se calar diante de tamanho absurdo. — Eu fui dizer que sabia dos meus direitos. Eles acham que a gente não sabe das coisas, que somos ignorantes só por morar no interior. Não tem aquela lei, Maria da Penha, que diz que não pode bater em mulher? Como é que eles mesmos fazem isso?”, indagou.

D. Cleide, eu também não sei. Não sei o que faz um ser humano querer diminuir a existência do outro ao ponto de humilhar, desrespeitar e até matar. Mas sei como a força feminina nos inspira a sermos cada vez mais fortes diante das injustiças

sofridas. Sei que o caminho é persistir e lutar para que as vozes de todas sejam ouvidas — não caladas —, principalmente das que estão à margem — invisibilizadas. Começemos pela forma mais simples: nos escutando. Hoje, eu escrevi a sua voz e espero que ela possa inspirar tantas outras, como me inspirou. (AUTORA, 15/01/2020).

Os relatos coletados pela autora, em viagem exploratória ao local escolhido para desenvolver a pesquisa, foram aqui propositalmente colocados — mesmo que extrapole aspectos normativos de forma — para introduzir o contexto das mulheres na fronteira entre Brasil e Venezuela. Com a taxa de feminicídio em crescimento de 7,2% em 2019, no Brasil, devemos ter especial atenção ao discutirmos a situação de vulnerabilidade no qual as mulheres se encontram, em específico aquelas que migram para o país. Embora Pacaraima seja vista como um intermédio, um ponto de passagem, para se chegar a outro lugar, ali, muitas mulheres ficam presas àquela realidade, com liberdades tolhidas pela negligência do Estado, situações abusivas, marginalização e exclusão das minorias — por vezes serem também indígenas e transexuais.

O apoio aos refugiados vem sendo o foco das medidas de diversas instituições públicas e privadas, com ênfase no abrigo e assistência dessas pessoas no período de transição. A situação é temporária e as medidas efêmeras ajudam pontualmente nas necessidades básicas. Porém, para as mulheres, a situação de vulnerabilidade aumenta no momento em que deparam com a violência, a prostituição e estereótipos de gênero. A condição vulnerável ainda pode ser multiplicada pela quantidade de filhos que essas mulheres trazem consigo, vindos de uma situação de profunda necessidade.

Para isso, devemos pensar a fronteira e as mulheres como uma rede de proteção a ser estabelecida para que as outras que ainda estão por vir cheguem com mais segurança, sendo mais bem acolhidas. Tais mulheres precisam, sim, de um espaço de acolhimento voltado a suas reais necessidades, onde possam acolher e ser acolhidas, receber e dar informações, assim como promover o intercâmbio de experiências e conhecimentos para fortalecer o elo que une a todas, assim como me une a elas: o feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos ser dever social, político e ético do arquiteto e urbanista repensar tais questões nos espaços de fronteira, alinhando-as com a valorização constante dos direitos humanos, assim como o reconhecimento da capacidade desses locais em agir como equipamentos sociais de integração e trocas culturais. Marcado por episódios de superlotação, xenofobia, alta demanda por necessidades básicas e violência, o espaço de fronteira também é formado por laços afetivos, intercâmbios linguísticos e diálogos econômicos — elementos norteadores de projetos.

Conceber premissas perante o que pode ser chamado de “o perigo da história única”, pontuado pela escritora Chimamanda Ngozi Adichie (2019), por meio de notícias veiculadas em larga escala, muitas vezes sensacionalistas e parciais, pode reduzir a situação da fronteira à hostilidade, pura e simplesmente, sem entender com clareza os fatores que constituem essa equação. O perigo da história única é exatamente esse: redução da individualidade de cada agente, cada percurso, cada contexto particular a uma generalização.

Com base no princípio da arquitetura como instrumento para o bem-estar social, é importante olhar para os agentes cotidianos desse lugar com o objetivo de endereçar os espaços àqueles que mais precisam. Nesse sentido, lançam-se algumas diretrizes e comandos:

- Identificar a forma arquitetônica mais apropriada a esse local, um suporte ao programa que valorize os direitos humanos e propicie o convívio e integração entre brasileiras (os) e venezuelanas (os);
- Levantar em consideração o aspecto de restabelecimento social e econômico dessa população, bem como a assistência imediata;
- Analisar a condição das mulheres, brasileiras e venezuelanas, estabelecidas no espaço de fronteira e inseridas no contexto de crise a fim de identificar possíveis soluções espaciais que garantam suas necessidades básicas, direitos humanos e proteção; e

- Atentar e repensar os espaços destinados ao público feminino na fronteira, como Centro de Apoio a Mulheres, com o objetivo específico de questionar as condições dadas a essas mulheres em situação de crise migratória.

O caso da Venezuela é preocupante e atinge diretamente a comunidade internacional que vem discutindo medidas para minimizar os impactos do êxodo. Porém, os acordos políticos muitas vezes estão relacionados a interesses econômicos e ideológicos na região, em detrimento da população que enfrenta diariamente as consequências dessa crise. Direitos humanos estão sendo desprezados e vidas humanas estão sendo perdidas à medida que são postos mais e mais tijolos nos muros que separam ideologias, disfarçados por discursos (de ódio). Cabe a nós, enquanto profissionais responsáveis por elaborar e projetar espaços, tentar reverter ou ao menos amenizar tal situação caótica. Cabe aos arquitetos e urbanistas dar visibilidade e traços a essas zonas limiares.

REFERÊNCIAS

ABIN. **Segurança das fronteiras**. 2019. Disponível em: www.abin.gov.br/atuacao/areas-prioritarias/seguranca-das-fronteiras. Acesso em: 14 set. 2019.

ACNUR. **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano [recurso eletrônico]** : evidências e subsídios para políticas públicas / Fundação Getulio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas — Rio de Janeiro : FGV DAPP, 2020. 1 recurso online (148 p.) : PDF. Disponível em: www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/02/FGV-DAPP-2020-A-economia-de-Roraima-e-o-fluxo-venezuelano_compressed.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

ADICHIE, Chimamanda Ngosi. **O perigo da história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. **Informe de Migração Venezuelana do Governo Federal, correspondente ao período de janeiro de 2017 a abril de 2022**. Disponível em: www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/transparencia/informativos/informe-migracao-venezuelana-jan2017-abr2022-2.pdf?view. Acesso em: dia 26 jun. 2022

ESSE, Viviane. **Brasil tem total capacidade de absorver os imigrantes**. 23/08/2018. Disponível em: cbn.globoradio.globo.com/media/audio/207817/brasil-tem-total-capacidade-de-absorver-os-imigran.htm. Acesso em: 1º ago. 2019.

HARARI, Yuval Noah. **21 Lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HASSNER, Ron E.; WITTENBERG, Jason. **International Security: Barriers to Entry: Who Builds Fortified Boundaries and Why?** Massachusetts: MIT, 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **As comissões brasileiras demarcadoras de limites**. 2019. Disponível em: scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/historia.xml. Acesso em: 20 set. 2019.

MONTANER, Josep Maria; Muxi, Zaida. **Arquitetura e Política:** ensaios para mundos alternativos. Barcelona: Gustavo Gili, 2014.

NIÑO, Edgar Andrés Londoño. Questão de segurança ou de direitos humanos? A imigração venezuelana e as mudanças na Política Externa Brasileira. **Mural Internacional**. Rio de Janeiro: UERJ, Vol. 9, N. 1, pp. 122-137.

ONU, UNHCR. **Global trends:** forced displacement in 2018. Genebra: The UN Refugee Agency, 2018.

RODRIGUES, Francilene. **Migração transfronteiriça na Venezuela.** Estudos Avançados. São Paulo: USP, Vol. 20, N. 57, pp.19-207.

SIMÕES, Gustavo da Frota. **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil.** Curitiba: CRV, 2017.

REFUGIADAS URBANAS

DESIGN TÁTICO PARA REPENSAR O TRAJETO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NA ASA NORTE DE BRASÍLIA¹

1. Este artigo é a parte da pesquisa teórica que dará subsídio ao trabalho final de conclusão de curso da autora.

Nádia Vilela

RESUMO

Refugiadas Urbanas é a parte da pesquisa teórica que deu subsídio ao trabalho final de conclusão de curso. Como objetivo geral, foi realizado um mapeamento para compreender a realidade das mulheres em situação de rua que moram no Plano Piloto de Brasília/DF. Em um primeiro momento, a pesquisa se propôs a analisar as origens da aporofobia no Brasil e em Brasília; a seguir, foi feito um mapeamento dos lugares onde estão as mulheres em situação de rua. Também foram identificados os motivos que levaram essas mulheres para as ruas, perspectivando elencar suas necessidades. Por fim, o trabalho propõe alternativas emergenciais para que algumas das necessidades básicas pontuadas sejam atendidas.

PALAVRAS-CHAVE

refugiadas urbanas; Brasília; aporofobia; situação de rua; necessidades.

INTRODUÇÃO

Isabela, casada, tem quatro filhos, morava com sua família em uma casa no município de Planaltina/GO, mas estava desempregada e sem condições para pagar o aluguel. Com isso, o locatário pediu que desocupasse a casa. Após o despejo, ela foi morar na ocupação do Iate Clube com sua família. O seu esposo trabalha com reciclagem, mas, de acordo com ela, ganha pouco para sustentar toda a família. Eles são beneficiários do auxílio do governo, porém, o valor do auxílio, R\$ 400, não cobre as despesas mínimas. Em depoimento ao projeto BSB Invisível, em 2021, Isabela disse:

O governo deveria dar moradias que estão abandonadas para nós. Eu vejo passando na televisão que tem muita casa abandonada. Meu marido fez inscrição na Codhab e até hoje não saiu. Onde eu moro é área pública, eles chegam derrubando tudo! Não esperam a gente tirar documento, as nossas coisas, chegam com trator e passam por cima.

A entrevistada conta que não quer essa vida para os filhos, pois não é agradável viver assim e que a maioria das pessoas pensa que eles “são um bando de desocupados e dependem dos outros. Mas não é todo lugar que a gente chega e arruma emprego. Eu sei fazer tudo dentro de uma casa, só não tenho estudo”. Na mesma entrevista, ela continua:

Meus filhos estudam na Vila Planalto e um dia fizeram bullying porque moramos na ocupação. Eu não tinha dinheiro para comprar material escolar, ganhei um estojo rosa e uma menina fez bullying com ele. Se tivéssemos uma condição melhor, não passaríamos por isso. Queria uma casa, nem que fosse sem piso. Se fosse um lote, eu construiria uma de madeirite.

1. AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Situações como a de Isabela são usuais e se tornaram mais comuns com o avanço da pandemia da covid-19. Por essa razão, é urgente debater a questão e procurar alternativas para as mulheres que vivem nas ruas. Para tanto, precisamos conhecer

o perfil dessas mulheres em situação de rua no DF, o que é um desafio, pois os dados estão defasados. Mesmo antes de toda essa crise sanitária, ter um banco de dados já era uma demanda daqueles que estão envolvidos nessa causa. Quem nos afirma isso é a responsável pelo perfil na rede social Instagram do projeto BSB Invisível, conta administrada por Maria Eduarda Bachi, que representa uma organização não governamental (ONG) responsável por recolher e distribuir alimentos e vestimentas por todo o DF. A entrevistada menciona a dificuldade existente para coletar os dados das pessoas em situação de rua, já que eles não possuem CEP e o governo, em seus censos, necessita preencher endereço para contabilizar os cidadãos.

Essa dificuldade é também mencionada pelo padre Júlio Lancellotti, que constantemente faz denúncias sobre a indiferença e, até mesmo, o ódio mostrados para com as pessoas em situação de rua. Padre Júlio é um pedagogo e presbítero católico brasileiro, muito ativo numa rede social em que constantemente compartilha fotos, fatos e notícias, posicionando-se a favor das pessoas em vulnerabilidade e, em geral, cobrando dos poderes públicos uma solução para o problema. Numa de suas denúncias, ele questiona o censo realizado pela prefeitura de São Paulo no ano de 2022, isso porque a prefeitura não estava contabilizando pessoas que moram embaixo de viadutos, em barracos de madeira.

O objetivo geral desta pesquisa é mapear e compreender a realidade das mulheres em situação de rua que moram no Plano Piloto de Brasília/DF.

Como objetivos específicos, o trabalho se propõe a:

- analisar as origens da aporofobia no Brasil e em Brasília;
- mapear os lugares onde as mulheres em situação de rua estão morando;
- identificar quais os motivos que levaram essas mulheres à situação de rua;
- listar as necessidades dessas mulheres; e
- propor alternativas emergenciais para que algumas das necessidades básicas pontuadas sejam atendidas.

Para alcançar tais objetivos, a metodologia utilizada se baseia em pesquisa bibliográfica, livros, artigos, dissertações e teses, além de censos, mapas, entrevistas, documentários e visitas

a campo. É importante mencionar que este se baseia em um trabalho de conclusão de curso e que, diferentemente do campo das utopias, muito recorrente na arquitetura e no urbanismo, busca não o imaginário, mas o tangível e o cotidiano.

2. POR QUE NA RUA?

Desde o golpe de 2016, que resultou no impedimento da ex-Presidenta Dilma Rousseff, vários direitos vêm sendo gradativamente retirados dos trabalhadores brasileiros. A informalidade aumentou muito após a reforma trabalhista do governo Temer, a insegurança no mercado de trabalho também aumentou, levando muitas pessoas a perderem seus meios de sustento e, conseqüentemente, irem morar nas ruas. No ano de 2011, uma pesquisa que revelava o perfil dos moradores de rua do DF foi publicada pela Universidade Brasília (UnB). A pesquisa mostrava que, naquele momento, o Distrito Federal contava com 2.500 pessoas em situação de rua. Esses dados estão hoje defasados, já que se passaram mais de dez anos e nos últimos dois anos o mundo vem enfrentando a pandemia decorrente de um coronavírus.

Atualmente, a Codeplan está realizando o censo que vai mostrar o perfil da população de rua do DF. Os resultados estavam previstos para serem divulgados até o final do mês de março de 2022, entretanto a pesquisa ainda não² foi publicada no sítio eletrônico oficial. Mesmo com essa falta de dados confiáveis, temos algumas previsões e estimativas da quantidade de pessoas que estão em situação de rua do DF. Conforme a pandemia da covid-19 ia se alastrando e a crise econômica, política e social que o Brasil já enfrentava foi elevada a níveis críticos, era natural esperar que o número de pessoas em situação de rua aumentasse bastante.

Os dados existentes atualmente são baseados nos auxílios que o governo libera para essas pessoas que solicitam atendimento, mas nem todos conseguem obter o mínimo necessário para sobreviver e dependem de ONGs ou outros doadores. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES, 2021), até o mês de março de 2021, havia 2.303 pessoas em situação de rua no Distrito Federal. Esse número revela um aumento de 17,5% em relação a 2020, quando havia 2.181 pessoas na mesma situação no DF. Infelizmente, a pesquisa não revela dados mais específicos de gênero, raça ou até mesmo um mapeamento de onde essas pessoas estão acampadas.

2. Depois da escrita deste trabalho, a pesquisa foi lançada e está disponível em:



Por meio das entrevistas obtidas através da conta de rede social BSB Invisível (@bsbinvisível_), pudemos ter uma noção de quais são os lugares que essas pessoas passam a noite, quais os tipos de trabalho que exercem, quais seus anseios e quais são os maiores problemas que enfrentam. Em relação ao mapeamento, localizamos o acampamento que fica na L4 Norte, mencionado pela maior parte das mulheres que deram depoimento, além da ocupação do CCBB, localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul; da ocupação que fica na entrada da Vila Planalto; e da ocupação que fica em frente ao posto policial, no Bloco K, da Colina da UnB., Abaixo, temos o mapa com dados fornecidos pelo Movimento População de Rua do Distrito Federal que mostra onde estão concentrados os acampamentos das pessoas em situação de rua.

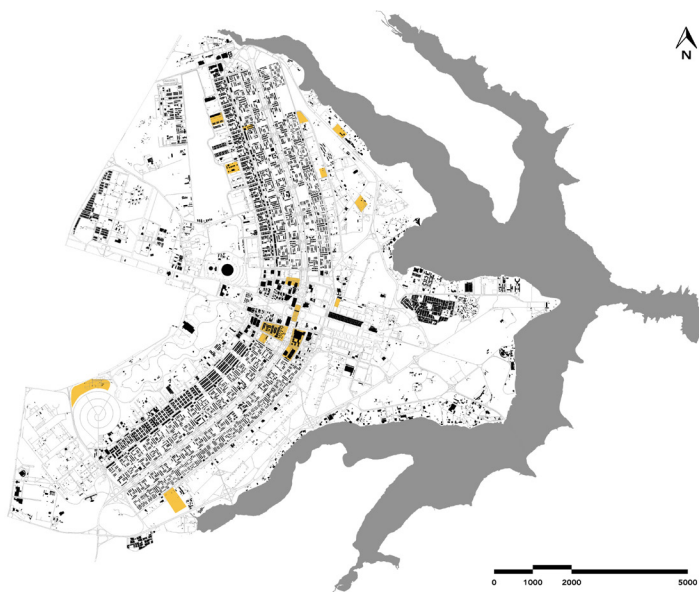


Figura 1

Mapa dos acampamentos no DF.

Fonte: Dados da ONG Movimento de Rua DF compatibilizados com depoimentos da ONG BSB Invisível.

3. CLASSIFICAÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

A situação de Isabela, mencionada no início deste texto, pode ser um bom exemplo do que é classificado como “morador de rua circunstancial”. Ela e sua família possuíam uma casa, mas, por causa das diversas crises enfrentadas pelo país e por falta de um Estado forte, não tiveram alternativa a não ser dormir na rua. Além de Isabela, podemos citar a situação de Rafael e sua esposa, Camila:

Meu nome é Rafael, o nome da minha esposa é Camila. Nós viemos falar um pouco da nossa vida para ver se alguém pode nos ajudar! Devido a essa pandemia, eu e minha esposa ficamos desempregados no meio dessa crise dessa doença. Nisso, nós viemos parar em situação de rua... porque a gente ficou desempregado, não tinha mais como pagar aluguel, as despesas de casa... então viemos parar na rua. Nós temos duas filhinhas! As filhas, a gente deixou aos cuidados da minha sogra e da minha cunhada, irmã da minha esposa. E assim, hoje, nós estamos em situação de rua, mas, mesmo nessa situação difícil, a gente procura trabalhar com reciclagem, a gente vai pro semáforo... na verdade nós trabalhamos no semáforo! Vendendo água e pipoca. Só que no meio tempo, quando a gente não tá no semáforo, nós catamos reciclagem (Depoimento de Rafael e Camila, BSB INVISÍVEL, 2021).

Em relação aos “moradores de rua sazonais”, podemos entender como aqueles que moram em alguma região no entorno do Plano Piloto de Brasília, mas, como trabalham na cidade e, por vezes, não têm possibilidade de se locomover todos os dias entre seu local de trabalho e sua residência, acabam dormindo na rua durante a semana:

Meu nome é Amanda! Eu já morei mais de 10 anos da minha vida na rua... Agora tenho a casa da minha irmã no Valparaíso, mas como meu esposo trabalha no Plano, eu não posso voltar pra lá todo dia. A gente passa a semana aqui... Já falei pra ele, para sairmos daqui, irmos de vez pra roça, mas ele não quer deixar o trabalho... (Depoimento de Amanda, BSB INVISÍVEL, 2021).

E, por fim, outro termo relevante é “morador de rua contínuo”, que se refere às pessoas em situação de rua que não conhecem outra realidade pois nunca tiveram casa. São diversos os motivos que levam uma pessoa a estar toda a vida na rua.

Meu nome é Maria do Socorro. Eu sou uma mulher guerreira, tenho 9 filhos, 14 netos e minha maior vontade é poder comprar coisas que possam melhorar a vida da minha família, queria dar uma vida melhor pra cada um. Tem 35 anos que moro em Brasília, mas eu sou lá da Paraíba! Eu moro na rua desde criança, essa é a única realidade que conheço, nunca tive uma casa... Já

trabalhei algumas vezes, já fui presa também. Nossa não consigo nem falar muito dessas coisas, minha prisão foi muito injusta. Mas ainda bem que já passou, é distante (Depoimento de Maria do Socorro, BSB INVISÍVEL, 2021).

4. MAPEAMENTO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NO DF

A partir de todos os depoimentos a que tivemos acesso pela conta BSB Invisível e pela ONG Movimento de Rua, fizemos o mapeamento de onde as mulheres em situação de rua estão acampadas, quais são suas maiores necessidades — o que inclui desde sonhos até necessidades emergenciais —, qual a porcentagem que possui filhos, qual a média de filhos por mulher, qual a média de idade presente nos depoimentos e quantas delas trabalham com reciclagem.

Foram analisados 75 depoimentos. Essas mulheres têm, em média, 40,7 anos, sendo a entrevistada mais jovem uma moça de 18 anos e a mais velha uma senhora de 76 anos. Antes de apresentarmos os resultados, faz-se importante destacar que as perguntas não foram elaboradas por nós, o que nos leva a considerar com cautela algumas informações obtidas. Por exemplo, é possível que o número de mulheres com filhos seja maior, assim como o número de mulheres que trabalham com reciclagem e a média de idades também certamente seria diferente, já que não sabemos a idade de todas as entrevistadas.

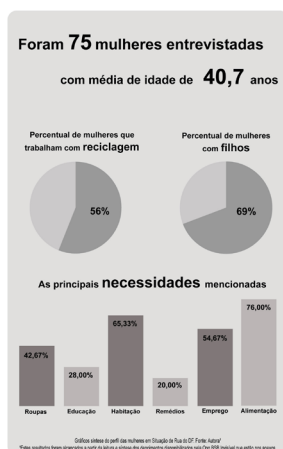


Figura 2

Gráfico das mulheres em situação de rua no DF.

Fonte: a autora.

5. O DUPLO MEDO DA RUA

“Negada na maternidade, moradora de rua dá à luz na calçada” (MS NOTÍCIAS, 2022), “População de moradores de rua cresce 31% em São Paulo na pandemia” (PALHARES e ZYLBERKAN, 2022), “Moradores da 312 Sul marcam reunião para discutir retirada de pessoas em situação de rua da quadra, em Brasília” (G1/DF, 2022). Essas notícias são reais e aconteceram no Brasil recentemente.

Paralelamente, também recentemente, um vereador apresentou um projeto de lei para combater esmolas em Toledo/PR (GAZETA, 2022). Em Campo Grande/MS, foi lançada campanha slogan “Não dê esmola!”. De acordo com a vice-prefeita, Adriane Lopes, “quando damos esmola, fomentamos que essas pessoas permaneçam nas ruas” (DIÁRIO DIGITAL, 2021). No final do ano de 2020, já em meio à pandemia da covid-19, a Prefeitura de Patos de Minas/MG lançou a campanha “Não dê esmola, dê cidadania” (PATOS DE MINAS, 2020) e, por fim, a Prefeitura de Florianópolis/SC afirma que não dar esmolas é a melhor ajuda (G1, 2019).

Todas essas atitudes apresentadas anteriormente podem ser classificadas como aporofobia. O termo surge a partir de duas palavras de origem grega “áporos”, que significa o pobre, o desamparado, e “fobia”, que significa temer, odiar, rejeitar. Ou seja, a aporofobia está relacionada ao ódio ao pobre e ao miserável. Esse ódio pode ser bem visualizado por meio de grades em forma de arco colocadas sobre qualquer estrutura que se assemelhe ou que possa ser usada como banco, pedras perfurantes instaladas sob viadutos, estruturas metálicas, por vezes com pontas afiadas, colocadas em volta de floreiras espalhadas pela cidade, separadores de assento instaladas em bancos para que não possam ser usados como cama improvisada, vasos com plantas fixados no chão sob marquises e um sistema de irrigação que sempre deixa a calçadas molhadas (ver sequência de imagens).

Além da aporofobia, existe uma expressão conhecida no mundo todo chamada *not in my backyard* (NIMBY), que, em tradução livre, significa, “não no meu quintal”. Essa expressão se refere a atitudes de exclusão social quando um determinado grupo de pessoas não quer a presença de um grupo diferente do seu em sua vizinhança. Os autores Montaner e Muxí (2021) afirmam:

O nimbysmo geralmente vai contra a transformação dos bairros na direção do aumento controlado de densidades e alturas e contra a intensificação da mistura de funções, introduzindo mais equipamentos e, também, mais moradias, em certas ocasiões dentro dos próprios equipamentos [...]. A atitude Nimby apresenta uma de suas facetas mais miseráveis nas plataformas organizadas contra a operação de moradia pública, justificando que na moradia há, de fato, uso privado, e buscando todas as brechas legais possíveis para paralisar o projeto e a obra .

Para os autores, por trás desses posicionamentos (como “não quero moradia social na frente da minha casa”), se esconde o real motivo, essas pessoas não querem “os outros” em seu bairro, pois, “consideram que isso abaixará o valor de suas propriedades, podem trazer conflitos e vão obrigá-los a compartilhar serviços e equipamentos com mais pessoas” (MONTANER e MUXÍ, 2021, p. 162).



Figura 3

Exemplos de aporofobia.

Fonte: Padre Júlio Lancellotti.

Disponível em:



Sabemos que “uma cidade nasce de um processo histórico, marcada por um tempo, dentro de um espaço e sua formação é movida por um processo de interesses políticos, econômicos, geográficos e sociais” (ALVES, 2013, p. 40). Com isso em mente, pretendemos fazer um breve panorama de como esses interesses conflitantes podem levar à desigualdade e deixar pessoas em situações de vulnerabilidade. Para Alves (2013, p. 43),

Por ser a cidade um conjunto de lugares que decorrem da reprodução das relações capitalistas, essa é um mosaico de inúmeras paisagens que revelam as desigualdades sociais e espaciais, materializadas no espaço urbano. Sendo assim, é espaço das múltiplas expressões da questão social consubstanciadas nas mais significativas desigualdades que se revelam em diferentes formas de habitação, como as áreas de risco, as favelas e outros aglomerados subnormais. É espaço das lutas e contradições expressas tanto nas manifestações formais quanto no próprio movimento da vida que vai sendo tecida diariamente em sociedade.

Maria Elaene Rodrigues Alves (2013, p. 43) segue afirmando que um aspecto que chama muito a atenção na paisagem urbana é o choque de diferenças, e isso ocorre porque

a cidade é concentração de pessoas exercendo uma série de atividades concorrentes ou complementares em função da divisão social do trabalho e que acaba por enredar uma disputa em torno de seu uso.

A autora menciona que os processos de transformações das grandes cidades brasileiras são caracterizados pelo aumento da desigualdade. Isso leva à proliferação de favelas, enchentes, desemprego e subemprego, ocupações de solo irregulares etc.:

Em seu processo de transformações as grandes cidades brasileiras têm se caracterizado, em geral, pelo aumento cotidiano das desigualdades. Com isto prosseguem a proliferação de favelas e das enchentes, do desemprego e subemprego, as irregularidades na ocupação do solo (devido tanto à especulação imobiliária como pela falta de moradias que levam os sem-teto a viverem às

margens de rios e canais), as agressões ao meio ambiente com a poluição do ar e das águas pela ação industrial, a violência urbana e a segregação social, a ineficiência e/ou insuficiência das políticas sociais no atendimento de saúde, de assistência, de educação (ALVES, 2013, p. 43).

Mas seria desonesto afirmar que o problema da população em situação de rua é um fenômeno recente. Sabemos que é uma questão que vem desde a antiguidade, mas foi nas sociedades capitalistas que sua origem como expressão dos problemas sociais foi determinado pelas desigualdades de classe e pela “particularidade de que nesta sociedade a exploração de uma classe sobre outra se realiza de forma mais profunda, contribuindo assim para o aumento da miséria” (ALVES, 2013, p. 47).

A partir de agora, abordaremos a evolução da desigualdade na cidade de Brasília, e, conseqüentemente, o que nos faz ser um país que não só consegue tolerar ver a miserabilidade nas ruas, mas também reproduz intervenções hostis na arquitetura e nos equipamentos públicos como pudemos ver acima.

6. BRASÍLIA E A DESIGUALDADE NASCEM JUNTAS

Brasília, cidade planejada, símbolo do modernismo no Brasil, com avenidas largas, edifícios monumentais, fundada em 1960, “foi concebida como a representação utópica de uma ideologia capitalista, tradutora de um pensamento poético de grandiosidade e monumentalidade” (ALVES, 2005, p. 124). A autora afirma que:

Apesar de Brasília ter sido concebida como uma cidade ideal, como uma ‘urbs’ — um ambiente arquitetônico planejado —, percebe-se que ao longo da História vem se transformando em um organismo vivo e contraditório, uma cidade que, como tantas outras, tem muitas comunidades e identidades. Brasília, símbolo do novo Brasil, insinuava a modernidade em ação, materializando um momento de prematuridade em busca de um novo centro, de estabilidade e ordem social, no qual o complexo de inferioridade e a passividade pareciam estar superados (ALVES, 2005, p. 128).

Já Araújo (2018, p. 2) declara que “Brasília se tornou a síntese do Estado nacional brasileiro, seu planejamento encontrou, em poucas décadas, óbices ao utopismo arquitetônico vigente em suas linhas e curvas”. Para o mesmo autor, apesar de Brasília ser o sonho de um modelo do que o Brasil deveria ser, a cidade é um preciso “retrato da dialética social, espacial, histórica, econômica e política da população brasileira, tornada real no esforço de sua construção no planalto central” (ARAÚJO, 2018, p. 2).

A cidade que foi materializada por belos edifícios projetados por Oscar Niemeyer e “idealizada por Lucio Costa — que em seu discurso deveria inibir as desigualdades sociais tão presentes em todo o território nacional já naquele período — para muitos não logrou atingir o seu objetivo” (SOMBRA JÚNIOR, 2018, p. 155). Lara Alves (2005) trata sobre a identidade da cidade em seu artigo “A construção de Brasília”. Para a autora (2005, p. 129),

[...] a identidade de uma cidade é caracterizada também pela desordem, pela diversidade e diferença, ou, em outras palavras, pelas pessoas. Não os cidadãos ideais e imaginados pelos teóricos do planejamento urbano, e sim pessoas reais que nunca aparecem nos desenhos arquitetônicos. Na verdade, a autoidentidade de Brasília é tão problemática quanto a necessidade que foi criada para elegê-la como representante de nossa identidade nacional. Não podemos cometer o erro de reduzir a cidade à arquitetura e ao urbanismo do poder, à sua dimensão simbólica (utópica), ou a uma monumentalidade superficial e distante, concentrada apenas no Plano Piloto. O que queremos dizer é que a utopia da cidade de Brasília nos faz refletir sobre as diversas formas de cultura e de arte de seus moradores, vindos de diversas partes do país e que se acumulam em torno do Plano Piloto, dezenas de cidades satélites.

A ideia de que Brasília sintetiza a desigualdade da modernização é defendida por Canclini (1998, p. 154, *apud* ARAÚJO, 2018, p. 15), ao dizer que “[...] a cidade de Brasília, ao propor em seu planejamento a destinação do nacionalismo futurista, acaba por sintetizar esta desigualdade da modernização”. É possível mapear tal desigualdade tanto a nível de menor escala, nos limites do Distrito Federal, quanto quando se compara com o cenário urbano do país: “[...] não chegamos a uma modernidade, mas a vários

processos desiguais e combinados de modernização” (CANCLINI, 1998, p. 154, *apud* ARAÚJO, 2018, p. 16).

Lucio Costa se manifestou em diversas ocasiões sobre seu projeto e, como será apresentado a seguir, após Brasília já ter se tornado uma cidade consolidada, o arquiteto falou sobre o esforço de se colaborar com o desenvolvimento do país. Nesse trecho, especificamente, é possível perceber que ele acreditava realmente que nossa sociedade já havia alcançado maturidade e que o país era “senhor de seu destino”. Entretanto, nessa mesma fala, ele admite que a cidade, com razão, apresentava contradições:

*Fruto embora de um ato deliberado de vontade e comando, Brasília não é um gesto gratuito de vaidade pessoal ou política, à moda da Renascença, mas o coroamento de um grande esforço coletivo em vista ao desenvolvimento nacional — siderurgia, petróleo, barragens, autoestradas, indústria automobilística, construção naval; corresponde assim à chave de uma abóbada e, pela singularidade de sua concepção urbanística e de sua expressão arquitetônica, testemunha a maturidade intelectual do povo que a concebeu, povo então empenhado na construção de um novo Brasil, voltado para o futuro e já senhor do seu destino. Assim, a mil metros de altitude e a mil quilômetros do Rio de Janeiro, os brasileiros, não obstante a fama de comodistas e indolentes, construíram em três anos, a sua capital. E se foi construída em tão pouco tempo, foi precisamente para assegurar-lhe a irreversibilidade apesar das mudanças de administração e de governo. E de fato já resistiu, nos seus sete anos de existência, a quatro novos presidentes e vários prefeitos, e a acontecimentos de ordem política e militar imprevisos, prova de sua boa constituição. Mas é natural que Brasília tenha os seus problemas, que são em verdade as contradições e os problemas do próprio país ainda em vias de desenvolvimento não integrado, onde a tradição recente de uma economia agrária escravagista e uma industrialização tardia não planejada deixaram a marca tenaz do pauperismo. A simples mudança da capital não poderia resolver estas contradições fundamentais, tanto mais que poderosos interesses adquiridos beneficiam-se desse status quo de “anomalia crônica” que, na periferia da cidade, já readquiriu seus direitos (LÚCIO COSTA, 1995 *apud* SOMBRA JÚNIOR, 2018 pp. 156-157).*

Lucio Costa segue sua fala exaltando o feito da construção de Brasília, reforçando o lugar em que hoje a vida brota onde antes havia deserto e solidão. Existe também um certo elitismo em sua fala, quando ele afirma que mesmo a periferia se sente melhor aqui que em seu lugar de origem:

*Contudo, apesar desses problemas de ordem política, econômica e social — aos quais se vieram a juntar agora outros de natureza institucional —, a verdade é que Brasília existe onde há poucos anos só havia deserto e solidão; a verdade é que a cidade já é acessível dos pontos extremos do país; a verdade é que a vida brota e a atividade se articula ao longo dessas novas vias; a verdade é que seus habitantes se adaptam ao estilo novo de vida que ela enseja, e que as crianças são felizes, lembrança que lhes marcará a vida para sempre; **a verdade é que mesmo aqueles que vivem em condições anormais na periferia sentem-se ali melhor que dantes** [grifo nosso]; a verdade é que a sua arquitetura, despojada e algo abstrata, se insere com naturalidade no dia a dia da vida privada e administrativa, o que confere à cidade um caráter irreal e sui-generis que é o seu atrativo e o seu encanto; a verdade, finalmente, é que Brasília é verdadeiramente capital e não cidade de província uma vez que por sua escala e intenção ela já corresponde, apesar de todas as suas deficiências atuais, à grandeza e aos destinos do país (LUCIO COSTA, 1995 apud SOMBRA JÚNIOR, 2018, p. 157).*

No trecho a seguir, existe uma mudança de discurso, agora, depois de a cidade já consolidada apresentar problemas e ser duramente criticada, Lucio Costa afirma que o urbanismo não resolveria os problemas sociais existentes no Brasil:

*A construção de Brasília, no cerrado deserto [...] provocou, de início, um movimento geral de simpatia no estrangeiro [...]. Em seguida, começaram a “esnobar” a cidade, acusada de ser uma oportunidade perdida porque — entre outras falhas — a população pobre estava mal alojada. **Como se por uma simples transferência de capital o urbanismo pudesse resolver os vícios de uma realidade econômico-social secular. Como se o Brasil não fosse o Brasil, mas a Suécia, ou outro país qualquer devidamente civilizado.***

Ora, aqui, até os últimos anos do século XIX, a população obreira era constituída de escravos. Cada família pequeno-burguesa tinha em casa dois ou três escravos, de modo que depois da abolição, o comportamento escravagista permaneceu. Por um lado, o operário aceitava como natural sua condição de inferioridade — aqui, a atitude reivindicatória do proletariado é coisa recente — e, por outro lado, os burgueses, apesar da familiaridade no trato com os empregados, sempre os mantinham a distância, como anteriormente nas senzalas. Isto explica porque não foi considerada minha proposição inicial de prever, ao longo de todo o eixo rodoviário-residencial, moradia para três níveis diferentes de poder aquisitivo — o que, entretanto, não teria resolvido o problema, já que grande parte da população trabalhadora é ainda menos que pobre [grifo nosso]. A mão de obra afluiu de toda parte, de modo que em torno de cada canteiro surgiram favelas, e foi necessário transferi-las para outros lugares, à medida que o ritmo das construções diminuía (LÚCIO COSTA, 1995 apud SOMBRA JÚNIOR, 2018, p. 160).

Nesses breves relatos, é possível perceber que Brasília começa sendo um sonho utópico, mas, à medida que vai nascendo, a desigualdade e suas contradições surgem concomitantemente. Com uma clara divisão de classes, sua setorização bem definida, o tempo, as escolhas e o desenho foram separando e deixando cada vez mais distantes aqueles que já viviam marginalizados.

7. POR UM URBANISMO DO COMUM — INTERVENÇÕES URBANAS EMERGENCIAIS PARA AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

“As soluções para o futuro do planeta devem surgir do funcionamento equilibrado e eficiente da extrema complexidade do espaço urbano. E isso deve admitir correções e mudanças drásticas e radicais” (MONTANER e MUXÍ, 2021, p. 65). Essa frase foi escolhida propositalmente para começarmos este tópico, logo após falarmos brevemente como nossa sociedade possui grandes problemas urbanos e sociais.

No capítulo anterior, foi apresentado um sonho de uma Cidade Nova que marcaria o início de um novo Brasil. Todavia, após alguns anos e algumas críticas, Lucio Costa mudou o discurso e percebeu que os problemas eram grandes demais para serem resolvidos com um desenho urbano “inovador”.

Concordamos em parte com a postura de Lucio Costa, os problemas sociais não seriam resolvidos com urbanismo, assim como não foram resolvidos com a mudança da população do campo para as cidades, tal qual foi mostrado no tópico sobre as origens da aporofobia no Brasil. Como também já foi mencionado anteriormente, este trabalho não almeja mostrar soluções definitivas, mas se propõe a apresentar pequenas alternativas emergenciais na escala do cotidiano, que podem ser classificadas como Urbanismo Tático ou Microubanismo.

Nesse tipo de intervenção, “são enfatizados mais os processos que os produtos finais, cada intervenção é colocada à prova antes que seja definitiva, assumindo processos participativos” (MONTANER e MUXÍ, 2021, p. 147). Os mesmos autores continuam:

[...] o urbanismo tático, por consistir em intervenções delimitadas, modestas e aprimoráveis, ainda que possam ter muito efeito na vida cotidiana, é depreciado por uma parte das pessoas, que preferem intervenções convencionais, visíveis, contundentes e definitivas [...]. A prioridade deveria consistir em aproveitar, refazer, recuperar e melhorar. Por isso, o urbanismo exige intervenções de manutenção e melhoria que influenciam a escala do cotidiano, como uma espécie de microubanismo (MONTANER e MUXÍ, 2021, p. 148).

Os autores nos mostram que é possível, além de necessário, integrar os distintos modos de vida na cidade. O livro “Política e Arquitetura — Por um urbanismo do comum e ecofeminista”, de Josep Maria Montaner e Zaida Muxí (2021), apresenta diversos exemplos de como o poder público, com uma equipe técnica capacitada, consegue agir e solucionar ou diminuir diversos problemas urbanos:

É importante que a cidade seja capaz de integrar modos de vida não convencionais e nômades, como os da comunidade de

Rom. Ou que saiba reconhecer que certas camadas populares, de imigrantes ou pessoas sem renda, dentro de sociedades opulentas e esbanjadoras, sobrevivem recorrendo à reciclagem de tudo que a sociedade descarta, como modo de trabalho e sustento, carecendo de terrenos e armazéns. Vale lembrar o fracasso em São Paulo, do novo conjunto de moradias realocadas do Parque do Gato, cuja concepção não previu como a maioria de seus habitantes gerava sua renda, carecendo de espaço para reciclagem e armazenagem, e por isso os moradores acabaram invadindo e tomando todos os espaços do térreo, projetados como áreas livres (MONTANER e MUXÍ, 2021, p. 149)

Quando um governo municipal ou distrital se utiliza de normas, leis e taxas para regularizar, limitar ou punir determinadas escolhas de cidadãos ou de grandes corporações, o urbanismo passa a ter uma chance. Essas grandes empresas, em geral, querem mais e mais lucros em detrimento da população, do bairro e, conseqüentemente, da cidade. As intervenções urbanísticas que visam ao bem estar da população e sua diversidade precisam de um Estado forte e disposto a tomar decisões que possam diminuir os benefícios de determinados grupos sociais. Para Montaner e Muxí (2021, p. 100),

O comum no urbano se manifesta em diversas escalas, espaços e conceitos. Em primeiro lugar, no valor do espaço público e na luta para controlar tudo que ameaça sua privatização. A ênfase do comum requer que em cada bairro haja um equilíbrio entre os usos gratuitos do espaço público, como lugar de encontro e lazer, e seus usos mais ligados ao consumo, como as áreas abertas dos bares e restaurantes, espaços apropriados pelas feiras e promoções.

E para finalizar este tópico, antes de seguirmos com referências de microubanismo pelo mundo, vamos deixar uma frase muito de Montaner e Muxí, que afirmam que o futuro do urbano não deve ser guiado pela dominação da máquina e pela velocidade, “na verdade é o contrário, o futuro do urbano está na humanização e na renaturalização” (MONTANER e MUXÍ, 2021, p. 87).

8. REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE INTERVENÇÃO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Este tópico será dedicado a apresentar algumas intervenções que têm sido propostas pelo mundo voltadas para as pessoas em situação de rua. Essas referências serão utilizadas como inspiração para as soluções emergenciais para os problemas das refugiadas urbanas do Plano Piloto de Brasília/DF.

8.1. O BANHEIRO MÓVEL DA LAVA MAE

A primeira intervenção é o *Lava Mae*, é um banheiro móvel que oferece água limpa para banho para as pessoas em situação de rua. Doniece Sandoval, fundador e diretor executivo da *Lava Mae*, pensou que essa seria a melhor solução para levar higiene diretamente para quem precisa. De acordo com Doniece Sandoval, se foi possível que se colocasse comida *gourmet* sobre rodas, por que não conseguiriam colocar banheiros?

A organização começou no ano de 2013, com a reforma de alguns ônibus que já não eram mais utilizados e estavam sendo direcionados para o depósito de ferro velho. Depois da reforma, cada ônibus ganhou dois banheiros com chuveiro e sanitário e se movem pelas ruas de São Francisco, Oakland e Los Angeles, nos Estados Unidos da América.

8.2. A BARBEARIA MÓVEL NA AUSTRÁLIA

Outra ideia foi desenvolvida pelas cabeleireiras Danielle Hannah e Teresa Reed, que trabalham e moram em Brisbane, na Austrália. As duas mulheres transformaram o *trailer* em um salão sobre rodas que passa pelas ruas da cidade oferecendo cortes de cabelo gratuitos para pessoas em situação de rua e, de acordo com as idealizadoras do projeto, a ação pretende trazer um pouco dignidade para essas pessoas que tanto necessitam e são negligenciadas.

8.3. O CAFÉ QUE MUDA VIDAS DA CHANGE PLEASE

A ONG *Change Please* distribuiu vários carrinhos que vendem café pela cidade de Londres, na Inglaterra, e paga aos moradores de rua um salário-mínimo para trabalharem e cuidarem desses

postos. Além de promover um abrigo, as cafeterias móveis ajudam o morador de rua financeiramente e isso pode ajudar a ter uma vida inserida na sociedade novamente. Após seis meses trabalhando nos cafés móveis, a instituição fornece emprego em tempo integral em uma loja de uma rede de cafeterias estabelecida.

8.4. A LAVANDERIA MÓVEL NA AUSTRÁLIA

Dois amigos que moram na cidade de Brisbane, na Austrália, resolveram montar uma lavanderia móvel para ajudar pessoas em situação de rua a manterem suas roupas e roupas de cama limpas. Os amigos se chamam Lucas Patchett e Nicholas Marchesi, ambos com 21 anos de idade. Eles montaram uma pequena *van* com duas máquinas de lavar ligadas a um gerador de energia. Eles dizem que o objetivo é restaurar a dignidade dessas pessoas que dormem pelas ruas da cidade e garantir o direito básico à higiene.

8.5. ABRIGO DA CONSCIENTIZAÇÃO

A ONG *Rain City*, localizada na cidade de Vancouver, Canadá, encontrou uma nova maneira de gerar consciência e abrigo ao mesmo tempo. Eles criaram um banco que pode ser aberto e com isso cria um abrigo simples. Mesmo não sendo uma intervenção permanente, ela serviu para chamar atenção e levar à reflexão o problema das pessoas que vivem em situação de rua. A intervenção também chamou bastante atenção da mídia e trouxe para o debate a questão das intervenções hostis pela cidade, aquelas mesmas que chamamos de aporofobia no início deste trabalho.

8.6. A PROPOSTA DA HAWSE (HOMES THROUGH APPRENTICESHIPS WITH SKILLS FOR EMPLOYMENT)

O escritório Levitt Bernstein venceu um concurso de *design* organizado pela *Building Trust*, uma instituição de caridade que se dedica a fornecer casas para os necessitados no mundo todo. Com o projeto intitulado *Homes through Apprenticeships With Skills for Employment (HAWSE)*, aproveita ao máximo espaços não utilizados em áreas altamente povoadas, habitando garagens abandonadas em conjuntos habitacionais existentes e proporcionando não apenas uma casa, mas a oportunidade de aprender sobre técnicas de construção.

9. INTERVENÇÕES PARA A ASA NORTE DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA/DF

9.1. PROPOSTA 1 — NOVAS LIXEIRAS PAPA-REICLÁVEIS

Atualmente, o governo do Distrito Federal, por meio do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) do Distrito Federal, fornece contêineres de superfície para armazenagem de lixo reciclável, são os chamados Papa-Recicláveis. Eles possuem a capacidade de 2,5m³ e têm abertura elevada “para impedir a remoção por animais e pessoas não autorizadas” (SLUDF, 2022). O sítio eletrônico ainda traz as seguintes informações:

O objetivo dos papa-recicláveis, além de universalizar a coleta seletiva, é sensibilizar e orientar a população para a colaboração com a limpeza urbana e a separação de materiais recicláveis. Foram incluídas nos equipamentos informações educativas sobre os materiais a serem depositados bem como orientações quanto a esclarecimentos de dúvidas, denúncias ou demais informações (SLUDF, 2022).

Com esse desenho atual de contêiner, o acesso ao lixo reciclável pelos moradores de rua que dependem desse tipo de produto para conseguir dinheiro fica dificultado. Como as próprias informações do governo afirmam, ele foi pensado para que pessoas não autorizadas não acessem o lixo e isso dificulta cada vez mais a sobrevivência de pessoas em situação de rua. A seguir, será apresentado um mapa, representado pela Figura 4, com a localização dos contêineres na Asa Norte do Plano Piloto. Esse mapeamento é importante pois foi a área escolhida para uma possível intervenção, visto que a maioria das ocupações mapeadas ficam na Asa Norte ou em suas proximidades.

Como foi apresentado na segunda seção, muitas mulheres em situação de rua dependem da venda do lixo reciclável para comprar alimento para seus filhos. Entretanto, observamos anteriormente que o governo do Distrito Federal agora fornece e incentiva o uso desses modelos de contêineres, o que dificulta o trabalho dessas mulheres. A primeira proposta de intervenção seria o redesenho desse Papa-Reciclável para que deixe de ser mais uma forma de excluir e inviabilizar ainda mais a sobrevivência das mulheres em situação de rua.

Figura 4

Mapeamento dos
Papa-Recicláveis
na Asa Norte do
Plano Piloto de
Brasília/DF.

Fonte: a autora,
com dados da
SLU-DF.

Disponível em:



9.2. PROPOSTA 2 — BANHEIRO MÓVEL

Um segundo problema identificado foi o da falta de local para banho e até mesmo banheiros disponíveis para as pessoas em situação de rua. A segunda proposta pretende remodelar ônibus que foram descartados e instalar chuveiros e sanitários que sejam disponibilizados e faça um circuito diário pelos acampamentos.

9.3. PROPOSTA 3 — BARBEIRO/CABELEIREIRO MÓVEL

Assim como a proposta das amigas de Brisbane mostrada no tópico anterior, pretendemos oferecer cabeleireiro grátis para as pessoas em situação de rua. A ideia seria uma *van* que passasse pelos acampamentos oferecendo corte de cabelo gratuito.

9.4. PROPOSTA 4 — CARRINHO PARA MATERIAL RECICLADO ACOPLADO À BICICLETA

Outro problema identificado foi o dos carrinhos de supermercado que as mulheres em situação de rua que trabalham com reciclagem utilizam durante o seu dia a dia. Alguns depoimentos analisados traziam o desejo de ter uma bicicleta ou carrinho de bebê para que o trabalho de coleta se tornasse menos complicado. A proposta seria desenhar um carrinho que tenha uma bicicleta e também tenha a possibilidade de colocar um bebê de colo protegido e bem acomodado para que suas mães consigam trabalhar de forma mais fácil.

9.5. PROPOSTA 5 — HORTA COMUNITÁRIA

A quinta proposta seria criar uma possibilidade de gerar emprego e alimento. São muitas as áreas públicas do Distrito Federal e as pessoas em situação de rua se instalam nessas áreas verdes e livres. Nesse caso, o governo teria que fazer a cessão de algumas dessas áreas para essas pessoas que ali eles poderiam cultivar alimento para seu sustento.

9.6. PROPOSTA 6 — PONTOS DE APOIO COM LAVANDERIA E GUARDA-VOLUMES

A sexta proposta seria a criação de mais pontos de apoio para auxílio das pessoas em situação de rua. Esses locais teriam máquinas de lavar instaladas e guarda-volumes que resolveria parte do problema com a documentação relatada em diversos depoimentos, quando os funcionários do GDF recolhem os pertences dos moradores de rua e não devolvem, alegando que eles não podem ficar onde estão.

9.7. PROPOSTA 7 — COZINHA COMUNITÁRIA — ITINERANTES

Por fim, a proposta seria criar uma possibilidade de as pessoas em situação de rua cozinharem seus alimentos com fogões que fossem acesos por placas de energia solar. A falta de um local de apoio leva muitas dessas mulheres a mendicância e nesses momentos a aporofobia é expressa de maneira mais desumana. Essa proposta tentaria resolver alguns problemas e incentivaria o sentimento de comunidade que já é muito presente nos acampamentos de moradores de rua.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lara Moreira. A construção de Brasília: uma contradição entre utopia e realidade. In: **Revista de História da Arte e Arquitetura**. Campinas: Programa de Pós-Graduação do Departamento de História, 2005.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. **Vidas privadas em espaços públicos**: uma análise da violência contra a mulher moradora de rua em Fortaleza. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2013.

ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de. Brasília: ideias e contradições de uma espacialidade. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 33, e, 34471, 2018.

ARRUDA, Patrícia Cabral de. **Brasília**: cidade planejada, identidade fluida. IV ENECULT — Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 28 a 30 de maio de 2008. Salvador-Bahia, Brasil.

BALIEIRO, Eucleia Oliveira; SOARES, Carla Patrícia Dias; VIEIRA, Eliara de Araújo. Morador de rua: causas, entraves e serviços ofertados. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez., 2017.

BSB INVISÍVEL. **Depoimento de Isabela**. Brasília, 23 nov. 2021. Instagram: @bsbivisivel_. Disponível em: www.instagram.com/p/CWo7paIFtzg. Acesso em: 21 jan. 2022.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DEL VALLE, R. M. **Mulheres (in)visíveis**: a vulnerabilidade urbana, as organizações e as políticas públicas em prol das prostitutas em meio à pandemia da Covid-19. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 48-68, 2021.

DIÁRIO DIGITAL. ‘Não dê esmola’, campanha realizada pela Prefeitura para evitar o aumento de pessoas no semáforo. Campo Grande, 20 set. 2021. Disponível em: noticias.r7.com/cidades/diario-digital/nao-de-esmola-campanha-realizada-pela-prefeitura-para-evitar-o-aumento-de-pessoas-no-semaforo-20092021. Acesso em: 20 fev. 2022.

FUENTES, Maribel Aliaga; PESCATORI, Carolina; COELHO, Luiza Dias. **As (arquitetas) mulheres que fizeram a capital:** seus projetos, suas vidas. 13º Seminário Docomomo, Brasil. Salvador-BA, 7 a 10 de outubro de 2019.

GAZETA, Redação. Vereador apresenta projeto para combater esmolos em Toledo. **Gazeta de Toledo**, Toledo, 18 fev. 2022. Disponível em: gazetadetoledo.com.br/vereador-apresenta-projeto-para-combater-esmolos-em-toledo. Acesso em: 20 fev. 2022.G1.

G1. Não dar esmolos é a melhor ajuda: conheça os programas de acolhimento da Prefeitura de Florianópolis. Florianópolis, 29 mai. 2019. Disponível em: g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/prefeitura-municipal-de-florianopolis/florianopolis-uma-cidade-para-todos/noticia/2019/05/29/nao-dar-esmolos-e-a-melhor-ajuda-conheca-os-programas-de-acolhimento-da-prefeitura-de-florianopolis.ghtml. Acesso em: 20 fev. 2022

G1/DF. Moradores da 312 Sul marcam reunião para discutir retirada de pessoas em situação de rua da quadra, em Brasília. Brasília, 17 fev. 2022. Disponível em: g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/02/17/moradores-da-312-sul-sugerem-retirar-pessoas-em-situacao-de-rua-da-quadra-em-brasilia.ghtml. Acesso em: 20 fev. 2022.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira da expansão do capital. *In: O processo de urbanização no Brasil*/Csaba Deák, Sulei Ramos Schiffer (organizadores) — 2. ed., 1. reimpr. — São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MONTANER, Josep Maria. MUXÍ, Zaida. **Política e arquitetura** — Por um urbanismo do comum e ecofeminista. Editora Olhares: São Paulo, 2021.

MS NOTÍCIAS. Negada na maternidade, moradora de rua dá à luz na calçada. Campo Grande, 27 jan. 2022. Disponível em: www.msnoticias.com.br/editorias/geral-ms-noticias/negada-na-maternidade-moradora-de-rua-da-a-luz-na-calcada-video/133343. Acesso em: 20 fev. 2022.

PALHARES, Isabela; ZYLBERKAN, Mariana. População de moradores de rua cresce 31% em São Paulo na pandemia. **Folha de S. Paulo**, 24 jan. 2022. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/01/na-pandemia-quase-dobra-o-numero-de-familias-que-vivem-nas-ruas-de-sao-paulo.shtml. Acesso em: 20 jan. 2022. PATOS DE MINAS. Campanha “Não dê esmola, dê cidadania”: mobilização foi realizada na sexta-feira. Patos de Minas, 29 out. 2020. Disponível em: patosdeminas.mg.gov.br/home/campanha-nao-de-esmola-de-cidadania-mobilizacao-foi-realizada-na-sexta-feira-5/29/10/2020. Acesso em: 20 fev. 2022.

REBELLO DA SILVA, L. K. A migração dos trabalhadores gaúchos para a Amazônia Legal (1970-1985). Parte II: A política de ocupação das fronteiras Amazônicas. **Klepsidra / Revista Virtual de História**, edição n.º 24, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. — São Paulo: Global, 2015.

RODRIGUES, Ana Karolline. Desigualdade no centro da capital: 36% dos moradores de rua do DF vivem no Plano Piloto. **Metrópoles**, Brasília, 29 nov. 2020. Disponível em: www.metropoles.com/distrito-federal/desigualdade-no-centro-da-capital-36-dos-moradores-de-rua-do-df-vivem-no-plano-piloto. Acesso em: 20 jan. 2022.

SCHWINGEL, Samara. Pandemia agrava o drama das pessoas que vivem em situação de rua no DF. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 ago. 2021. Disponível em: www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/08/4945007-pandemia-agrava-o-drama-das-pessoas-que-vivem-em-situacao-de-rua-no-df.html. Acesso em: 22 jan. 2022.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. **Pessoas em situação de rua no Brasil: Revisão Sistemática**. Psicologia: Ciência e Profissão Out/Dez. 2018 v. 38 n.º 4, 662-67

SOMBRA JÚNIOR, Fausto Barreira. **Revisitando “Brasília: contradições de uma cidade nova”** (1967). Quarta Jornada Discente. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo PPGAU UPM. FAU Mackenzie. São Paulo, 2018.

O ACOLHIMENTO SOCIAL DA MULHER INDÍGENA NO BRASIL E ASPECTOS HABITACIONAIS O CASO DE DOURADOS (MS)

Maitê Campos Vieira

RESUMO

O objetivo deste artigo consiste em uma análise sobre a situação da mulher indígena no Brasil com ênfase na sua condição de vítima de violência. Para isso, procura-se descrever aspectos da história dos povos indígenas no Brasil para uma melhor compreensão do quadro atual do atendimento às mulheres indígenas em situação de vulnerabilidade no estado do Mato Grosso do Sul.

PALAVRAS-CHAVE

violência; mulheres; indígenas; mulheres indígenas; demarcação de terras indígenas; habitação indígena.

INTRODUÇÃO

Dados da Casa da Mulher Brasileira (CMB) indicam que os procedimentos de atenção às mulheres indígenas representam menos de 1% do total de atendimentos oferecidos. Em meio às 23.157 mulheres atendidas na instituição, de 15 de fevereiro de 2015 a 21 de junho de 2019, apenas 144 eram indígenas. Elas representam menos de 2% do total de denúncias referentes às mulheres brancas, por exemplo (8.727 casos). Segundo a ONU, as mulheres são as principais vítimas da violência cometida nas comunidades indígenas em todo o mundo.

Subnotificada, a violência doméstica contra mulheres indígenas é problema invisível, ainda pouco discutido e encontra espaço limitado na agenda e nas iniciativas desses equipamentos. As instituições de apoio não conseguem alcançar a realidade das mulheres indígenas por diversos fatores: falta de estrutura, descaso ou barreiras culturais e linguísticas.

Por isso, existe uma demanda por instituições de apoio voltadas especificamente para essas mulheres, muitas vezes esquecidas pela sociedade. Instituições que ofereçam o suporte necessário em casos de violência, ofereçam *workshops* educativos, rodas de conversas para trocas de informação e debates, entre outras iniciativas.

Edith Martins Guarani, liderança indígena da Aldeia Jaguapiru em Dourados, município do estado de Mato Grosso do Sul (MS), viajou até Campo Grande, capital do mesmo estado, para denunciar a violência sofrida pelas mulheres. Quando tomam a iniciativa de denunciar, relatou a indígena Guarani e Kaiowá, as mulheres não encontram estrutura. Edith ainda salientou não haver meio de locomoção para atendimento a essas mulheres, enfatizando ser essa uma de suas necessidades¹.

Segundo a Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) do ente federado, foram realizados 15 mil registros de violência contra mulheres em Mato Grosso do Sul no ano de 2021, resultando em quase 43 mulheres vítimas de alguma agressão por dia no estado e duas mulheres por hora.

O presente artigo tem, portanto, o objetivo de contribuir com o debate referente ao atendimento às mulheres indígenas em situação de vulnerabilidade no estado do Mato Grosso do Sul. Inicialmente, são identificados aspectos históricos e culturais

1. Devido à definição utilizada por muitos autores e outros trabalhos realizados sobre esses grupos, o termo Guarani neste artigo se refere aos indígenas da etnia Guarani Nandeva, e apenas Kaiowá, para os índios da etnia Guarani Kaiowá.

referentes aos povos indígenas no Brasil. Em seguida, serão apresentadas, de forma breve, informações referentes à situação de violência e privações a que estão submetidas as mulheres indígenas dentro e fora das aldeias nos dias atuais.

Espera-se que, a partir das reflexões apresentadas, seja possível contribuir para um novo olhar para a questão da violência de gênero que, em geral, é associada aos ambientes urbanos e raramente é tematizada no que concerne a segmentos étnicos específicos.

1. OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E SUAS PRINCIPAIS VULNERABILIDADES

Estima-se que, na época dos “descobrimentos”, havia cerca de 5 milhões de indígenas espalhados pelo país. Hoje, os descendentes dos primeiros habitantes do Brasil formam um contingente que representa cerca de 0,47% da população brasileira. De acordo com o censo do IBGE (2010), há 896.917 indígenas no país, sendo que, desse total, cerca de 60% vivem em terras indígenas oficialmente reconhecidas pelo governo federal.

Atualmente, os indígenas enfrentam uma situação extremamente complexa no que se refere à violência. Os ataques ocorrem de diversas formas, seja contra seu patrimônio ou contra a pessoa. Diariamente, são relatados casos envolvendo abuso de poder, violência sexual, ameaça de morte, racismo, discriminação e homicídios. Em muitas dessas ocorrências, constata-se a omissão do poder público. Embora, pela Constituição Federal de 1988, o Estado seja o responsável pela segurança dos indígenas e pela proteção de suas terras, há décadas tais obrigações não têm sido cumpridas adequadamente.

Com relação à violência contra o patrimônio, segundo o Relatório de Violência Contra Povos Indígenas (2020, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), foram registrados os seguintes dados: omissão e morosidade na regularização de terras (832 casos); conflitos relativos a direitos territoriais (96 casos); e invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio (263 casos registrados), totalizando o registro de 1.191 casos de violências contra o patrimônio dos povos indígenas naquele ano.

Cabe ressaltar que, das 1.299 terras indígenas no Brasil, 832 (64%) apresentam alguma pendência do poder público para a finalização do seu processo demarcatório e o registro como território tradicional indígena na Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Dessas 832, um total de 536 terras não tiveram ainda nenhuma providência adotada pelo Estado. Além disso, no ano de 2020 houve o registro de 263 casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio” em pelo menos 201 terras indígenas, de 145 povos, em 23 estados. Em relação a 2018, houve um aumento de 141% de casos do tipo. Essa forma de violência infelizmente continua a crescer e o tema não tem recebido a devida atenção das organizações governamentais².

As diferentes formas de violência praticadas contra os indígenas e suas comunidades estão, na maioria dos casos, diretamente associadas à disputa pela terra. Em relação à violência contra a pessoa, foram registrados os seguintes dados em 2020 abuso de poder (14); ameaça de morte (17); ameaças várias (34); assassinatos (182); homicídio culposo (16); lesões corporais dolosas (8); racismo e discriminação étnico-cultural (15); tentativa de assassinato (13); e violência sexual (5); totalizando o registro de 304 casos de violência praticadas contra a pessoa indígena em 2020. Esse total de registros é maior do que o registrado em 2019, que foi de 277. Também houve aumento considerável no número de assassinatos registrados. Em 2020, 182 indígenas foram assassinados no país, número 61% maior do que o registrado em 2019. Infelizmente, constata-se que, em 2020, a população indígena do Mato Grosso do Sul (segunda maior do país) continuou sendo alvo de constantes e violentos ataques, em que há até mesmo o registro de práticas de tortura, inclusive de crianças.

O número total registrado de casos de “violência por omissão do poder público” no mesmo ano foi de 267 casos. Embora não tenham registrado aumento em relação ao ano anterior, os dados se mantêm em um patamar elevado quando comparados aos anos imediatamente anteriores ao início do governo Bolsonaro.

O Cimi obteve da SESAI (Secretaria Estadual de Saúde Indígena) dados parciais de mortalidade na infância indígena. Houve aumento nos registros de mortalidade infantil (crianças de 0 a 5 anos), que saltaram de 591, em 2018, para 776 em 2020. Os registros mais numerosos foram de 250 casos no Amazonas; 162 em Roraima; e 87 no Mato Grosso. Os registros nas outras

2. A respeito da demarcação das terras indígenas no Brasil, é importante ressaltar que o tema tem sido amplamente discutido em decorrência da discussão sobre a tese do “marco temporal”. Trata-se de uma interpretação jurídica que pode alterar profundamente a política de demarcação de terras indígenas no país. Essa matéria está sendo objeto de análise no Supremo Tribunal Federal (STF).

categorias em 2020 foram: desassistência geral (51); desassistência na área de educação escolar indígena (23); desassistência na área de saúde (82); disseminação de bebida alcoólica e outras drogas (11); e morte por desassistência à saúde (10), totalizando 177 casos.

2. A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL

A violência contra as mulheres indígenas no Brasil vem crescendo assustadoramente. O problema é muito sério, em escala global: de acordo com relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), publicado em 2010, as mulheres são as principais vítimas da violência praticada contra a população indígena no mundo. Dessa forma, segundo dados divulgados pelo Atlas da Violência 2019³, ocorreu um crescimento de 30,7% nos homicídios contra as mulheres no país nos anos de 2007 a 2017.

3. BRASIL. Atlas da violência 2019 (2019).

Disponível em:



A desigualdade racial também está presente, agravando o problema: enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% de 2007 a 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras e indígenas cresceu 29,9%. Os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, apontam que, de 2007 a 2017, foram registradas 8.221 notificações de casos de violência contra mulheres indígenas, e a maioria das vítimas tinha de 10 a 19 anos. As indígenas sofrem, também, maior risco de serem estupradas do que outras mulheres. Segundo relatório da ONU, mais de uma em cada três mulheres indígenas são estupradas ao longo da vida.

Além das dificuldades que toda mulher que sofre violência enfrenta para denunciar a agressão, como medo, vergonha e falta de acolhimento, as mulheres indígenas ainda deparam com uma série de outros obstáculos. Para elas, a desinformação sobre seus direitos, as barreiras do idioma e as grandes distâncias para chegar até pontos de atendimento são obstáculos, muitas vezes, intransponíveis.

É necessário também observar o descaso dos espaços públicos e o despreparo de suas equipes, que precisariam se “indigenizar” para atender com mais eficiência e qualidade a esse segmento da população. Esse quadro indica um cenário complexo, que faz com que a mulher indígena não chegue às delegacias.

Uma das questões mais importantes, quando se trata de serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência, diz respeito à questão do idioma. A Casa da Mulher Brasileira, quando inaugurada em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, contava com a presença de duas tradutoras indígenas para as línguas dos povos Guarani e Terena, as duas maiores etnias no estado. “É diferente você chegar lá e se deparar com uma parente sua, que pode conversar com você. Isso é acolher e encoraja a mulher”, disse Silvana Terena, então subsecretária estadual de Políticas Públicas para a População Indígena, em depoimento ao sítio eletrônico do projeto social CASA1.

Infelizmente, desde 2017, a pendência na renovação de contratos impossibilitou a manutenção do serviço. A Casa da Mulher Brasileira reúne serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência e foi criada em 2013 pela então Presidente da República, Dilma Rousseff, no âmbito do programa “Mulher: Viver sem Violência”, que deveria ser implementado em todos os 26 estados e no Distrito Federal até o fim de 2018, mas só chegou a sete estados.

Nota-se que não se trata apenas de uma questão de comunicação. O atendimento à mulher indígena vítima de violência em sua própria língua é essencial para que se realize um atendimento humanizado, minimizando a dor de quem já acumula muito sofrimento. O idioma é a base da identidade de um povo. Respeitar essa premissa é fundamental no momento em que se atendem pessoas em situação de extrema vulnerabilidade.

É importante também mencionar que os casos de feminicídio de indígenas, por sua dupla condição, étnica e de gênero, não têm a mesma cobertura da mídia e não mobilizam, da mesma forma, a opinião pública. Mulheres e meninas indígenas, no Brasil, vivem um cotidiano de discriminação e violência. A falta de visibilidade da mulher indígena é uma das faces mais cruéis de uma sociedade que tem, sistematicamente, virado as costas para essa população.

A importância do respeito ao território tradicional ecoa também em outras vozes. Braulina, indígena da etnia Baniwa, em uma entrevista de 2017 à ONG Mulheres Brasil afirmou:

É a partir do território que a gente mantém o sistema tradicional de formação e educação cultural. O território é o espaço de

cada povo, é lá que mantemos a relação espiritual com a nossa terra mãe. No cenário nacional para povos indígenas, lutamos pela garantia de direitos conquistados, evitando os retrocessos. Uma das principais reivindicações de mulheres indígenas é o território, pois é a partir dele que discutimos e reivindicamos as políticas públicas para nós. Como cuidar da inserção de produtos industrializados, como o álcool, que tem aumentado muito? Na minha região (Rio Negro — São Gabriel da Cachoeira), muitas meninas foram violentadas e não sabemos a quem recorrer. Temos perdido alunos, professores, por violências praticadas por pessoas que não são indígenas. É como se a mulher estivesse sempre errada, ela que não deveria estar naquele lugar naquele momento. Este nunca é considerado um problema do homem. A gente denuncia, mas ainda somos pouco assistidas por parte do Estado⁴.

4. Disponível em:



Acesso em: 20
dez. 2019

2.1. O CASO DO MATO GROSSO DO SUL

Com 80 mil indígenas, o Mato Grosso do Sul é a unidade da Federação com a segunda maior população desse grupo étnico no país. Segundo matéria publicada no jornal *Amazônia: Notícia e Informação*, em 28 de novembro de 2016, as ocorrências de violência contra a mulher indígena têm aumentado sistematicamente. De acordo com o levantamento do jornal, de 2010 a 2016, esse aumento foi da ordem de 495%. Em 2010, o número era de 104 agressões físicas. Já em 2014, foram relatadas 619 agressões. Em 2016, o levantamento da Secretaria de Segurança Pública do estado mostrou que o número de denúncias de violência contra a mulher na região cresceu 23,1% no primeiro semestre em relação ao mesmo período em 2015.

Dourados, a segunda maior cidade sul-mato-grossense, apresenta dados ainda mais alarmantes: além de figurar como o segundo município brasileiro com os maiores registros de todos os tipos de violência contra as mulheres indígenas, lidera o *ranking* do abuso sexual contra elas no país: foram 31 casos em 2017 — cerca de metade de todas as ocorrências registradas no estado naquele ano.

Os indicadores de Dourados levam o Mato Grosso do Sul a ser o estado com maior número absoluto de ocorrências de violência sexual contra mulheres indígenas, com quase o dobro dos registros

de qualquer um dos estados da Amazônia brasileira. Desde 2012, Dourados é o município onde mais mulheres indígenas são vítimas de violência sexual no Brasil. Quem vive e estuda essa realidade considera que o cenário pode ser ainda pior, devido à subnotificação. A falta de estruturas adequadas para receber denúncias e acolher as mulheres vítimas faz com que o número de casos reportados seja significativamente inferior ao número real de ocorrências. O Relatório Estatístico do Poder Judiciário sobre Femicídio, no que se refere a dados de 2019, aponta que 14% dos casos desse tipo de crime envolveram vítima ou agressor indígena, ao passo que a população indígena representa apenas 3% da população sul-mato-grossense, conforme dados do IBGE.

Diante desse quadro, as mulheres indígenas do Mato Grosso do Sul buscam usar seus espaços de articulação coletiva, como o Kuñangue Aty Guasu, a grande assembleia das mulheres Guarani Ñandeva e Guarani Kaiowá, realizada anualmente, para discutir o tema da violência contra as mulheres e formas de enfrentamento.

Inúmeras são as dificuldades no caminho das mulheres indígenas vítimas de violência em direção à denúncia. “São poucas as mulheres que falam ‘hoje chega’. Por medo de ameaças, de tirar seus filhos de casa, de não ter onde morar. A coisa mais difícil que tem é a violência contra a mulher aqui dentro da aldeia”, ressalta a agente de saúde Maria de Fátima Cavalheiro, indígena Guarani e moradora da aldeia Bororó, de 41 anos. Como seu trabalho envolve visitar as pessoas, hoje, procura orientar mulheres que estão na mesma situação. Em muitas famílias, relata, os homens ocupam o papel de provedor financeiro, e isso dificulta ainda mais o enfrentamento ao problema.

Além disso, quando as mulheres decidem procurar as autoridades, novos obstáculos aparecem. Um deles é a dificuldade de deslocamento até a instituição de apoio ou delegacia mais próxima. Os ônibus circulam em poucos horários e por rotas limitadas. Assim, as mulheres dependem basicamente de seus próprios veículos, sejam motos, carroças e bicicletas. “Para a mulher sair daqui e ir à delegacia, muitas vezes ela não tem o transporte”, aponta a assistente social indígena Tatiane Martins, funcionária do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Para ela, quando uma vítima consegue chegar à delegacia, “é porque fez um esforço danado, teve uma força de vontade enorme para ir lá, fazer uma denúncia”, e é de extrema importância que esse registro ocorra.

A lei determina a criação de casas-abrigo para acolhimento das mulheres em situação de violência, mas, na maioria dos casos, nesse processo, elas são duplamente vitimizadas. Além disso, certas circunstâncias não são levadas em consideração, como a distância dessas instituições em relação às aldeias e a separação dessas mulheres de sua família.

De acordo com a avaliação da delegada Paula Aline Vieira Garcia, titular da Delegacia de Apoio à Mulher, é necessário oferecer instituições mais humanizadas, que levem em consideração o olhar da mulher, sua cultura, suas circunstâncias e necessidades. Diz ela:

Às vezes, pensamos muito na proteção da mulher, mas acho que está faltando um pouco o olhar da dignidade. Como essa mulher se sentiria mais dignamente atendida? Mandando ela para uma casa-abrigo lá em Campo Grande? É difícil, temos que nos colocar no lugar dessas pessoas.

No ano de 2017, foi criado o projeto “ônibus lilás”, que circulava no Mato Grosso do Sul. Esse ônibus tinha intuito de recolher denúncia de mulheres indígenas vítimas de violência e oferecer suporte e informações necessárias a elas. Apesar disso, esse equipamento era itinerante e não foram encontradas notícias recentes a respeito de seu funcionamento. O local precisa de uma instituição fixa voltada para essas mulheres.

2.2. A RESERVA INDÍGENA DE DOURADOS (RID)

A criação da Reserva Indígena de Dourados (RID), assim como as demais, possuía como intuito delimitar uma área para a população indígena da região. Atualmente há três diferentes etnias coabitando a reserva, sendo elas: os Guarani Ñandeva, os Guarani Kaiowá e os Terena.

Amenizar os conflitos de terras entre os indígenas e os *karai* — palavra Guarani para denominar os colonizadores — e liberar territórios de interesse à população não indígena foram os principais motivos para o direcionamento dos indígenas às reservas. A partir do momento em que foi editada a legislação que instituía as reservas, definindo aquele território de uso exclusivo dos povos indígenas, as demais áreas antes habitadas por esses

povos passaram ao poder do governo, que as terceirizava sem que os indígenas pudessem questionar.

A estratégica locação das reservas indígenas, próximas aos novos distritos urbanos, tinha como função integrar esses povos à sociedade envolvente, já que suas terras foram limitadas, dificultando o plantio, caça e pesca. A perda de seus hábitos tradicionais tornou-se a maior dificuldade na nova área, já que esse território não atendia às necessidades culturais e referentes às tradições.

A Reserva Indígena de Dourados foi fundada no ano de 1917, então denominada Posto Indígena Francisco Horta Barbosa, e possuía uma área de 3.600 ha. Porém, ao homologar essa demarcação em 1965, sua área foi reduzida para 3.539 ha, a qual atualmente conta com uma área de 3.475 ha. Esses dados revelam o descaso com as terras indígenas, que, mesmo estando sob a tutela do governo, tiveram sua área de concessão reduzida.

Originalmente, a reserva deveria abrigar apenas a etnia Kaiowá, que predominava sobre esse território. Apesar disso, no século XIX, devido à Guerra do Paraguai (1864-1870), muitos Terena perderam suas terras. Posteriormente, a exploração dos ervais, principalmente da erva-mate laranjeiras, levou também a etnia Guarani a se deslocar aos arredores da região. Dessa forma, durante a formação da reserva, além da etnia Kaiowá, os Guarani e os Terena também foram direcionados para esse espaço.

A grande diferença cultural entre esses grupos indígenas fez com que as etnias se dividissem dentro do território, ocasionando a partilha da reserva em duas aldeias: Bororó e Jaguapiru.

A aldeia Jaguapiru é habitada principalmente pela etnia Terena, a qual ocupa a área leste da reserva onde há maior relação com a cultura não indígena. A rodovia que transpassa a reserva tem seu percurso dentro da aldeia Jaguapiru, caracterizando essa área por sua densidade habitacional na qual se concentra maior parte das edificações comerciais e institucionais. A aldeia Bororó é povoada em sua grande maioria pela etnia Kaiowá, a qual sempre buscou manter uma vida mais reservada.

Dessa maneira, a ocupação da área oeste da reserva mantém certo distanciamento da cultura urbana. A etnia Guarani habita ambas as aldeias. Devido ao fato de serem um grupo mais aberto às tradições não indígenas, conseguem se relacionar com mais facilidade com o grupo Terena.

3. OS POVOS TERENA E GUARANI

Para compreender mais sobre os povos Terena e Guarani, é necessário retroceder na linha temporal para o século XVIII, quando surgem os primeiros relatos históricos dos colonizadores sobre esses grupos. Antes das chegadas dos colonizadores, todo o território nacional pertencia às populações indígenas, que eram divididas em suas diferentes comunidades, possibilitando um amplo território de ocupação por esses povos.

Os primeiros relatos apresentam os indígenas separados em aldeias dispersas por um vasto território, que possuíam relações que possibilitavam o intercâmbio entre as diferentes comunidades. Com a chegada dos colonizadores e a formação dos primeiros assentamentos, houve uma mudança das aldeias para as proximidades desses espaços, ocasionando um maior contato entre esse grupo e a população não indígena e aumentando, assim, a procura de produtos industrializados. Isso acarretou uma grande perda dos valores culturais e tradições indígenas.

A Guerra do Paraguai foi um dos eventos mais marcantes na história da população Terena, já que o campo de batalha desse conflito armado foi grande parte de seu território. Esses indígenas viram na aliança com as tropas brasileiras o único modo de proteger suas terras. Apesar de terem lutado incessantemente em defesa de suas terras, ao fim da guerra muitas aldeias haviam sido devastadas por essas batalhas e grande parte de suas áreas foram tomadas pelas novas colônias.

A instalação das linhas telegráficas e em seguida a construção da Ferrovia Noroeste, implantadas sobre território indígena, fizeram com que ocorresse novamente o contato entre os indígenas e os *karai*. Os Terena, já conhecidos por serem hábeis trabalhadores, foram empregados na construção de ambas as companhias. Apesar disso, muitos deles não aceitavam a tomada de seus territórios, o que acarretou vários conflitos.

Após essa série de acontecimentos, surgiram novas colônias sobre o atual território do Mato Grosso do Sul, com o intuito de abrigar novas áreas para o agronegócio, sendo incentivadas pelo governo. Devido ao fato de os indígenas não possuírem registros legais de seus territórios, o direito de posse era concedido aos novos fazendeiros. Isso ocasionou, para os Terena, a perda de praticamente todas as suas terras indígenas. A invasão de suas

propriedades fez com que surgissem diversas disputas por áreas entre os indígenas e os fazendeiros, ocasionando, também, uma série de conflitos e resultando em muitas mortes.

Em função desse cenário, o governo precisou intervir, criando, assim, o Sistema de Proteção ao Índio (SPI), definindo os territórios destinados à população indígena através da construção de reservas e passando-os à tutela do governo. Apesar disso, o SPI não tinha a responsabilidade de proteger os povos indígenas; sua missão era “civilizá-los”. Por isso, a implantação das reservas próximas às novas colônias fez com que houvesse interferência direta na cultura e tradição desse povo.

Os povos Kaiowá e Guarani, não diferente de diversos outros grupos, possuem suas histórias marcadas por conflitos e explorações sobre suas terras. Os primeiros relatos dos povos indígenas sobre o atual estado do Mato Grosso do Sul apresentam as etnias Guarani como principal grupo que ocupava esse território. Como já mencionado, a Guerra do Paraguai, seguida das colonizações e a exploração dos ervais, afetaram diretamente esses povos.

Os conflitos e invasões sobre as áreas indígenas dificultaram a tentativa desses dois grupos de manter uma relação mais distante dos *karai*, que utilizavam os indígenas como mão de obra para a exploração das terras. A Companhia Erva Matte Laranjeira, que empregou uma grande quantidade de indígenas em suas campanhas de exploração, foi um exemplo claro de como a mão de obra indígena dentro das fazendas enfraqueceu a organização social das aldeias.

Os constantes deslocamentos das áreas de exploração fizeram com que esses grupos se distanciassem e perdessem as relações com suas aldeias, que acabavam sendo tomadas pelos novos fazendeiros. Devido ao fato de serem considerados povos menos capazes intelectualmente, os povos Guarani e Kaiowá ocupavam os cargos de trabalho mais braçais, relacionados com o corte da lenha, colheita das folhas e transporte dos sacos dos ervais. Esses serviços prestados pelos indígenas eram muitas das vezes pagos com roupas, alimentos e principalmente ferramentas para o trabalho no campo.

Mesmo que os grupos indígenas denunciassem a exploração sobre seus povos e a tomada de suas terras, os órgãos responsáveis por sua proteção não desempenhavam seu papel de tutela. Devido

aos vários conflitos entre os indígenas e os *karai*, a partir de 1915, o SPI iniciou a demarcação das reservas, e parte significativa foi destinada aos grupos Guarani e Kaiowá. Para esses grupos, que possuíam uma forte relação com as terras e tradições, não havia nesses novos assentamentos a relação com seu *tekoha*, palavra em Guarani que quer dizer “o lugar onde somos o que somos”.

4. O HABITAR INDÍGENA

As habitações indígenas podem influenciar a produção arquitetônica brasileira contemporânea de diversas formas, desde o uso de técnicas construtivas que são passadas de geração a geração, até releituras das formas das casas para proporcionar conforto térmico e praticidade estrutural.

A falta de relatos e desenhos documentados pelos povos indígenas é uma das grandes dificuldades de retratar os movimentos históricos e seus períodos de origem. Os registros existentes são trabalhos desenvolvidos pelos exploradores e pesquisadores que relatavam seus contatos com os povos indígenas.

O arquiteto e escritor Portocarrero (2010), em sua obra “Habitação — Tecnologia indígena em Mato Grosso”, apresenta as análises sobre a pesquisa de Castro Faria (1951), o qual, através de ilustrações, retrata as primeiras habitações indígenas. A habitação tinha sua construção através das folhagens e materiais da natureza, desempenhando sua função de abrigo. A evolução de suas técnicas diferenciava os vários grupos indígenas, os quais apresentavam modelos distintos entre si. As construções de suas edificações possuíam como característica a planta base em forma retangular, redonda ou ogival, tendo como aspecto típico a composição íntegra de seu fechamento com cobertura contínua até sua base. A edificação possuía uma única abertura de acesso.

O contato com os colonizadores ocasionou alterações nas construções indígenas que se refletem até hoje na forma de construir, habitar e analisar a arquitetura. A elevação da cobertura e a construção de paredes representa uma das principais modificações da técnica construtiva. Castro Faria observa que a alteração da cobertura-parede para cobertura elevada, com a construção de parede de fechamento, caracteriza um elemento externo às tradições indígenas, refletindo influência das técnicas construtivas dos colonizadores europeus.

A visão de mundo do colonizador persiste também na concepção de que a tecnologia avançada é entendida como aquela *high tech*, ou seja, baseada em um ideal progressista e supostamente universal. Mas o que deve ser visto, sobretudo nos países latino-americanos, como tecnologia avançada?

Os indígenas possuem uma maneira muito sensível de conceber sua arquitetura. Sua relação do habitar com a natureza vai muito além da utilização de materiais construtivos. Portocarrero (2010) apresenta alguns pesquisadores que relataram a associação das estruturas da edificação indígena com a anatomia do corpo humano ou animal. Essas denominações nos ajudam a entender a relação do indígena com os processos construtivos. Os pilares sustentam a estrutura como as pernas sustentam o corpo, as vigas de sua estrutura servem como elemento de apoio para o fechamento assim como a costela protege e veda nossos órgãos. A base possui seu contato com o solo, assim como nossos pés. A palha cobre e protege a edificação assim como o cabelo protege nossa pele. Essas relações prosseguem com base nas características e funções dos elementos.

Restam hoje, na RID, poucas edificações construídas seguindo a técnica do pau a pique, técnica construtiva que utiliza a terra crua como principal componente, juntamente com madeira, bambu ou cipó, para criar uma trama que sustentará a construção.

Algumas dessas moradias encontram-se na aldeia Bororó e são habitadas por indígenas Kaiowá. Algumas dessas casas possuem uma varanda externa com estruturas de madeira e cobertura com fechamento em palha. A edificação principal, com planta retangular, possui suas estruturas em madeira, chão de terra batida, cobertura com fechamento em palha e lona e paredes construídas com a técnica de pau a pique.

A falta de matéria prima adequada para a construção das casas acaba por dificultar suas finalizações, já que materiais como a terra utilizada nos fechamentos das paredes são provenientes de outras áreas, acarretando maiores custos. Segundo relato dos moradores, essas casas possuem ótima condição térmica, favorecendo o bem-estar interno sem a necessidade de aparelhos mesmo nos dias de calor.

No ano de 2004, devido ao já existente problema de déficit habitacional, o governo federal financiou a construção de

unidades habitacionais dentro da RID, rompendo, assim, com as tradições indígenas construtivas.

Conhecidos por possuírem características sociais mais abertas a outros povos, principalmente aos modos de vida dos *karai*, o constante contato entre o grupo Terena e os não indígenas alterou significativamente o modo de habitar desse povo dentro da RID.

Esse afastamento da cultura indígena fez com que os Terena possuíssem relações socioeconômicas divergentes dos Kaiowá e dos Guarani. A aceitação da cultura e das tradições dos *karai* e a inserção no mercado de trabalho urbano são características que possibilitaram o maior poder econômico desse grupo. Essa diferença social é notada ao relacionarmos as edificações de membros da etnia Terena com as edificações dos demais grupos indígenas.

Atualmente, grande parte das edificações contruídas dentro da Reserva Indígena de Dourados segue o sistema construtivo das estruturas em concreto, alvenarias em tijolo cerâmico, cobertura em madeira e fechamento em telha cerâmica. Esse modo de edificar é conhecido popularmente como “sistema construtivo convencional”. O emprego de muitos indígenas como mão de obra no setor da construção civil, principalmente por parte dos Terena, fez também com que houvesse uma maior capacitação no domínio de técnicas construtivas dentro da reserva.

Durante os movimentos de expansão em direção à Região Oeste no Brasil e a tomada dos territórios indígenas, iniciaram-se diversos conflitos entre os indígenas e os *karai*. A intervenção imediata dos órgãos do governo por meio do Serviço de Proteção aos Índios acabou por delimitar áreas destinadas às diferentes etnias. Apesar disso, essas novas áreas não possuíam nenhuma análise sobre os modos de vida indígenas e suas necessidades. Os territórios escolhidos para a implantação das reservas não apresentavam as características do *tekoha*. Os Kaiowá, cultura que sempre tentou manter-se distante das relações com os não indígenas, utilizavam os recursos da natureza para sua sobrevivência. Ao serem redirecionados para a reserva, onde não havia tantas matas e rios, tiveram seu modo de vida alterado, dificultando suas necessidades básicas.

A falta de materiais, a escassez de campos, a dificuldade de relacionar-se com os *karai* e outros fatores causaram a essa etnia

um déficit habitacional, uma vez que possuíam menos recursos econômicos. Grande parte do desenvolvimento dentro da reserva ocorreu na aldeia Jaguapirú, área habitada principalmente pela etnia Terena, que sempre foi notada por possuir um melhor relacionamento com os *karai* e serem hábeis trabalhadores. O contato com a cultura não indígena e a inserção nos moldes da vida na cidade fizeram com que esse grupo alterasse seus costumes e modo de habitar.

Os índices de violência contra a mulher não foram os únicos a crescer assustadoramente. Há diversos relatos sobre casos de assaltos ou mesmo de assassinatos. Levantamento do Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul (MPF-MS) com números do Ministério da Saúde reflete essa percepção: de 2012 a 2014, a taxa de homicídios entre os indígenas da região de Dourados foi de 101 vítimas a cada 100 mil habitantes — quase o dobro da taxa de homicídios de indígenas no Mato Grosso do Sul, que é de 55,9. Para comparação, os homicídios entre a população geral no estado são cerca de um quarto da taxa na reserva, 26,1 a cada 100 mil. A média brasileira é de 29,2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua origem, os povos indígenas possuíam sua organização por meio do aldeamento, onde grupos familiares viviam e compartilhavam da mesma área. A falta de espaço físico, pela redução de suas reservas, e a perda das tradições, pelo contato indiscriminado com a sociedade envolvente, fizeram com que o modo de agrupamento dentro da reserva de Dourados fosse substancialmente alterado, ao longo dos anos.

Essa limitação da área ocupada é o que determina a atual dinâmica da vida na reserva: tradicionalmente, os Guarani e Kaiowá se dividiam em grandes casas coletivas, distantes quilômetros umas das outras, onde vivam famílias extensas. Hoje, a organização das aldeias se dá pelas famílias cujos núcleos vivem próximos, mas se dividem em casas separadas — cujas características não remetem às referências culturais indígenas —, menores e muito mais próximas umas das outras do que originalmente. Famílias extensas que não necessariamente possuem afinidades entre si são obrigadas a conviver em uma área de tamanho extremamente limitado.

Sem a análise devida de tais alterações no modo de viver dos indígenas da reserva de Dourados, não se pode compreender a gama de problemas psicológicos e sociais que acometem esses povos, na atualidade. Questões como alcoolismo, abandono das tradições, falta de conhecimento de seus direitos, pobreza, fome, suicídio e diversas formas de violência, com destaque para a violência contra a mulher indígena, passaram a fazer parte do cotidiano das aldeias.

As informações levantadas na presente pesquisa permitem verificar que mulheres indígenas representam um segmento particularmente vulnerável daquela região. Tendo em vista que a questão da violência de gênero tem ocupado um espaço cada vez maior no campo da pesquisa e na agenda de entidades governamentais e não governamentais, entende-se, pela análise realizada, ser necessário e urgente que, em todo o país, políticas públicas estruturadas, que incluam instituições especializadas para o acolhimento da mulher indígena, sejam planejadas e implementadas.

REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA REAL. **Pesquisa revela uma década de violência contra mulheres indígenas em São Gabriel da Cachoeira.** Disponível em: amazoniareal.com.br/pesquisa-revela-uma-decada-de-violencia-contra-mulheres-indigenas-em-sao-gabriel-da-cachoeira. Acesso em: 2 jan. 2022.

ARCHDAILY. **Arquiteturas originais brasileiras.** Disponível em: www.archdaily.com.br/br/956191/arquiteturas-originais-brasileiras?ad_source=search&ad_medium=search_result_all. Acesso em: 17 dez. 2021.

ARQUITETANDO DOURADOS MS. **Taxas 2022.** Disponível em: arquitetandodouradosms.blogspot.com. Acesso em: 5 jan. 2022.

BRASIL. **Atlas da violência 2019.** / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 22 dez. 2021.

CAMPO GRANDE NEWS. **Violência contra mulher indígena equivale a menos de 1% das denúncias.** Disponível em: www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/violencia-contra-mulher-indigena-equivale-a-menos-de-1-das-denuncias. Acesso em: 9 jan. 2022.

CONSELHO INDÍGENA MISSIONÁRIO. **Relatório Cimi: violência contra os povos indígenas no Brasil tem aumento sistêmico e contínuo.** Disponível em: cimi.org.br/2018/09/relatorio-cimi-violencia-contra-os-povos-indigenas-no-brasil-tem-aumento-sistemico-e-contínuo. Acesso em: 19 dez. 2021.

_____. **A maior violência contra os povos indígenas é a destruição de seus territórios, aponta relatório do Cimi.** Disponível em: cimi.org.br/2019/09/a-maior-violencia-contra-os-povos-indigenas-e-a-apropriacao-e-destruicao-de-seus-territorios-aponta-relatorio-do-cimi. Acesso em: 22 dez. 2021.

FARIA, Castro. **Origens culturais da habitação popular no Brasil.** Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Secção de Antropologia, n. 12, 1951.

FOLHA DE SP. **Vítimas de violência doméstica, mulheres indígenas tropeçam em distância e idioma para denunciar.** 4 mar. 2020. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/vitimas-de-violencia-domestica-mulheres-indigenas-tropecam-em-distancia-e-idioma-pa-ra-denunciar.shtml. Acesso em: 4 jan. 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **As lutas das mulheres indígenas e negras para serem ouvidas e respeitadas.** Disponível em: www.socio-ambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/as-lutas-das-mulheres-indigenas-e-negras-para-serem-ouvidas-e-respeitadas. Acesso em: 2 jan. 2022.

JORNALISTAS LIVRES. **Violência contra as mulheres indígenas.** Disponível em: jornalistaslivres.org/violencia-contra-as-mulheres-indigenas. Acesso em: 19 dez. 2021.

KANINDÉ — ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNOAMBIENTAL. **Mulheres indígenas e as formas modernas de violência contra a mulher.** www.kaninde.org.br/mulheres-indigenas-e-as-formas-modernas-de-violencia-contra-a-mulher. Acesso em: 5 dez. 2021.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. **Resistência:** os desafios das mulheres indígenas no Brasil. Disponível em: observatorio3setor.org.br/carrossel/resistencia-os-desafios-das-mulheres-indigenas-no-brasil. Acesso em: 12 dez. 2021.

PONTOURBE — REVISTA DO NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA URBANA DA USP. **Mulheres indígenas:** diálogo sobre a vida na cidade. Disponível em: journals.openedition.org/pontourbe/672. Acesso em: 3 jan. 2022.

PORTOCARRERO, Jose Afonso Botura. **Tecnologia Indígena em Mato Grosso:** Habitação. Cuiabá: Ed. Entrelinhas, 2010.

SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES — MS. **Violência doméstica e feminicídio contra a mulher indígena.** Disponível em: www.cnj.jus.br/artigo-violencia-domestica-e-femicidio-contra-a-mulher-indigena; Acesso em: 22 dez. 2021.

_____. **Violência doméstica contra mulheres indígenas.** Disponível em: www.naosecale.ms.gov.br/violencia-domestica-contra-mulheres-indigenas. Acesso em: 22 dez 2021.

_____. **Casa da Mulher Brasileira.** Disponível em: www.naosecale.ms.gov.br/casa-da-mulher-brasileira. Acesso em: 23 dez. 2021.

TOPOGRAPHIC-MAP.COM. **Dourados.** Disponível em: pt-br.topographic-map.com/maps/gi6g/Dourados. Acesso em: 4 jan. 2022.

WEBGIS. **Dourados.** Disponível em: geodourados.dourados.ms.gov.br. Acesso em: 9 jan. 2022.

CARTOGRAFIA DA COVID-19

A SITUAÇÃO DA CLASSE DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO DISTRITO FEDERAL

Lorrany da Silva Arcanjo

RESUMO

O presente artigo busca levantar os aspectos da reprodução social atrelados ao gênero, raça, classe e espacialização das trabalhadoras domésticas do Distrito Federal durante a pandemia do novo coronavírus. Assim, buscamos verificar a relação entre o trabalho feminino e a esfera da vida privada que ganha especial importância em tempos de isolamento, mas, principalmente, entender as dinâmicas sociais, espaciais e sanitárias de um grupo que reúne um conjunto de características socioeconômicas que reflete a realidade de uma grande parte da população brasileira. A proposta metodológica consiste na construção do arcabouço teórico, o feminismo; nas relações produtivas no capitalismo e a mulher; e no trabalho doméstico, a partir de pesquisa empírica e

de dados oficiais e questionário próprio. Por serem inseridas tão cedo nessa lógica, o trabalho doméstico acaba por ser perpetuado ao longo das gerações quase que automaticamente. A naturalização das mulheres no serviço doméstico, na sua própria casa ou como profissão, é parte fundamental da manutenção da ordem dominante. A manutenção das mulheres no setor de serviços de baixa complexidade técnica permite a intensificação da formação de um exército de reserva, o que garante aos contratantes baixos preços frente à ameaça do desemprego. Em momentos de crise, como o que nós passamos, e diante da pouca atuação do Estado na garantia da dignidade básica dessas mulheres, as empregadas domésticas são um dos grupos mais suscetíveis à exposição ao vírus e à perda de seguridade social.

PALAVRAS-CHAVE

*covid-19; pandemia; feminismo classista;
emprego doméstico; reprodução social.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca levantar as problemáticas da reprodução social atreladas ao gênero, classe, raça e espacialização das trabalhadoras domésticas do Distrito Federal durante a pandemia do novo coronavírus. A relevância do tema se revela à medida que são veiculadas notícias, por meio dos portais de mídia, de que mesmo que o serviço doméstico não tenha sido considerado essencial, grande parte dessas trabalhadoras não pôde exercer, de fato, o isolamento social. Na impossibilidade de trabalhar remotamente e de um efetivo plano governamental de auxílio econômico, essas mulheres se viram obrigadas a continuar se expondo ao risco de serem contaminadas, seja no deslocamento pela cidade ou na convivência do ambiente de trabalho.

Em uma sociedade patriarcal como a nossa, o trabalho doméstico, remunerado ou não, é tido como uma atribuição majoritariamente feminina, como nos mostram os dados apresentados no boletim especial de pesquisa de emprego e desemprego (DIEESE, 2019) de 2019, que trata do emprego doméstico no Distrito Federal. O levantamento, feito em 2018, revela que 94,1% dos trabalhadores domésticos são do sexo feminino. Mesmo os homens, que representam a fatia de quase 6% do setor, geralmente, desempenham funções como a de jardineiro e motorista, o que faz com que as mulheres sejam as trabalhadoras domésticas responsáveis pelo trabalho de contato humano direto e pelo trabalho realizado dentro dos limites da casa.

Contudo, não é somente a natureza do trabalho ligada à reprodução social que expõe ainda mais a classe. Cerca de 96,1% das trabalhadoras não moram na cidade onde trabalham, mas nas periferias das cidades mais enriquecidas, ou seja, usam majoritariamente o transporte coletivo para chegar ao trabalho. Meio esse que, por natureza, reúne um grande número de indivíduos, em uma área reduzida, vindos de diversas partes da cidade. Como sabemos, o risco de infecção aumenta significativamente com as aglomerações, intensificando, assim, o risco de contágio múltiplo. Portanto, a utilização desses meios de transporte agrava a situação das mulheres que tiveram que continuar trabalhando durante a pandemia.

Dito isso, a partir dos dados de contaminação e óbitos pela covid-19 no Distrito Federal, busca-se verificar como o Estado

brasileiro e o governo local atuaram em prol da minimização dos riscos em relação ao seu deslocamento pela cidade e à sua permanência na casa, perpassando a relação das trabalhadoras domésticas e a esfera da vida privada que ganha especial importância em tempos de isolamento. Mas, principalmente, busca-se entender, também, as dinâmicas sociais, espaciais e sanitárias de um grupo que reúne um conjunto de características que reflete a realidade de uma grande parte da população brasileira. E, a partir desse panorama, reacender debates já consolidados, perspectivando ações sobre a nova realidade.

1. METODOLOGIA

A proposta metodológica se divide em duas fases: construção do arcabouço teórico e pesquisa empírica. Na primeira fase, desenvolvemos uma investigação teórica sobre feminismo, as relações produtivas e a mulher e o trabalho doméstico no Brasil. Como contraponto ao feminismo liberal, focamos na produção bibliográfica de autoras do feminismo classista nacional dos anos 1960 em diante, momento em que foram dados os primeiros passos na construção do acúmulo teórico feminista, que vai analisar o papel da mulher em uma sociedade de classes no Brasil.

Em uma segunda fase, realizamos a etapa empírica com a coleta e sistematização de dados. Para este capítulo, foram utilizados os dados disponíveis no “Boletim Especial – Emprego doméstico no Distrito Federal (PED-2019)”, “Boletins Covid-19 – Codeplan” e as entrevistas semiestruturadas com mulheres que ocupam cargos de serviço doméstico no Distrito Federal. O recorte temporal proposto é iniciado a partir dos dados da primeira contaminação no Distrito Federal até o período do início da vacinação da população.

2. O TRABALHO FEMININO NO CAPITALISMO

Segundo Marx (2017 [1867]), a partir da instauração do capitalismo como modo de produção dominante, as contradições entre as necessidades humanas e o trabalho se acirraram de maneira nunca vista. O trabalho, nas sociedades pré-capitalistas, é realizado de maneira a produzir um bem cuja função é suprir uma necessidade imediata daqueles que o realizam; ou seja, são

produzidos pelo seu “valor de uso” imediato. A partir do momento em que esses bens úteis são penetrados pelo “valor de troca”, tornam-se mercadoria; assim, os produtores diretos não usufruem do valor de uso desse produto. Se, antes, os seres humanos singulares produziam tudo aquilo que lhes era necessário, a transformação massiva desses artigos em mercadoria possibilita a divisão social do trabalho de maneira ainda mais acentuada. A própria força de trabalho agora se configura como mercadoria, apta a realizar-se em sua venda para outrem, em que o seu valor de uso só se realizará no consumo intermediado pelo mercado.

Isso só é possível com o reconhecimento jurídico desses trabalhadores como livres, donos e legalmente possuidores da sua própria força de trabalho. Se, antes, ainda, o fator econômico era ocultado e justificado pela desigualdade jurídica entre os seres, agora, o trabalhador tem a liberdade de venda da sua principal mercadoria — a força de trabalho — no mercado. A aparente liberdade possibilitada pela igualação jurídica dos seres permite a breve ilusão do poder individual, de que cada indivíduo, por si mesmo, é o responsável por sua ascensão social, mistificando a origem e a causa da socialização da pobreza e miséria entre os trabalhadores, que nada mais possuem a não a ser sua força de trabalho. Entendendo a liberdade como possibilidade de escolhas concretas, desfazemo-nos da ilusão da igualdade abstrata que o mercado oferece, ou seja, a liberdade de contrato entre partes juridicamente iguais e somente. A aparência da liberdade jurídica oculta a desigualdade social entre as classes calcada na exploração das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Nas sociedades pré-capitalistas, as mulheres cuja classe sempre estivera diretamente ligada ao processo de produção nunca se apartaram da atividade laboral. Enquanto a família foi a unidade econômica fundamental, mulheres — e até crianças — desenvolviam atividades relevantes no que diz respeito ao sustento desse núcleo. Não que essa condição, necessariamente, se refletisse em algum grau de igualdade política e jurídica perante os homens de mesma classe ou não, mas as mulheres estavam integradas ao sistema produtivo. De acordo com Saffioti (2013 [1976], p. 64) o desenvolvimento das forças produtivas inaugura um período de maior exploração e marginalização da mulher na sociedade:

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção.

Mesmo com o desenvolvimento amplo das forças produtivas e o alargamento da igualdade jurídica, podemos perceber um contingente de pessoas integradas tardiamente ao processo de produção capitalista. Isso não ocorreu somente no período de implantação e consolidação do novo sistema produtivo, mas é parte do seu *modus operandi*. O que aparenta ser herança passageira de modos de produção anteriores é, na realidade, parte constitutiva do novo modo de dominação das massas, em que características naturais de uma população se tornam marcadores sociais. Fatores naturais como sexo, raça e etnia são instrumentalizados pela ordem burguesa com o objetivo de justificar e possibilitar um nível ainda maior de exploração, acabando por mistificar a origem e a razão das opressões raciais e de sexo como fim em si mesmas, ou como resquícios não congruentes com os princípios do liberalismo econômico, e não como ferramenta de controle econômico e social.

3. O TRABALHO FEMININO NO BRASIL

De acordo com Saffioti (2019 [1976]), o Brasil foi inserido na economia global enquanto colônia portuguesa em uma dinâmica dependente, a serviço do enriquecimento da classe mercantil europeia. A necessidade de grandes contingentes populacionais não livres era necessária para que houvesse o controle econômico nas colônias, já que existia aqui uma grande quantidade de terras e uma população livre poderia realizar sua própria produção, o que não era vantajoso para a classe dominante, tendo em vista a função do Brasil na divisão internacional do trabalho é caracterizada pela exportação de produtos primários, pois, em um contexto no qual

a população tem a posse de um terreno para cultivo próprio, a dominação e consequente exploração por meio do assalariamento é dificultada.

Com o decorrer do tempo, a mão de obra escravizada dificultava a plena implantação do capitalismo desenvolvido no Brasil, já que o pagamento da força de trabalho por meio do salário é o que permite que os trabalhadores do território também se tornem mercado consumidor. É necessário, no entanto, desfazer um equívoco comum: tanto no assalariamento como no uso da mão de obra escravizada há, por parte do capitalista, a apropriação do excedente gerado pelo trabalhador. Além disso, o trabalho escravo é inconciliável com o emprego das tecnologias que foram sendo desenvolvidas e logo se tornou uma barreira para o desenvolvimento da economia capitalista nacional. Com a abolição da escravidão, a burguesia nacional empregou trabalhadores imigrantes, marginalizando os recém libertos, criando, assim, um exército de subocupação, configurando a classe trabalhadora brasileira como conhecemos hoje.

4. A COOPTAÇÃO DO FEMINISMO PELA PERSPECTIVA LIBERAL

Existe no bojo do que chamamos de teoria feminista uma grande disputa de correntes em curso, não só no Brasil, mas em todo o globo (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Nesse sentido, grande parte do feminismo no Brasil é composto por uma série de pensadoras e militantes que tratam do campo sobre diferentes perspectivas. No início do nosso recorte de tempo de análise de produção teórica sobre a condição da mulher dentro da sociedade capitalista, de 1960 até os dias atuais, os recursos disponíveis eram bastante escassos, visto que a maioria da literatura sobre o assunto ou não existia ou só estava disponível em outros idiomas que não o português. Mesmo vencendo a barreira da linguagem, ainda tropeçamos na perspectiva de realidade frente às condições históricas e sociais de cada país.

Em nossa conjuntura atual, ambienta-se uma hegemonia do pensamento feminista liberal como sinônimo do feminismo em si, que acaba por tornar as reflexões e debates sobre a questão da mulher extremamente superficiais. O que se prega e o que se é permitido levantar como saída se resume à proposição de

soluções vendidas como universais, mas que, no fim, resolvem ou aparentam resolver o problema de uma parte ínfima da população. É cada vez mais comum observarmos a associação da emancipação feminina a uma perspectiva individualizante. Não é raro depararmos com campanhas pela diversidade de cargos de trabalho como forma de empoderamento, quando, na verdade, promovem uma suposta mobilidade social para aquelas que, no geral, já detinham essa possibilidade.

O feminismo liberal, na sua suposta defesa da liberdade de escolhas, defende que cada mulher é responsável por conquistar, por meio das relações de mercado, a possibilidade de mobilidade social e, conseqüentemente, de poder dentro da sociedade. E que, somente cabe a cada uma, buscar ascender ao topo por “mérito próprio”. Ao longo dos anos, pudemos enxergar melhor as contradições dessa corrente, que partiu da cooptação de pautas emergentes com o esvaziamento do seu teor de mudança das estruturas que sustentam o patriarcado. O que o feminismo liberal fez ao longo dos anos foi aglutinar palavras de ordem que agradassem os ouvidos dos mais desatentos ao mesmo tempo em que não questiona a origem e formas efetivas de combate às opressões de gênero.

5. O FEMINISMO DA CLASSE TRABALHADORA

Em contraposição à falácia do feminismo liberal em dialogar com a realidade da maioria das mulheres, o feminismo classista iniciou sua produção teórica no Brasil na década de 60 do século passado. Para tanto, foi preciso buscar por metodologias de entendimento da totalidade do ser mulher na sociedade capitalista. Nesse cenário de escassez de literatura que desse conta da real apreensão de como pensar a questão da mulher na sociedade de classes, uma brilhante autora se propôs a dar os primeiros passos para preencher essa lacuna na literatura. Para tal, Heleieth Saffioti se utilizou do materialismo histórico dialético enquanto método, que fora por Karl Marx e Friedrich Engels em meados do século XIX. Esse método apreende o objeto de estudo a partir de diferentes níveis de abstração, partindo das condições materiais, dando conta do estudo do objeto a partir da totalidade.

Ao contrário do feminismo liberal, que vai usar a perspectiva individual da mulher-particular para se criar uma regra geral,

o feminismo marxista faz o movimento contrário, enxergando a realidade concreta e o papel das mulheres trabalhadoras na sociedade capitalista, que são a grande maioria. O clássico “A origem da família, propriedade privada e do Estado” de Friedrich Engels (1985 [1884]), busca as bases da origem das desigualdades que vão desembocar na instrumentalização do patriarcado e em prol do capitalismo e como essa opressão está intimamente imbricada na sociedade burguesa, de modo que não se sustenta sem ela. Certamente, o capitalismo não criou o machismo, mas se beneficiou dele, o estimulou e lucra até os dias de hoje com o aprofundamento da opressão sexista de maneira a torná-lo um dos principais pilares de sua dominação.

Já em Marx (2013 [1867]), podemos verificar a constatação da reprodução social, que é o conjunto de atividades necessárias à produção e reprodução da vida humana, tanto no sentido de nos mantermos vivos, como também a postos para voltar a produzir no dia seguinte em plenas condições como força de trabalho. Essa reflexão é fundamental ao feminismo marxista, que aprofunda o estudo das relações do trabalho feminino no capitalismo em complemento ao entendimento clássico de exploração da mão de obra trabalhadora levantada por Marx e Engels, como sendo a apropriação do mais-valor do operariado durante o processo produtivo *stricto sensu*. Autoras marxistas, já no século XX, apontaram a exploração envolvida na reprodução social, que é a atividade que possibilita, em primeiro plano, a existência do trabalhador.

6. REPRODUÇÃO SOCIAL E A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS NO DF

Com o desenvolvimento da pesquisa, é possível constatar algumas problemáticas no que diz respeito ao cerne do que este trabalho busca desenvolver. O último Boletim Especial acerca do levantamento de dados do emprego doméstico é de 2019. Além do pouco distanciamento temporal do fenômeno que analisamos, dado que ainda atravessamos o processo pandêmico no país apesar do andamento da vacinação, os dados fornecidos pela Secretaria de Saúde e os boletins de Emprego e desemprego não possuem variáveis comuns para que seja possível um cruzamento de dados acerca do tema, causando um vácuo de informações.

Ou seja, mesmo com os dados do emprego doméstico no DF e de contaminação, não é possível correlacioná-los pela incompletude do registro dos pacientes que procuram os serviços de saúde.

A partir da análise dos boletins da covid-19 produzidos pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN, 2020), podemos verificar essa incompletude de dados necessários para o direcionamento de políticas públicas de auxílio às populações mais afetadas. Só a partir do quinto boletim é que os dados de raça e sexo começaram a ser registrados; nele, podemos verificar a primeira importante constatação: apesar de os homens sofrerem com maior incidência da doença e morte, as mulheres possuem uma maior taxa de letalidade. Nesse mesmo documento, podemos extrair os dados acerca da raça dos residentes do DF que possuem acesso à planos de saúde, mais de 70% da população negra não possui vínculo com esse benefício.

Esse não recolhimento de dados de raça, sexo e gênero relacionados à classe e ocupação dessas pessoas também oculta o real impacto da covid-19 na população do Distrito Federal. A falta de uma sistematização e registro das variáveis envolvidas nos dados de contaminação e óbito não permite um direcionamento de campanhas de apoio às empregadas domésticas, grupo social que reúne diversas fragilidades que colocam em risco sua vida e sustento durante o período. Como forma de realizar um registro que levasse em conta todos esses fatores a partir da escuta dessas mulheres, fizemos quatro entrevistas com moradoras do DF. Os resultados dessa pesquisa permitiram a documentação de suas vivências, já que o trabalho não se propõe a levantar um panorama estatístico do recorte descrito, em que se encontram as trabalhadoras domésticas.

Para tal, buscamos as orientações recomendadas para que essas mulheres tivessem o suporte necessário para a manutenção de sua saúde e segurança durante esse período, buscando relacioná-las com a experiência individual de cada uma. Ao final de março de 2020, o Ministério Público do Trabalho (MPT, 2020) emitiu uma nota técnica acerca do trabalho doméstico, cuidadores e trabalhadores da limpeza com orientações para a segurança sanitária desses profissionais. Dentre as recomendações, destacamos os seguintes trechos que vão desde a disponibilização de materiais de higiene e proteção individual até a dispensa dos serviços prestados com a manutenção dos salários:

- a) *GARANTIR que a pessoa que realiza trabalho doméstico seja dispensada do comparecimento ao local de trabalho, com remuneração assegurada, no período em que vigorarem as medidas oficiais de contenção da pandemia do coronavírus, excetuando-se apenas as hipóteses em que a prestação de seus serviços seja absolutamente indispensável, como no caso de pessoas cuidadoras de idosas e idosos que residam sozinhas, de pessoas que necessitem de acompanhamento permanente, bem como no caso de pessoas que prestem serviços de cuidado a pessoas dependentes de trabalhadoras e trabalhadores de atividades consideradas essenciais nesse período [...];*
- b) *GARANTIR que trabalhadoras e trabalhadores domésticos sejam dispensados do comparecimento ao local de trabalho, com remuneração assegurada, pelo período de isolamento ou quarentena de seus empregadores. Para quem não for dispensar a empregada doméstica, estabelecer alguma flexibilidade de jornada de trabalho, por conta do funcionamento reduzido de serviços de transporte, entre outros;*
- c) *ESTABELECEER política de flexibilidade de jornada, observados o princípio da irredutibilidade salarial e a manutenção do emprego, na ocasião em que serviços de transporte, creches, escolas, dentre outros, não estiverem em funcionamento regular em razão do atendimento a medidas oficiais de contenção da pandemia do coronavírus, quando houver impossibilidade de dispensar o trabalhador do comparecimento ao local de serviços; e*
- e) *FORNECER às trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos e diaristas, aí incluídos os intermediados por plataformas digitais, em razão do enquadramento do risco ocupacional, equipamento de proteção individual, consistente em luvas, máscara, óculos de proteção e álcool a 70% para higienização [...].*

A partir dessas premissas, estruturamos um questionário para verificar a aplicação dessas orientações por meio do relato de quatro mulheres moradoras da Região Administrativa de Itapoã com cargos no serviço doméstico dentro dos limites do Distrito Federal. Nele, pudemos observar empiricamente as condições em que o trabalho doméstico se desenvolveu durante o processo pandêmico. As quatro entrevistadas se encontram na faixa etária

que vai dos trinta aos cinquenta anos de idade e se autodeclararam pretas ou pardas. Entre as três que são casadas, cada uma possui ao menos três filhos, a única entrevistada solteira não possui filhos. Somente uma delas nasceu no Distrito federal, as demais vêm de estados do Nordeste e Sudeste do Brasil.

Quanto à caracterização das atividades e funções exercidas por essas mulheres, elas relatam que exercem mais de uma função como cozinhar e realizar a faxina da casa. Três delas iniciaram na profissão ainda adolescentes. A entrevistada restante começou no serviço doméstico após perder o emprego no setor secundário. Metade delas trabalha de maneira informal e em regime mensal de assalariamento; três delas não possuem outra forma de renda complementar. No que tange à seção do questionário que avalia as condições dessas mulheres durante a pandemia, as quatro entrevistadas não receberam nenhum dos auxílios emergenciais federal ou distrital. Todas elas mantiveram suas jornadas normalmente após o início do período de isolamento social e não sofreram perdas salariais durante o período.

Quanto aos dados de contaminação, três delas foram acometidas pela covid-19 ou não têm certeza se o período que passaram doentes era, de fato, em decorrência da contaminação pelo coronavírus. A incerteza de uma delas se deu por falta de acesso aos testes que comprovariam essa contaminação. Inclusive, uma delas relatou que a sua empregadora e sua família teriam sido acometidas pela covid-19 dias antes de ela perceber que também havia sido contaminada. Em relação a essa última questão, todas elas conseguiram uma interrupção de 14 dias de quarentena até que retornassem ao trabalho, sendo que duas delas conseguiram se isolar dos outros moradores dentro de casa. Porém, enquanto estavam doentes, continuaram a ser as responsáveis pelo trabalho doméstico, quando a função não era repassada às filhas dessas mulheres, crianças e adolescentes.

CONCLUSÃO

Em oposição ao feminismo liberal, que vai usar a perspectiva individual da mulher-particular para se criar uma regra geral, o feminismo marxista faz o movimento contrário. Parte da realidade concreta e do papel das mulheres trabalhadoras na sociedade capitalista que são a grande maioria. Já em Marx, podemos

verificar o conceito de reprodução social, que é o conjunto de atividades necessárias à produção e reprodução da vida humana, em complemento ao entendimento clássico de exploração da mão de obra trabalhadora levantada por Marx e Engels, como sendo a apropriação do mais-valor do operariado durante o processo produtivo. Autoras marxistas, já no século XX, apontaram a exploração envolvida na reprodução social, que é a atividade que possibilita, em primeiro plano, a existência do trabalhador.

Ao contrário do que observamos no senso comum, a grande contribuição do marxismo se deu no plano de compreensão do que é e como funciona a sociedade burguesa a partir do entendimento do que é o ser dentro dessa sociedade. O que foi essencial resgatar dos fundamentos da teoria marxista é a centralidade do trabalho, que é a primeira e mais importante das objetivações do ser humano. É o trabalho, mediação consciente do ser com a natureza, com objetivo de suprir as suas necessidades, que realiza a manutenção da condição de sobrevivência do ser humano como tal. Em uma sociedade de classes, onde a igualdade entre as pessoas é somente jurídica, a propriedade privada dos meios de produção, que permite a exploração de um ser sobre o outro, determina as possibilidades do ser, enquanto ser, na sociedade.

O papel produtivo da mulher nessa sociedade, por meio da reprodução social, passava despercebido enquanto era elemento fundamental na acumulação de capital. A naturalização das mulheres no serviço doméstico, na sua própria casa ou como profissão, é parte fundamental da manutenção da ordem dominante, no entendimento de que são as mulheres quem arcam com a manutenção da reprodução social de todos os trabalhadores a custos mínimos ou nulos. A manutenção das mulheres no setor de serviços de baixa complexidade técnica permite a intensificação da formação de um exército de trabalhadores de reserva, o que garante aos contratantes baixos preços frente à ameaça do desemprego. Em momentos de crise, como o que nós passamos e diante da pouca atuação do Estado na garantia da dignidade básica dessas mulheres, as empregadas domésticas são um dos grupos mais suscetível à exposição ao vírus e à perda de seguridade social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte (MG): Letramento (2018).

ARRUZZA, C.; Bhattacharya, T.; Fraser, N. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

CODEPLAN. **Boletim Covid-19**. Disponível em: www.codeplan.df.gov.br/boletim-covid-19. Acesso em 07 fev. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DIEESE. **Boletim Especial** — Emprego doméstico no Distrito Federal (PED-2019). Disponível em: www.dieese.org.br/analiseped/2019/2019empreDomBSB.html. Acesso em 07 mai. 2021.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985[1884].

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**. Editora Elefante, 2019.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: Silva, L. A. *et al.* **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Ciências Sociais Hoje, Brasília: ANPOCS, 1983.

MARX, K. **O Capital** — Livro I — crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. MPT.

NOTA TÉCNICA CONJUNTA 04/2020. PGT/COORDIGUALDADE/CODEMAT/CONAETE/CONAFRET/CONAP. Disponível em: mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-tecnica-no-4-coronavirus-1.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 1976.

MULHERES NA PANDEMIA

COSTURAS SOBRE NARRATIVAS E NÚMEROS

Júlia Bianchi

RESUMO

O presente trabalho visa a tecer um diálogo entre o estudo cartográfico e estatístico desenvolvido no âmbito do Observatório de Gênero Amar.é.linha e os retratos narrativos de três mulheres moradoras do Distrito Federal — Nara, Diana e Helena. Assim, busca-se aprofundar as discussões numéricas, e debater a experiência corpórea feminina como agente do espaço, partindo de duas óticas, a CASA e a RUA. O objetivo central do artigo é entender as percepções do espaço, descrito por essas mulheres, isto é, suas experiências, necessidades e vulnerabilidades, às quais foram expostas em face ao cenário pandêmico cuja dispersão viral é indissociável da discussão sobre a distribuição do espaço entre os diferentes segmentos sociais. Dentro dessa construção, aviva-se o questionamento: quais os efeitos da pandemia no cotidiano, nas experiências materiais, corpóreas das mulheres?

PALAVRAS-CHAVE

mulher; pandemia; narrativa; memória; Brasília.

INTRODUÇÃO

Em Brasília, desde os primeiros meses da pandemia, as mulheres representam a maioria das pessoas infectadas pelo vírus SARS-CoV-2, causador da doença covid-19, somando, até o 2021, segundo boletim próprio, mais de 54,8% do número total de infecções. Além da infecção, a pandemia trouxe encargos adicionais para as mulheres, tanto no trabalho de cuidado e nas tarefas domésticas, quanto nas incertezas emocionais e financeiras. Este artigo tem por objetivo tecer um diálogo entre os retratos narrativos de três moradoras da capital federal do Brasil — Nara, Diana e Helena¹, selecionadas a partir de dois critérios: eram mulheres que atravessavam a cidade para trabalhar em 2020 e que faziam parte de um círculo próximo, com quem havia contato prévio, para garantir a segurança sanitária devido ao isolamento social.

O trabalho se voltou a mapear as percepções espaciais descritas por essas mulheres, suas vivências, necessidades e vulnerabilidades frente ao cenário de pandemia. Acompanhando o rastro do vírus pelas suas perspectivas, entendemos que a contaminação geoespacializa-se de forma diferenciada em distintos segmentos sociais. Assim, procuramos resposta ao questionamento: quais os efeitos da pandemia no cotidiano, nas experiências materiais, corpóreas das mulheres?

Dada a complexidade das questões que explicam sua difusão espacial, aproveitamos a oportunidade ímpar de uma discussão pautada na premissa de que os fatos sociais são coletivos, mas o sofrimento se encontra na esfera individual — corporal e habitual. Assim, encontramos na fatal limitação da experiência estatística, estreitamento e novos caminhos. Nessa tentativa de transpor a perspectiva aérea fornecida pelos dados e números — que, apesar de cruciais, não incorporam experiências sensíveis ao corpo e à realidade cotidiana —, delineou-se o recorte da memória.

Ao nos apoderarmos da metodologia da história oral, entendemos que as narrativas são construídas no tempo presente, e atravessadas por lembranças e memórias que reafirmam uma construção singular². Nos moldes de Eclea Bosi (2000, p. 16), tem-se que “a memória enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto. A história se liga apenas às continuidades temporais, às evoluções e às relações entre coisas”.

1. Quanto aos processos metodológicos, utilizamos os métodos apresentados por Verena Alberti (2005), seguindo as etapas sugeridas por ela: primeiro uma bibliográfica prévia, depois a formulação de um roteiro semiestruturado para entrevista temática, gravação em suporte de áudio, transcrição, conferência de fidelidade, copidesque e, finalmente, a análise. A fim de assegurar a privacidade das participantes, os nomes utilizados são fictícios. As três mulheres foram entrevistadas com base em um roteiro semiestruturado, que orientou breves reuniões remotas, de duração média de 40 minutos. As entrevistas ocorreram por plataforma digital, em março de 2021, e gravadas com suporte amador de áudio, feitas por gravadores de celular. Nara, Diana e Helena são moradoras do Jardim Botânico, São Sebastião e Guará, respectivamente, na faixa etária de 47 a 53 anos, e se autodeclararam mulheres brancas.

2. Para Verena Alberti, o documento de história oral guarda uma especificidade que o distingue de outras fontes, portanto, convém manter as características da linguagem falada. Assim, as transcrições presentes neste artigo preservam trechos com marcas *in verbis*, acolhendo a singularidade do registro narrado.

Logo, buscamos debater a experiência corporal feminina como agente do espaço, a partir de dois eixos temáticos, CASA e RUA: ao evocar os termos, intenta-se estruturar referenciais espaciais e sociológicos que permitam refletir sobre os diálogos emergentes sobre o papel da mulher e sua relação com a cidade.

O primeiro eixo se dedica às ações de cuidado, guiadas pelas vivências cotidianas do **lar**, acolhendo a discussão sobre as sobrecargas de gênero e as ressignificações do espaço da casa. Em um segundo momento, a atenção volta-se para a reflexão sobre a mulher diante das vulnerabilidades presentes no espaço urbano, situando a realidade dos padrões de mobilidade, o uso de transporte público, e as alterações das rotinas de trabalho e deslocamento das mulheres do Distrito Federal.

[Helena] *Meu nome é Helena, tenho 50 anos, sou enfermeira e técnica em enfermagem. [...] E agora eu estou fazendo especialização em hemodiálise [...] e em pandemia; mesmo no hospital, eu arrumei um paciente particular. Aqui em casa mora só eu e João, a gente mora aqui no Guará já tem 18 anos [...] e é ele estudando, eu trabalhando, arrumando casa, fazendo comida, limpando chão, estudando, eu também estudando, trabalhando.*

[Nara] *Meu nome é Nara. Eu tenho 53 anos. [...] Eu sou formada em administração de empresas [...] e há uns 5 anos eu também passei a trabalhar na área de alimentação. [...] Na minha casa mora só eu e meu marido. Somos só nós dois, nós não temos filhos. Mas com a minha família eu convivo diariamente, [...] minha mãe, da minha irmã, dos meus sobrinhos, [...] se não todo dia, pelo menos algumas vezes na semana. Vida simples.*

[Diana] *Meu nome é Diana, tenho 50 anos. [...] Me formei em manicure, depiladora e massagista. Trabalhei muitos anos nessa área, só porque chega um ponto que a gente se cansa, a gente quer mudar de profissão. Aí, eu comecei a fazer faxina, e eu gostei. [...] E ainda fazendo unha, depilação e massagem. Mora eu, meu marido e minha filha com meu netinho [...] em São Sebastião [...], e minha mãe que veio para cá em dezembro, e está comigo agora.*

1. A CASA

As paisagens da casa aqui analisadas esboçam a composição do lugar que acolhe, configura trocas e vivências singulares, individuais e coletivas, ancoradas a partir de sua inserção enquanto dimensão política, social e econômica. Ao se debruçar sobre as relações de gênero e poder que perpassam as crônicas cotidianas, são expostas assimetrias estruturais — as quais, em tempos pandêmicos, são ainda mais potencializadas, e revelam contradições e desigualdades enraizadas em diferentes esferas, aqui em especial, diante do cuidado e do trabalho. Para Araújo (2020, p. 17),

Uma das diretrizes importantes que a teoria crítica feminista evidência é considerar a casa como um objeto concreto, constituído de espaços de vivências, individuais e coletivas, de construção de representações e de papéis sociais, que variam no tempo e no espaço, de experiências agradáveis e angustiantes, de alianças e de luta, de descanso e de trabalho, distanciando-se, portanto, de uma visão mais idealizada e romantizada da casa. Sua escolha metodológica — tanto do ponto de vista do objeto, a casa, lugar historicamente entendido como “o lugar da mulher”, quanto do ponto de vista do universo, principalmente se esse pertence a uma sociedade de base fundamentalmente patriarcal (como no nosso caso) — privilegia a discussão das relações sociais de gênero aplicada ao espaço doméstico.

Assim, diante da perspectiva pandêmica, a casa amplifica seu sentido enquanto síntese dos espaços-tempos cotidianos, e, como reflete Ana Fani (2020, p. 10), configura a subversão das relações casa–cidade, que incorpora para os limites do lar as responsabilidades e cotidianos antes dissolvidos pelo território da cidade.

As três mulheres narram a imagem da casa como local de proteção e conforto, que é seguro por se encontrar sob suas ciências e domínios. Helena narra em diferentes pontos de sua entrevista, como seu lar é seu lugar paz, especialmente quando em confronto com a realidade da rua: “[...] o que foi mais difícil foi precisar sair; se você está em casa, e se eu estou dentro da minha casa, eu estou em paz”. Para ela, a casa reforça seu “castelo”, nas suas palavras: “[...] o fato de ficar dentro de casa não me abala.

Lógico que eu gostaria de ir a um boteco, tomar uma e conversar [risadas]”. Nara articula esses mesmos valores quando fala sobre se sentir segura em casa:

[Nara] Dentro de casa a gente se sente mais seguro, eu me sentia mais segura [...] porque eu sabia que ali eu estava tomando os cuidados. Ai quando você sai, você não sabe se lá fora as pessoas estão tomando os cuidados. Ai você fica mais apreensivo, e ao chegar em casa a gente faz todo processo de limpeza e tudo.

Tal percepção do lar enquanto refúgio se contrapõe às sobrecargas na gestão do domicílio, que recaem expressivamente sob a responsabilidade da mulher. Em 2021, o estudo “Uso Do Tempo em Trabalhos Não Remunerados no Distrito Federal”, baseado nos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2018, revelou que as 92,2% das mulheres brasileiras afirmaram estar envolvidas nos afazeres domésticos, sendo a indicação entre os homens de 76,5%, uma diferença de 15 pontos percentuais (CODEPLAN, 2020, p. 24). A pesquisa registra, ainda, que mulheres dedicam 9 horas a mais semanalmente a esses trabalhos do que homens, sendo a maioria em quase todas as categorias de análise, que incorporam tarefas de manutenção, limpeza e organização. O hiato percentual aumenta ainda mais quando considerado o perfil socioeconômico; conforme decai a renda familiar, mulheres passam a dedicar mais horas a esses cuidados.

Ainda nesse sob o mesmo enquadramento, a pesquisa “Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia” revela que as demandas da casa aumentaram, sendo que 61,5% afirmam que as sobreposições de responsabilidades do trabalho doméstico e de cuidados interferiram na execução de seus trabalhos remunerados; para 4% delas, inviabiliza totalmente; e para 34,5%, não dificulta (GÊNERO E NÚMERO, 2020, p. 24).

As mulheres entrevistadas neste artigo, por mais que relatem ter “ajuda” de seus companheiros, ainda se sentem como as principais responsáveis por administrar os serviços da casa. Em seus depoimentos, Nara e Helena descrevem o quanto sentiram intensificar esses afazeres, ampliados não somente em volume e pela presença contínua dos membros de suas famílias em casa, mas também por sentirem a pressão de ter o cuidado com a casa

atrelado intimamente à saúde e segurança de seus familiares. O alarde de ser a responsável pela integridade do lar pressiona para que tarefas sejam realizadas minuciosamente e constantemente. Esses retratos são narrados com ênfase nas falas de Nara e Helena a seguir:

[Nara] *então, esses trabalhos domésticos aumentaram. Muito. Limpeza com a casa, **limpeza de maçanetas**, essas coisas... Antes, por mais que você fizesse, não se fazia toda hora. E aí, você passou a fazer isso com mais constância, e isso é cansativo. Aumenta muito o trabalho do dia a dia. E como eu passei a fazer almoço aqui também [serviços de entrega de marmitas], então esse trabalho aumentou muito, porque eu ficava aqui embaixo fazendo todo esse cuidado com alimentação que eu ia servir. Esse cuidado mais e mais e mais e mais [...], mas dentro de casa, por mais que a gente sentiu que o trabalho aumentou, como você tinha um cuidado eu me sentia... a gente se sente mais segura.*

[Helena] *[...] quando foi aquele “boom” da pandemia, para gente era algo desconhecido, e a gente tinha muito medo. Hoje a gente não tem mais aquele medo, é mais o receio, né, lógico que é uma doença perigosíssima. Mas o que mudou na verdade na rotina de casa, foi porque o Jorge [filho] saía pra UnB e passava praticamente o dia fora [...], mas a minha rotina de trabalho não mudou porque como é serviço essencial, eu não parei de trabalhar. Eu só fiquei assim com mais receio, a gente começou com aquela limpeza de mão, limpeza das coisas, e assim eu sempre limpo muito aqui em casa, então assim... mudou porque eram coisas que eu não limpava: **a maçaneta da porta, a chave do carro**. Isso aí eu comecei a limpar demais.*

Nesse momento, parece simbólica a imagem do objeto; antes meras decorações, ou elementos não significativos, agora são vistos como portais de infecção, condutores do vírus, que geram risco à vida. A maçaneta, as chaves, os sapatos, passam a ser reflexos imediatos do contato externo, e, portanto, do contágio.

Para Nara, os atravessamentos da pandemia incorporam respostas de resiliência e cuidado, ao lidar com o desamparo do desemprego e a necessidade de reestruturação rápida. Antes, ela era funcionária de vendas em uma empresa de transporte rodoviário, e seu dia a dia era marcado por idas e vindas nas casas

de clientes, circulando pela cidade essencialmente de carro, e aos fins de semana vendia marmitas na área de convivência de onde mora, até chegar a pandemia e ter suas duas fontes de renda interrompidas, uma brusca mudança em sua rotina:

[Nara] [...] realmente se modificou do dia para noite, se modificou de uma maneira muito grande, eu tive que trabalhar em casa, [...] e não era trabalhar como home, fazendo serviço em casa que eu fazia, não, eu tive que fazer um outro serviço, agregar... Eu precisava né, a gente precisava sobreviver.

Em vários trechos da entrevista, Nara se refere a esse momento inicial como uma luta: “a gente [ela e o marido] ficou meio sem saber como agir. Foi assim... foi um cruzado de direita. [risadas] a gente ficou atordoado”. Ao relembrar os aspectos de sua vida que foram mais afetados com o decreto de *lockdown*³, instaurado em março de 2020, ela versa com preocupação e pesar sobre como teve sua função desligada, e mais uma vez reconta por meio de metáforas de luta:

*[Nara] afetou em tudo. Tudo mesmo. Grandemente. **Eu digo que a pandemia me pegou, jogou na parede, e pisou em cima, assim, literalmente.** Porque eu trabalhava numa empresa [...], era levantar a cartela de clientes, visitar esses clientes, negociar com esses clientes, e trazê-los para trabalhar conosco, utilizando nosso serviço de transporte. Então, a área comercial principalmente, essa área “sala de visitas” ela foi... ela deixou de existir. [...] E aí, quando começou a pandemia, esse serviço foi extinto. Passou a ter só contato por telefone, então, eu perdi meu emprego.*

Diante da face mercadológica da pandemia, a logística de muitos empregadores deixou cargos entregues à obsolescência, descrevendo um processo de meras substituições, como foi o caso de Nara; na impossibilidade de realizar seus trâmites pela cidade para exercer sua profissão, seu cargo foi extinto e ela perdeu seu emprego. Nas reflexões de Ana Fani (2020, p. 11), tal processo reproduz uma nova configuração das relações de trabalho, trazendo como consequência a diminuição dos direitos trabalhistas duramente conquistados.

3. O Decreto n.º 40.539, de 19 de março de 2020, estabeleceu diretrizes para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus no Distrito Federal, com fechamento de serviços considerados não essenciais.

Por sua vez, Diana tem o cuidado da casa como profissão, e narra sentir enormemente o aumento de tarefas não em sua própria casa, mas nas residências em que trabalha: “[...] nas casas que eu trabalho agora é outra rotina”. Segundo o relatório publicado pela ONU Mulheres, trabalhadoras domésticas enfrentam os desafios decorrentes da maior carga de cuidados devido ao aumento do trabalho não remunerado nas residências e do cuidado das crianças pelo fechamento das escolas; por outro lado, vivem a possibilidade de perda da renda porque são consideradas um risco de contágio para as famílias para as quais trabalham⁴.

[Diana] [...] Eu chegava na casa e ia embora com a casa sem ninguém. Hoje eu entro na casa e vou embora com a casa cheia. Era tudo mais fácil de arrumar, agora está o dobro pior. Que aí faz almoço, suja vasilha. Antigamente, o pessoal não comia em casa, né, então, assim, é muito mais trabalho! [...] Está tudo mais sujo, a casa está muito mais suja. Era casa de final de semana que eu limpava, agora não, é a casa de todos os dias, com gente dentro. E todas as casas que eu trabalho, é assim. Além disso, é muita bagunça de folha, de caderno, para todo lado [se referindo a itens de home office]. A gente não sabe onde colocar. É tanta coisa.

Diana é empregada doméstica, manicure e depiladora de São Sebastião, casada, mãe de três mulheres já adultas, e tem um neto de sete anos de idade. Ele e sua mãe partilham a casa com ela. No andar de cima, ficam Maria e o filho, e embaixo, Diana, seu marido e sua mãe, que sofre com as enfermidades do Alzheimer. Ao lembrar o início da pandemia, Diana narra um momento de muita tristeza que passou por intensas mudanças e incertezas, em que teve que retornar a sua cidade natal para cuidar da mãe doente, ao mesmo tempo em que teve muitas baixas em sua clientela.

[Diana] quando a pandemia chegou, foi uma época muito triste, porque eu já tinha perdido muito cliente no salão, e tinha pegado mais faxina. Só que eu fiquei um mês parada. Nesse mês foi bom, porque foi a época que a pandemia estava mais em alta, foi o começo da pandemia. Aí todas as minhas patroas me dispensaram, e eu fui pra Minas cuidar da minha mãe. E foi uma fase que minha mãe estava muito doente, e estava precisando de

4. MULHERES, ONU. **Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: Dimensões de gênero e na resposta** (2020).

Disponível em:



Acesso em: 17
out. 2021

mim. Fiquei com a minha mãe por 45 dias. Recuperei a minha mãe. E foi na época que as pessoas voltaram a me chamar para trabalhar. Foi quando eu voltei para Brasília.

Nesse compasso, as experiências de Diana descortinam outra interface do cuidado — o cuidado com o próximo. Como seu trabalho é parte importante para o sustento do lar, ela o manteve num ritmo intenso, o que por vezes parece distanciá-la da percepção dos perigos da pandemia. Ainda assim, continuou posicionando o bem-estar de sua mãe e de filha mais nova, que tem a saúde mais fragilizada, em foco durante todo esse período:

[Diana] [...] e o medo de contrair o vírus, principalmente por conta da Marina, que estava muito frágil, porque ela teve dengue hemorrágica. E meu medo era de pegar e passar para ela, porque ela estava trabalhando até então em casa, de lockdown. Aí, eu que saía para trabalhar, mais o Gilberto [esposo]. [...] Nesse intervalo, minha mãe adoeceu, e a gente a trouxe para cá. Já estou com cinco meses cuidando dela aqui em casa, e trabalhando todos os dias, e graças a Deus assim, mantendo a distância das pessoas, usando máscaras nas horas certas. A gente está lutando contra o vírus. Estamos vencendo, mas é uma luta do dia a dia.

Ao revisitar o campo dos números, relembramos a pesquisa “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, que revelou que quase 50% das mulheres entrevistadas são responsáveis por cuidar de outra pessoa. Destas, 42% o fazem sem apoio de pessoas de fora do núcleo familiar, sendo incorporado nesse recorte não só pessoas que vivem alguma situação de dependência direta, como filhos e idosos, mas também aquelas que possuem relações interdependentes, como adultos saudáveis.

Nessa senda, Nara, em seu depoimento, retrata a sensação de estar sempre muito atenta às situações paralelas que predizem a ação do cuidado com o próximo, e que isso lhe pesa física e emocionalmente: “Quando chegava no final do dia, eu estava muito cansada, porque esses excessos, de estar sempre em alerta. É o alerta que liga, né. [...] E o medo também de você ter passado batido em algumas situações do dia a dia, que poderia ter acontecido, né”. Ela continua:

[Nara] [...] porque assim, o que é que essa doença trouxe para nós? Porque você precisa se cuidar, porque você precisa cuidar do outro também. A responsabilidade é a responsabilidade como outro. Então, a gente tinha sempre esse cuidado de não colocar o outro que estava ali confiando em você, seja meu marido, seja minha mãe, seja um cliente, em risco. Então isso é um peso muito grande, psicologicamente, eu digo... eu sei que a gente tem nossos gatilhos, e que na vida a gente vai enchendo as caixinhas e passando para outras.

As vivências de Diana ao lado de sua mãe tange às estas mesmas considerações: diante do arcabouço de cuidados e precauções com o lar e família, incorpora, ainda, valores de apoio emocional e psicológico, desvelando o acúmulo ainda maior de tarefas que concorrem entre si:

[Diana] [...] você vai vendo pessoas próximas perdendo parente, perdendo amigo, aí a gente vai ficando mais assustada. E eu com a minha mãe lá em casa, idosa, e totalmente “esclerosada”, que ela está com o mal de Alzheimer, está totalmente sem noção de nada, qualquer pessoa que chega ela quer pegar na mão, quer ficar segurando. Preciso ficar falando que agora não pode, que não é hora. E ela não quer só pegar, ela quer abraçar, né [risadas]. Aí é mais complicado, mas é preocupante mesmo. Essa doença veio detonando as famílias.

Os relatos nos mostram o quanto que, mesmo quando afastadas do trabalho remunerado, as narradoras continuam exercendo o trabalho, sobretudo na dimensão do cuidado, como nota-se na fala de Diana a seguir:

*[Diana] O que eu achei mais difícil foi parar de trabalhar. E assim, graças a Deus, quase todas as minhas patroas me pagou, mas **eu não me sentia bem: eu não estar trabalhando e elas pagando por eu estar em casa.** Mas por um lado foi bom, porque foi na época que eu mais precisei, que eu cuidei de minha mãe, que ela estava precisando de minha ajuda. Mas, assim, o desafio maior foi chegar lá [cidade natal], vindo daqui e indo daqui para lá, e ela doente em cima de uma cama, e eu com medo de estar ou não contaminada e passar para ela. Meu maior desafio foi esse medo.*

Por sua vez, a fala de Diana delata o desgaste das relações laborais que, na práxis da sociedade capitalista neoliberal, faz com que ela se sinta culpada por não estar exercendo o trabalho remunerado efetivamente, retirando a si mesma da dimensão de quem precisa de cuidado e proteção, seja na esfera de saúde ou patrimonial.

Assim, o reduto da casa em tempos de pandemia é para as narradoras interpretado perante sentimentos gerais de sobrecarga, associados intimamente com diferentes frentes que compõem o cuidado. Este está entrelaçado ao tecido da vida cotidiana das mulheres, quer pudessem se manter em isolamento, quer necessitassem sair de casa para trabalhar, ocupando a rua que se torna espaço de exteriorização de vulnerabilidades.

2. A RUA

Na escala da rua, a suspensão da vida cotidiana, ainda que rarefeita, transparece os desafios e vulnerabilidades enfrentados diariamente por mulheres, que têm seus corpos e suas experiências urbanas constantemente atravessadas pelas estruturas machistas e patriarcais de nossa sociedade. A circulação feminina pela cidade já descrevia padrões de mobilidade complexos e segmentados em razão da justaposição dos esforços com o trabalho remunerado e o trabalho doméstico. Em tempos pandêmicos, essa circulação é seletiva e significativa de risco à vida: reúne e expõe especificamente as mulheres que foram privadas do privilégio de ficar em casa.

Sabe-se que a estruturação urbana do Distrito Federal e de sua área metropolitana conta com uma formação dispersa, que concentra população da classe trabalhadora longe das centralidades urbanas onde realizam suas atividades cotidianas (CODEPLAN, 2018). Essa espacialização ocasiona movimentações pendulares diárias, que, embora atenuadas pela conjuntura de isolamento social, ainda descrevem grande parte dos trajetos diários das mulheres do DF.

Antes do surto pandêmico, os deslocamentos cotidianos de Helena aconteciam principalmente por meio de ônibus e metrô, e, dessa forma, conseguia facilmente se organizar para os revezamentos de escalas no hospital e com seus pacientes particulares. Ela narra que, com rotinas de trabalho tão concatenadas, ter privilégio de escolher empregos perto de onde

mora, sem precisar se desgastar com longos deslocamentos, infere em ganho de qualidade de vida, e a ajuda a manter equilibrado corpo e mente.

[Helena] então, assim, como tudo é muito corrido, se você for perder tempo dentro de ônibus e metrô é complicado, mas eu sempre me organizo para trabalhar perto de casa, não me vejo trabalhando num lugar que eu tenho que andar demais, que eu tenho que dirigir demais, sabe. Cansa muito. Cansa! Porque o serviço da gente, você trabalha com a cabeça e com o corpo.

No entanto, após o início da pandemia, decidi por precaução utilizar o automóvel particular. Nessa troca, passou a despender mais tempo no trânsito de carro do que antes, quando ia de metrô, como nos conta no trecho a seguir:

[Helena] sempre foi muito, muito, muito, mais prático ir de metrô. Veja bem, você tinha que estar no plantão 7 h da noite [...] para mim é muito mais tranquilo pegar o metrô aqui: eu ando daqui de casa até o metrô, é muito rápido, desço na estação Águas Claras e já estou de frente do prédio dela [paciente], era ótimo. [...] E, assim, como era algo bem desconhecido [o vírus], o que eu fiz, por precaução, eu e as colegas [equipe de cuidados], nós começamos a ir de carro. A gente tem carro, mas se você gasta 5,50 de metrô e você vai em 10 minutos, você não pega o trânsito [...]. Então, assim, eu gosto de praticidade, eu gosto de coisa rápida, não gosto de ficar presa no trânsito, então quando começou a pandemia nós começamos a ir de carro, aí o inferno começou mesmo, bonito, porque eu tinha que sair de casa 17h30 da tarde, “coisa” que eu pegava o metrô 18h30.

De acordo com o relatório “Como anda Brasília”, elaborado a partir dos dados da PDAD 2018, verificou-se que as mulheres são as principais usuárias do transporte público, e que mais se deslocam pela cidade. Por quase todas as regiões administrativas (RAs), com exceção de Brazlândia e Cruzeiro, o modal mais utilizado por mulheres para deslocamentos com motivo de trabalho é o ônibus (42,94%), enquanto entre homens, o automóvel (52,11%). Esse cenário só sofre modificações à medida que as mulheres têm acesso a melhores condições de renda: “De um modo geral,

quando se observa a utilização do transporte considerando as faixas de renda, tem-se que, quanto mais a renda aumenta, diminui a utilização dos modos a pé e ônibus e aumenta o uso de automóvel, para os dois gêneros” (CODEPLAN, 2020, p. 48).

Soma-se a essa percepção outro recorte de estudo, feitos a partir da PDAD 2018, que registra os trajetos diários da população brasiliense, e evidencia que as RAs do eixo Sudoeste são as que operam maiores fluxos diários em relação ao Plano Piloto — Ceilândia (43,5 mil), Águas Claras (34,1 mil), Guará (30,9 mil), Taguatinga (27,1 mil) e Samambaia (27 mil)⁵.

Percebe-se, então, que ambos os panoramas traçados — uso do transporte público, origem e fluxos — entrelaçam as mesmas localidades e destacam a presença feminina. As mulheres também estão à frente das infecções por covid-19, desvelando forte relação com dispersão viral com a circulação para trabalho e, por sua vez, com o transporte público.

Ao transpor essas discussões para o estudo das narrativas, destaca-se um breve comentário de Diana, em que relata um embate com o esposo que se mostra preocupado com os longos períodos no transporte público, necessário para que Diana vá trabalhar no Plano Piloto. Assim como Helena, Diana trocou as viagens de ônibus pelos de carro, fazendo arranjos com o esposo para otimizar as saídas de casa e irem trabalhar juntos. De toda forma, quando não consegue alinhar seus compromissos com os do marido, ela retorna para casa de ônibus, ou mototáxi. Ela considera um trajeto tranquilo, mesmo com as preocupações do marido, entende que é algo inevitável em vista da necessidade de sustento.

[Diana] O Gilberto fala: “Você não devia ir pro Plano...” Mas eu falo: “E qual a diferença de pegar o ônibus aqui na ESAF para voltar para casa e ter que pegar pro Plano de quinze em quinze [dias] só?”. Aí ele não gosta, mas fazer o quê? A gente precisa. A gente precisa trabalhar, eu não vou deixar de trabalhar.

Nesse momento, as análises narrativas revelam um ponto de contato entre os relatos: o medo do desconhecido. Nas palavras de Nara: “Então os medos são esses: era o desconhecido e as rotinas que mudaram”.

5. CODEPLAN — Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **COMO ANDA BRASÍLIA: Um recorte a partir dos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios** (2020).

Disponível em:



Acesso em: 28 out. 2021

Já na narrativa de Diana encontra-se o relato sobre a pressão do receio do contágio quando retorna a Brasília de sua cidade natal. Como vimos, logo no início da pandemia, Diana foi dispensada por suas empregadoras e ficou esse período cuidando de sua mãe numa pequena cidade do interior. Esse era um momento em que pouco se sabia sobre os protocolos de segurança necessários e menos ainda se entendia completamente a dimensão que seria a pandemia, principalmente em cidades pequenas. Ao chegar a Brasília, Diana é tomada pela sensação de amplitude da cidade urbana conectada, em que o cenário de infecções já tinha tomado proporções alarmantes, e teve que processar tudo isso rapidamente para aprender os cuidados necessários e voltar a trabalhar.

Assim, percebe-se que o sentimento de não conhecer é expresso pelas narradoras ante as máximas de medo e ansiedade. Em seu discurso, Nara descreve seu “primeiro medo” como sendo o ambiente hospitalar, se referindo desde o medo da infecção com o vírus da covid-19 e mesmo consultas periódicas, exames, que diz ter negligenciado diante do “medo de precisar utilizar um serviço de saúde”.

Por diversas vezes, enfatiza o quanto está sempre vigilante com os cuidados de limpeza, principalmente em virtude do seu trabalho com serviço de alimentação. Logo, encontramos na experiência de Nara outra face do contato externo: para ela, a rua que vem ao seu encontro através de seus clientes. Após perder seu emprego abruptamente e ter o espaço onde servia marmitas aos fins de semana fechado, suas saídas de casa para trabalhar cessaram. Nesse momento, começou a fazer os almoços dentro de sua casa entregando para a vizinhança próxima, que passou a ser tal janela de contato externo. Ela relembra o quanto foram difíceis os primeiros momentos em que as informações sobre a covid-19 ainda eram muito escassas, deixando sentimentos de receio e insegurança para ela e para seus clientes:

[Nara] Dentro de um mês, a gente perdeu toda a renda que tinha. Tanto do trabalho, quanto do serviço do churrasquinho. [...] Aí, tanto é que na primeira semana a gente falou: “O que a gente vai fazer?” — “Ah, tudo bem, você vai fazer entregas”. Só que as pessoas também estavam muito assustadas, né. Levou um tempo para as pessoas aceitarem esse serviço de entrega, ter confiança

6. ANESP. **A guerra tem rosto de mulher: trabalhadoras da saúde no enfrentamento à Covid-19** (2020).

Disponível em:



Acesso em: 28
out. 2021

7. IGES DF. **Mulheres compõem 70% da linha de frente do Iges-DF contra a covid-19** (2021).

Disponível em:



Acesso em: 28
out. 2021

8. CONASEMS. **Protagonismo feminino na saúde: mulheres são a maioria nos serviços e na gestão do SUS** (2020).

Disponível em:



Acesso em: 28
out. 2021

né, porque... era tudo tão novo que a gente não sabia se pegava no ar, como que pegava... tinha informações, mas não eram informações concretas. Você tinha medo de tudo. [...] A gente não sabia. E as pessoas também não sabiam, nem a gente sabia como lidar com isso. Era muito engraçado [risadas], hoje a gente vê engraçado, mas não é, porque era assustador, né. Tinha pessoas que chegavam e elas pegavam, logo no início, a comida assim ó [gesto de afastamento], sem olhar! Esticava a mão, virava o rosto do outro lado, a gente entregava, e ali já vinha com álcool assim... Era muito assustador.

Helena trabalha há doze anos na área de enfermagem, formada enfermeira e técnica de enfermagem, e há pouco começou a tratar de pacientes particulares, como cuidadora. Já na pandemia, decidiu iniciar uma especialização na área de hemodiálise, justamente em resposta da vivência com pacientes em recuperação pós-covid-19. Assim, em sua narrativa, o cuidado com o próximo reporta diretamente a sua ocupação. Enquanto enfermeira e cuidadora, ela lida diariamente com as fragilidades do corpo diante das voracidades da infecção e, ainda assim, de maneira oposta ao esperado, a narrativa de Helena expressa que o ambiente que lhe repassam maior preocupação não é o espaço hospitalar, mas sim lugares rotineiros, onde não há como controlar as ações de outras pessoas ou saber em que medida elas estão sendo cuidadas – por exemplo, no supermercado.

[Helena] [...] é aquela preocupação de você estar num ambiente e você não sabe como é que está nesse ambiente, não é porque você é um profissional de saúde que você é “um super-herói, você sabe de tudo e você está blindado”. Não. Você está vulnerável, até mesmo mais exposto do que uma pessoa que não é da área.

Aviva-se, então, a vulnerabilidade das mulheres profissionais de saúde. No Distrito Federal, elas compõem 83% do corpo profissional de enfermagem⁶, e somam quase 70% da frente de combate a covid-19⁷. Ainda representam 65% dos mais de seis milhões de profissionais atuantes no setor público e privado de saúde, em todos os níveis de complexidade da assistência, pelo Brasil⁸.

Em meio a essas reflexões, evidencia-se a experiência de Diana, que relembra o ingresso de seu neto na escola como um momento de apreensão, posto que ele faria parte do trajeto de ônibus. No entanto, mesmo com o medo da exposição do neto e ciente de que não era o momento ideal, financeiro e sanitário, não podia deixar passar a vaga, que era uma bolsa parcial no ensino privado, já que Mateus, aluno em fase de alfabetização, teve muitas dificuldades de acompanhar o ano letivo remoto da escola pública.

Esse retrato elucida como as dinâmicas da rua também se configuram como complementos do lar, como creches e escolas. Na ausência desse amparo, outra vez recai sobre a mulher a responsabilidade de suprir tais funções, ainda que não tenham aparatos técnicos ou disponibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da abrangência dos números, eles refletem métricas rígidas, que não alcançam a realidade cotidiana e corpórea das mulheres. Desse modo, a fonte oral se ampara nas pequenas fissuras que restam dos estudos estatísticos, entregando diferentes percepções sobre as conexões que transitam entre o espaço consolidado e a síntese da memória.

As três mulheres cederam relatos que carregam reflexões sobre sobrecargas físicas e psicológicas, sobre os acolhimentos do ambiente do lar, e, ainda, a respeito das ressignificações do espaço da casa, agora também como ambiente de trabalho, e da rua, antes como local de trocas de vivências e, então, como antro de contágio.

Nesse sentido, tomamos a oportunidade singular de discussão, viabilizada pelas narrativas, não como forma de esboçar generalizações. Ao contrário, encontramos, no ato de narrar, a força intrínseca do saber e viver corporificado, capaz de aprofundar perspectivas e expandir o entendimento de como a pandemia afetou a vivência das mulheres.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ANESP — ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ESPECIALISTAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL. **A guerra tem rosto de mulher**: trabalhadoras da saúde no enfrentamento à Covid-19. Publicado em abril de 2020. Disponível em: anesp.org.br/todas-as-noticias/2020/4/16/a-guerra-tem-rosto-de-mulher-trabalhadoras-da-sade-no-enfrentamento-covid-19. Acesso em: 28 out. 2021.

ARAÚJO, A. **Estudos de gênero em arquitetura**: um novo referencial teórico para a reflexão crítica sobre o espaço residencial. Cadernos PPG-AU/UFBA, 5(1), 2007. Disponível em: periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1427. Acesso em: 27 out. 2021.

BISPO, N. de M.; CALDEIRA, A. R. **As contradições sociais evidenciadas pelo novo coronavírus e a vida das mulheres no contexto da pandemia**. *Gemina: Marxismo E Educação Em Debate*, 12(3), 479–502, 2021. DOI: doi.org/10.9771/gmed.v12i3.37149.

BOSI, Eclea. **O tempo vivo da memória**: Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **COMO ANDA BRASÍLIA**: Um recorte a partir dos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios. Brasília-DF, setembro de 2020. Disponível em: www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Estudo-COMO-ANDA-BRAS%C3%8DLIA-Um-recorte-a-partir-dos-dados-da-Pesquisa-Distrital-por-Amostra-de-Domic%C3%ADlio.pdf. Acesso em: 28 out. 2021.

CODEPLAN. Retratos Sociais DF 2018. **As mulheres do Distrito Federal**: desigualdade, inserção no mercado de trabalho e cuidados com a casa e a família. Brasília-DF, março de 2020. Disponível em: www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Estudo-Retratos-Sociais-DF-2018-As-mulheres-do-DF-desigualdade-inser%C3%A7%C3%A3o-no-mercado-de-trabalho-e-cuidados-com-a-casa-e-a-fam%C3%ADlia.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

CODEPLAN. PDAD 2018. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios**. Brasília, 2018. Disponível em: www.codeplan.df.gov.br/pdad-2018. Acesso em: 27 out. 2021.

CONASEMS — CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE. **Protagonismo feminino na saúde**: mulheres são a maioria nos serviços e na gestão do SUS. Publicado em 06/03/2020. Disponível em www.conasems.org.br/o-protagonismo-feminino-na-saude-mulheres-sao-a-maioria-nos-servicos-e-na-gestao-do-sus. Acesso em: 28 out. 2021.

FANI, Ana. A “Revolução” no cotidiano invadido pela pandemia. In: **COVID-19 e a Crise Urbana**, coord. Ana Fani. São Paulo: FFLCH/USP, p. 10-17. 2020. Disponível em: www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/471

GÊNERO E NÚMERO; SOF — SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Sem Parar** — o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020. p. 13. Disponível em: mulheresnapanidemia.sof.org.br/wpcontent/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

IGESDF — INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL. **Mulheres compõem 70% da linha de frente do Iges-DF contra a covid-19**. Publicado em 09/03/2021. Disponível em: igesdf.org.br/noticia/mulheres-compoem-70-da-linha-de-frente-do-iges-df-contra-a-covid-19. Acesso em: 28 out. 2021.

MULHERES, ONU. **Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe**: Dimensões de gênero e na resposta. 2020. p. 1. Disponível em: www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf. Acesso em: 17 out. 2021.

SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL. **Boletim Epidemiológico N 601**. Publicado em: 24 de outubro de 2021. Disponível em: www.saude.df.gov.br/boletinsinformativos-divep-cieives. Acesso em: 28 out. 2021.

DIREITO À CIDADE PARA MULHERES: ANÁLISE DOS PLANOS DIRETORES DO DISTRITO FEDERAL

Sara Cristina de Carvalho Zampronha

RESUMO

Este artigo busca entender as cidades na sua amplitude e, principalmente, nas suas diferenças, utilizando-se um recorte e um olhar feminista. Essa perspectiva visa a ampliar os horizontes da extensão dos direitos à cidade a uma parcela importante da população. O trabalho desenvolve leitura e compreensão da legislação urbana do Distrito Federal, analisando cada qual no seu processo histórico e identificando as possíveis barreiras para as mulheres da cidade, e de como essas barreiras da cidadania afetam principalmente as mulheres mais vulneráveis. Para o seu desenvolvimento, o trabalho parte do questionário e dos depoimentos das usuárias do metrô, com os relatos dos seus deslocamentos e as inseguranças que as acompanham. A pesquisa traz legislações como as dos municípios de São Paulo (SP), de Santo André (SP) e de Blumenau (SC) como referência para demonstrar o quanto a legislação distrital está atrasada em relação a outras partes do país. O produto se traduziu na Carta ao Distrito Federal pelos Direitos das Mulheres à Cidade. Esse documento é uma proposta extensa que destrincha as legislações vigentes e faz propostas e sugestões de inclusão e revisão.

PALAVRAS-CHAVE

planejamento urbano; urbanismo feminista; direito à cidade; feminismo; segurança das mulheres.

INTRODUÇÃO

As cidades estão sujeitas a diversos fundamentos legais, que vão desde o artigo 182 da Constituição Federal (CF/1988), o qual é detalhado pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal n.º 10.257/2001), passando pela disciplina da Lei Federal n.º 9.785/99 sobre parcelamento do solo urbano, até se chegar a legislações regionais e locais. Por determinação constitucional, todas as cidades que possuem mais de 20 mil habitantes devem, obrigatoriamente, aprovar um plano diretor, que é um instrumento básico da política de desenvolvimento e crescimento urbano.

Segundo art. 182 da Constituição Federal, as políticas urbanas devem ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantindo o bem-estar dos habitantes. De acordo com os dados da pesquisa distrital por amostra de domicílios realizada em 2018 pela CODEPLAN, as mulheres são 52% da população do Distrito Federal. Para que a cidade cumpra as determinações ditadas pela própria Constituição no artigo citado, e também no art. 5º que, entre outras tantas garantias fundamentais da pessoa humana, afirma que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, e também o art. 6º, que trata dos direitos sociais, é necessário garantir às mulheres direito ao pleno exercício da vida urbana.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO I — DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil (...) constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- II — a cidadania;
- III — a dignidade da pessoa humana;

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I — construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- III — erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV — promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Fundamentos
constitucionais.

Fonte:
Constituição
da República
Federativa
do Brasil.

TÍTULO II — DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**CAPÍTULO I — DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se (...) a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I — Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

(...)

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados...

TÍTULO II — DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA**CAPÍTULO II — DA POLÍTICA URBANA**

Art. 182 A política de desenvolvimento urbano (...) tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§1º O plano diretor, (...) obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expressão urbana

§2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

No caso específico do Distrito Federal (DF), por se tratar de uma unidade federativa cujas dimensões territoriais são significativamente grandes e possuir organização política própria, a legislação urbana é mais complexa. A Lei Orgânica do DF prevê o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), válido para todo o território; o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), que atuará sobre a área tombada; e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), que diz respeito às demais Regiões Administrativas. Planos Diretores Locais (PDL) e normas de gabarito basearam a elaboração da LUOS. O Plano Diretor de Transportes Urbanos (PDTU) também é determinado pelo PDOT. O Plano Distrital de Habitação de Interesse Social (PlanDHIS) é um documento que foi elaborado em consonância com a Lei Federal n.º 11.124, 16 de junho de 2005, para compatibilizar as diversas iniciativas de combate ao déficit habitacional.



Figura 1

Principais legislações urbanas do Distrito Federal.
Fonte: a autora.

Os procedimentos metodológicos iniciais foram realizados durante a disciplina de Ensaio Teórico, que gerou o trabalho “Mulheres Que Andam nos trilhos: traçado urbano e segurança das usuárias do Metrô-DF” (ZAMPRONHA, 2020). Essa pesquisa foi elaborada por meio de levantamentos bibliográficos históricos e filosóficos sobre a relação das mulheres com o crescimento das cidades, as relações de público/privado e “não doméstico”/“doméstico”. Em seguida, análise de fluxo das trabalhadoras do Distrito Federal e os números de violência contra as mulheres. Por fim, análises quantitativas e qualitativas/descriptivas dos resultados obtidos via questionário, em que 90 mulheres usuárias do Metrô-DF foram entrevistadas.

Nesse trabalho de diplomação, foram apresentadas as principais legislações urbanas e documentos do Distrito Federal, sobre os quais o trabalho foi desenvolvido. A vivência das mulheres anteriormente entrevistadas também norteou o diagnóstico das legislações. Foi feita pesquisa documental sobre algumas políticas urbanas já existentes que levem em conta especificamente as questões das mulheres. O produto desse projeto de diplomação é uma carta em formato de cartilha, intitulada “Carta ao Distrito Federal pelo Direito das Mulheres à Cidade”, contendo análises e propostas de intervenções e revisões nas cinco legislações urbanas distritais supracitadas.

1. MULHERES QUE ANDAM NOS TRILHOS

No diagnóstico obtido no ensaio denominado “Mulheres Que Andam nos Trilhos: elas estão seguras?” (ZAMPRONHA, 2020), em que 90 mulheres foram entrevistadas, ficou demonstrada a existência de empecilhos entre as mulheres e sua livre circulação, seu pleno direito à cidade. Limitar o conceito de direito à cidade ao acesso à infraestrutura é esvaziá-lo de sentido: é necessário um debate mais amplo que englobe também a tensão vivida pela apropriação e dominação dos espaços (SARMENTO, 2017). Nós mulheres, ao nos deslocarmos pelas cidades, enfrentamos barreiras simbólicas, físicas, sociais e econômicas que são invisíveis aos homens (KERN, 2019). Para realizar avaliações do uso e ocupação das cidades, é preciso ouvir as demandas específicas dessa parcela da população. Somos mais de 1,5 milhão de pessoas do sexo feminino no Distrito Federal, e a maior porcentagem possui entre 35 e 39 anos (CODEPLAN, 2018).

Entre os resultados obtidos no ensaio, temos depoimentos de mulheres especificando os locais e situações em seus caminhos em que mais sentem insegurança, ou que sofreram violência. O trabalho abordou os trajetos que essas mulheres faziam de suas casas/trabalho/estudo/lazer até as estações de metrô e também o interior do metrô e das estações. As queixas mais recorrentes dizem respeito a espaços ermos e também a lugares mal iluminados.

O inciso II do art. 2º do Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001) determina que para a elaboração das políticas urbanas é preciso:

gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Portanto, essas vivências reais de mulheres moradoras do Distrito Federal compõem os parâmetros para avaliação das legislações urbanas. Mesmo com as entrevistadas possuindo plena capacidade de mobilidade, sendo jovens, e com a maioria desfrutando dos privilégios sociais advindos da branquitude, os

dados obtidos foram graves, com 91,1% afirmando se sentirem inseguras em seus trajetos cotidianos e 86,4% afirmando que fazem caminhos mais longos ou desvios.

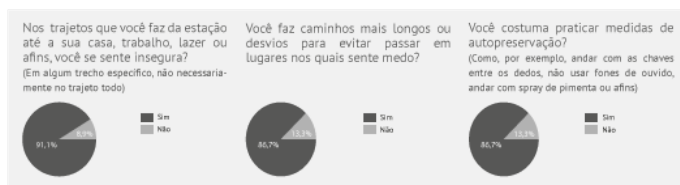


Figura 2

Os caminhos, a insegurança e a autopreservação.

Fonte: Zampronha, 2020.

2. PANORAMA

A cidade de Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960, data em que passou a ser a nova Capital Federal brasileira. A atual Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada em outubro de 1988, e a Lei Orgânica do Distrito Federal apenas em junho de 1993, sendo sua versão mais recente, com as últimas alterações determinadas por emendas, de dezembro de 2020. O Estatuto das Cidades veio apenas em 2001, e, desde então, todos os planos diretores do país precisaram ser adequados às diretrizes por ele ditadas. Além disso, o Estatuto das Cidades determina no art. 40, §3º, que “a lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos”, garantindo frequentes melhorias. A princípio, seriam abordados apenas o PDOT, LUOS e minuta do PPCUB, mas, no decorrer do trabalho, surgiu a demanda de incluir o PDTU e o PLANDHIS nas propostas, que apareceram finalizados na Carta ao Distrito Federal pelo Direito das Mulheres à Cidade.

O PDOT vigente é a Lei Complementar n.º 803, de 25 de abril de 2009, com alterações decorrentes da Lei Complementar n.º 854, de 15 de outubro de 2012, e abrange a totalidade do território distrital. O PPCUB trará as aplicações detalhadas das estratégias e zoneamentos estipulados pelo PDOT referentes à área tombada, e ainda está em processo de elaboração. A Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente é de janeiro de 2019. Ela apresenta os critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo referentes às demais regiões do Distrito Federal, seguindo as estratégias e zoneamentos estipulados pelo PDOT.

Figura 3

Linha do tempo
das legislações
urbanas.

Fonte: a autora.

	1993 Promulgada a Lei Orgânica do DF	2009 Promulgado o PDOT vigente	2012 O PDOT passa por alterações	2019 Promulgada a LUOS vigente	2021 PDOT em processo de revisão
1988 Promulgada a Constituição Federal	2001 Surte o Estatuto da Cidade	2011 Promulgado o PDTU	2012 Elaborado o PLANDHIS	2020 Lei Orgânica é atualizada	2027 PRCUB segue em processo de elaboração

3. REFERÊNCIAS

As pautas específicas das vivências das mulheres em relação ao urbanismo se iniciaram na década de 1970, juntamente a outros históricos movimentos sociais (ALIAGA, 2021). Os frutos dos debates da crítica feminista ao urbanismo já podem ser observados. Assim, o estudo das referências incluiu uma busca por identificar políticas urbanas pautadas em questões relevantes para a inclusão das mulheres no cotidiano das cidades com igualdade de acesso e cidadania. Interessaram observar estratégias, metodologias ou diretrizes já aplicadas em outros planos diretores. Os exemplos escolhidos são dos municípios de São Paulo e Santo André, no estado de São Paulo, e Blumenau, no estado de Santa Catarina.

A escolha das duas cidades paulistas deve-se ao fato de serem as únicas cidades brasileiras que passaram pela experiência de inclusão da questão de gênero por meio de intermédio do movimento de mulheres, e que tiveram suas experiências em políticas urbanas publicadas. Vale ressaltar que, no caso de Blumenau, o processo se deu por parte de um projeto de mestrado da arquiteta Daniela Pareja Garcia Sarmiento, que envolveu amplo processo participativo, diversas reuniões com mulheres e coletivos de mulheres, e ao final culminou na elaboração

conjunta da “Carta das Mulheres para a Cidade de Blumenau: as demandas das mulheres para construção de políticas urbanas”, e que já surtiu efeitos na política urbana da cidade. A dissertação de Daniela, intitulada “A Participação da Mulher na Construção da Cidade Contemporânea: contribuições para um novo modelo de planejamento urbano em Blumenau/SC” é uma forte referência norteadora para as etapas de elaboração deste trabalho.

3.1. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

O plano diretor vigente do município de São Paulo é a Lei Municipal n.º 16.050/2014. O processo de sua elaboração contou com 60 audiências públicas, consultas pela internet e direito à palavra assegurado a todas. Participaram da elaboração do documento inúmeras entidades sociais, coletivas e afins, inclusive coletivas de mulheres/feministas. A lei dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, o Sistema de Planejamento Urbano e o Plano Diretor Estratégico (PDE) do Município de São Paulo, sendo válido em toda a sua abrangência.

No Capítulo VIII da norma legal, por exemplo, que trata sobre os objetivos do Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais, algumas das necessidades específicas das mulheres são reconhecidas, como, por exemplo, a expansão da rede de educação infantil, que é fundamental para combater a desigualdade social entre homens e mulheres, sobretudo no mercado de trabalho, uma vez que muitas mães acabam não podendo trabalhar fora de casa por não terem com quem deixar seus filhos. Não é possível pensar em inclusão das mulheres sem pensar nas mães e suas demandas ainda mais específicas, que se mesclam às demandas das crianças.

A Comissão de Defesa da Mulher da Câmara Municipal de São Paulo apresentou, em audiência pública realizada em dezembro de 2002, inúmeras reivindicações com perspectiva de gênero para o desenvolvimento de políticas urbanas, como sugestão a serem incluídas no PDE-SP. As principais claramente influenciaram alguns pontos, mas é visível o quanto ainda é possível melhorar. São algumas delas, cuja fonte são as Diretrizes Específicas para as Mulheres sugeridas para inclusão no PDE/SP, de 2002:

- a) *priorizar programas habitacionais com subsídios para mulheres que chefiam as famílias;*

- c) na questão do uso do solo, a criação da lei que obriga a murar os terrenos vazios da cidade;*
- f) relocação dos pontos de ônibus que estão em lugares ermos, pois favorecem o estupro das mulheres;*
- i) criação de itinerários interbairros, que passem pelas creches, escolas, unidades básicas de saúde e comércio;*
- k) fortalecimento e implementação dos espaços de amparo a mulheres vítimas da violência doméstica e sexual;*
- o) garantia da participação da mulher em organismos de representação, como orçamento participativo, conselhos e conferências; e*
- p) participação das entidades das mulheres nas agências de desenvolvimento social e econômico.*

3.2. MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ

O plano diretor vigente no município de Santo André se apresenta na Lei Municipal n.º 9.394/2012 e possui abordagem muito progressista no que diz respeito às questões sociais e combates às desigualdades a nível de planejamento urbano. Logo no Título I, que diz respeito aos princípios fundamentais e objetivos gerais da política urbana social, temos:

Art. 7ºC As ações do Poder Público devem garantir a transversalidade das políticas de gênero, orientação sexual, raça e etnia, bem como daquelas destinadas às crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, permeando o conjunto das políticas públicas do Município, buscando alterar a lógica da desigualdade e discriminação nas diversas áreas.

Nenhuma das legislações urbanas anteriormente apresentadas citam garantia e cumprimento dos Direitos Humanos, enquanto há quase uma década isso se faz presente no Plano de Santo André. Assim como no processo da cidade de São Paulo, o movimento das mulheres na luta pela inclusão de nossas demandas específicas foi fundamental e determinante, e o processo foi muito semelhante. O Plano Diretor de Santo André foi pioneiro ao apresentar o Plano Municipal dos Direitos das Mulheres em 1990, e estabeleceu políticas específicas que passaram a ser incorporadas em todas as secretarias do município.

3.3. MUNICÍPIO DE BLUMENAU

Em sua dissertação de mestrado “A Participação da Mulher na Construção da Cidade Contemporânea: contribuições para um novo modelo de planejamento urbano em Blumenau/SC”, após levantamento bibliográfico e documental sobre a história das mulheres e transformações dos espaços urbanos, sobre as noções de espaço público e espaço privado, direito das mulheres à cidade e, então, a relação das mulheres com a cidade de Blumenau, Sarmento organizou encontros que visavam a promover o diálogo entre os diferentes grupos de mulheres participantes. Ela realizou seis encontros presenciais envolvendo 55 mulheres de Blumenau com perfis socioeconômicos diversos. As perguntas que nortearam os diálogos foram as seguintes:

- 1) *Blumenau atende seu direito à cidade? Identificar as principais limitações que impedem as mulheres de exercerem seu direito à cidadania, à qualidade de vida e à emancipação.*
- 2) *Considerando a rotina do seu dia a dia, como você solucionaria os principais problemas levantados na questão anterior? Identifique, por ordem de prioridade, quais questões devem estar na carta das mulheres para cidade.*
- 3) *Quais alternativas e soluções as mulheres incluiriam no planejamento da cidade?*

4. INTRODUÇÃO À CARTA

O produto desse projeto, nomeado “Carta ao Distrito Federal pelo Direito das Mulheres à Cidade”, possui formato de cartilha por meio do qual buscou-se fazer um deslizamento coerente e fluido entre diferentes discursos: o texto das leis selecionadas, passíveis de revisão; o texto das demandas, diretrizes e legislações apresentadas nas referências; o texto que compõe a carta em si; e diversos gráficos, mapas, tabelas e imagens. Neste artigo, será apresentado um resumo da carta, pontuando ao menos uma questão referente a cada legislação. Os principais eixos temáticos abordados, além de desigualdades sociais e econômicas, são segurança, mobilidade, equipamentos públicos e habitação de interesse social.

5. CARTA AO DISTRITO FEDERAL PELO DIREITO DAS MULHERES À CIDADE

5.1. PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL (LEI COMPLEMENTAR N.º 803/2009, COM ALTERAÇÕES DECORRENTES DA LEI COMPLEMENTAR N.º 854/2012)

PDOT, Título I,
Capítulo II.

Fonte: Lei distrital
n.º 803/2009.

TÍTULO I — DA POLÍTICA TERRITORIAL

CAPÍTULO II — DOS PRINCÍPIOS DO PLANO

Art. 7º O PDOT rege-se pelos seguintes princípios:

I — reconhecimento dos atributos fundamentais de Brasília como capital federal, centro regional e área metropolitana em formação;

II — fortalecimento do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade;

III — **garantia do cumprimento da função social e ambiental da propriedade urbana e rural;**

IV — justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de desenvolvimento urbano e rural;

V — promoção da sustentabilidade do território, a partir da convergência das dimensões social, econômica e ambiental, com reconhecimento do direito de todos à cidade sustentável;

VI — **distribuição justa e equilibrada das oportunidades de emprego e renda no Distrito Federal;**

VII — **visão sistêmica e integrada do processo de desenvolvimento urbano e rural, considerando as dimensões social, econômica, ambiental, cultural e espacial;**

VIII — participação da sociedade no planejamento, gestão e controle do território;

IX — reconhecimento da necessidade de gestão compartilhada entre os setores públicos, privados e a sociedade civil, envolvendo os municípios limítrofes ao Distrito Federal.

Comparando os princípios do PDOT que demonstram preocupação com justiça social, com os do Plano Diretor do Município de Santo André e do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (a seguir), observa-se o quanto essas questões de combate à exclusão e desigualdade social e o

desenvolvimento humano são pouco considerados. O inciso III apenas cita a garantia do cumprimento da função social. Não há explicações sobre o que o documento entende por função social e não são apresentados parâmetros como nas legislações de referência:

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ (SP)

TÍTULO I — DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E DOS OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA URBANA E SOCIAL

Art. 3º A política urbana deve se pautar pelos seguintes princípios:

- I — Função social da cidade;
- II — Função social da propriedade;
- III — Sustentabilidade;
- IV — Gestão democrático e participativa;
- V — Desenvolvimento humano e qualidade de vida.

Art. 4º As funções sociais da cidade no Município de Santo André correspondem ao direito à cidade saudável e sustentável para todos e todas, o que compreende o direitos à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, à mobilidade urbana e acessibilidade, ao trabalho, à cultura e ao lazer.

(...)

Art. 7ºA O Poder Público Municipal deve combater a exclusão e as desigualdades sociais adotando políticas públicas que promovam e ampliem a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes atendendo às suas necessidades básicas, garantindo a fruição de bens e serviços socioculturais, urbanos e de proteção ambiental que o Município oferece.

Parágrafo único O Poder Executivo Municipal deve assegurar que toda a população andreense seja assistida, sem qualquer tipo de discriminação, bem como promover e garantir o cumprimento dos Direitos Humanos.

(...)

Art. 7º As ações do Poder Público devem garantir a transversalidade das políticas de gênero, orientação sexual, raça e etnia, bem como daquelas destinadas às crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, permeando o conjunto das políticas públicas do Município, buscando alterar a lógica da desigualdade e discriminação nas diversas áreas.

Plano Diretor
do Município
de Santo André,
Título I.

Fonte: Lei
municipal n.º
9.394/2012.

Plano Diretor
Estratégico do
Município de
São Paulo, Título
I, Capítulo II.

Fonte: Lei
municipal n.º
16.050/2014.

PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (SP)

TÍTULO I — DA ABRANGÊNCIA, DOS CONCEITOS, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

CAPÍTULO II — DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E OBJETIVOS

Art. 5º Os princípios que regem a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico são:

- I** — Função Social da Cidade;
- II** — Função Social da Propriedade Urbana;
- III** — Função Social da Propriedade Rural;
- IV** — Equidade e Inclusão Social e Territorial;
- V** — Direito à Cidade;
- VI** — Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado;
- VII** — Gestão Democrática.

§1º Função Social da Cidade compreende o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, ao acesso universal aos direitos sociais e ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental, incluindo o direito à terra urbana, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho, ao sossego e ao lazer.

(...)

§4º Equidade Social e Territorial compreende a garantia da justiça social a partir da redução das vulnerabilidades urbanas e das desigualdades sociais entre grupos populacionais e entre os distritos e bairros do Município de São Paulo.

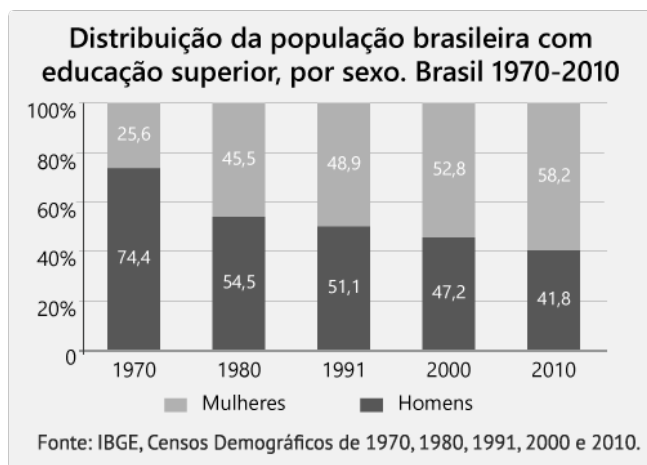
§5º Direito à Cidade compreende o processo de universalização do acesso aos benefícios e às comodidades da vida urbana por parte de todos os cidadãos, seja pela oferta e uso dos serviços, equipamentos e infraestruturas públicas.

A desigualdade social no DF deve ser combatida também no planejamento urbano. De acordo com a CODEPLAN (2020), por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do DF foi o mais alto do país. No entanto, o que se observa é uma distribuição de renda extremamente desigual e relacionada às regiões administrativas. SCIA/Estrutural e Varjão possuem o PIB mais baixo, de até R\$ 500, enquanto o Lago Sul possui o valor mais alto, acima de R\$ 7.000 (CODEPLAN, 2018).

Existem mais de 1,5 milhão de pessoas do sexo feminino no DF, e a maioria delas possui entre 35 e 39 anos. As mulheres na capital

federal apresentam maior tempo de estudo que os homens, sendo que, em 2017, 37,5% possuíam ensino superior completo, contra apenas 32,1% dos homens. No entanto, ocupavam 47,3% dos cargos de trabalho, enquanto os homens 52,7%¹. As regiões mais pobres do Distrito Federal também são as de maior população racializada, como o Varjão, Estrutural, Itapoã e Recanto das Emas, que possuem cerca de 65% a 81% da população negra (ELIAS, 2021). Pelos dados do perfil étnico-racial das vítimas de feminicídio do Distrito Federal, entre 2006 e 2011, 80% das vítimas eram negras, e mais de 99% dos acusados, homens². O combate às questões de desigualdade entre os sexos e também de cor/etnia deve se fazer presente nos objetivos do planejamento urbano.

Os dados de distribuição por sexo da população brasileira com ensino superior mostram que na década de 1970 mulheres correspondiam a apenas 25%, enquanto homens eram 75% das pessoas com diploma. Somente após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1961 é que mulheres tiveram mais oportunidades de ingressar no ensino superior, e desde a década de 1990 se tornaram maioria (BLAY; AVELAR, 2017). Fica demonstrado que quando as legislações fornecem às mulheres as oportunidades de crescimento e liberdade, desigualdades sociais milenares podem ser combatidas.



1. CODEPLAN, DIEESE e Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal. **Pesquisa de Emprego e Desemprego** (2020).

2. ANIS — Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero e MPDFT. **Radiografia dos homicídios por violência doméstica contra a mulher no Distrito Federal** (2015).

Figura 4

Distribuição da População Brasileira com educação superior, por sexo.

Fonte: 50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile, 2019.

3. CODEPLAN, DIEESE e Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal. **Pesquisa de Emprego e Desemprego** (2020).

Disponível em:



Acesso em: 19 jan. 2021

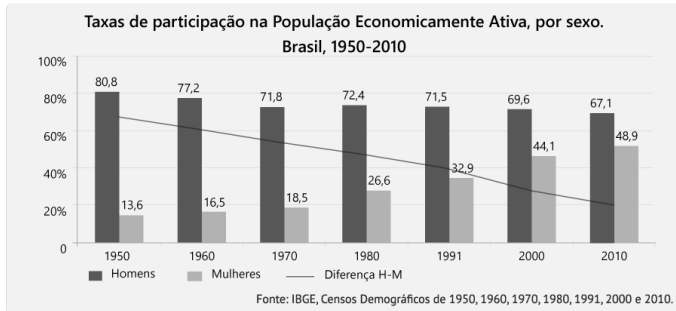
No mercado de trabalho, as mulheres também vêm aumentando sua participação, mas a desigualdade permanece. No Brasil, na década de 1950, por exemplo, 80,8% dos homens eram economicamente ativos e apenas 13,6% das mulheres; já em 2010, 48,9% das mulheres compunham a população economicamente ativa (houve redução na taxa masculina para 67,1%). No Distrito Federal, em agosto de 2021, 73,4% dos homens estavam empregados, contra 59,6% das mulheres³.

Enquanto mulheres, somos menos presentes no mercado produtivo, sobre nós recaem mais horas das atividades não remuneradas relacionadas às tarefas domésticas e de cuidados das crianças e idosos. A divisão sexual do trabalho e a dupla jornada são responsáveis, junto a outros fatores, pelos menores rendimentos das mulheres no mercado de trabalho e, portanto, para se fazer cumprir o inciso VI do art. 7º do PDOT, sobre a justa e equilibrada distribuição de emprego e renda no DF, devem ser levadas em conta.

Figura 5

Taxas de participação na População Economicamente Ativa, por sexo.

Fonte: 50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile, 2019.



PDOT, Título II, Capítulo II.

Fonte: Lei distrital n.º 803/2009.

TÍTULO II — DAS DIRETRIZES SETORIAIS PARA O TERRITÓRIO

CAPÍTULO II — DO SISTEMA DE TRANSPORTE, DO SISTEMA VIÁRIO E DE CIRCULAÇÃO E DA MOBILIDADE

Art. 17 Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por:

I — sistema de transporte: conjunto de elementos com a função de permitir que pessoas e bens se movimentem, subordinando-se aos princípios da preservação da vida, da segurança e do conforto das pessoas, bem como aos da defesa do meio ambiente, do patrimônio arquitetônico e do paisagismo;

(...)

III – acessibilidade: possibilidade e condição de acesso amplo e democrático ao espaço urbano e ao sistema de transporte;

IV – mobilidade: resultado de um conjunto de políticas públicas que visa proporcionar o acesso amplo e democrático aos espaços urbanos e rurais, por meio da priorização dos modos não motorizados e coletivos de transporte, evitando a segregação espacial e promovendo a inclusão social.

Art. 18 São diretrizes setoriais para o transporte do Distrito Federal:

I – garantir a acessibilidade universal dos usuários ao sistema de transporte coletivo;

(...)

III – universalizar o atendimento, respeitando os direitos e divulgando os deveres dos usuários do sistema de transporte;

De acordo com o PDOT, o sistema de transporte está subordinado a princípios como preservação da vida e da segurança. Acessibilidade é o acesso democrático ao espaço urbano; e mobilidade, um conjunto de políticas públicas que evitam a segregação espacial e promovem a inclusão social, como são apresentados respectivamente nos incisos I, III e IV do artigo 17. No artigo 18, sobre as diretrizes para o transporte, o texto traz termos como “acessibilidade universal” e “universalizar o atendimento”. O texto do Plano Diretor de Santo André afirma, em comparação, que há um importante complemento que reconhece as demandas específicas das mulheres.

A partir da década 1970, inúmeras teóricas e movimentos de mulheres apresentam críticas feministas às teorias e práticas urbanísticas feitas pelos homens⁴, uma vez que a inserção das mulheres às responsabilidades econômicas e políticas, e também nosso direito à cidade, se deram por meio de uma falsa política de “neutralidade de gênero”, como se bastasse “adicionar as mulheres e misturar”, ignorando a significação social da relação de poder e dependência que foi milenarmente construída entre os sexos (OKIN, 2008). Em uma pesquisa de 2019 do Instituto Patrícia Galvão (IPG) e Locomotiva, sobre segurança nos meios de transporte, foi constatado que 97% das mulheres já foram vítimas de importunação sexual, ou seja, as inseguranças das mulheres são maiores que as dos homens e precisam ser consideradas. Esse assunto será novamente abordado referente ao PDTU.

4. ALIAGA FUENTES, Maribel, OLIVEIRA, Larissa C., TAVARES, Gabriela M. P., ZAMPRONHA, Sara C. C. **Mulheres, Cidades e Violências: percurso histórico, urbanístico e estrutural** (2021).

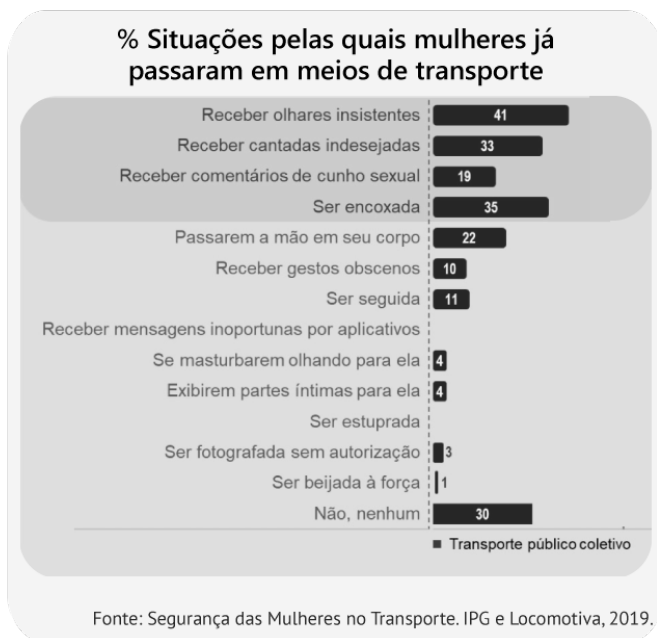


Figura 6

% Situações pelas quais mulheres já passaram em meios de transporte.

Fonte: Segurança das Mulheres no Transporte. IPG e Locomotiva, 2019.

5.2. LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO (LEI COMPLEMENTAR N.º 948/2019)

5. A Tabela de Usos e Atividades é apresentada no Anexo I da LUOS, e pode ser encontrada no link:



Acesso em: 03 jul. 2022.

As Atividades de Atenção à Saúde Humana Integradas com Assistência Social podem ser encontradas nas páginas 35 e 36.

Os dados de violência contra mulheres no Distrito Federal são alarmantes e os princípios da LUOS devem considerá-los. Já existem no Distrito Federal distintos equipamentos voltados ao acolhimento das mulheres vítimas de violência. No entanto, os equipamentos dessa natureza não são citados na tabela de Usos e Atividades⁵. No trecho “Atividades de Atenção à Saúde Humana Integradas com Assistência Social, Prestadas em Residências Coletivas e Particulares” da tabela de uso institucional, os abrigos para mulheres (como a Casa da Mulher Brasileira, por exemplo) não constam .

Pelos dados do MPDFT de 2019, naquele ano foram registrados 16.191 denúncias de violência contra mulher, das quais 27 foram casos de feminicídio, em que as vítimas perderam suas vidas. Temos, por exemplo, na região Nordeste do DF, em Sobradinho e Planaltina, dados de violência contra mulher expressivos, e

mesmo que conste um Centro de Atenção Psicossocial, não há abrigos próximos àquela região. A política urbana precisa voltar sua atenção a essas questões para se certificar que as demandas estão sendo cumpridas, ou se é preciso implementar novos equipamentos. A segurança, acolhimento e proteção de mulheres e demais grupos socialmente vulnerabilizados não são pautas secundárias, e esses equipamentos devem vir expressamente descritos e previstos na legislação.



Figura 7

Mapa da violência contra mulher.

Inquéritos policiais e termos circunstanciados recebidos pelo MPDFT em 2019.

Fonte:
ZAMPRONHA,
2020.

CEILÂNDIA	2.727	RECANTO DAS EMAS	981	PARANOÁ	693
BRASÍLIA	1.745	TAGUATINGA	944	RIACHO FUNDO	645
SAMAMBAIA	1.341	ÁGUAS CLARAS	908	GUARÁ	520
PLANALTINA	1.275	GAMA	902	BRAZLÂNDIA	407
SOBRADINHO	1.157	SANTA MARIA	826	NÚCLEO BANDEIRANTE	318
		SÃO SEBASTIÃO	751	DEMAIS REGIÕES	51
		LAGOS E REPRESAS			

Além disso, implantar equipamentos voltados aos cuidados da população idosa e melhorar a distribuição de creches e pré-escolas, com implantação de equipamentos que socializem atividades domésticas, como refeitórios e lavanderias coletivas, são ações que promovem oportunidade de mais mulheres adentrarem o mercado de trabalho.

Figura 8

Mapa dos abrigos de apoio às vítimas de violência doméstica.

Fonte: Módulo Lótus – Projeto de Intervenção e Requalificação Funcional da Casa da Mulher Brasileira, 2021.

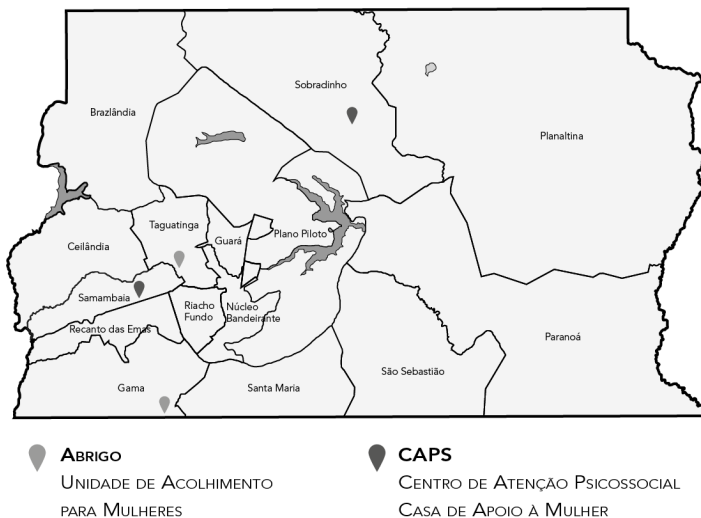
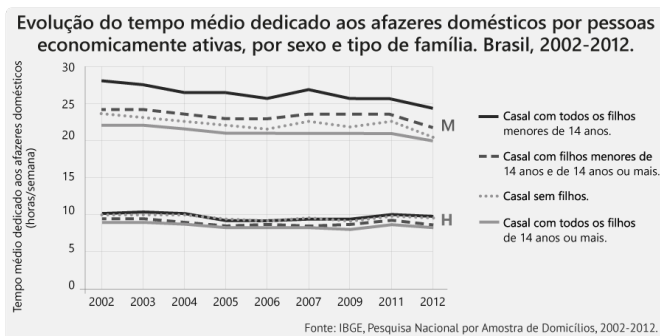


Figura 9

Gráfico do tempo médio dedicado aos afazeres domésticos.

Fonte: 50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile, 2019.



5.3. PLANO DIRETOR DE TRANSPORTE URBANO E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL (LEI N.º 4.566/2011)

PDTU, Seção I, Capítulo I.

Fonte: Lei n.º 4.466/2011.

SEÇÃO I — ATOS DO PODER EXECUTIVO

CAPÍTULO I — DOS OBJETIVOS GERAIS DO PLANO

Art. 1º Regem-se por esta Lei as normas gerais básicas para implementação do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal — PDTU/DF, em consonância com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal — PDOT e com o Estatuto das Cidades.

(...)

Art. 2º O PDTU/DF fundamenta-se na articulação dos vários modos de transporte com a finalidade de atender às exigências de deslocamento da população, buscando a eficiência geral do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal — STPC/DF e garantindo condições adequadas de mobilidade para os usuários, cumprindo os seguintes objetivos:

I — melhoria da qualidade de vida da população, mediante a disponibilização de serviço de transporte público regular, confiável e seguro, que permita a mobilidade sustentável e acessibilidade para realização das atividades que a vida moderna impõe;

(...)

Os planos diretores de transporte urbano são determinados como obrigatórios em cidades com mais de quinhentos mil habitantes, de acordo com o art. 41, § 2º, do Estatuto das Cidades. No caso do Distrito Federal, essa legislação é o PDTU, vigente desde maio de 2011. Entre os objetivos do plano, está a melhoria da qualidade de vida da população pela disponibilização de serviço de transporte público confiável e seguro. No entanto, pela pesquisa supracitada do IPG e Locomotiva, foi constatado que as mulheres brasileiras não têm seu direito à segurança no transporte público garantido.

No caso específico do Distrito Federal, um exemplo para melhorar a segurança das mulheres foi a criação da Lei Distrital n.º 4.848/2012, atualizada em 1º de julho de 2013, que determinou a criação do vagão exclusivo para mulheres e pessoas com deficiência, no metrô e no BRT, como uma medida paliativa para melhorar a segurança das usuárias deste modal em específico. No ensaio teórico “Mulheres que andam nos trilhos” (ZAMPRONHA, 2020), foram entrevistadas 90 mulheres entre os meses de setembro e outubro de 2020 acerca dessas questões, sendo graves os resultados obtidos e compatíveis com a pesquisa anterior. Ao todo, 63,4% afirmaram já terem se sentido assediadas no interior do metrô ou estações. Em relação a essa violência agravada por intervenções físicas, 15,5% afirmaram já tê-la sofrido. Assim, o objetivo da segurança não está efetivado, o que prejudica a acessibilidade do transporte público para as mulheres.

Quando o plano apresenta diretrizes como a implantação e adaptação da infraestrutura para atender às necessidades de melhoria da acessibilidade, precisa levar em conta adaptações e soluções criativas para garantir segurança das usuárias. Os objetivos e diretrizes do PDTU precisam demonstrar o

Figura 10
Gráficos sobre
assédio e
Importunação
Sexual.
Fonte:
ZAMPRONHA,
2020.



comprometimento dessa legislação pela garantia da segurança e acessibilidade das mulheres que a utilizam. As referências abaixo apresentam diversas demandas específicas às mulheres que são aplicáveis a distintas localidades, e das quais algumas também são necessárias no caso do Distrito Federal.

Demandas Específicas das Mulheres.

Fonte:
SARMENTO, 2017.

Diretrizes Específicas para as Mulheres sugeridas para inclusão no PDE-SP em 09/2002

- f) Relocação dos pontos de ônibus em lugares ermos, pois favorecem o estupro das mulheres;
- i) Criação de itinerários interbairros, que passem pelas creches, escolas, unidades básicas de saúde e comércio;

Lista de demandas da Carta das Mulheres à Cidade de Blumenau

- c) Mobilidade e acesso à cidade para as mulheres
 - Criar sistema de transporte público que garanta mais horários para atividade da reprodução e mais segurança para idosos e crianças.
 - Ampliar a disponibilidade de horários de ônibus, criando um sistema pautado nas diversas demandas das cidades e levando-se em consideração a condição dos usuários, como, por exemplo, criar linhas

executivas para estudantes, linha para interligar os equipamentos de saúde, ampliar os horários durante o final de semana para estimular os passeios e socialização.

- Disponibilizar os pontos de ônibus em locais iluminados e próximos de vitalidade. Permitir descida em qualquer lugar da cidade após as 20h apenas para as mulheres.

5.4. PLANO DISTRITAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

O PLANDHIS é um documento que busca compatibilizar as diversas iniciativas habitacionais em torno de um sistema distrital de habitação, para enfrentamento do déficit habitacional. Segue as diretrizes da política nacional da habitação, estabelecidas pela Lei Federal n.º 11.124/2005, que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. A regularização fundiária tanto rural quanto urbana se dá por meio da Lei Federal n.º 13.465/2017. No Título II da lei, que diz respeito à regularização urbana, é descrito no art. 10, inciso XI, que, entre os objetivos da Reurb, consta conceder direitos reais preferencialmente em nome da mulher. Vale nota que no Título I da regularização rural é definido que cabe ao Incra ordenar a classificação das candidatas seguindo critérios que são: i) família mais numerosa de membros exercendo atividade agrícola na área do assentamento; ii) família que resida há mais tempo; e iii) as famílias chefiadas por mulheres, respectivamente.

CAPÍTULO I — PROPOSTA METODOLÓGICA

3. PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DAS ETAPAS E PRODUTOS

ETAPA 2 — DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL

(...)

- Aspectos econômicos e sociais
- Renda per capita
- Porcentagem de famílias com:

Grupo I: Sem renda ou com renda abaixo da linha de financiamento da necessidade mínima

Grupo II: Com valor de renda insuficiente para moradias adequada com alto risco de crédito

Grupo III: Com renda insuficiente para moradia

PLANDHIS,
Capítulo I, 3.

Fonte: Plano de Habitação de Interesse Social, 2012.

adequada com moderado risco de crédito

Grupo IV: Com valor suficiente para acessar moradia adequada (perfil do FGTS)

Grupo V: Com plena capacidade por financiamento de mercado.

- Concentração econômica
- Crescimento, composição e valor do PIB
- Emprego
- Taxa de desemprego
- Analfabetismo

Plano Municipal
dos Direitos das
Mulheres de
Santo André,
Seção XII, IV.

Fonte:
SARMENTO, 2017.

SEÇÃO XII do Plano Municipal dos Direitos das Mulheres de Santo André, 1990.

IV. Estabelecer normas para a formação de um banco de dados sobre a mulher no município, objetivando inventariar a situação da mulher;

A legislação federal fundiária já considera em seu texto as desigualdades que assolam as mulheres, portanto, o plano distrital deve estar alinhado a essa diretriz. No que diz respeito ao diagnóstico da situação habitacional de interesse social, questões como o sexo dos chefes de família ou indivíduos cadastrados, e também o número de dependentes, não constam entre os dados a serem levantados.

5.5. PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA (PROPOSTA DE MINUTA PLC PPCUB, 2017)

Em dezembro de 1987, a Unesco declarou Brasília como patrimônio cultural da humanidade. Essa proteção é imprescindível à manutenção da paisagem e princípios de Brasília, mas o Conjunto Urbanístico tombado também está submetido à função social da cidade, ditada pela Constituição Federal, pelo Estatuto das Cidades e também pelo PDOT, como qualquer território urbano.

Mesmo tendo atingido o maior PIB do país, há mais de 160 mil famílias vivendo na faixa da pobreza no Distrito Federal. Até dezembro de 2020, 2.019 pessoas da Capital Federal se declararam em situação de rua, e esses números têm crescido. Essas pessoas ocupam principalmente áreas que compõem o tombamento. O Plano Piloto possui renda familiar média de R\$ 15.000, enquanto

a renda das pessoas trabalhando como catadoras de material reciclável e morando em barracos irregulares varia entre R\$ 250 e R\$ 40010. Somando esses dados a todos os outros previamente apresentados, o PPCUB precisa estar comprometido com o combate das desigualdades sociais que estão manifestas em seu território, trazendo isso expresso em seus princípios e diretrizes. Urgem estratégias que alinhem preservação patrimonial e a função social do território urbano.

A inserção de Habitação de Interesse Social de qualidade no Conjunto Urbano de Brasília possui papel fundamental no combate às desigualdades sociais para além da questão do déficit habitacional, uma vez que a maioria das oportunidades, serviços e equipamentos estão concentrados nessa região. Na Zona Central, de acordo com dados da CODEPLAN de 2018, residem cerca de 11,3% dos habitantes do Distrito Federal. Nessa mesma região, estavam concentrados 43,4% dos postos de emprego formal no ano de 2013. Como o trabalho reprodutivo, de cuidados com crianças, recai majoritariamente sobre mulheres (como apresentado na Figura 9), já sendo uma diretriz da Lei Fundiária a priorização das mulheres na concessão do direito de uso da terra, o texto da Política Habitacional no CUB deve apresentar a pauta da priorização de mães chefes de família.

TÍTULO IV — DAS DIRETRIZES SETORIAIS DO PPCUB

CAPÍTULO II — DA POLÍTICA HABITACIONAL NO CUB

Art. 25 As diretrizes gerais para a habitação no Conjunto Urbanístico de Brasília visam a qualificar a produção habitacional, a adequar a provisão de moradias ao déficit e à demanda habitacional, e compreendem o seguinte:

(...)

III — o fomento, à luz da justiça social, da inserção de habitação de interesse social em áreas centrais dotadas de infraestrutura e serviços, em contraponto à tendência de espraiamento da ocupação territorial no Distrito Federal;

(...)

X — a inserção de habitação nos setores centrais, condicionada à preservação da paisagem urbana histórica moderna e à reabilitação dos edifícios, quando for o caso;

XI — o atendimento preferencial, nos empreendimentos de interesse social, à população que trabalha no CUB e à população em déficit habitacional, que mora ou trabalha na Unidade de Planejamento Territorial Central;

Minuta do
PPCUB, Título
IV, Capítulo II.

Fonte: Proposta
de Minuta PLC
PPCUB, 2017.

XII — a criação de alternativas de moradias para população jovem, nas regiões centrais, com diversidade tipológica e adequadas à faixa de renda;

XIII — a promoção de uma rede de proteção social e econômica da população, por meio do serviço de monitoramento e acompanhamento social das famílias beneficiadas pela política habitacional e da integração com outras políticas públicas afins;

O impacto social de se priorizar mães solo nos empreendimentos de moradia de interesse social na região com maior disponibilidade de empregos, creches, escolas, parques, postos de saúde e hospitais possui alto impacto no combate a diversas formas de desigualdade social.

CONCLUSÃO

Há décadas, críticas feministas denunciam o viés das políticas públicas que priorizam os homens, evidenciando uma estrutura que promove e mantém a desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres (SARMENTO, 2017). Dessa forma, tanto as políticas urbanas quanto as teorias nas quais elas se baseiam carecem de ser profundamente revisadas. Para isso, é preciso conhecer e considerar as formas específicas às mulheres de morar e utilizar a cidade; assegurar que a presença das mulheres seja garantida nos âmbitos sociais e políticos, favorecendo nossa participação; valorizar e socializar as atividades que tradicionalmente são realizadas por mulheres; e incorporar todas as necessidades que surgirem como assunto público (SARMENTO, 2017).

As análises se estruturaram em três diferentes estratégias: por meio da comparação com planos diretores que já incluíram a questão de gênero, no caso o Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE-SP) e do Plano Diretor do Município de Santo André, evidenciando diversos pontos passíveis de melhora nas leis distritais; pela análise de uma ampla diversidade de dados socioeconômicos de fontes como IBGE e Companhia de Planejamento do DF (CODEPLAN); nas demandas e diretrizes apresentadas por mulheres no Plano Municipal dos Direitos das Mulheres de Santo André, de 1990; nas Diretrizes Específicas para as Mulheres sugeridas para inclusão no PDE-SP, em 2002; e na Lista de Demandas da Carta das Mulheres à Cidade de Blumenau, 2017,

todas podendo ser encontradas na dissertação “A Participação da Mulher na Construção da Cidade Contemporânea: contribuições para um novo modelo de planejamento urbano em Blumenau/SC”, da arquiteta Daniela Sarmiento, e também nos depoimentos e dados obtidos no questionário do ensaio teórico previamente citado, em que foram alcançadas 90 mulheres.

É possível concluir que as principais legislações urbanas do Distrito Federal possuem falhas em relação às questões de combate a desigualdades sociais, não apenas referente às mulheres, mas também sobre questões raciais, por exemplo. A perspectiva de se criar um sujeito universal para o qual se pensa a cidade perpetua as injustiças estruturais, pois acaba assumindo a face do sujeito dominante, que é homem, adulto, branco, sem deficiências, com bom poder aquisitivo. O planejamento urbano deve considerar as especificidades das demandas dos diversos grupos sociais, ou não será capaz de colaborar com a construção de uma cidade e sociedade mais justas.

REREFÊNCIAS

ALIAGA FUENTES, Maribel, OLIVEIRA, Larissa C., TAVARES, Gabriela M. P., ZAMPRONHA, Sara C. C. **Mulheres, Cidades e Violências:** percurso histórico, urbanístico e estrutural. Seminário de História da Cidade e Urbanismo, Salvador, BA, Brasil. 15 jun. 2021.

ANIS — INSTITUTO DE BIOÉTICA, DIREITOS HUMANOS E GÊNERO e MPDFT. **Radiografia dos homicídios por violência doméstica contra a mulher no Distrito Federal.** Org. Debora Diniz. 2015 Disponível em www.mpdft.mp.br/portal/pdf/nucleos/nucleo_genero/publicacoes/Pesquisa_ANIS_Radiografia_homicidios_violencia_domestica.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.

BLAY, E. A.; AVELAR, L. (EDS.). **50 anos de feminismo:** Argentina, Brasil, Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo, SP, Brasil: FAPESP : Edusp, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 5 de outubro de 1988. Legislação Informatizada. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 mai. 2021.

_____. **Estatuto da Cidade, Lei n.º 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Congresso Nacional, Legislação Informatizada. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em 14 mai. 2021.

_____. **Lei n.º 12.378**, de 31 de dezembro de 2010, Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil — CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal — CAUs; e dá outras providências. Congresso Nacional, Legislação Informatizada. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12378.htm. Acesso em 14 mai. 2021.

_____. **Lei n.º 13.465**, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e dá outras providências. Congresso Nacional, Legislação Informatizada. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm. Acesso em: 19 mai. 2021.

CODEPLAN, DIEESE e SECRETARIA DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa de Emprego e Desemprego**, 2020. Disponível em www.codeplan.df.gov.br/ped-pesquisa-de-emprego-e-desemprego. Acesso em: 19 jan. 2021.

CODEPLAN. **Perfil da Distribuição de Postos de Trabalho no Distrito Federal**: Concentração no Plano Piloto e Déficit nas Cidade-Dormitório, 2013. Disponível em www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Perfil-da-Distribui%C3%A7%C3%A3o-dos-postos-de-Trabalho-no-DF-Concentra%C3%A7%C3%A3o-no-Plano-Piloto-e-Deficits-nas-Cidades-Dormit%C3%B3rio.pdf. Acesso em: 14 mai. 2021.

_____. **População indígena**: Um primeiro olhar sobre o fenômeno do índio urbano na Área Metropolitana de Brasília, 2015. Disponível em: www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Popula%C3%A7%C3%A3o-ind%C3%ADgena-Um-primeiro-olhar-sobre-o-fen%C3%B4meno-do-%C3%8Dndio-urbano-na-%C3%81rea-Metropolitana-de-Bras%C3%ADlia.pdf. Acesso em: 19 mai. 2021.

_____. **Fluxos Intrametropolitanos** — Distrito Federal e Municípios Adjacentes, 2014. Disponível em: www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Fluxos-Intrametropolitanos-Distrito-Federal-e-Munic%C3%ADpios-Adjacentes.pdf. Acesso em: 14 mai. 2021.

_____. **Densidades Urbanas nas Regiões Administrativas do Distrito Federal**, 2017. Disponível em: www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD_22_Densidades_Urbanas_nas_Regi%C3%B5es_Administrativas_DF.pdf. Acesso em: 14 mai. 2021.

_____. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios**, 2018. Disponível em www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Destaques_PDAD_revisado.pdf. Acesso em: 14 mai. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Apresentação do PPCUB**, 2017. Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação. Disponível em: www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/apresentacao_ppcub_ct_abril.pdf. Acesso em: 19 mai. 2021.

_____. **Lei Complementar n.º 803**, de 25 de abril de 2009. Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal — PDOT e dá outras providências. Governador do Distrito Federal, Legislação Informatizada. Disponível em: www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/60298/Lei_Complementar_803_25_04_2009.html. Acesso em: 14 mai. 2021.

_____. **Lei Complementar n.º 854**, de 15 de outubro de 2012. Atualiza a Lei Complementar n.º 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal — PDOT e dá outras providências. Governador do Distrito Federal, Legislação Informatizada. Disponível em: www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/72806/Lei_Complementar_854_15_10_2012.html. Acesso em: 14 mai. 2021.

_____. **Lei Complementar n.º 948**, de 16 de janeiro de 2019. Aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal — LUOS nos termos dos arts. 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências. Câmara Legislativa do Distrito Federal, Legislação Informatizada. Disponível em: www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2019/01_Janeiro/DODF%20012%2017-01-2019%20SUPLEMENTO%20A/DODF%20012%2017-01-2019%20SUPLEMENTO%20A.pdf. Acesso em: 14 mai. 2021.

_____. **Lei n. 4.566/2011**, de 4 de maio de 2011. Dispõe sobre o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal — PDTU/DF e dá outras providências. Governador do Distrito Federal, Legislação Informatizada. Disponível em: editais.st.df.gov.br/pdtu/leipdtu.pdf. Acesso em: 09 mai. 2021.

_____. **Lei n. 4848/2012**, de 1 de junho de 2012. Dispõe sobre a destinação de espaços exclusivos para mulheres e portadores de necessidades especiais no sistema metroviário do Distrito Federal. Câmara Legislativa do Distrito Federal, Legislação informatizada. Disponível em: www.legisweb.com.br/legislacao/?id=241946. Acesso em: 30 nov. 2020.

_____. **Lei Orgânica**, de 08 de julho de 1993. Câmara Legislativa do Distrito Federal, Legislação Informatizada. Disponível em: www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=0&txtAno=0&txtTipo=290&txtParte=. Acesso em: 14 mai. 2021.

_____. **Documento Técnico PDOT**, 2017. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Disponível em: www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/09/documento_tecnico_pdot12042017.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.

_____. **Documento para Discussão** — PPCUB, 2017. Secretaria de Estado e Gestão de Território e Habitação do DF. Disponível em: www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/texto_audiencia_notas.pdf. Acesso: 19 mai. 2021.

_____. **Proposta de Minuta PLC PPCUB**, 2017. Aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília — PPCUB e dá outras providências. Câmara Legislativa do Distrito Federal, Legislação Informatizada. Disponível em: www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/Minuta-PLC-PPCUB.pdf. Acesso em: 14 mai. 2021.

_____. **Plano Distrital de Habitação de Interesse Social**, 2012. Compatibiliza as diversas iniciativas habitacionais em torno de um Sistema Distrital de Habitação para o enfrentamento do déficit habitacional. Secretaria de Estado da Casa Civil e Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Humano. Disponível em: www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/10/PLANDHIS-Reda%C3%A7%C3%A3o-final-12.12.12.pdf. Acesso em: 19 mai. 2021.

DIOGO, Darcianne. **A face da desigualdade**: DF tem mais de 160 mil famílias na faixa da pobreza. 10 de janeiro, 2021. Correio Braziliense, disponível em www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/01/4899357-a-face-da-desigualdade-df-tem-mais-de-160-mil-familias-na-faixa-da-pobreza.html. Acesso em: 21 out. 2021.

ELIAS, Michelly F. M. **Expressões da desigualdade social no Distrito Federal entre 2018 e 2020**: O acirramento da “questão social” durante a pandemia de COVID-19. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 5, e28310514976, abril, 2021.

IBGE. **Cidades e Estados**. Brasília, 2020. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/df/brasil.html. Acesso em: 14 mai. 2021.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais:** uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. Brasília, 2019. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf. Acesso em: 14 mai. 2021.

KERN, Leslie. **Feminist city:** claiming space in a man-made world. Toronto: Verso, 2019.

SARMENTO, Daniela P. G. **A Participação da Mulher na Construção da Cidade Contemporânea:** contribuições para um novo modelo de planejamento urbano em Blumenau/SC. Ciências Sociais e Filosofia, mestrado. Universidade Regional de Blumenau, 2017.

OKIN, Susan. M. **Gênero, o público e o privado.** Revista Estudos Feministas, v. 16, n. 2, p. 305–332, agosto, 2008.

OLIVEIRA, Larissa. C. **Módulo Lótus:** Projeto de intervenção e Requalificação da Casa da Mulher Brasileira. Arquitetura e Urbanismo, graduação. Universidade de Brasília, 2020.

REZZUTTI, P. **Mulheres do Brasil:** a história não contada. Rio de Janeiro, RJ: LeYa, 2018.

SANTO ANDRÉ. **Lei n.º 8.696**, de 17 de dezembro de 2004. Institui o novo Plano Diretor do município de Santo André, nos termos do artigo 182 da Constituição Federal, do capítulo III da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 — Estatuto da Cidade — e do Título V, Capítulo III, da Lei Orgânica do Município de Santo André. Câmara Municipal de Santo André, Legislação Informatizada. Disponível em: www.cmsandre.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=505&Itemid=64. Acesso em: 14 mai. 2021.

SÃO PAULO. **Lei n.º 16.050**, de 31 de julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei n.º 13.430/2002. Câmara Municipal de São Paulo, Legislação Informatizada. Disponível em: legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014. Acesso em: 14 mai. 2021.

ZAMPRONHA, Sara. C. C. **Mulheres que andam nos trilhos:** elas estão seguras? Traçado urbano e segurança das mulheres usuárias do Metrô–DF. Arquitetura e Urbanismo, graduação. Universidade de Brasília, 2020.

MONTANDO O FERRO'S BAR

REIVINDICANDO A MEMÓRIA

LÉSBICA NO BRASIL

Alyssa Volpini

RESUMO

A partir do Trabalho de Conclusão de Curso — Diplomação 2 —, intitulado “(Re)montando o Ferro’s Bar: reivindicando a memória lésbica no Brasil”, busca-se discutir e potencializar a memória do Ferro’s Bar, espaço fundamental para a história do ativismo lésbico no Brasil. O objetivo principal da pesquisa é trazer como manifesto e proposta projetual a (re)montagem desse espaço de memória, a partir dos vestígios de imagem e relatos de ex-frequentadoras do espaço. Sua fundamentação teórica utiliza elementos de pesquisas embasadas em teorias feministas e interseccionais, bem como estudos do campo da filosofia, antropologia, história da arte e da historiografia urbanística, explorando a sistêmica invisibilidade e marginalização de mulheres lésbicas durante a Ditadura Civil-Militar até os tempos atuais. Partindo de uma perspectiva feminista, este trabalho questiona não apenas o apagamento e invisibilidade das resistências lésbicas, mas também a base sexista, racista e classista que o determina.

PALAVRAS-CHAVE

memória lésbica; feminismos; lesbiandades; Ferro’s Bar.

INTRODUÇÃO

*historicizaram de nós
como sendo inexistentes
apagadas as trajetórias
eliminadas as vivências
mas somos nós mesmas
aquí
agora
a contrapelo
construindo narrativas
trazendo à tona
todas estas que nos antecederam*

[...]

***nos quiseram invisíveis
mas nós
— lésbicas —
sempre fomos história***

Barbara Esmênia

O caminho investigativo deste trabalho tem como ponto de partida o Ferro's Bar, local fortemente associado à população e à cultura lésbicas, assim como sua organização política. O espaço tomou destaque tanto pela sua centralidade na socialização — entre as décadas de 60 e meados de 90, na região central de São Paulo — quanto por ter sido palco da primeira manifestação política organizada por lésbicas no Brasil, que ocorreu no dia 19 de agosto de 1983, durante a Ditadura Militar (1964-1985), contexto no qual o movimento lésbico brasileiro tem origem. Esse levante ficou conhecido como o “pequeno Stonewall brasileiro”, em referência à histórica rebelião de homossexuais ocorrida nos Estados Unidos da América (EUA), em 1969.

Em plena redemocratização, as incursões policiais em locais ocupados por LGBTQIA+¹ eram recorrentes e as frequentadoras lésbicas e bissexuais eram constantemente agredidas e expulsas do Ferro's Bar (cf. Figura 1). Uma das razões desses embates — além da própria presença não heterocentrada² delas — era a distribuição do ChanacomChana, folhetim que tratava da vivência lésbica, produzido de forma independente pelas ativistas do Grupo

1. Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais ou Travestis, Queer, Intersexo, Assexual e “+” que se refere as demais orientações sexuais e identidades de gênero como a pansexualidade e a não binaridade.

2. Mulheres que não vivenciavam a heterossexualidade.

de Ação Lésbica Feminista (GALF, 1981-1990), que circulou entre os anos 1981 e 1987 nos bares da capital paulista.

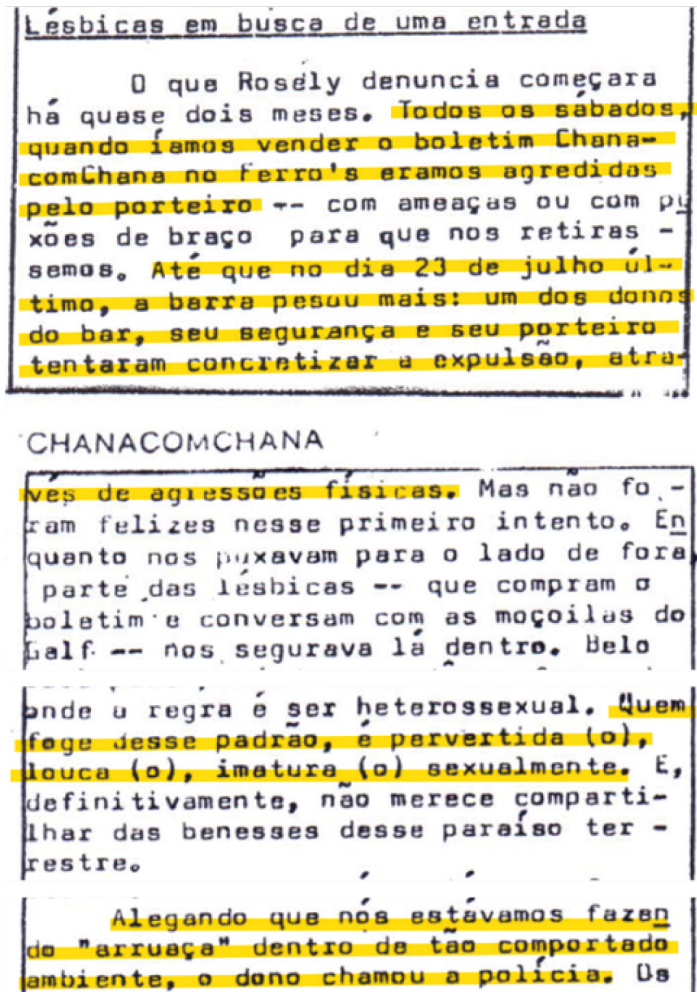


Figura 1

Trecho retirado do folhetim Chanacomchana n.º 4, que narra as agressões e violência que as mulheres vinham sofrendo dentro do estabelecimento, a ação organizada pelas integrantes do GALF (Grupo de Ação Lésbica Feminista) no dia 19 de agosto de 1983.

Fonte: Acervo Pajubá.

No dia 23 de julho de 1983, em um ato de censura, os donos do Ferro's acionaram a polícia para expulsar as ativistas lésbicas, proibindo a venda do folhetim, alegando "atentar contra os valores da família". As mulheres do GALF, juntamente a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e parlamentares da época, se

mobilizaram para organizar um levante contra a opressão e para dar um basta nas expulsões arbitrárias e violentas recorrentes. O ato incentivou posteriormente outros grupos LGBTQIA+ e organizações feministas a reafirmarem sua existência e dignidade, se organizando e promovendo outras manifestações de protesto.

De maneira mais ampla, este trabalho parte de um esforço em resgatar a história da lesbianidade longe das determinações patriarcais, devolvendo ao movimento de mulheres lésbicas o direito à memória de espaços de afeto e de visibilidade. Ao mesmo tempo, também questiona o apagamento da resistência lésbica à ditadura, assim como a base patriarcal que o determina — o que só é possível se respaldada pelo feminismo.

A voz do patriarcado, que apaga da história a participação de mulheres que não seguem a heteronormatividade, torna o processo de pesquisa sobre lesbianidade uma tarefa árdua. Investigar esse tema requer não apenas um engajamento político feminista, mas também um esforço arqueológico.

1. APRESENTAÇÃO DO FERRO'S BAR

Durante sua existência, entre os anos 60 e meados de 90 do século passado, o Ferro's Bar era localizado próximo à Av. 9 de Julho, na Rua Martinho Prado, n.º 127, no térreo do Ed. Vesper, em frente ao Museu Judaico de São Paulo, no Bairro do Bixiga, Distrito Bela Vista, em São Paulo. Situado na esquina da Rua Martinho Prado com a Rua Avanhandava, era próximo à Rua Augusta e à Praça Franklin Roosevelt, região onde havia grande concentração de bares e restaurantes (cf. Figuras 2 e 3).

Marisa Fernandes (2020), historiadora e militante precursora do movimento de mulheres lésbicas, relata em uma publicação na plataforma “Memória e História das Homossexualidades”:

O surgimento do Ferro's, em 1961, esteve intimamente ligado à inauguração da matriz da TV Excelsior, canal 9, em 09 de julho de 1960, na cidade de São Paulo. No final desse mesmo mês, a TV alugou, para seus estúdios, o Teatro de Cultura Artística, na Rua Nestor Pestana, 196, no Bairro da Bela Vista/Bixiga, de onde transmitiam e gravavam seus programas e shows. De acordo com o CPDOC, das Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, a Excelsior permaneceu nesse local até o ano de 1967.

3. FERNANDES, Marisa. **A visibilidade lésbica e a história do Ferro's bar** (2020).

Disponível em:



Acesso em: 27 abr. 2021

Figura 2

Vista Aérea Virtual (3D) gerada através do site Google Earth, sinalizando a Região que se localiza o Ed. Vesper, onde o Ferro's funcionava durante sua existência.

Fonte: Google Earth.

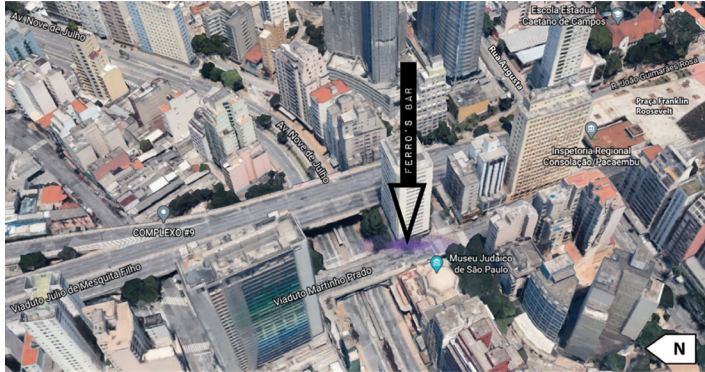


Figura 3

À esquerda, fachada atual onde se localizava o bar, “street view” realizada pelo site Google Earth dia 19/04/2021, e, à direita, foto que mostra o momento em que as ativistas do GALF são barradas de entrar e vender o boletim ChanacomChana no bar. É possível perceber como a fachada permanece semelhante à época em que o bar existia.

Fonte: Google Earth/Site Um Outro Olhar.



A partir de documentos oficiais⁴ do Ferro's Bar, que a historiadora Fernandes teve acesso ao entrar em uma obra que ocorreu em 1996, após a venda do estabelecimento, descobriu-se que o estabelecimento pertencia a três sócios proprietários, dentre eles, os irmãos portugueses José Ferro Monteiro e Aníbal Ferro Pereira⁵, explicando, assim, o nome do estabelecimento.

Antes de ser um bar majoritariamente frequentado por mulheres, “o Ferro's era frequentado por artistas, boêmios, jornalistas, intelectuais, periféricas, prostitutas e, consta que até o golpe de 31 de março de 1964, por ativistas comunistas” (FERNANDES, 2020). Era um lugar central de encontros das mais diversas especificidades, classes, idades, profissões e orientações sexuais. E, por volta de meados dos anos 60, passou a ser um ponto fortemente associado ao público lésbico e fazia parte de um complexo de bares no Bairro do Bixiga que eram ocupados por um público semelhante.

O estabelecimento funcionava de segunda a segunda, abrindo às 10 h e fechando às 05 h, era conhecido pela comida de ótima qualidade e preço acessível. No público diurno, período em que o bar funcionava como pizzaria e restaurante, era em sua maioria frequentado por famílias nucleares, tradicionais e trabalhadores da região. Já no período noturno, era ocupado por estudantes e intelectuais — dada a proximidade do circuito universitário composto pela Pontifícia Universidade Católica, pela Universidade Mackenzie e pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL) —, além de artistas e músicos de grupos engajados em experiências artísticas ligadas à resistência, em especial ao Teatro de Arena, jornalistas, prostitutas, ativistas — em sua maioria, mulheres lésbicas. O bar possuía por volta de 30 a 40 mesas, com capacidade de até 200 pessoas⁶ e apenas um banheiro feminino, o que gerava filas grandes e incômodo para as frequentadoras.

Uma reportagem publicada na Folha de São Paulo pelo jornalista Carlos Brickmann, em 21 de agosto de 1983, descreve o interior do bar:

O Ferro's Bar é um dos melhores exemplos de má decoração que existem em São Paulo. Chão amarelo não muito limpo, de cacos de cerâmica; paredes com azulejos azuis até à metade e terríveis pinturas multicoloridas na parte superior; enfeites de gesso creme que certamente conheceram melhores tempos; e colunas revestidas embaixo de fórmica branca, no meio de fórmica azul, no alto de pastilhas espelhadas. Isso é compensado pela comida, boa — embora um pouco oleosa — e relativamente barata. Em outras épocas, foi reduto de jornalistas, escritores e prostitutas; depois, de homossexuais masculinos; finalmente de lésbicas (BRICKMANN, 1983).

2. GOLF, CHANACOMCHANA E A RETOMADA DO FERRO'S

É em oposição à Ditadura Militar (1964-1985) que se concretiza a organização política do movimento brasileiro de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no Brasil⁷. Sendo alvo da perseguição da ditadura simplesmente por serem lésbicas e isoladas politicamente pela esquerda, pelo “movimento homossexual”⁸ e pelo movimento feminista, as lésbicas unem-

4. Documentos como “movimento de entrada e saída de produtos, contratação de funcionários, expedição de salário família, 13^o, adesão ao FGTS, mas não seguem uma ordem de datas. Estão dispersos entre 1964 e novembro de 1999”.

Trecho retirado do site “**Memórias e Histórias de Homossexualidades**”. FERNANDES, Marisa. A visibilidade lésbica e a história do Ferro's bar (2020).

Disponível em:



Acesso em: 27 abr. 2021

5. Ibidem.

6. Ibidem.

7. Conceituado por James N. Green como a primeira onda do movimento LGBT brasileiro que iniciou no fim da década de 1970 e teve duração de uma década (GREEN, 2015).

8. Também denominado de “movimento gay”, o que hoje conhecemos por movimento LGBTQIA+. Sendo até hoje criticamente chamado de “GGGG”, denunciando ainda as posturas falocêntricas e misóginas presentes no movimento.

9. Fundado em 1978, em São Paulo, é considerado o primeiro grupo brasileiro em defesa dos direitos LGBT.

10. Edição número 12 do jornal “Lampião da Esquina”.

Disponível em:



Acesso em: 06 mai. 2021

se em torno das pautas da redemocratização e do combate à lesbofobia.

Em abril de 1979, as mulheres do Grupo Somos de Afirmação Homossexual⁹, as do grupo Eros e outras independentes (no total, 25 mulheres), foram convidadas a escrever uma matéria sobre lesbianidades para o jornal Lampião de Esquina, publicação de temática homossexual do Rio de Janeiro, que circulou entre os anos 1978 e 1981. A edição de número 12 traz na capa o título “Amor entre mulheres (elas dizem onde, quando, como e porquê)” (vide Figura 4) e as páginas discutem, de forma aberta e pública, pautas de mulheres lésbicas, como lesbofobia, perseguição policial, sexo e sexualidade. Segundo o próprio jornal¹⁰, é a primeira vez que a vivência lésbica foi pautada sem o viés patologizante ou de repressão.



Figura 4

Capa do jornal Lampião da Esquina número 12, publicado em maio de 1979.

Fonte: Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual (IBDSEX).

Sendo a questão de gênero, desde essa época, um problema dentro do Movimento Homossexual, as mulheres integrantes do Somos resolvem criar um subgrupo, em 1979, em reação às atitudes machistas e discriminatórias dos integrantes *gays* homens. Identificando-se com as pautas feministas, tornam-se o subgrupo lésbico-feminista do Somos. Porém, entendendo a importância da autonomia e buscando realmente priorizar seus interesses e suas demandas, as integrantes do subgrupo criam, em maio de 1981, a primeira auto-organização de lésbicas no Brasil, passando a se autodenominar Grupo Lésbico Feminista (LF), tornando pública a autonomia total do LF. Segundo Fernandes (2018, s/p)¹¹,

O LF era bastante plural, tinha de empregada doméstica a programadora de software, mulheres que não vinham da Academia, mas dos “armários” e do “gueto”. O ponto comum entre elas era o lesbianismo.

Uma de suas ações foi a primeira publicação do “ChanacomChana”, em 1981, em formato de jornal, trazendo na capa uma entrevista com a cantora Angela Ro (cf. Figura 5). No dia 17 de outubro do mesmo ano, o grupo sofreu um enfraquecimento e algumas militantes remanescentes¹² substituíram-no formalmente pelo Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), auto-organização lésbica independente, sendo um dos poucos grupos lésbicos brasileiros durante toda a década de 80, assim como o Terra Maria Opção Lésbica, formado por outras integrantes do subgrupo do Somos. No início dos anos 90, o GALF tornou-se Rede de Informação Um Outro Olhar, coordenada por Miriam Martinho até hoje (MARTINHO, 2015).

Compreendendo a importância de pautar de forma política suas vivências — fora das pautas heteronormativas do movimento feminista —,

essas militantes foram pioneiras em reivindicar a visibilidade lésbica, enfrentando, assim, o movimento feminista, que classificava as vivências lésbicas como “opção ou preferência sexual” (MARTINHO, 2019)¹³ e a própria esquerda brasileira homofóbica, que considerava a homossexualidade um “vício burguês” (GREEN, 2000). Em dezembro de 1982, as integrantes do GALF relançaram a primeira edição de 1981 do ChanacomChana,

11. Artigo de Marisa Fernandes “O movimento das mulheres lésbicas feministas no Brasil” (2018).

Disponível em:



Acesso em: 13 mai. 2021

12. Miriam Martinho e Rosely Roth, militantes precursoras do movimento de mulheres lésbicas no Brasil.

13. Informações retiradas do importante sítio da história do ativismo lésbico, o site “Um Outro Olhar”, por artigo de autoria de Miriam Martinho, intitulado “19 de agosto: há 37 anos, o GALF realizava a primeira manifestação lésbica contra a discriminação no Brasil” (2019).

Disponível em:



Acesso em: 06 mai. 2021

O folhetim ChanaComChana marcou a história do ativismo lésbico. Suas pautas incluíam reflexões sobre diferentes aspectos da experiência lésbica e constituíram verdadeiras pedagogias culturais para quem não teria acesso a discursos não discriminatórios sobre lesbianidade. Mais do que isso, em suas páginas é possível acompanhar debates políticos da época, operações policiais no “gueto” homossexual de São Paulo e a atuação de movimentos sociais em torno da Assembleia Constituinte (ARQUIVO LÉSBICO BRASILEIRO, 2021)¹⁴.

14. Trecho retirado da matéria **“Imprensa lésbica brasileira: 40 anos de existência e muito por fazer”** escrita pelas Cofundadoras do Arquivo Lésbico Brasileiro — ALB (2021).

Disponível em:



Acesso em: 06 mai. 2021



Figura 6

Capa e recorte do folhetim ChanacomChana n.º 1.

Fonte: Arquivo Pajubá/Arquivo.

O GALF atuou fortemente contra a repressão ditatorial, lesbofóbica e machista. Promoviam a circulação entre os guetos de lésbicas, distribuindo panfletos de protesto contra a discriminação violenta contra mulheres não heterossexuais, enfatizando no debate as intersecções das opressões, frisando a questão de gênero, sexualidade e raça, divulgando as atividades e encontros do grupo e distribuindo o boletim ChanacomChana.

A partir de 1980, ainda na ditadura, o delegado José Wilson Richetti comandava várias ações arbitrárias que prendiam, torturavam e extorquiam os alvos que eram homossexuais, travestis, transsexuais, prostitutas, negros e desempregados. O grupo foi peça fundamental em divulgar e tornar pública a violência de que grupos da sociedade vinham sendo vítimas. No dia 13 de junho de 1980, em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, O GALF se uniu ao Movimento Negro Unificado (MNU), a grupos homossexuais e grupos feministas em um ato público em repúdio às ações de Richetti. Esse evento é lembrado hoje em dia como a primeira “parada” LGBTQIA+ da cidade de São Paulo.

Em seguida, na passeata a favor dos direitos humanos dos “desviantes” da moral e dos bons costumes (QUINALHA, 2017), no dia 15 de novembro do mesmo ano, a “Operação Sapatão” (vide Figura 7) invadiu locais frequentados por mulheres lésbicas e bissexuais e indiscriminadamente as apreendeu por parecerem “sapatão”. Elas foram extorquidas para saírem da prisão.

Os episódios de repressão eram constantes e um brado de resistência emergiu nesse momento. Durante a venda do folhetim ChanacomChana no centro de São Paulo, no dia 23 de junho de 1983, as ativistas do GALF foram expulsas por empurrões e proibidas pelos donos e porteiros de entrar no Ferro’s Bar — estabelecimento majoritariamente frequentado e sustentado por lésbicas. Após agressões semanais, todas as vezes que iam vender seu folhetim, a última expulsão e proibição mostrou-se como a gota d’água para eclodir a primeira manifestação do movimento lésbico brasileiro contra o preconceito e a discriminação.

Em reação ao episódio da noite do dia 23 de julho, as militantes do GALF denunciaram a lesbofobia que vinham sofrendo no Ferro’s por meio de um manifesto distribuído no complexo de bares frequentados por lésbicas no Bairro do Bexiga. Nele, convocaram à reflexão frequentadores do Ferro’s para que se solidarizassem e apoiassem a luta (manifesto completo abaixo). Com apoio de feministas, ativistas *gays*, defensores dos direitos humanos, imprensa e parlamentares da época, como Irene Cardoso (PT), as militantes do GALF organizaram um ato em protesto diante do autoritarismo que vinham enfrentando. No dia 19 de agosto de 1983 — episódio que ficou conhecido como o pequeno *Stonewall* brasileiro¹⁵ — driblaram o porteiro que bloqueava a entrada delas e invadiram o estabelecimento à força (cf. Figura 8).

15. Em referência à resistência da comunidade homossexual estadunidense à repressão policial no *Stonewall Inn*. Atualmente, no dia 28 de junho celebra-se internacionalmente o Dia do Orgulho LGBT.

OPERAÇÃO - SAPATÃO

— Pega aquela ali!

A estudante de 22 anos estava num ponto de ônibus da rua Martinho Prado, em São Paulo, na noite de 15 de novembro. Nem assim escapou da **Operação-Sapatão** do delegado Richetti.

— Parece que a gente tem uma estrela na testa — diz ela, um mês depois.

A rua Martinho Prado faz parte do **gueto** das lésbicas, palavra que elas usam para designar os bares que frequentam. Nessa rua está o Ferro's, o mais tradicional ponto de encontro desde a década de 80. Local de frequentadoras famosas, como as moças da seleção brasileira de basquete de vinte anos atrás. Quase todas da cidade de Piracicaba. Quando vinham à capital, iam pro Ferro's direto.

Mais recentemente, coisa de cinco anos pra cá, perto desse bar nasceram vários outros: Cachação, Canapé, Último Tango. Em 15 de novembro, todos esses lugares foram invadidos pela polícia. Quem fosse (ou tivesse cara de) lésbica, ia pro camburão. Não importava que tivesse documentos, carteira profissional assinada...

— Me levaram pra dentro do Cachação — conta a moça de 22 anos — e fui logo mostrando meus documentos. Mas o polícia disse: não interessa documento, você é **sapatão**.

O camburão deixou a moça — como também os outros 200 presos — na 4ª Delegacia de Polícia, numa travessa da rua Augusta. Ela ficou lá de meia-noite às três de manhã. E só saiu depois de dar dinheiro.

— Primeiro me colocaram numa cela com mais 50 pessoas — continua a estudante — e mais tarde houve uma seleção. Quem tivesse boa aparência, estivesse bem vestido, era tirado pra outra cela. Junto ao policial que fazia essa escolha estava uma lésbica que conhecia a turma presa e ajudava na triagem.

A moça — que não quis dar seu nome — diz que



O novo bar, só pra mulheres

numa certa altura começou a se falar em dinheiro. Ela escutou alguém na cela (uma assistente social encanada) dizer: eu pago 2 mil. Af ela notou que ia ter que desembolsar alguma coisa pra sair livre e ficou apavorada:

— Eu só tinha 100 cruzelros no bolso.

Ela não sabe direito quem recebia esse dinheiro das presas. ("Talvez um funcionário subalterno".) Sabe, sim, que quem dava mais sala mais cedo. E ela, uma das últimas, deixou os Cr\$ 100, apavorada:

— Pensei que não aceitassem tão pouco.

No fim, todo mundo teve que pagar. Quanto tivesse. A moça não viu ninguém sendo fichado, mas a polícia ficou com os nomes e os números de todas.

Um mês depois dessa operação, o ambiente na rua Martinho Prado era desalentador. Bares e boates vazias. Até na rua, pouca circulação. Sinal de que daqui pra frente as lésbicas não terão sossego nem nos poucos bares "em que são confinadas", como se expressa a estudante de 22 anos.

Ela circula no **gueto** desde os 17 anos e precisa muito disso:

— Só nesses bares a gente encontra gente como nós, só lá somos aceitas, estamos em casa.

Fora desses lugares — em casa, no trabalho, na escola — o que existe é discriminação:

— Até na Universidade de São Paulo — continua a estudante — onde as pessoas se consideram avançadas, os homossexuais não são aceitos. Principalmente as lésbicas. No trabalho, quando descobrem, somos mandadas embora. Lá em casa minha mãe não consegue entender por que eu sou assim, por mais que eu tente mostrar a ela que estou bem assim, não tenho nada de anormal.

No emprego, pra se manter, a lésbica tem que trabalhar mais do que as outras, pois além de tudo ela não val dar pro patrão.

Agressões verbais na rua ela ouve demais. Acha que o homem vê na lésbica uma rival:

— O homem pensa assim: essa aí não dá pra mim e ainda pode roubar minha mulher.

Pra lutar contra essas violências dirigidas às lésbicas e aos homossexuais, já existem oito grupos organizados em São Paulo. Dois mistos, quatro de homossexuais e dois de lésbicas. Todos estão em formação, pois começaram mesmo nos primeiros meses de 1980, quando o delegado Richetti promoveu os famosos **rondões** que caçavam travestis. Para esses grupos organizados, as ações da polícia em novembro foram uma continuação daqueles **rondões**. Mas, apesar desse clima todo, a dona do bar Cachação, conhecida por **Pelé**, não está muito preocupada e até fala bem de Richetti:

— Conversei com ele, fui muito bem tratada e concordei com ele em que a **Operação-Sapatão** foi um mal necessário. Havia mais elementos que frequentavam aqui e agora sumiram.

Confiante no negócio, **Pelé** inaugurou, no dia 11 de dezembro, uma nova boate. Só para mulheres.

Omar Cupini Jr.

Figura 7

Único registro histórico encontrado sobre a operação, publicado um ano depois do ocorrido, assinado pelo jornalista Omar Cupini Júnior. Além das prisões arbitrárias, todas as detidas tiveram que pagar fiança e tiveram seus nomes arquivados na delegacia. A área destacada reforça a importância dos espaços de socialização entre mulheres não heterossexuais.

Fonte: Memória e Histórias das Homossexualidades.

Figura 8

Capa do folhetoim “ChanacomChana” n.º 4, nessa edição do folhetoim contém matéria que descreve o ato de resistência e protesto ocorrido no dia 19 de agosto de 1983 no Ferro’s Bar, objeto central do presente trabalho. O “ChanaComChana” marcou a história do ativismo de mulheres lésbicas e bissexuais nos anos de 1981 a 1987; e suas pautas incluíam reflexões sobre diferentes aspectos da experiência lésbica e constituíram verdadeiras pedagogias culturais para quem não tinha acesso a discursos não heteronormativos.

Fonte: Acervo Pajubá.



CHANACOMCHANA

4

GRUPO AÇÃO LÉSBICA FEMINISTA

FERRO'S BAR, DIA 19 DE AGOSTO: UMA VITÓRIA CONTRA O PRECONCEITO



**A OPÇÃO
PELA
AUTONOMIA**

★

**'FIM DE CASO':
LÉSBICAS
NO TEATRO**

BEM, GENTE, ACHO QUE CHEGOU A HORA DE FALARMOS ABERTAMENTE.

CHEGA DE SUBTERFÚGIOS.

E VOCÊ QUE É UMA PESSOA INTELIGENTE HÁ DE CONVIR COMIGO QUE TEMOS QUE NOS UNIR, POIS SÓ A UNIÃO FAZ A FORÇA.

NÃO QUEREMOS QUE VOCÊ EMPUNHE A BANDEIRA DE HOMOSSEXUAL CONTRA A SUA VONTADE, MAS GOSTARÍAMOS QUE VOCÊ OLHASSE PARA DENTRO DE VOCÊ E VISSE O QUANTO GENTE VOCÊ É, QUE SER HUMANO MARAVILHOSO SE ESCONDE ATRÁS DE UMA MÁSCARA, BRINCANDO DE FAZ DE CONTA. FAZ DE CONTA QUE SOU TRATADA IGUALMENTE COMO TODAS AS PESSOAS.

FAZ DE CONTA QUE O RESTAURANTE QUE EU FREQUENTO ME RESPEITA COMO EU MEREÇO.

FAZ DE CONTA QUE A SOCIEDADE ME ENCARA SEM PRECONCEITO.

FAZ DE CONTA ATÉ QUANDO?

VOCÊ SABIA QUE COLEGAS SUAS, SERES HUMANOS COMO VOCÊ, SÃO POSTAS PARA FORA DE NOSSO MEIO COMO SERES LEPROSOS?

VEJA, POR EXEMPLO, O QUE ACONTECEU NA NOITE DO SÁBADO PASSADO, DIA 23 DE JULHO, SÓ PORQUE UMAS MENINAS ESTAVAM VENDENDO SEU BOLETIM O CHANACOMCHANA, NUM CERTO BAR QUE CONHECEMOS, O DONO DO BAR E OS SEGURANÇAS QUERIAM EXPULSÁ LAS À FORÇA SÓ PORQUE O BOLETIM FALA DAS NOSSAS VIDAS

CLARAMENTE, SEM VERGONHA OU MEDO E ATÉ COM MUITO ORGULHO.

E É SÓ POR ISSO MESMO, JÁ QUE, NO MESMO DIA, O EXÉRCITO DA SALVAÇÃO ESTAVA VENDENDO SEU JORNAL PARA NOS LIVRAR DO "PECADO" E NINGUÉM O INCOMODOU.

NESSA NOITE, QUISERAM EXPULSAR AS COLEGAS, MAS NÓS NÃO DEIXAMOS E ELAS FICARAM, JANTARAM

Texto retirado
in litteris do
folheto original
distribuído no
Ferro's Bar

Fonte: acervo Rede
de Informação
Um Outro Olhar.

E PAGARAM A CONTA COMO SEMPRE COSTUMAM FAZER, POIS, PRA UNS E OUTROS, EMBORA NÃO PASSEMOS DE CÃES SARNENTOS, NOSSO DINHEIRO NÃO TRANSMITE NOSSA DOENÇA. E ELES SABEM FAZER BOM USO DELE, NA COMPRA DO CARRO ZERO KW, NO ESTUDO DO FILHO NO EXTERIOR, ETC.

QUEREMOS TER OS MESMOS DIREITOS DAS OUTRAS PESSOAS, NÃO SÓ SEUS DEVERES.

E PRECISAMOS COMEÇAR A BATALHAR POR ISSO A PARTIR DOS LUGARES QUE FREQUENTAMOS E SUSTENTAMOS. OU NÓS NOS UNIMOS OU CENAS COMO A DO SÁBADO PASSADO CONTINUARÃO A OCORRER E PODERÁ SER COM QUALQUER UMA DE NÓS POR QUALQUER MOTIVO.

NOSSAS COLEGAS ESTÃO PROIBIDAS DE ENTRAR NO FERRO 'S PORQUE QUEREM VENDER UM BOLETIM QUE TAMBÉM É NOSSO E PORQUE QUEREM CONVERSAR CONOSCO.

VAMOS ADMITIR ESSA PROIBIÇÃO?

GUARDE E PENSE COM CALMA. EM CASA. REFLITA, FAÇA UMA AUTOANÁLISE, SE POSSÍVEL RELEIA ESTE TEXTO COM BASTANTE ATENÇÃO E, SE VOCÊ NÃO SE IMPORTA CONSIGO MESMA, JOGUE FORA E FAÇA DE CONTA QUE NADA LEU.

CASO CONTRÁRIO NOS PROCURE.

NOSSO ENDEREÇO É RUA AURORA, 736, APTO 10, E DEIXE O SEU RECADO.

CASO CONTRÁRIO, PROTESTE CONTRA A PROIBIÇÃO DE NOSSA ENTRADA COM O DONO DO BAR. E, CASO CONTRÁRIO, NOS APOIE QUANDO FORMOS VENDER O BOLETIM CHANACOMCHANA.

PARTICIPE NA LUTA CONTRA O PRECONCEITO QUE NOS DISCRIMINA, POIS TODA MANEIRA DE AMOR VALE A PENA.

GRUPO AÇÃO LÉSBICA FEMINISTA

CX.POSTAL 62,618, CEP 01000, SP

JULHO DE 1983.

Em meio a *flashes* dos fotógrafos e ao coro dos que estavam dentro do estabelecimento dizendo “entra! entra! entra!”, Rosely adentrou o bar, subiu em uma cadeira e discursou sobre a luta pelas liberdades democráticas, denunciando as atitudes autoritárias do bar. A deputada Irene Cardoso intermediou o diálogo das militantes do GALF com o dono, diante do tumulto gerado, sendo tudo coberto pela imprensa. Em alto tom, Irene anunciou:

O dono do bar está dizendo que foi tudo um mal entendido, que ele ama as lésbicas, quer que venham aqui e vendam seu boletim em paz. Quer que conversem com o outro sócio, também, para acabar com todos os mal-entendidos. Ele reconhece que vive de vocês. E viva a democracia!

Em voz alta, Aníbal, o proprietário, assumiu o compromisso em não hostilizá-las dali em diante.

Em reconhecimento à ação vitoriosa e em homenagem¹⁶ à ativista Rosely Roth — grande articuladora e figura destaque do ato —, em 2003, pelos grupos Rede de Informação Um Outro Olhar e Associação da Parada LGBT de São Paulo, a data foi proposta como Dia Nacional do Orgulho Lésbico, tanto pela importância indiscutível da vitoriosa retomada do Ferro’s e marco fundamental para história do movimento de lésbicas brasileiro, quanto uma forma de contribuir com a desmistificação da doença que a acompanhava, dando destaque a sua luta pela quebra dos silêncios e contra o preconceito e a discriminação.

Mas foi só em 2008 que o dia 19 de agosto foi oficializado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com a aprovação do Projeto de Lei 496/2007 (MARTINHO, 2012).

16. Rosely, aos 30 anos, após 2 anos e meio lutando contra a esquizofrenia, no dia 28 de agosto de 1990, suicidou-se no apartamento de sua namorada, Vera Lúcia S. de Barros, em Madureira, subúrbio do Rio de Janeiro.

3. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Investir na coletividade, na potência das multiplicidades, nos devires minoritários (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 50).

Nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido. É preciso tomar a perda em nossas mãos e delas fazer a tinta de escrita da nossa história (BENJAMIN, Walter).

Este trabalho busca chamar atenção da comunidade acadêmica, dos profissionais da área de arquitetura e urbanismo e da sociedade em geral para o sistemático apagamento e invisibilidade de mulheres lésbicas e bissexuais na história, assim como de todas as minorias em direitos que resistem arduamente. Para isso, apresento vestígios de arquivos e da memória como convite à reflexão sobre a forma que questões da diversidade sexual e de gênero têm sido tratadas dentro da história das cidades e os reflexos disso na sociedade como um todo.

Busca-se “um tipo de sobrevivência — um tipo de ‘vida’ que ressurgem em outra época, algo que permanece vivo, principalmente na memória” (JACQUES, 2018, p. 210), diante da inexistência do reconhecimento material de uma memória que gire em torno desse importante espaço para a história do movimento de lésbicas no Brasil. Portanto, neste trabalho, proponho — partindo dos vestígios de imagem e de memória do local — espacializar o Ferro’s Bar, assim como possibilitar a reprodução, ou melhor, a remontagem virtual do local (desenhos técnicos, modelagem 3D e colagens). Não se trata de “reconstruir” propriamente o espaço ou restituir aquilo que não existe mais, mas de potencializar o que ainda existe: as lembranças, as falas, as memórias e a existência daquelas que movimentaram e viveram esse espaço.

Além disso, pretende-se:

- Reforçar a arquitetura e o urbanismo também como ferramentas de preservação da memória coletiva, compreendendo o Patrimônio Histórico como parte da identidade de uma sociedade — assim como dos atores que a compõe — sendo necessário que os profissionais do patrimônio questionem com responsabilidade e ética “o processo de ativação da memória, implícito na ação de preservação do patrimônio cultural, corresponde a programar o esquecimento, a controlar seletivamente aquilo que se considera de fato relevante e que interessa manter vivo” (BÓGEA, 2007);
- Questionar as formas tradicionais e hegemônicas de se pensar e narrar a história — em particular, a história das mulheres —, se debruçando sobre as lacunas, descontinuidades e ausências de imagens sobre o objeto central deste trabalho que é a memória, dentro de um recorte espaço-temporal,

do Ferro's Bar, explorando a memória afetiva, a identidade coletiva e a história não institucionalizada do espaço.

- Dar ênfase ao fato de que o fortalecimento e o amadurecimento de qualquer movimento social se dá pelo conhecimento e reconhecimento de sua história. Dessa forma, sem a pretensão de falar por tantas vozes que compõem essa história, espera-se contribuir não apenas com o movimento de mulheres lésbicas, mas também com os movimentos feministas e LGBTQUIA+.

4. JUSTIFICATIVA

Se a história não fala das relações físicas e emocionais entre as mulheres é porque não existiram? Ou porque sua existência representa a desestabilização e o caos em um mundo instituído na ordem “natural” e “divina” da heterossexualidade dominada pelo masculino? O que seria do mundo patriarcal se as mulheres dispensassem os homens de suas camas e de seu afeto, se recusassem a parceria incontornável e a reprodução como definidora de suas identidades? (NAVARRO-SWAIN, 2009, p. 13).

Este trabalho atravessa questões de cunho bastante pessoal, como a minha própria corporeidade, já que me coloco enquanto pesquisadora corporificada e parte da pesquisa. Questionar existências dignas para minorias de direito me faz questionar todo o sistema que oprime, marginaliza e invisibiliza as múltiplas formas de existências.

A grande maioria das pessoas LGBTQUIA+ crescem em ambientes heteronormativos e cisgêneros, sem representações positivas de suas identidades, seus corpos, afetos e relações. Essa ausência de representatividade social e cultural dificulta a autoaceitação e autoconhecimento, sobretudo na juventude, fase da vida importante para construção da autonomia e da personalidade. É urgente pleitear a visibilidade e a representatividade dos corpos que desviam da violenta norma patriarcal, racista, capitalista e hetero-cisgênero-compulsória dentro da história, nas cidades e na própria sociedade. Para isso, é necessário estruturar o debate a partir das coletividades silenciadas à margem, garantindo assim o direito à vida e o direito de ir e vir.

O recorte temporal deste trabalho tem como ponto de partida meados dos anos 60 — passando por todo período que o Ferro's Bar existiu — e se conectando com o tempo presente, a partir do resgate de memórias e relatos feitos pela pesquisa. A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” foi pioneira na investigação de crimes contra minorias durante a ditadura militar brasileira e traz contextualização fundamental para o trabalho:

A discriminação contra pessoas LGBT não surgiu durante a ditadura¹⁷. Suas origens remontam a períodos muito anteriores da história brasileira. A homofobia esteve sempre embutida em diversas esferas e manifestações da cultura em nosso país: nos discursos médico-legais, que consideravam a homossexualidade uma doença; em discursos religiosos, que condenavam o ato homossexual como pecado; em visões criminológicas conservadoras, que tratavam homossexuais como um perigo social; e em valores tradicionais que desqualificavam e estigmatizavam pessoas que não se comportavam de acordo com os padrões de gênero prevalentes como pessoas anormais, instáveis e degeneradas, caracterizando a homossexualidade como um atentado contra a família (COMISSÃO DA VERDADE, 2014, p. 6).

Como é reforçado no trecho de relatório da Comissão da Verdade (2014), antes da ditadura, a homossexualidade não era completamente aceita e bem vista, mas existia uma certa tolerância às práticas homossexuais — contanto que estivessem “dentro de espaços sociais bem demarcados e circunscritos: Carnaval, lugares fechados e isolados de sociabilidade LGBT” (COMISSÃO DA VERDADE, 2014, p. 6). Nos anos de 1950 a 1960, mudanças profundas estavam acontecendo tanto no Brasil como nos EUA, na Europa e na Argentina. Destacam-se as reivindicações por reconhecimento de outras identidades e orientações sexuais dos movimentos sociais, “que possibilitaram a criação de novas atitudes diante da homossexualidade e que levaram a uma maior aceitação das diferenças no campo da sexualidade” (COMISSÃO DA VERDADE, 2014, p. 6).

Devido ao golpe de 1964 no Brasil, adiou-se a efervescência das lutas democráticas pelas liberdades públicas do movimento LGBT, como reforça James Green no livro “Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX”:

17. Essa indicação tem por base o texto de autoria de James N. Green e Renan Quinalha intitulado “**Contribuição sobre o tema Ditadura e Homossexualidade para relatório final da Comissão Nacional da Verdade e parceiras**”, publicado na obra **Ditadura e homossexualidade no Brasil: repressão, resistência e a busca da verdade** (2014).

Parece claro que se o governo militar não tivesse deslanchado uma onda de repressão, ampliado a censura e restringindo os direitos democráticos em fins de 1968 com a imposição do AI-5 além de outras medidas, um movimento politizado pelos direitos de gays e lésbicas possivelmente teria surgido já no início dos anos 70 (GREEN, 1990).

Assim, instaurou-se um regime autoritário e repressor ligado aos valores tradicionais, que tinha o objetivo de eliminar as diferenças e as diversidades, pautado na censura, no aumento do poder da polícia, na arbitrariedade nas repressões estatais e na grave violação dos direitos humanos de pessoas LGBT+.

Durante todo o regime¹⁸, a lesbofobia institucionalizada sofreu manutenção, sendo lésbicas alvo duplo das ações repressivas e violentas do Estado por serem mulheres e homossexuais, como na já citada “Operação Sapatão”, que ocorreu no dia 15 de novembro de 1980, comandada pelo delegado José Wilson Richetti, que tinha como alvo principal as lésbicas. As perseguições à população LGBT+ eram constantes, mas essa teve o foco de invadir estabelecimentos frequentados por lésbicas como: Ferro’s, Último Tango, Canapé e Cachação, que faziam parte do complexo de bares localizado na Rua Martinho Prado, em São Paulo. Segundo a Comissão da Verdade (2014), mesmo as mulheres estando com documentos corretos em mãos, eram detidas sob o argumento “você é sapatão”. Foi um arrastão de extorsão e corrupção que relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão.

Dentre as muitas páginas do relatório da Comissão da Verdade (2014), um breve espaço é destinado à discussão das lesbianidades no capítulo sobre a relação entre ditadura e a homossexualidade, intitulado “Tomo I – Parte II – Ditadura e Homossexualidades: Iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo ‘Rubens Paiva’”. Em sua totalidade, o capítulo dá destaque às pautas de homens *gays*, “esquecendo” a participação política de mulheres lésbicas e bissexuais durante os anos de chumbo. Em uma das poucas ocasiões que discorre sobre lesbianidades, ilumina a importância do episódio que aconteceu no dia 19 de agosto de 1983, no Ferro’s Bar:

Conhecido como o “pequeno Stonewall brasileiro”, em referência à histórica rebelião de homossexuais ocorrida nos EUA em 1969.

18. OLIVEIRA, Luana Farias. “Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à ditadura militar no Brasil” (2017).

Esse bar sempre foi muito frequentado pelo público lésbico à noite, sendo que ali também os grupos de militância atuavam: discutiam, vendiam os boletins ChanacomChana, divulgavam eventos etc.

[...]

Na noite do sábado 23 de julho de 1983, algumas ativistas estavam vendendo o Boletim Chana com Chana dentro do Ferro's e, em certo momento, o proprietário, os seguranças e o porteiro quiseram expulsá-las à força. Disseram que elas estavam proibidas de entrar ali e vender os boletins. Graças à resistência das presentes, as militantes puderam permanecer ali. Mas, nos próximos dois meses que se seguiram, enfrentaram resistência e ameaça por parte do porteiro que as tentava retirar dali. Assim, as lésbicas decidiram pela retomada do Ferro's Bar e marcaram essa ação política para a noite de 19 de agosto do mesmo ano. Para tanto, articularam-se com a imprensa, ativistas gays e lésbicas, feministas, ativistas dos direitos humanos e com a Vereadora Irede Cardoso, os deputados Ruth Escobar e Eduardo Suplicy, sob organização da militante lésbica Rosely Roth (COMISSÃO DA VERDADE, 2014, p. 20).

Marisa Fernandes¹⁹ prestou depoimento na primeira audiência pública da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo e em sua fala reforçou e deu destaque ao Ferro's Bar, citou o folhetim ChanacomChana e mostrou o protagonismo das militantes do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) no levante:

O Ferro's Bar foi o mais importante espaço para as lésbicas de São Paulo, muito antigo, bar e restaurante, durante o dia um restaurante, durante a noite uma verdadeira sapataria, né? Lésbicas saindo pelo ladrão, dávamos muito lucro para aquela bar, que tinha um banheiro só, portanto dávamos bem pouca despesa, porque era mais fácil fazer xixi em outro lugar do que lá, não é? Mas eles não permitiram que a gente vendesse, os donos, que vendessem nosso "ChanacomChana", o jornalzinho que passou ali. Eles em 1983, em agosto proibiram a gente de vender isso lá dentro, apesar de todo o lucro que a gente dava, foi quando nós montamos, as lésbicas, eu não estava me São Paulo no momento, mas as lésbicas do GALF organizaram uma invasão, e aí chamaram a imprensa, chamaram a Irene Cardoso que esteve

19. Marisa Fernandes é historiadora e uma das militantes precursoras do movimento de mulheres lésbicas. Suas produções contribuem de maneira imprescindível para a memória política do movimento. Atuou na primeira auto-organização lésbica (GALF) e desde 1990 participa do Coletivo de Feministas Lésbicas — CFL.

lá presente, a vereadora, e os ativistas gays e lésbicas foram todos pra lá, invadiram o Ferro's Bar, e, como eles alegaram que a gente estava fazendo arruaça, dentro de tão comportado ambiente, o dono chamou a polícia, mas deu sorte naquela noite, a polícia acabou sendo imparcial. A Irene chamou os donos, porque eles se calaram, desapareceram, ela os fez estar presentes e houve muito discurso, foi um Stonewall brasileiro com certeza, é considerado o dia 19 de agosto, também Dia Nacional do Orgulho Lésbico em referência a essa invasão do Ferro's Bar. A Rosely Roth foi a mulher que encabeçou esta invasão do Ferros, foi uma das mais importantes, se não a mais importante, militante lésbica desse período da ditadura, ela viveu só 30 anos de idade (COMISSÃO DA VERDADE, 2014, p. 20).

O folhetim ChanacomChana — que representou a mais importante iniciativa de lésbicas no âmbito da comunicação — só é citado na Comissão da Verdade nessa fala de Marisa. Em dois momentos, pauta-se a importância dos meios de comunicação empenhados em debater a pauta da população LGBTQIA+, porém apenas cita-se o Lâmpião da Esquina²⁰ e a Coluna do Meio²¹ do jornal Última Hora.

Assim, fica evidente que, até mesmo em espaços de discussão que envolvem a comunidade LGBTQIA+, as pautas das mulheres lésbicas são limitadas e silenciadas. Desse modo, o sistemático apagamento político e histórico sobre a lesbianidade, que oculta narrativas de mulheres lésbicas e bissexuais, é uma reflexão norteadora e motivadora deste breve e limitado estudo.

Por fim, ao final desse Tomo direcionado às homossexualidades, dentre as oito recomendações, a terceira é direcionada à memória do Ferro's:

Construção de lugares de memória dos segmentos LGBT ligados à repressão e à resistência durante a ditadura (ex. Delegacia Seccional do Centro na Rua Aurora, Departamento Jurídico XI de Agosto, Teatro Ruth Escobar, Presídio do Hipódromo; Ferro's Bar; escadaria do Teatro Municipal, etc.) (COMISSÃO DA VERDADE, 2014, p. 20).

Compreendo que os campos da arquitetura e do urbanismo não se sustentam apenas como espaço físico, mas sim pelas

20. O Lâmpião da Esquina (1978–1981) foi um jornal brasileiro que surgiu dentro do contexto de imprensa alternativa na época da abertura política de 1970, após os duros anos de censura promovida pelo Golpe Militar de 1964. Era ligado à causa homossexual e às demais existências que não possuíam voz na sociedade (negros, indígenas, mulheres). Contribuiu de forma significativa com a construção de uma identidade nacional pluralista, sobretudo em um período antidemocrático. Era organizado pela primeira organização política de gays e lésbicas no Brasil, o grupo Somos marca o início do movimento LGBT no país.

21. Coluna escrita por Celso Curi no jornal Última Hora, lançada em 1976. Trazia notas sobre homossexualidade masculina e correio elegante. Perseguido pela censura da ditadura por ofender a moral e os bons costumes, Celso foi absolvido, mas perdeu espaço no jornal (OCANHA, 2015).

vivências singulares e subjetivas de cada indivíduo que nela habita (BRESCIANI, 2002). Sendo assim, o trabalho pretende contribuir de alguma forma com o reconhecimento do Patrimônio Cultural Material e Imaterial que gira em torno do Ferro's Bar, resgatando, a partir de arquivos, entrevistas e levantamentos fotográficos, o registro espacial e imagético do Ferro's Bar, assim como a reprodução, ou melhor, uma montagem espacial virtual do local, partindo das memórias de frequentadoras do espaço, protestando e reivindicando o direito à memória e à representatividade lésbica no Brasil.

5. METODOLOGIA

As primeiras intenções de projeto partem do resgate da memória do Ferro's Bar e para isso utilizo posturas teórico-metodológicas que serão estabelecidas a partir de reflexões sobre o espaço, os fragmentos coletados e as narrativas que atravessam essa lacuna de memória, sendo elas:

5.1. CONSTRUÇÃO DE UM ACERVO PARA PESQUISA

Como início de percurso do trabalho, foi necessário fazer uma imersão em busca de arquivos, entrevistas, registros documentais, personagens envolvidas no levante do dia 19 de agosto de 1983 e ex-frequentadoras do Ferro's Bar, com o intuito de compilar e aproximar o máximo de informações sobre esse espaço, dentro do recorte temporal, para que as demais diretrizes do trabalho sejam possíveis.

5.2. RESGATAR A HISTÓRIA É UMA AÇÃO POLIFÔNICA

O espaço, neste trabalho, assume a dimensão além do sentido material, mas como local fundante das relações socioculturais, de luta e resistência (BRESCIANI, 2007). Então, sem a pretensão de contar individualmente essa história, tornam-se pilares fundamentais para o resgate proposto, a pesquisa bibliográfica, a análise documental e entrevistas em profundidade.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos autores sobre determinado assunto, a

pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com objetos da pesquisa (GIL, 2002, p. 45)

As entrevistas completaram e deram suporte às bases bibliográficas, sendo peças fundamentais para o trabalho, já que os relatos e as memórias são indispensáveis para as insurgências entre as imagens e a memória do local, assim como inserir as “atrizes” da própria cena. Alice Oliveira, Baronesa, Gisele Miranda (Dedé), Sheila Costa, Yone Lindgren e Virgínia Figueiredo confiaram em meu trabalho e foram as interlocutoras desta pesquisa, que gentilmente cederam disponibilidade, memórias e vivências valiosas para pesquisa, colocando-as no papel.

Virgínia Figueiredo, uma das entrevistadas, pontua em uma pequena biografia²² de sua longa trajetória militante: “Não sou acadêmica, mas como venho do movimento popular, a minha frase é: **‘não fale de e por nós, sem nós’**”. Esse trabalho não faria sentido sem essas vozes e sem as que, ainda, estão por vir, reforçando o caráter contínuo da pesquisa.

5.3. PLANTA-MONTAGEM

Reivindicar uma herança consiste em recompor, remontar, a partir de fragmentos heterogêneos da memória coletiva, um outro passado e, assim, reivindicar também outras possibilidades de futuro (BERENSTEIN, 2021).

Para manusear, analisar e organizar todo material coletado, me apoio na ideia de montagem urbana proposta por Paola Jacques Berenstein, como um meio formal de buscar “formas mais complexas de ver, apreender a realidade, como aquela oferecida pelo caleidoscópio” (JACQUES, 2015, p. 48).

A montagem oferece uma visão caleidoscópica expandida que, ao fazer colidir vários pontos de vista em uma imagem, sugere uma experiência de desdobramento do tempo. (TEITALBAUM apud JACQUES, 2015, p. 48)

22. Minibiografia completa em homenagem feita por Rita Colaço no site “**Memórias e Histórias das Homossexualidades**” (2020).

Disponível em:



Trata-se de uma organização tecida por um gesto inspirado no Atlas de Aby Warburg, propondo uma “forma visual de conhecimento” (DIDI-HUBERMAN, 2010)²³, no esforço de fazer entender — a partir do acervo construído (montado) durante o processo de pesquisa — os nexos inesperados, as conexões entre diferentes imagens ou os próprios intervalos entre elas, no vazio, nas lacunas, nas descontinuidades que emergem durante a própria prática da montagem.

[...] A primeira etapa desse caminho será aplicar à história o princípio da montagem. Isto é: erguer as grandes construções a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão [...]. Portanto romper com o naturalismo histórico vulgar. Aprender a construção da história como tal. (BENJAMIN, 2009, p. 503)

Para Benjamin, o processo de montagem desmonta a linearidade histórica e as formas de se pensar e narrar a história baseadas numa simples continuidade ou linearidade histórica como mera sucessão de tempos homogêneos (JACQUES, 2015, p. 77). Portanto, à luz de pesquisadores como Walter Benjamin, Aby Warburg, Georges Didi-Huberman e Paola Jacques Berenstein, que estudaram essa postura como método de problematização das ideias, utilizo-me da montagem, desmontagem e remontagem dos vestígios (de imagem, entrevistas, relatos), a fim de espacializar o vazio, os embasamentos e as lacunas que existem nessa memória.

A montagem surge como uma forma de afronta ao apagamento da memória do espaço, pois, atualmente, o local funciona como um vestiário da rede de restaurantes Famiglia Mancini e, além de não ser permitido o acesso ao local para fins de pesquisa, não há nada que indique a memória do local. Além disso, a Secretaria Municipal de Gestão/Arquivo Geral possui acesso a arquivos dos processos encerrados, que podem conter Alvará de Aprovação, Execução de Edificação Nova, Certificado de Conclusão de Obra, entre outros documentos como a planta e as vistas do imóvel, porém, devido à pandemia da covid-19, os desarquivamentos estão sendo realizados apenas em caso de calamidade pública.

Desse modo, pela montagem, desmontagem e remontagem dos vestígios (de imagem, entrevistas, relatos), busco espacializar

23. “Atlas, finalmente, deu o seu nome a uma forma visual de conhecimento: ao conjunto de mapas geográficos, reunidos em um volume, geralmente, em um livro de imagens, cujo destino é oferecer aos nossos olhos, de maneira sistemática ou problemática — inclusive poética, com risco de ser errática, ou ainda surrealista — toda uma multiplicidade de coisas reunidas por afinidades eletivas, como dizia Goethe. [...] No âmbito das artes visuais, o atlas de imagens, Atlas Mnemosyne, composto por Aby Warburg entre 1924 e 1929, que ficou inacabado, constitui para qualquer historiador da arte — e para todo artista hoje — uma obra de referência e um caso absolutamente fascinante” (DIDI-HUBERMAN, 2011).

o vazio e as lacunas que existem na memória física. A proposta é que esse “produto” apresentado não se dê enquanto findado, pois é uma construção constante a partir das falas que desejo seguir coletando. As imagens geradas não pretendem ser fiéis ao que foi o espaço, muito menos gerar um falso histórico, mas sim potencializar os fragmentos que ainda existem, como as memórias e lembranças.

5.4. CARTOGRAFIA DO BREJO

Em uma referência aos mapas psicogeográficos dos internacionais situacionistas²⁴ que, para além de representações formais do espaço, se utilizavam de outros parâmetros e relações de afetividade entre os sujeitos e a cidade (JACQUES, 2012), propõe-se outro desdobramento gráfico. Este consiste no mapeamento do complexo de bares e pontos de socialização frequentados majoritariamente pelo público de mulheres lésbicas e bissexuais na região central metropolitana, no Bairro do Bixiga, durante os anos 70 e 90, período de existência do objeto central do trabalho, o Ferro's Bar.

Olhar para o Ferro's, sobretudo pelas memórias de quem viveu esse período, foi sem dúvida perambular por todos esses outros locais que faziam parte da noite de São Paulo, mostrando esses espaços como possibilidade da *performance*, seja da sexualidade, do lazer, do prazer e aponta muitos marcadores, principalmente o de classe e raça dentro da militância.

O termo “brejo” é utilizado tendo como referencial o local que costuma habitar muitos sapos, fazendo analogia à forma como lésbicas também são reconhecidas: sapas, sapatão, sapata e sapatonas, etc. A cartografia pode ser acessada pelo [link abre.ai/cartografiadobrejo](http://link.abre.ai/cartografiadobrejo)²⁵.

6. PEDINDO A CONTA

As etapas deste trabalho são a própria proposta projetual em construção. Portanto, após essa imersão histórica em torno do objeto de partida, proponho, a partir daqui, compartilhar o memorial de lembranças que resultou na simulação virtual do Ferro's Bar, uma parte do resultado da articulação do arquivo colecionado aos vestígios de memórias com diálogos realizados com as frequentadoras do Ferro's.

24. Grupo francês na década de 1960, crítico ao pensamento urbanístico moderno, que, além dos mapas psicogeográficos, desenvolveu outras concepções como a deriva urbana e a errância pelas ruas (JACQUES, 2012).

25. Disponível em:



Aqui, deixo o convite para que entremos nesse bar, onde nos juntaremos às mesas de Alice, Jane, Dedé, Sheila, Yone, Virgínia e tantas outras para conversar sobre a vida, conhecer suas histórias, debater política e partilhar afetos. Disseram-me que a cerveja é bem gelada e que os petiscos são incríveis.

Para acessar a simulação virtual do Ferro's Bar (memorial de lembranças): abre.ai/simulacaovirtualferros²⁶.

26. Disponível em:



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eneida de; BÓGEA, Marta. **Esquecer para preservar**. Arquitetos n.º 091 de dezembro de 2007. Disponível em: vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.001/1006. Acesso em: 18 de abr. 2021.

AGÊNCIA TODAS. **Conheça o ‘Stonewall’ brasileiro, o levante liderado por lésbicas e apoiado por feministas**. Partido do Trabalhador, 2020. Disponível em: pt.org.br/conheca-o-stonewall-brasileiro-o-levante-liderado-por-lesbicas-e-apoiado-por-feministas/#:~:text=O%20levante%20do%20Ferro's%20Bar,reafirmar%20sua%20exist%C3%Aancia%20e%20dignidade. Acesso em: 06 mai. 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARQUIVO LÉSBICO BRASILEIRO. Imprensa lésbica brasileira: 40 anos de existência e muito por fazer. *In*: **Diadorim on-line**. 2021. Disponível em: www.adiadorim.org/post/imprensa-lesbica-brasileira-40-anos-de-existencia-e-muito-por-fazer. Acesso em: 06 mai. 2021.

BRESCIANI, M. S. **Dimensões do estar no mundo/cidades**: o público, o privado, o íntimo. *In*: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. *Corporidade: gestos urbanos*. Salvador: Edufba, 2017, p. 103-149.

BENEDITO, Mouzar. **De bar em bar XXIV**: Ferro's Bar. Blog da Boitempo, 2013. Disponível em: blogdaboitempo.com.br/2013/05/08/de-bar-em-bar-xxiv-ferros-bar. Acesso em: 1º mai. 2021.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo, GALE, n. 4, 1983.

BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura no estudo das cidades. *In*: FERNANDES, A.; GOMES, M. A. F. **Cidade & História**. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. ANPUR, 1992, p. 11- 26.

COMISSÃO DA VERDADE. **Ditadura e homossexualidades**: iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. [2014]. Disponível em: verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html. Acesso em: 06 mai. 2021.

COLAÇO, Rita. **Operação Sapatão** — Richetti 15 nov 1980. Memória/História MHBMLGBT. 05 abr. 2009. Disponível em: memoriambh.blogspot.com.br/2009/04/operacaosapatao-richetti-15-nov-1980.html. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. Virgínia Figueiredo: lésbica de muitas lutas. *In*: **Memórias e Histórias das Homossexualidades**. 2020. Disponível em: memoriambh.blogspot.com/2020/08/virginia-figueiredo-lesbica-de-muitas.html. Acesso em: 06 mai. 2020.

CHANACOMCHANA. **Ferro's Bar, dia 19 de Agosto**: uma vitória contra o preconceito. São Paulo, n.º 4. São Paulo, 1983.

FIOR, Ana Clara; COMOLATTI, Greta. **Breve histórico do Ferro's Bar**. Outros Urbanismos. Disponível em: outrosurbanismos.fau.usp.br/lugares-memoria-lgbt-sao-paulo/ferros-bar/. Acesso em: 07 maio 2021.

FERNANDES, Marisa. **Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar**. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Julia Gumieri em 24/08/2017.

_____. O movimento de mulheres lésbicas do Brasil. *In*: **Revista Cult On-line**. 2018. Disponível em: revistacult.uol.com.br/home/mulheres-lesbicas-feministas-brasil. Acesso em: 13 mai. 2021.

_____. A visibilidade lésbica e a história do Ferro's bar. *In*: **Memórias e Histórias de Homossexualidades**. 2020. Disponível em: memoriambh.blogspot.com/2020/08/visibilidade-lesbica-e-historia-do.html?q=ferros. Acesso em: 27 abr. 2021.

_____. Lésbicas e a Ditadura Militar. *In*: GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (orgs.) **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2015. p. 125-148.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 1999, p. 454.

_____. **Mais amor e mais tesão:** a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. Cadernos Pagu N° 15. Filadélfia, 2000. p. 271-295.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan H. Contribuição sobre o tema Ditadura e Homossexualidade para relatório final da Comissão Nacional da Verdade e parceiras”, publicado na obra Ditadura e homossexualidade no Brasil: repressão, resistência e a busca da verdade. *In: Relatório — Tomo I — Parte II — Ditadura e Homossexualidades:* Iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Disponível em: comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Ditadura-e-Homossexualidades-Iniciativas-da-Comissao-da-Verdade-do-Estado-de-Sao-Paulo-Rubens-Paiva.pdf. Acesso em: 06 mai. 2020.

GERABLI, Leila. **História de los bares lésbicos en el mundo.** Mirales, 2019. Disponível em: www.mirales.es/bares-lesbicos. Acesso em: 1° mai. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JACQUES, P. B. Pensar por Montagens. *In:* JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. S. (Org.). **Nebulosas do Pensamento Urbanístico:** tomo I — modos de pensar. Salvador: EDUFBA, 2018b. p. 206-234.

JORNAL CHANACOMCHANA. São Paulo, 1981.

JORNAL LAMPIÃO. Rio de Janeiro, ano 1, n.º 0, abr. 1978.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Jornal Lampião da Esquina.** Edição n.º 12 — Ano I, maio de 1979. Formato tablóide (43 x 28 cm). Disponível em: cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/12-ed-jornal-lampiao-da-esquina-maio-1979. Acesso em: 06 mai. 2021.

LESSA, Patrícia. **Visibilidade e ação lésbica na década de 1980:** uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-ferminista e do Boletim Chanacomchana. *Gênero, Niterói*, v.8, n.º 2, 2008, p. 301-333.

KETRYN CARVALHO. **Chanacomchana:** Conheça a história do Stonewall brasileiro. Observatório G, 2020. Disponível em: observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/cultura/chanacomchana-conheca-a-historia-do-stonewall-brasileiro. Acesso em: 06 mai. 2021.

MARTINHO, Míriam. **Tributo a Rosely Roth e Livro Dia do Orgulho das Lesbianas do Brasil**. 2012. Disponível em: www.umoutroolhar.com.br/2012/08/tributo-rosely-roth-e-livreto-dia-do.html. Acesso em: 1º mai. 2021.

_____. **19 de agosto**: há 38 anos, o GALF realizava a primeira manifestação lésbica contra a discriminação no Brasil. 2019. Disponível em: www.umoutroolhar.com.br/2019/08/19-de-agosto-ha-36-anos-o-galf-invadia-o-ferros-bar.html. Acesso em: 10 ago. 2018.

_____. **Um outro olhar**: para mulheres lesbianas e afins. Rede Informação Um Outro Olhar. Disponível em: www.umoutroolhar.com.br. Acesso em: 07 mai. 2021.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é lesbianismo?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

OLIVEIRA, Luana Farias. **Quem tem medo de sapatão?** Resistência lésbica à ditadura militar no Brasil. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n.º 7, 2017, p. 13.

PEREIRA, Margareth. Pensar por nebulosas. *In*: JACQUES, Paola; PEREIRA, Margareth (Org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**: Modos de Pensar. Salvador: Edufba, 2018.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese de Doutorado. São Paulo, 2017. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/pt-br.php. Acesso em: 07 mai. 2021

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. SP: Expressão popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

UM OUTRO OLHAR. **19 de Agosto**: Primeira Manifestação lesbiana contra a discriminação no Brasil. Disponível em: www.umoutroolhar.com.br/2018/08/19-de-agosto-primeira-manifestacao-lesbiana-contra-discriminacao-no-brasil.html. Acesso em: 10 ago. 2018.

SOBRE AS AUTORAS

ALYSSA VOLPINI

alyssa.volpini@gmail.com

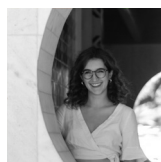
Alyssa Volpini é arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (UnB).



ANA CAROLINA MEDEIROS

ana@ateliercavilha.com

Arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília, tem o gênero na arquitetura como principal área de interesse e pesquisa. Complementou sua formação acadêmica em cursos na Universidade de Groningen, na Holanda, e no Politecnico di Torino, na Itália. Atua profissionalmente nas áreas de arquitetura e *design* e é cofundadora do Atelier Cavilha.



CAROLINA PESCATORI

pescatori@unb.br

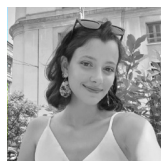
Arquiteta, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e pesquisadora do seu Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Doutora (UnB), mestre em Arquitetura da Paisagem (Pennsylvania State University–EUA). É coordenadora do grupo de pesquisa TOPOS — Paisagem, Projeto e Planejamento e pesquisadora do Amar.é.linha. Sua pesquisa problematiza o urbano do ponto de vista histórico e político.



JÚLIA BIANCHI

jbfbianchi@gmail.com

Júlia Bianchi é graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



JÚLIA COUTINHO

arch.juliacoutinho@gmail.com

Júlia Coutinho é arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (FAU/UnB), com passagem pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP). Cursou Belas Artes em Portugal, na FBAUP, e hoje trabalha como arquiteta em Brasília, com foco em habitação contemporânea e conservação do patrimônio moderno.



JÚLIA MOREIRA

juliafmoreira3@gmail.com

Graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



LORRANY DA SILVA ARCANJO

lorranysarcanjo@gmail.com

Lorrany Arcanjo é graduanda em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) e integra o grupo do Amar.é.linha — Observatório de estudo feministas em arquitetura e urbanismo da FAU–UnB.



LUIZA REGO DIAS COELHO

lu.dias.coelho@gmail.com

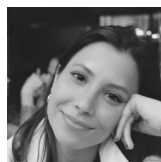
Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Brasília. É vice-presidente extraordinária de Ações Afirmativas e co-coordenadora da Comissão de Equidade de Gênero do Instituto de Arquitetos do Brasil. Cofundadora da Coletiva Arquitetas (in)Visíveis (2014). Pesquisadora do Observatório Amar.é.linha — estudos feministas em Arquitetura e Urbanismo.



MAITÊ CAMPOS VIEIRA

maitecamposv@gmail.com

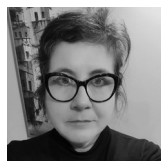
Maitê Campos Vieira, arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (FAU UnB), tem passagem pela École Nationale Supérieure d'Architecture - Paris Malaquais, na França. Após o contato com Belas Artes e *Design* em Paris, atua hoje como *designer* gráfica e diretora de arte em Brasília.



MARIBEL ALIAGA FUENTES

arqmarialiaga@gmail.com

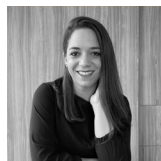
Arquiteta e urbanista pela Belas Artes de São Paulo, Mestre em Teoria da Arquitetura e Urbanismo pelo PROPARG - UFRGS, doutora em Teoria e História da Arquitetura pela UnB, professora adjunta da mesma instituição desde 2008. Feminista e Pesquisadora do Observatório Amar.é.linha.



NÁDIA VILELA

nadiabtvilela@gmail.com

Nádia Vilela é jornalista e graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



RICARDO TREVISAN

prof.trevisan@gmail.com

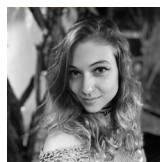
Professor associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), membro do grupo de pesquisa Topos — Paisagem, Projeto e Planejamento, da FAU-UnB, e da rede de pesquisadores do Laboratório de Experiências Urbanísticas (LEU). Coordenador da equipe da Cronologia do Pensamento Urbanístico na UnB. Pesquisador CNPq. Presidente da ANPARQ (2021–2022).



SARA CRISTINA ZAMPRONHA

sarazampronha@gmail.com

Sara Zampronha é mestranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília. Atualmente, pesquisa direito das mulheres à cidade, crítica feminista ao planejamento urbano, e métodos de participação ativa da população na elaboração e revisão de legislações urbanas.



SARAH GABRIELLE LUCENA SILVA

spls.sarahsilva@gmail.com

Graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília.



EDIÇÃO E REVISÃO

LUCAS CORREIA AGUIAR

correia.lucas@live.com

Lucas Correia Aguiar é mestre em linguística pela Universidade de Brasília, pela qual também é licenciado em letras. Atua como professor, consultor e revisor de língua portuguesa.



PROJETO GRÁFICO

ATELIER CAVILHA

oi@ateliercavilha.com

Atelier de arquitetura e design, criado por Ana e Filipe: duas mentes curiosas, inquietas e críticas, encantadas pelo ato de criar. Responsável pelo projeto gráfico e diagramação deste livro.



OBSERVATÓRIO
AMAR.
É.
LINHA.



O OBSERVATÓRIO Amar.é.linha foi criado em 2018 como um grupo de pesquisa voltado aos estudos feministas no campo da Arquitetura e do Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, sob coordenação da professora Maribel Aliaga. Este livro é uma coletânea de projetos e pesquisas de alunas de graduação, resultados de Trabalhos Finais de Graduação, ensaios teóricos e pesquisas de iniciação científica, desenvolvidos no Observatório e o consolida como lugar de formação e incentivo a jovens pesquisadoras. Os textos aqui apresentados desenvolvem importantes leituras críticas a partir de uma sólida abordagem política da arquitetura, do urbanismo e do planejamento, enquanto alimentam a esperança de que as pesquisas feministas se consolidem, se espalhem e frutifiquem no Brasil, especialmente em tempos tão sombrios.

textos: luiza coelho **maribel aliaga** ana carolina medeiros
júlia moreira júlia coutinho **ricardo trevisan** maitê campos
sarah silva nácia vilela **lorrany arcanjo** júlia bianchi
sara zamprona alyssa volpini

organização: maribel aliaga **carolina pescatori**

